

JOSÉ CLARO DA FONSECA NETO

**ECOTURISMO NO LITROAL DO PARANÁ:
CAMINHOS E DESCAMINHOS**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, pelo curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Naina Pierri
Estades

**CURITIBA
OUTUBRO 2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr

Fone (Fax) 41- 350 57 64

Fone (Fax) 41- 350 57 64

E-mail: made@ufpr.br

Home-Page: www.doutmeio.ufpr.br

Ata da sessão pública da argüição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento de n.96. Aos catorze dias do mês novembro de dois mil e sete, às 08:30Hs na Sede do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos doutores: Naína Pierri Estades (orientadora UFPR), Dr. Jose Milton Andriguetto Filho (UFPR), Dra. Sigrid de Mendonça Andersen (Unilitoral), Dr. Marcus Polette (UNIVALI) e Dr. Jose Manoel Gonçalves Gândara. (UFPR) para argüição da tese de Doutorado apresentada pelo candidato **José Claro da Fonseca Neto**, intitulada "*Ecoturismo no litoral do Paraná: caminhos e descaminhos*". A sessão teve início com a Profa. Naína Pierri Estades na Presidência dos trabalhos. Em seguida foi concedida a palavra, a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas argüições. O doutorando apresentou sua defesa. Na seqüência, a Professora Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação do candidato. Com menção: () Distinção () Louvor. Em seguida, o senhor Presidente declara aprovado o doutorando, que recebeu o título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Costeiro. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 14 de novembro de 2007.

Profa. Dra. Naína Pierri Estades

Prof. Dr. Jose Milton Andriguetto Filho

Profa. Dra. Sigrid de Mendonça Andersen

Prof. Dr. Marcus Polette

Prof. Dr. Jose Manoel Gonçalves Gândara

**Uma coisa está certa quando
Tende manter em equilíbrio
todos os processos naturais.
Está errada quando tende
ao contrario.**

Aldo Leopoldo, 1949.

**Para Luciana,
Vitor e
Juliano**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, que sempre acreditaram que isso seria possível.

À minha orientadora Náina, pela paciência e estímulo.

Ao Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela possibilidade da concretização de uma idéia.

Ao Frederico Brandini que me colocou nesta jornada.

À Mari pela ajuda nas referências.

Aos vários amigos do CEM, entre eles, Henry, Ricardo Krul, Marcelo Lamur, Juan, Abo, Madeira, Fabian, Ana Kim, e àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	IV
SUMÁRIO	V
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	VII
LISTA DE QUADROS	VIII
LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE SIGLAS	X
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I	6
1 TURISMO	6
1.1 DEFINIÇÃO	6
1.2 O TURISMO NO CONTEXTO INTERNACIONAL	8
1.3 TURISMO NO BRASIL	10
1.4 TURISMO NO PARANÁ	13
1.5 SISTUR	15
1.5.1 Relações Ambientais	16
1.5.2 Organização Estrutural	16
1.5.3 Ações Operacionais	18
2 O TURISMO E SUA INTERFACE COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS	22
2.1 TURISMO DE MASSA E A CRISE AMBIENTAL	22
2.1.1 O Desenvolvimento do Turismo de Massa	22
2.1.2 Turismo e seus efeitos	23
2.2 EM BUSCA DE ALTERNATIVAS	26
2.2.1 Turismo Alternativo	26
2.2.2 Desenvolvimento Sustentável	30
2.2.3 Turismo Sustentável	32
2.2.4 Interações entre Turismo Alternativo e Turismo Sustentável	34
PARTE II	37
3 DEFININDO ECOTURISMO	37
3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CENTRAIS DO ECOTURISMO	40
3.1.1 Elementos de Base Natural	42
3.1.2 Elementos de Base Sociocultural	51
3.1.3 Elementos de Base Educacional	54
3.1.4 Elementos de Base Econômica	59
3.1.5 Elementos de Base de Sustentabilidade	72
4 BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO	78
4.1 BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO A NÍVEL MUNDIAL	78
4.2 BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO NO BRASIL	79
4.2.1 Situação do ecoturismo no Brasil	84
4.2.2 Mercado do ecoturismo brasileiro	87
4.3 BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO NO PARANÁ	92

PARTE III.....	96
5 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	96
5.1 LEVANTAMENTO DE DADOS PRETÉRITOS E ENTREVISTAS COM AS AGÊNCIAS	96
5.1.1 Identificação das agências de turismo que oferecem o ecoturismo	96
5.1.2 As entrevistas	98
5.1.3 O questionário.....	98
5.2 ANÁLISE DAS AGÊNCIAS SOB O CONTEXTO DO CONCEITO OFICIAL DE ECOTURISMO	101
5.3 TIPOLOGIA DAS AGÊNCIAS DE ECOTURISMO FRENTE ÀS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	103
6 ÁREA DE ESTUDO	105
6.1 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL DO PARANÁ.....	105
6.1.1 Aspectos Naturais.....	107
6.1.2 Aspectos Socioeconômicos	128
6.2 CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICAS DO LITORAL DO PARANÁ	134
6.2.1 Desenvolvimento turístico	134
6.2.2 Atrativos.....	138
6.2.3 Atividades Possíveis.....	139
6.2.4 Perfil da Demanda.....	140
6.2.5 Acesso	140
6.2.6 Hospedagem e Alimentação.....	140
6.2.7 Estatísticas.....	141
7 RESULTADOS E DISCUSSÃO	143
7.1 ANTECEDENTES DO ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ.....	143
7.1.1 Ações voltadas para criar as condições para o desenvolvimento do ecoturismo no litoral do Paraná.....	143
7.2 PANORAMA DO ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ.....	148
7.2.1 Atrativos oferecidos para o ecoturismo.....	148
7.2.2 Os desafios do ecoturismo no litoral do Paraná	149
7.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS AGÊNCIAS DE ECOTURISMO QUE OPERAM NO LITORAL DO PARANÁ E DE SEUS PROPRIETÁRIOS	155
7.3.1 Histórico das Agências.....	155
7.3.2 Descrição Geral das Agências	158
7.3.3 Perfil dos Proprietários.....	161
7.3.4 Perfil dos participantes	163
7.3.5 Como os Proprietários Definem Ecoturismo	164
7.4 IDENTIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS ECOTURÍSTICOS UTILIZADOS PELAS AGÊNCIAS NO LITORAL DO PARANÁ.....	165
7.5 IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LITORAL DO PARANÁ PELAS AGÊNCIAS... 168	
7.6 ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS E SUAS ATIVIDADES EM RELAÇÃO AO CUMPRIMENTO DOS ELEMENTOS BÁSICOS DO ECOTURISMO.....	171
7.6.1 Uso Sustentável dos Atrativos Naturais e Culturais.....	171
7.6.2 Auxílio à Conservação	176
7.6.3 A Educação do Participante para a Conservação.....	179
7.6.4 Benefício às Comunidades Locais	182
7.7 TIPIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS SEGUNDO A PRIORIDADE QUE DÃO ÀS PRINCIPAIS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	189
8 CONCLUSÕES	194
9 ECOTURISMO: POSSIBILIDADES E LIMITES NO LITORAL DO PARANÁ.....	196
10. REFERÊNCIAS	200
11 ANEXO	211

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

1.1	MODELO REFERENCIAL DO SISTEMA DE TURISMO.....	15
2.1	CORRENTES DE PENSAMENTO AMBIENTALISTA EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL E À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	31
2.2	RELACIONAMENTO ENTRE O TURISMO DE MASSA (TM) E O TURISMO ALTERNATIVO (TA) E A SUSTENTABILIDADE	35
3.1	DISTINÇÃO ENTRE ECOTURISMO E TURISMO DE NATUREZA.....	43
3.2	DISTINÇÃO ENTRE O TURISMO BASEADO NA NATUREZA E TURISMO DE MASSA	43
1.2	NÚMERO TOTAL DE VISITANTES NA ILHA DO MEL 2000-2006	24
1.3	NÚMERO DE VISITANTES NA RPPN SALTO MORATO 1996-2006.....	24
3.3	FASES DO CICLO DE VIDA DE UM PRODUTO ECOTURÍSTICO	99
6.1	TRILHAS PRESENTES NO PARQUE ESTADUAL DO MARUMBI	110
6.2	-NÚMERO TOTAL DE VISITANTES NA ILHA DO MEL 2000 – 2006.....	142
6.3	- NÚMERO DE VISITANTES NA RPPN SALTO DO MORATO 1996-2006.....	142
7.1	NÚMERO DE VISITANTES DAS ÚLTIMAS TRÊS TEMPORADAS NA ILHA DO SUPERAGUI.....	154
7.1	NÚMERO DE AGÊNCIAS ECOTURÍSTICAS NO LITORAL DO PARANÁ, EM UM INTERVALO DE 15 ANOS.....	158
7.3	TIPOS DE AGÊNCIAS FRENTE AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE....	193

Mapas

6.1	REGIÃO DO LITORAL DO PARANÁ, COM A DIVISÃO POLÍTICA E PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO TERRESTRES E AQUÁTICAS.....	106
6.2	BACIAS DE DRENAGEM DO LITORAL PARANAENSE.....	111
6.3	LOCALIZAÇÃO DAS ILHAS DA COSTA PARANAENSE.....	116
6.4	ESTADO DO PARANÁ REPRESENTANDO AS DIFERENTES FORMAÇÕES FITOGEográficas QUE CONSTITUEM A FLORESTA ATLÂNTICA.....	117
6.5	PRINCIPAIS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO PARANÁ...	126

LISTA DE QUADROS

1.1	RELAÇÃO DE EMPRESAS DE TURISMO E OS PRINCIPAIS GRUPOS DE NECESSIDADES DOS TURISTAS.....	19
1.2	ASPECTOS E OS FATORES QUE CONFIGURAM A DECISÃO DO TURISTA PARA VIAJAR.....	20
2.1	BENEFÍCIOS GERADOS PELO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	25
2.2	RELAÇÃO DOS ENFOQUES E TIPOS DE TURISMO ALTERNATIVO.....	28
2.3	BENEFÍCIOS GERADOS PELO TURISMO SUSTENTÁVEL.....	32
3.1	PRINCIPAIS IMPACTOS NEGATIVOS DO ECOTURISMO SOBRE AS ÁREAS NATURAIS.....	49
4.1	AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO.....	81
4.2	LISTA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO ECOTURISMO E SUAS CAUSAS.....	85
4.3	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA ESTADUAL DE ECOTURISMO PARA O ESTADO DO PARANÁ.....	94
5.1	REQUISITOS UTILIZADOS PARA POSICIONAR ATIVIDADES NO CONTÍNUO ENTRE O ECOTURISMO E TURISMO CONVENCIONAL.....	102
7.1	ROTEIROS ECOTURÍSTICOS OFERECIDOS PELO GUIA DE ROTEIROS TURÍSTICO DO ESTADO DO PARANÁ.....	148
7.2	DEFINIÇÕES DE ECOTURISMO DAS AGÊNCIAS.....	164

LISTA DE TABELAS

3.1	RELAÇÃO DOS ELEMENTOS PRESENTES NAS DEFINIÇÕES DE ECOTURISMO, O NÚMERO DE OCORRÊNCIA EM TODOS OS CONCEITOS E SUA PORCENTAGEM.....	41
3.2	TOTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRA.....	46
3.3	SUMÁRIO DO ESPECTRO DE TURISTAS DE NATUREZA.....	64
3.4	PRINCIPAIS EFEITOS NEGATIVOS E POSITIVOS DE PROJETOS DE ECOTURISMO E AS RAZÕES PERCEBIDAS PARA O SUCESSO E FRACASSO.....	76
5.1	AGÊNCIAS QUE OFERECEM ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ.....	97
5.2	ASSUNTOS ABORDADOS E NÚMERO DAS RESPECTIVAS PERGUNTAS NO QUESTIONÁRIO.....	100
5.3	REQUISITOS UTILIZADOS PARA POSICIONAR ATIVIDADES NO CONTÍNUO ENTRE O ECOTURISMO E TURISMO CONVENCIONAL.....	2
6.1	RELAÇÃO DOS TIPOS DE FLORESTA OMBRÓFILA Densa EM FUNÇÃO DA ALTITUDE.....	119
6.2	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL DO PARANÁ, COM A INDICAÇÃO DAQUELAS QUE POSSUEM PLANO DE MANEJO E ESTÃO ABERTAS À VISITAÇÃO.....	126
6.3	DADOS DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE.....	132
7.1	INTENSIDADE DE USO TURÍSTICO EM UCS DO LITORAL DO PARANÁ E AUSTRÁLIA	152
7.2	ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE TURÍSTICA COM O NÚMERO DE FILIAÇÕES DE AGÊNCIAS ECOTURÍSTICAS QUE OPERAM NO LITORAL DO PARANÁ EM 2006.....	159
7.3	TERMOS UTILIZADOS NA COMPOSIÇÃO DO NOME FANTASIA DAS AGÊNCIAS DE TURISMO.....	160
7.4	RELAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO ADOTADAS PELAS AGÊNCIAS.....	160
7.5	RELAÇÃO DOS MOTIVOS QUE LEVARAM A ABERTURA DAS AGÊNCIAS PELOS PROPRIETÁRIOS QUE VIERAM DE FORA DA REGIÃO DO LITORAL PARANAENSE.....	162
7.6	RELAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PROPRIETÁRIOS DAS AGÊNCIAS.....	162
7.7	RECOMENDAÇÕES OBTIDAS COM OS PROPRIETÁRIOS DE AGÊNCIAS TURÍSTICAS.....	163
7.8	ATRATIVOS UTILIZADOS PELAS AGÊNCIAS DE ECOTURISMO NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE E A INTENSIDADE DE USO POR MUNICÍPIO	
7.9	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS AGÊNCIAS, ONDE OCORREM E USO.....	168
7.10	CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS SEGUNDO O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS.....	175
7.11	CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS EM RELAÇÃO AO AUXÍLIO À CONSERVAÇÃO.....	175
7.12	CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS QUANTO AO OBJETIVO DE EDUCAR OS PARTICIPANTES.....	182
7.13	CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS EM RELAÇÃO AO BENEFÍCIO À COMUNIDADE LOCAL....	189
7.14	AGÊNCIAS QUE PROMOVEM O ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ, DISPOSTAS EM UM CONTÍNUO.....	190
7.15	TIPOS DE AGÊNCIAS QUE DESENVOLVEM O ECOTURISMO NO PARANÁ E A INTENSIDADE QUE PRIORIZAM AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE.....	192

LISTA DE SIGLAS

- CBTS – CONSELHO BRASILEIRO DE TURISMO SUSTENTÁVEL
- CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
- CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
- DS – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- EA – EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
- EMC – ESTRATÉGIA MUNDIAL DE CONSERVAÇÃO
- FIOECOTUR – FEIRA E SEMINÁRIO DE ESPORTES E TURISMO DE AVENTURA
- FUNBIO – FUNDO NACIONAL PARA O MEIO AMBIENTE
- GTITAN – GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DE TURISMO EM ÁREAS NATURAIS
- IA – INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL
- IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
- IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
- IBDF – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
- IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
- IUCN – INTERNATIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF NATURE AND NATURAL RESOURCES
- IUOTO – UNIÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES OFICIAIS DE VIAGENS
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
- MPE – MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO
- MTUR – MINISTÉRIO DO TURISMO
- OECD – ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
- OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
- ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
- PARANATUR – EMPRESA PARANAENSE DE TURISMO
- PNUMA – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
- SEEC – SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, DO PARANÁ
- SEET – SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E TURISMO, DO PARANÁ
- SEMA – SECRETARIA ESPECIAL DE MEIO AMBIENTE DO BRASIL
- SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, DO PARANÁ
- SISTUR – SISTEMA DE TURISMO
- SNUC – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
- SPVS – SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
- TA – TURISMO ALTERNATIVO
- TES – THE ECOTOURISM SOCIETY
- UC – UNIDADE DE CONSERVAÇÃO
- WTTC – WORLD TRAVEL, TOURISM AND CONCIL
- WWF – WORLD WILDLIFE FOUND

RESUMO

O ecoturismo é uma atividade oriunda dos movimentos ambientalistas do início da década de 1980, que o vislumbravam como a alternativa viável para conciliar o turismo com a conservação de áreas naturais protegidas. Depois disto, diversos setores da sociedade começaram a promovê-lo, cada um defendendo seus interesses mediatos e imediatos. De maneira geral, pode ser caracterizado por se desenvolver em áreas relativamente bem preservadas, objetivando propiciar uma experiência em contato com a natureza, procurando não causar impactos ou os mínimos possíveis nela. A esse eixo são acrescentados outros componentes que variarão conforme a posição ético/política do proponente em relação às questões ambientais, e como interpreta as dimensões do desenvolvimento sustentável (ecológica, econômica e social). O equilíbrio entre as dimensões é muito difícil, porque geralmente se prioriza uma dimensão, ficando as demais subordinadas a esta. Isso determina a existência de um espectro de agências e atividades, onde, em um extremo, se encontra aquelas mais próximas ao ecoturismo (ainda com suas variações) e no outro, aquelas mais próximas o turismo convencional.

O objetivo do trabalho é analisar as agências e suas atividades ditas ecoturísticas, que atuam na região do litoral do Paraná, e procurar identificar em que medida se posicionam neste espectro, de acordo como atendem os elementos básicos do ecoturismo: auxílio à conservação, educação ambiental do turista, benefício à comunidade e uso sustentável dos recursos naturais e culturais. Em seguida foi averiguada qual dimensão do desenvolvimento sustentável está sendo priorizado. Foram identificadas 18 agências e 11 foram analisadas junto com suas atividades, através de questionários estruturados, no período de outubro a março de 2007. As questões buscaram identificar os locais que são utilizados, como operam, características gerais da empresa, relacionamento com a comunidade, apoio à conservação, educação do turista, frequência de operação, entre outros. Foram aplicados questionários estruturados com perguntas abertas aos informantes-chaves das empresas. Os dados foram categorizados e organizados para a análise de frequência relativa e absoluta. Os resultados demonstram que o ecoturismo acontece concentrado no litoral norte do Paraná, ocorrendo, principalmente, nos municípios de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. Todos os atrativos estão em unidades de conservação de uso indireto e uso sustentável, conferindo-lhes boa integridade ecológica dos seus componentes. As atividades mais desenvolvidas são as caminhadas e passeios de barco. As comunidades visitadas se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento turístico. As mais frequentadas são aquelas no entorno do PARNA do Superagui. Em relação a se as agências atendem os requisitos básicos do ecoturismo na região, isso ocorre de maneira difusa, com algumas atendendo mais requisitos do que outros, e algumas atendendo só um. Pode-se considerar que todas demonstram, em alguma medida, o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, entretanto, o auxílio à conservação da região é discreto. Todas repassam informação aos participantes, mas apenas três têm programas de educação ambiental. As comunidades envolvidas são beneficiadas com o ecoturismo, mas nem todos os moradores estão aptos a aproveitar os benefícios decorrentes. Em função dos objetivos que têm para com o litoral do Paraná, foi possível identificar cinco tipos de agências divididas em dois grupos. O primeiro grupo é formado por três agências que não operam diretamente no litoral, terceirizando suas atividades. Como não interferem diretamente na região, foram consideradas do tipo “**exploradoras**”. O segundo grupo é o que efetivamente atua. Dentre os tipos presentes, se encontram três agências que foram consideradas como “**usuárias**”, pois têm a região apenas como um pano de fundo para a execução de suas atividades, com pouco ou nenhum contato com as comunidades. Duas agências foram consideradas “**educacionais**”, visto que o seu objetivo para com o litoral, é de utilizá-lo como uma sala de aula. Duas agências foram consideradas “**desenvolvimentistas**” em função da sua participação na capacitação de mão-de-obra local e participarem de conselhos comunitários e gestores da região. Uma agência foi considerada **conservacionista** pois sua abertura está associada à criação de uma RPPN no litoral. As agências estão atendendo, em diferentes graus de intensidade, as dimensões do desenvolvimento sustentável, onde a maioria prioriza a dimensão econômica em detrimento da dimensão ecológica e social.

ABSTRACT

Ecotourism is a deriving activity from the environmental movements of the beginning of the 1980's. These movements saw ecotourism as a viable alternative to conciliate conventional tourism and the preservation of protected natural areas. After this, several sectors of society began to promote it, each one of them defending its medial and immediate interests. In general, ecotourism may be characterized by the development in relatively well preserved areas focusing on the contact with nature with very little or no impact at all. To this axel other components are added. They will vary according to the proponent in relation to environmental issues as well as to its understanding of the dimensions of sustainable development (ecological, economic, social). A balance among the three dimensions is hard to achieve, once a dimension is prioritized and subordinates the others two. This determines the existence of a range of agencies and activities placed either at the ecotourism extreme (and its variations) or at the conventional tourism side.

The objective of this study is to analyse the agencies working on the coast of Paraná State and their so called ecotouristic activities. They'll be identified and typified according to basic elements of ecotourism (aid to conservation, environmental education, benefits to the community and sustainable use of natural and cultural resources).

After wards, the priorised the sustainable development dimension was emphasized. Eleven out of eighteen agencies identified were analyzed and surveyed through questionnaires during the period of october/2006 to march/2007. The survey focused on the milieuo used, the way the agencies operate, their main feature, their relationship with the local community, the support they offer to conservation, tourist education, frequency of business, among others.

Results suggest that ecotourism is concentrated in the north coast of the state, mainly in the municipalities of Morretes, Antonina, and Guaraqueçaba. All the attractives stand in units of conservation of indirect use and sustainable use, conferring good ecological integrity of their components. Trekking and sailing are the most practiced activities. The communities visited are those surrounding Superagui National Park. Some, or even one, basic requirement for ecotourism is present in some of the agencies procedures. To some extend, all the agencies show sustainable use of the natural and cultural resources despite the little aid to the region conservation. All give instructions and information to tourist, but only three have environmental education programs. Local communities are benefited by ecotourism, however not all the residents are able to gain from these benefits. Five types of agencies were identified according to their objectives on the coast and they were divided into two groups. The first one is formed by three agencies that are not directly engaged in activity on the coast, outsourcing their services. As they don't interfere directly in the region they are typified as "**explorers**". The second group is the one that is effectively engaged in activities on the coast. There are three agencies that were considered to be "**users**" for they only take the region as a scenery to their business with very little or no contact at all with the local community. Two agencies were typified as "**educational**" because they aim to use the coast as a "classroom". Two agencies were typified as "**developers**" due to their participation in the qualification of the local man power as well as in community councils. One agency was considered to be "**conservar**" because it was opened associated to the creation of a coast RPPN (private reserve of national patrimony). The agencies attend the dimensions of sustainable development in different degrees. The economical dimension is prioritised at most of them. They do ecotourism correctly although they may not be yet considered ecotouristic in all its aspects.

PARTE I

1 TURISMO

1.1 DEFINIÇÃO

O turismo é uma atividade caracterizada, essencialmente, pelo movimento transitório de pessoas, para fora do seu local de residência permanente, onde adquire um significado econômico, cultural, histórico, educacional, social e civilizatório (Di-Bella, 1999; Barreto, 2003; César, 2003; Dias, 2003). Também atende a necessidade do ser humano de buscar novos espaços, de ampliar seu campo de ação e, de alguma maneira, conquistar lugares desconhecidos (Beni, 2006).

Definir essa atividade é uma tarefa complexa, pois é uma prática social que vem mudando de forma e de sentido ao longo da história, de onde cada nova definição enfrenta a dificuldade de conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável (Rodrigues, 2003).

Muito da dificuldade para definir turismo reside no fato de que muitos estudos enfocam concepções opostas em termos filosóficos, metodológicos e de objetivos de investigação, que estão sujeitas à formação e à época do profissional que os desenvolve. Várias são as disciplinas que o tomam como objeto de análise e, portanto, são várias as definições (Beni, 2006). Mas, independente de quem o está analisando, o turismo envolve um conjunto de atividades de natureza heterogênea, o que o torna um tema de investigação que transgride as fronteiras disciplinares (Ueda, 2002).

Segundo Val (2002) os estudos sobre o fenômeno do turismo se iniciaram a partir do final do século XIX, vindos do campo da economia, em função do interesse dos governos nos efeitos que o turismo estava começando a gerar no campo econômico. Embasado neste interesse, as primeiras definições apareceram no início do século XX, como a proposta por Herman von Schullern, em 1910, que definiu o turismo como

...todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, região ou país" (apud Val, 2002).

Nas décadas seguintes, economistas europeus se esforçaram para estudar o turismo, se destacando aqueles da Escola de Berlim, como Glücksmann, que em 1929, definiu turismo de uma maneira bem simplista como sendo “o deslocamento de pessoas para fora de seu lugar de residência” (Di Bella, 1999; Val, 2002).

Em 1942, embora o turismo estivesse em baixa em função da guerra, os suíços Walter Hunziker e Kurt Krapf apresentaram uma definição que teve grande aceitação:

...turismo é o conjunto das relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas para fora de seu lugar de residência, sempre que o deslocamento ou a estada não estejam motivados por uma atividade lucrativa” (Val, 2002).

Na busca da universalização de uma definição de turismo para facilitar o controle estatístico e outras operações em todo o mundo, a Organização Mundial do Turismo (OMT), passa a defini-lo na década de 1960 como:

...um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente motivados pela recreação, cultura ou saúde, deslocam-se do seu lugar de residência habitual a outro, e que não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica, cultural e ambiental (Di-Bella, 1991; Dias, 2003).

A Comissão Mundial de Turismo e Viagem, mais conhecida pela sigla em inglês WTTC, define turismo como

“atividades de pessoas viajando e ficando em lugares fora do seu ambiente usual por não mais que um ano, para lazer, negócios e outros propósitos que não sejam remunerados a partir do lugar visitado” (WTTC, 2006a).

O pesquisador Jaffar Jafari oferece uma definição que, segundo Beni (2006), possui uma tendência holística. Para Jafari, o turismo seria

...a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionado a nenhuma atividade remunerada.

Nessa rápida análise sobre os conceitos de turismo, é possível se identificar a presença de 3 elementos comuns, que são:

- Viagem ou deslocamento;
- Permanência fora do domicílio; e
- Temporalidade.

Mas percebe-se também a ênfase de que para ser turismo, a atividade realizada não pode estar relacionada à remuneração. Essa questão vem sendo revista e debatida na academia, onde já se propõe que a partir do momento em que a pessoa consome os produtos e serviços turísticos disponíveis em uma determinada região, como restaurantes e hotéis, já se pode considerar que está ocorrendo turismo (GÃndara, 2007 – comunicação pessoal).

Independente se é remunerado ou não, a atividade de um turista começa no local de origem, quando se dirige a uma agência de viagens ou a uma companhia de transportes para comprar um pacote turístico ou uma passagem, continua quando chega ao local de destino e utiliza o transporte local, acomodações, serviços de alimentação, rede de diversões, lojas de souvenirs, etc, e ainda quando retorna para sua casa e leva suas fotos para revelação ou impressão na loja do bairro (Barreto, 2003).

O movimento na economia gerado por esse fluxo de pessoas é extraordinário e difícil de ser dimensionado, pois o turismo produz efeitos em mais de 52 setores da economia, que se inter-relacionam e são interdependentes, abertos a novos negócios e novos serviços decorrentes da criatividade dos empreendedores. A rede formada por esses empreendimentos irão constituir a chamada "Indústria do Turismo" (Aulicino, 2002; Barreto, 2003; César, 2003; Dias, 2003). Mas, por se tratar de uma rede de serviços e não da transformação de um produto, a expressão mais correta para a realidade da atividade turística, seria **Empresa de Turismo**. Entretanto parece haver certo consenso do uso do termo **Indústria do Turismo** (Swarbrooke, 2000).

1.2 O TURISMO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Os dados econômicos internacionais mostram uma forte relação entre o ambiente econômico e o crescimento da indústria do turismo. O desempenho da economia mundial nas últimas décadas, tem se caracterizado pelo crescimento econômico facilitado pela estabilidade de preços e pelo aumento nos fluxos comerciais e de capital, pelas taxas de juros menores, pela melhoria tecnológica, principalmente no ramo da informação, e pelo comércio em expansão, entre outros fatores. Como consequência, tem-se o consumo em alta e o desemprego e a miséria em queda. Esse crescimento também tem sido observado não somente nos países ricos, mas também naqueles em desenvolvimento. O bom desempenho apresentado pelos países em desenvolvimento pode ser explicado pelas reformas econômicas implementadas a partir da década de 1990. A combinação de inflação baixa, regimes de

câmbio flexível e redução nos déficits fiscais e de conta corrente, tem reduzido as incertezas, o que tende a aumentar o fluxo de investimentos para os mercados emergentes nos próximos anos, com a tendência de declínio das taxas de juros internacionais (BRASIL, 2006).

A exuberância que vem atravessando a economia mundial nos últimos anos, elevou o turismo ao status de principal atividade econômica do mundo em termos de arrecadação de divisas para os países, superando setores tradicionais, como a indústria automobilística, a eletrônica, a petrolífera e petroquímica (DIAS, 2003), bem como o posto de maior setor da economia com o maior número de empregos em todo o mundo (THEOBALD, 2001).

Neste cenário, o turismo situa-se entre as 5 principais categorias de geração de receitas em 83% dos países e constitui a principal fonte de divisas em pelos menos 38% dos países (BRASIL, 2004). Representa mais de 10% do PIB em 47 países e mais de 50% do valor auferido com exportações em 17 países. Em países como EUA, o turismo gera mais divisas do que a exportação de automóveis, bens agrícolas ou produtos químicos (HEALY¹, 1989 apud WEARING & NEAL, 2000).

Os Dados do WTTC demonstram que em 2006, o turismo introduziu na economia mundial cerca de US\$ 6,5 trilhões, o que representou cerca de 10,3% do PIB mundial, gerando mais de 234 milhões de empregos (8,7% do total de empregos no mundo ou 1 a cada 11,5) (WTTC, 2006a).

O desempenho desta indústria tem demonstrado uma forte tendência de crescimento ao longo do tempo. Desde 1965, quando se começou a coletar dados sistematizados sobre o turismo, a atividade vem crescendo a um ritmo que gira em torno de 4,5% ao ano, enquanto o crescimento econômico mundial médio, medido pelo PIB, foi de 3,5% ao ano (MTUR, 2006b). Para os próximos dez anos, é esperado um crescimento do turismo de 4,2% ao ano, o que representará uma entrada de capitais na ordem de US\$ 12,2 trilhões (10,9% do PIB mundial) e a criação de 279,4 milhões de empregos (WTTC, 2006a). Por isso, o turismo tem sido apontado como uma das atividades mais promissoras para o milênio que se inicia, ganhando lugar de destaque nas políticas geo-econômicas e na organização espacial mundial (MTUR, 2006b). Um exemplo da sua influência foi a desconcentração dos fluxos internacionais dos destinos turísticos, acentuado pelos eventos de 11 de setembro de 2001. Em 1950, somente 3% das chegadas internacionais se dirigiam para fora dos 15 principais países receptores (EUA, Canadá, México e países da Europa). Em 2004, 43% do total de

¹ Healey, R.G. (1989) Economic consideration in nature-oriented tourism: the case of tropical forest tourism, Southeastern Center for Forest Economic Research:Durhan, North Carolina.

chegadas internacionais se realizaram fora dos 15 países receptores principais, orientado agora para os países da Ásia, África, Oriente Médio e América Latina (EMBRATUR, 2005).

Muitos países latino-americanos já haviam percebido essa tendência, assumindo o turismo como uma atividade econômica importante. O México, por exemplo, ocupava a 8ª posição no ranking de desembarques mundiais, onde as divisas geradas pelo turismo durante o primeiro semestre de 1998 (US\$ 4,126 bilhões) superaram as captadas pelas exportações petrolíferas (US\$ 3,874 bilhões) convertendo-se na segunda atividade geradora de divisas para o país. A partir de 2000, assume a 7ª colocação no ranking mundial, recebendo, em média, mais de 20 milhões de turistas estrangeiros ao ano (EMBRATUR, 2005). Em países como Costa Rica, Cuba e República Dominicana, o turismo já representa a maior contribuição para o PIB nacional (CEBALLOS-LASCURAIN, 1998).

1.3 TURISMO NO BRASIL

A economia e, conseqüentemente, o nível de renda *per capita* do Brasil, vem apresentando o mesmo comportamento mundial, mantendo um crescimento para os próximos anos em torno de 4% a 5%. Esse desempenho é o resultado da estabilidade política, monetária e da balança comercial observada nos últimos anos. Isso tem afetado positivamente o padrão de consumo das famílias brasileiras, promovendo uma expansão acima da média do crescimento da economia, auxiliado também, pelo aumento do volume de crédito às pessoas físicas e ao crescimento da massa salarial (BRASIL, 2006).

Entretanto, o turismo no Brasil ainda não alcançou um patamar de estabilidade e sua participação no mercado turístico nacional e internacional não é compatível com suas potencialidades e vocações turísticas. Segundo a WTTC, em 2006, o Brasil teve uma participação de apenas 1,1% do mercado mundial. Entre 174 países analisados, o país ficou em 141º lugar em relação à contribuição relativa do turismo na economia nacional, e em 110º, na previsão de crescimento. A contribuição no PIB foi estimada em 2,8% (US\$ 25.3 bilhões), gerando cerca de 5,5 milhões de empregos. Atingiu 3,9% (US\$ 8,5 bilhões) do total da receita com exportações. A previsão para os próximos 10 anos é que haja um aumento de 3,8% na participação do PIB, 2,2% na geração de empregos e 4,4% nas exportações (WTTC, 2006b).

Apesar do baixo desempenho relativo, a expansão da atividade turística no Brasil mostra-se promissora, com a tendência de alteração desse cenário a médio e a longo prazo. A

receita cambial gerada pelo turismo subiu de US\$ 1,726 bilhão, em 1981, para cerca de US\$ 3,916 bilhões, em 2005. A estimativa era que em 2006 o valor atingisse US\$ 4,4 bilhões. O turismo passou do 4º lugar da pauta de exportações brasileiras em 2004, para 3º em 2006, ficando atrás somente da soja e dos produtos do minério de ferro (EMBRATUR, 2006). O número de desembarques internacionais no país teve um crescimento de 170% entre 1995 e 2005, enquanto que para o mundo todo, o crescimento foi da ordem de 50% no mesmo período (BRASIL, 2006).

A atual posição do Brasil no contexto internacional é o resultado de como o turismo foi administrado ao longo das últimas décadas. Desde a sua organização em 1958, com a criação da Companhia Brasileira de Turismo (COMBRATUR), substituída logo em seguida pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), a atividade sempre teve um papel secundário nos planos de governo. Essa situação se manteve mesmo quando o turismo passou a ter status de ministério, a partir da década de 1990, quando é anexada ao Ministério da Indústria e do Comércio, e mais tarde ao Ministério do Esporte (DIAS, 2003). Ou seja, o turismo não possuía um orçamento próprio, e conseqüentemente, era conduzido abaixo da sua real capacidade.

O reconhecimento definitivo do turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do País acontece somente em 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTUR). Junto a esta iniciativa, é lançado o 2º Plano Nacional do Turismo para o período 2003-2007, para ser desenvolvido nas seguintes premissas:

- Parceria e gestão descentralizada;
- desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística;
- diversificação dos mercados, produtos e destinos;
- inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos;
- adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes;
- incremento do turismo interno; e
- turismo como fator de construção da cidadania e de integração social.

As metas do Plano são:

- criar 1.200.000 novos empregos e ocupações;
- aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil – em 2006, os números oficiais indicam que desembarcaram no Brasil cerca de 5,4 milhões de turistas estrangeiros, considerada a melhor marca histórica;
- gerar US\$ 8 bilhões em divisas, principalmente a partir da ampliação do tempo de permanência; e
- o fortalecimento do mercado interno com previsão de 65 milhões de passageiros nos vôos domésticos e ainda a ampliação da oferta turística, fazendo com que sejam desenvolvidos, no mínimo, 3 produtos de qualidade em cada estado da federação e no Distrito Federal (PARANÁ, 2003).

No âmbito do MTUR, estão em desenvolvimento os seguintes programas e projetos:

- Programas de Desenvolvimento Integrado do Turismo nas Regiões Brasileiras., sendo os principais:
 - PRODETUR/NE II;
 - PRODETUR/SUL; e
 - PRODETUR/CENTRAL.
- Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: lançado em abril de 2004, engloba 219 Regiões Turísticas e 3.203 Municípios. O programa é voltado para integrar as ações voltadas ao crescimento econômico, àquelas associadas ao fortalecimento da integração do ser humano com o ambiente, e as ações de valorização e resgate da cultura e da história local e regional.

Em 2005 foi realizado, pela EMBRATUR (hoje denominada de Instituto Brasileiro de Turismo), o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, considerado um marco do desenvolvimento da atividade no país, gerando resultados que estabelecem um novo patamar para a sua expansão, abrindo perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico para diferentes regiões do país, ofertando novos produtos ao mercado e inserindo novas parcelas da população no mercado do turismo, seja pela oferta de novos postos de trabalho, seja pela ampliação do mercado de consumo para faixas de renda até então excluídas. Nesta primeira edição, foram divulgados 451 novos roteiros/produtos turísticos de 134 regiões turísticas brasileiras, envolvendo 959 municípios (EMBRATUR, 2005).

No escopo desta política, os investimentos para o setor vem crescendo significativamente. De janeiro a junho de 2004, os bancos oficiais² desembolsaram um total de R\$ 584.872.000,00 em financiamentos para o turismo no país. No mesmo período de 2005, esse total chegou a mais de R\$ 1 bilhão, com um volume de quase R\$ 500 milhões a mais em financiamentos concedidos, em comparação com 2004 (EMBRATUR, 2005).

1.4 TURISMO NO PARANÁ

O comportamento do turismo no Paraná tende a acompanhar a tendência de crescimento nacional. Em 2001, o Estado recebeu cerca de 2,2 milhões de visitantes, e em 2002 o número mais do que dobrou, atingindo a marca de 5,5 milhões visitantes (PARANÁ, 2003).

Devido a importância que a atividade vem ganhando no Estado e, em sintonia com o ordenamento da atividade no país, criou-se a Secretaria de Estado de Turismo (SETU) em 2003, com dotação orçamentária própria. A Secretaria foi criada com a finalidade de elaborar a primeira Política Estadual de Turismo a ser lançada desde que o turismo passou a ter representação pública, em 1969 (PARANÁ, 2003).

A Política Estadual de Turismo tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado, visando a inclusão social. Suas metas para o período de 2003-2007 incluem

- aumentar o fluxo de turistas em 20% a 25%;
- aumentar a permanência média para 4,5 dias;
- aumentar o gasto *per capita* dia em 30%;
- aumentar a receita gerada em 25%, e
- aumentar em 50% o número de produtos turísticos comercializados por agências de turismo do Estado e do Brasil.

Os primeiros resultados já podem ser observados. Em 2004, o estado recebeu 428.974 turistas estrangeiros, que, somados aos nacionais, eleva a quantidade para mais de 6 milhões de turistas, gerando uma renda de US\$ 1 bilhão (PARANÁ, 2003). Em relação à geração de

² Caixa Econômica Federal – CAIXA, Banco do Brasil – BB, Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco da Amazônia – BASA e Banco do Nordeste (Embratur, 2005).

receita bruta de serviços, pessoal ocupado e salários e outras remunerações das empresas, a nível nacional, o Estado ocupa a 5ª colocação, atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (EMBRATUR, 2006). Segundo pesquisa da EMBRATUR de 2005, das 10 fronteiras terrestres identificadas no Brasil, o Paraná ocupou o 1º lugar no receptivo, com 45,6% do total de turistas estrangeiros, enquanto que Foz do Iguaçu foi a segunda cidade mais visitada no Brasil por motivos de lazer em 2005, depois do Rio de Janeiro.

Em termos de financiamento para a atividade, o Estado recebeu, em 2004, investimentos do Prodetur/Sul da ordem de US\$ 150 milhões, destinado principalmente para reverter a queda de fluxo de turistas à Foz do Iguaçu e na melhoria das condições locais nos municípios da região Oeste, visando à sustentabilidade dos seus produtos turísticos (PRODETUR/SUL, 2004).

O bom desempenho do turismo no Paraná está em função da sua oferta turística altamente diversificada, contando com atrativos, equipamentos, serviços e uma ampla infraestrutura de apoio, o que possibilita que diversos tipos de turismo sejam desenvolvidos, desde o turismo religioso até o ecoturismo, passando pelo de eventos, negócios, aventura e saúde. Segundo o MTUR (2005), o turismo pode ser desenvolvido em 128 municípios paranaenses (num universo de 399 municípios), distribuídos em nove regiões turísticas: (1) Oeste e Municípios Lindeiros ao lago de Itaipu, (2) Centro Sul, (3) Sudoeste, (4) Centro, (5) Noroeste, (6) Norte, (7) Campos Gerais, (8) Metropolitana de Curitiba e (9) Litoral.

A região do Litoral se destaca frente às demais, pois, além de ser o berço do turismo paranaense, todos os municípios presentes ou são considerados Municípios Turísticos³ (Morretes, Guaraqueçaba e Paranaguá) ou de Potencial Turístico⁴ (Antonina, Guaraqueçaba, Matinhos e Pontal do Paraná).

A Serra do Mar, as cidades históricas e as praias são os principais atrativos turísticos da região, e pela facilidade de acesso e diversidade de opções, atrai tanto a população de Curitiba e Região metropolitana, como do interior do Estado, de outros estados e mesmo de fora do país.

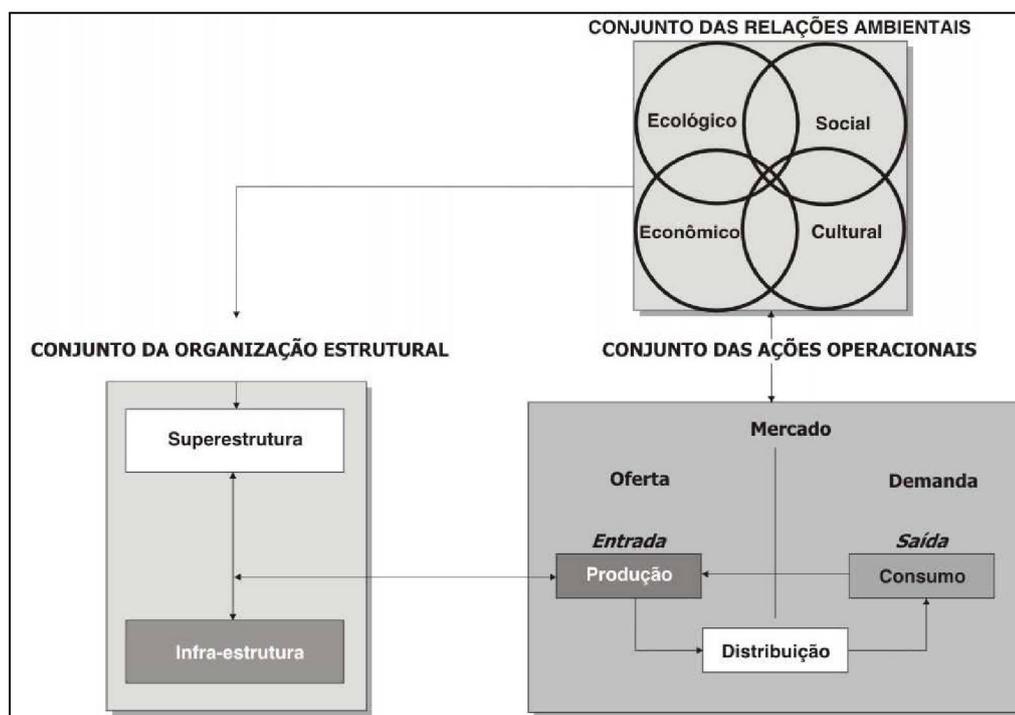
³ Municípios Turísticos - São aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente (MTUR, 2005).

⁴ Municípios com Potencial Turístico - São aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para o desenvolvimento sócio-econômico do município (MTUR, 2005).

1.5 SISTUR

A fim de organizar o plano de estudos da atividade turística e, conseqüentemente, a Indústria do Turismo, Beni (2006) aplicou a idéia de sistema⁵ ao turismo e propôs o “Sistema do Turismo” ou SISTUR. De acordo com o autor, o SISTUR se caracteriza por ser um sistema aberto, onde seus elementos realizam trocas com o meio que o circunda, sendo os elementos interdependentes, nunca auto-suficientes. Esse sistema tem um desenvolvimento imprevisível, sem se saber para onde vai se expandir nem quando vai ressurgir. Seu crescimento depende de uma série de variáveis, sendo a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais uma das mais importantes. O ambiente do SISTUR é composto por diversos subsistemas, e seus componentes são identificados no conjunto das Relações Ambientais, da Organização Estrutural e das Ações Operacionais (Figura 1.1), que serão brevemente descritos a seguir.

FIGURA 1.1 – MODELO REFERENCIAL DO SISTEMA DE TURISMO.



FONTE: BENI (2006).

⁵ Um sistema é um conjunto de elementos ordenados com uma pauta de funcionamento que produz um todo. O conjunto encontra-se organizado em virtude das inter-relações entre as unidades, e seu grau de organização permite que assuma a função de um todo que é maior que a soma de todas as partes (BENI, 2006).

1.5.1 Relações Ambientais

As relações ambientais no turismo são determinadas pelos aspectos ecológicos do lugar e onde se encontram os atrativos naturais e culturais, motivadores do deslocamento temporal dos visitantes, que buscam principalmente a contemplação e o contato com a natureza. Os atrativos naturais são aqueles elementos criados pelas forças naturais, sem a intervenção de seres humanos. Os atrativos culturais são aqueles atrativos resultado da ação de um povo em um determinado local, construídos ao longo do seu desenvolvimento ou que se estabeleceram por razões comerciais.

A vinda dos visitantes para uma determinada região é uma manifestação de uma sociedade que vem, cada vez mais, se deslocando para fora do seu lugar habitual como forma de válvula de escape para o ritmo da vida moderna, sendo praticado por todos os estratos sociais, nos finais de semana e feriados prolongados, aproveitando o tempo livre para a diversão e descanso. A esses consumidores são oferecidos bens e serviços locais, constituindo uma manifestação produtiva contínua, submetida às leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. Por outro lado, provoca, indiretamente, acentuadas repercussões econômicas em outras atividades produtivas através do efeito multiplicador.

Os efeitos econômicos do turismo são importantes para o processo de desenvolvimento da economia de uma região e, por sua vez, para os índices sociais e para o padrão de vida da população, em função da geração de empregos. Há também, a geração de renda para o setor público, representada por impostos diretos e indiretos incidentes sobre a renda total gerada no âmbito do sistema econômico, o que confere ao turismo, o potencial de estimular o processo de abertura da economia.

1.5.2 Organização Estrutural

A partir do momento em que o turismo se torna uma atividade socioeconômica útil para uma região ou país, torna-se dever do Estado providenciar a superestrutura e a infraestrutura devida. A superestrutura envolve o fomento e o desenvolvimento da atividade por meio de incentivos fiscais, apoio financeiro, controle da prestação de serviços, a formulação de políticas públicas, a proposta de legislação pertinente, além do planejamento e comercialização dos produtos turísticos. Também é de sua responsabilidade estimular e controlar a prestação de serviços, e apoiar economicamente e de maneira racional, o desenvolvimento da atividade turística.

Toda localidade que conta com um atrativo de qualquer índole, é em si mesma, um destino turístico. Para que esse destino se efetive, o Estado tem a responsabilidade da implementação e manutenção de uma infra-estrutura urbana que reúna as condições básicas de habitabilidade e acesso, atendendo tanto a sociedade que ali se encontra como a sociedade que o visita transitoriamente.

A infra-estrutura para o turismo pode ser dividida em geral e a específica. A geral é aquela em que o investimento feito serve tanto para turismo, como para os setores da indústria, comércio, agricultura, entre outros. A infra-estrutura específica é aquela que atende de forma particular o turismo. É constituída pelas instalações e equipamento de produção de bens e serviços que satisfaçam o que requer o turista, no seu deslocamento e permanência no destino escolhido.

Fundamentalmente, a infra-estrutura específica está composta por:

- a) Transporte – Um destino turístico deve ser acessível por meio de um ou vários meios de transporte, desde o lugar de onde se origina o deslocamento. A importância de um destino turístico pode ser medida pelos meios de transporte que chegam a ele;
- b) Hospedagem – se caracteriza pelo serviço fundamental de satisfazer a necessidade do viajante de dormir em determinado lugar;
- c) Alimentação – os serviços de alimentação estão presentes em quase todos os hotéis, fazendo com que os serviços de alimentação e hospedagem sejam operacionalizados de forma integral pelos gerentes dos hotéis. Entretanto, os serviços de alimentação não se limitam a hotéis, visto que esse serviço está presente tanto em uma grande capital, como no mais longínquo vilarejo, atendendo um público de várias categorias sociais, inclusive os turistas; e
- d) Recreação – é a ação ou atividade que acontece na ocupação do tempo livre das atividades do cotidiano. A função primordial é a diversão, podendo estar associada às visitas à museus ou ruínas históricas, estudo, a práticas esportivas, bailes, etc. A recreação envolve tanto participar como ser espectador. Em muitas localidades é o tipo de recreação que determina o motivo para as pessoas se deslocarem para um lugar em especial.

1.5.3 Ações Operacionais

O ambiente das ações operacionais é onde o turismo é efetivado num mercado característico. De maneira geral, o mercado seria a relação de troca entre a oferta e a demanda de bens, serviços e capitais, onde todas as pessoas e empresas que oferecem ou demandam tais bens, serviços e capitais, determinam o surgimento organizado e as condições dessa troca.

O mercado turístico é a interação da demanda e da oferta de produtos relacionados com a execução e operacionalização das atividades que envolvem bens e serviços de viagens e afins.

A troca de bens e serviços entre as pessoas e empresas que constituem todos os mercados é feita pelo preço, através da lei da oferta e da demanda. O turismo se regula então, pelo equilíbrio destes dois elementos, de tal modo que, se existe uma demanda, ou seja, um desejo de se deslocar a um lugar determinado, se pode criar uma oferta, mediante a criação de serviços; por outro lado, se já existe uma oferta de serviços, como hotéis, praias, espetáculos, pode-se criar uma demanda, mediante a promoção e venda destes serviços (LAGE e MILONE, 2000).

1.5.3.1 Oferta Turística

A oferta, de maneira geral, pode ser definida como a quantidade de bens e serviços que os produtores desejam vender por um dado preço e em um dado período de tempo.

A oferta básica no turismo pode ser entendida como o conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e de lazer, de caráter artístico, cultural, social ou natural, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante. Embora os atrativos naturais de uma região não possam ser regulados economicamente, são imprescindíveis como fonte de atração que sustenta os deslocamentos de pessoas, e junto aos atrativos culturais, irão compor a oferta. A esse conjunto, agregam-se os serviços produzidos para dar consistência ao seu insumo, os quais compõem os elementos que integram a oferta no seu sentido amplo, numa estrutura de mercado (transportes, diversas formas de alojamento, lazer e recreação, organizadores de viagens, agências de viagens).

1.5.3.2 Distribuição

No SISTUR, o processo de distribuição é o conjunto de medidas tomadas com o objetivo de levar o produto ao consumidor. Na comercialização do produto turístico, a definição do processo de distribuição constitui uma estratégia de marketing. Após o processo de produção ter sido estabelecido, deve-se assegurar que os produtos sejam colocados ao alcance do consumidor da melhor maneira possível, diretamente ao cliente ou por meio de agentes atacadistas e varejistas.

Como o produto turístico é o resultado do trabalho de várias empresas, é difícil se definir qual delas seja especificamente turística. A partir da oferta, é possível se identificar aquelas que se dirigem diretamente ao cliente (serviços primários) e aquelas que se dirigem aos intermediários (serviços secundários). Partindo-se da demanda, pode-se identificar a empresa de turismo como aquela que produz qualquer espécie de prestação de material e de serviços que servem diretamente à satisfação das necessidades dos turistas e que, durante a distribuição desses bens e serviços, entra em contato com eles. Kippendorf⁶ (apud BENI, 2006) apresenta uma relação de empresas de turismo (Quadro 1.1), classificadas de acordo com as necessidades dos turistas.

QUADRO 1.1 RELAÇÃO DE EMPRESAS DE TURISMO E OS PRINCIPAIS GRUPOS DE NECESSIDADES DOS TURISTAS.

Necessidades dos turistas	Empresas de Turismo
Deslocamento	Transportadoras para curta, médias e longa distâncias, oferecendo transporte ferroviário, rodoviário, aéreo e aquático.
Alojamento	Hotéis, motéis, camping, imobiliárias para locações de férias.
Alimentação	Restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis, supermercados etc.
Lazer e entretenimento	Hotéis, boates, bares, cinemas, teatros, cassinos etc.
Saúde, convalescença, e restabelecimento	Policlínicas, balneários, sanatórios, termas, estações de água, spas etc.
Informação e organização de viagens	Agências de viagens e operadoras de turismo, transportadoras, hotéis, organizações corporativas.

Fonte: Kippendorf (apud BENI, 2006)

⁶ Kippendorf, J. (1971) Marketing et tourisme. Études bernoises de tourisme. Berna: Hubert Lang et Cie.

1.5.3.3 Demanda Turística

As pessoas que se deslocam temporariamente de sua residência habitual, com propósito recreativo ou por outras necessidades e razões, demandam uma quantidade de bens e serviços, que estão dispostos a adquirir por um dado preço e em um dado período.

A efetivação ou não de um deslocamento, está diretamente relacionada aos fatores espaciais da decisão turística, que são a permanência ou ausência de múltiplos elementos e fatores que influenciam as preferências do ser humano. Segundo Beni (2006), esses fatores podem ser classificados em função de diferentes aspectos ou natureza (Quadro 1.2).

QUADRO 1.2. ASPECTOS E OS FATORES QUE CONFIGURAM A DECISÃO DO TURISTA PARA VIAJAR.

Aspecto ou natureza	Fatores espaciais
Natureza dos recursos	Praia, montanha, paisagem
Qualidade do ambiente	Limpeza e equilíbrio, degradação
Comunicação	Acesso fácil, proximidade, distância
Clima	Ensolarado e seco, chuvoso e úmido, frio, quente
Influência antrópica	Organização do território, infra-estrutura eficiente ou inadequada, equipamentos receptivos e complementares
Dimensão relativa	Alta e baixa densidade, áreas sem condições de habitabilidade
Personalidade	Própria ou atípica, regional, nacional, internacional.

FONTE: BENI (2006)

O que se pode perceber então, é que o personagem principal do fenômeno turístico é o turista, pois é a partir dele, da vontade dele conhecer coisas novas e gastar o seu dinheiro, fruto do trabalho, que o turismo acontece. Assim, conhecer o turista passa a ser um elemento fundamental na análise da atividade.

Uma das primeiras definições de turista é dada na década de 1930 pela Comissão de Estatística da Liga das Nações pela necessidade de se controlar o tamanho e as características dos mercados turísticos. Assim, turista passou a ser definido como “a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência por um período de, pelo menos, 24 horas”. A partir da década de 1960, a ONU passa a utilizar o termo visitante como sendo “a pessoa que visita um país que não seja o de sua residência, por qualquer motivo, e que nele não venha a exercer ocupação remunerada” para resolver questões estatísticas (DI-BELLA, 1999).

Para a ONU, os visitantes podem ser diferenciados em turistas e excursionistas. O turista seria:

“toda pessoa, sem distinção de raça, sexo, língua e religião, que ingresse no território de uma localidade diversa daquela em que tem residência habitual e nele permaneça pelo prazo mínimo de 24 horas e máximo de seis meses, no transcorrer de um período de 12 meses, com finalidade de turismo, recreio, esporte, saúde, motivos familiares, estudos, peregrinações religiosas ou negócios, mas sem propósito de imigração” (DI-BELA, 1999).

Quando o visitante não realiza a pernoite em uma localidade turística ele é considerado excursionista, sendo definido pela ONU como:

“aquele que viaja e permanece menos de 24 horas em localidade que não seja a de sua residência fixa ou habitual, com as mesmas finalidades que caracterizam os turistas, mas sem pernoitar nesse local visitado; também pode ser chamado de turista de um dia (DI-BELLA, 1999)”.

A importância do turista é tamanha que as pesquisas sobre turismo preferem classificar a atividade não nos tipos de turismo, mas nos tipos de turistas e seus diversos traços, características, motivações, necessidades individuais, preocupação e interesses, o que possibilita aos pesquisadores e profissionais do ramo entender melhor os turistas, com base no tipo de experiências buscadas, como indivíduos e como grupos (LIMA, 2002).

2 O TURISMO E SUA INTERFACE COM AS QUESTÕES AMBIENTAIS

2.1 TURISMO DE MASSA E A CRISE AMBIENTAL

2.1.1 O Desenvolvimento do Turismo de Massa

Após a segunda Guerra Mundial a humanidade presenciou um desenvolvimento econômico inédito, o que propiciou que a sociedade começasse a ter uma melhoria nas suas condições socioeconômicas - mais tempo livre, mais dias de férias, quase sempre pagas, e maior poder aquisitivo - podendo agora consumir os serviços turísticos que, até então, estavam disponíveis a um pequeno grupo de privilegiados (CASSOLA, 1990). As férias pagas, uma conquista trabalhista, somado a transformação dos aviões militares para transportar passageiros, foram de fundamental importância para o turismo, tornando-se os fatores que possibilitaram a escala necessária para a formação da sua indústria. Na década de 50, a introdução do avião a jato diminuiu ainda mais os custos das passagens, popularizando, sobremaneira, as viagens internacionais. Cada vez mais turistas estavam conseguindo visitar regiões distantes de forma rápida e econômica (SEABRA, 2003).

Era um momento em que o turismo se popularizava rapidamente, e começava uma procura intensa por balneários que já contavam com inúmeros empreendimentos turísticos como as praias de Punta del Este, no Uruguai, as praias da costa oeste dos Estados Unidos, as do norte no mar Mediterrâneo europeu, e também a praia brasileira de Copacabana, no Rio de Janeiro (DI-BELLA, 1991; LEONI, 2002).

O aspecto comercial do turismo começava a se solidificar, ocorrendo um incremento dos pacotes turísticos aéreos e viagens coletivas, com elementos como guias turísticos, reservas de hotéis, guias impressos e o desenvolvimento de cadeias de hotéis nos países desenvolvidos (SEABRA, 2003).

Torna-se comum um grande número de pessoas viajarem, em grupos ou individualmente, para o mesmo lugar, geralmente na mesma época do ano. Essa forma de viajar se expandiu rapidamente, vindo a ser denominado de “Turismo de Massa” (DIAS, 2003).

O Turismo de Massa acabou se tornando um fenômeno de importância econômica, política e cultural para muitos países, em virtude da geração de divisas com os gastos efetuados pelos turistas e seu efeito multiplicador nas localidades, tanto que, à época, a

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD) das Nações Unidas, afirmou que nessa atividade se concentrava um potencial de crescimento quase ilimitado, e o Banco Mundial e a ONU lançaram-se a promovê-lo nos países em desenvolvimento (CASASOLA, 1990).

A importância dessa forma de turismo ficou evidente quando a ONU declara 1967 como o Ano Internacional do Turismo, defendendo a idéia de que os hábitos de lazer e de viagens de quem vivia nos países ricos iriam abrir as portas do desenvolvimento econômico aos habitantes dos países pobres, o que levou vários países em desenvolvimento a incentivar o turismo (DI-BELLA, 1991).

Esse é o período em que se desenvolve uma ideologia triunfalista sobre turismo, onde se acreditava que ele poderia substituir as indústrias poluidoras da Revolução Industrial por uma atividade limpa e não contaminante. Por causa dessa idéia, passa a ser divulgado como uma “indústria sem chaminés” (DIAS, 2003). Atualmente, os estilos e procedimentos do Turismo de Massa acabaram se tornando padrão para diversas formas de turismo, independente do número de participantes, tornando-se comum designá-lo como Turismo Convencional.

2.1.2 Turismo e seus efeitos

Por se desenvolver rápido e precisar de muita mão de obra local, o turismo acaba se transformando em importante propulsor de desenvolvimento, acompanhado por profundas modificações na localidade onde ocorre (SWARBROOK, 2000). O turismo possui, ainda, a característica que o diferencia dos outros segmentos, pois, não são as mercadorias e sim o indivíduo que se desloca para consumir *in situ* o produto (WALL, 1997; RÁBAGO & REVVAH, 2000; SWARBROOK, 2000). A partir deste momento, acontece a introdução de um elemento alheio a cultura local, o que provoca modificações na estrutura econômica e nos padrões de conduta local, principalmente na escala de valores. Este contato, que aparentemente parece banal, dá origem a complexas relações que se cristalizam e adotam formas diversas, determinado pelo grau destas diferenças e pela intensidade das relações. E torna-se evidente que, quanto maior seja o número de turistas, maior serão também os efeitos, positivos e negativos, que o turismo propicia no âmbito natural e sociocultural (WALL, 1997; RÁBAGO & REVVAH, 2000).

Quando bem planejado e desenvolvido, o turismo pode trazer amplos benefícios às comunidades anfitriãs, tanto no nível econômico como nos níveis socioculturais e naturais

(Quadro 2.1). Além disso, o turismo pode se tornar um eficiente meio para promover a difusão de informações sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais, um estímulo às viagens turísticas (BENI, 2006).

Entretanto, assumindo a lógica capitalista, o turismo submete à sua racionalidade o conjunto de atividades que o sustenta. A sua prática procura obter a máxima rentabilidade financeira a curto prazo, aproveitando uma mão de obra barata em benefício dos grandes capitais envolvidos na crescente indústria turística internacional (CASSOLA, 1990; DIAS, 2003). A análise dos custos e benefícios e da reprodução do capital, também não leva em consideração os efeitos negativos sobre o ambiente natural e sociocultural (RÁBAGO & REVAH, 2000)

Desta maneira, as pautas, os estilos e as concepções que regem o exercício da atividade turística, já permitem afirmar que a atividade produz efeitos de degradação e de contaminação dos ecossistemas e das comunidades, com alta carga destrutiva e de transformação desordenada do entorno natural (SWARBROOKE, 200; LOMBARDO *et al.*, 2002).

Na verdade, percebe-se que a maneira como está sendo operada a apropriação dos recursos naturais e culturais, transformando-os para vender num mercado consumidor, o Turismo de Massa ou Convencional, se comporta como uma atividade extrativista, não sendo diferente do padrão adotado pelas indústrias petroquímica, siderúrgica, madeireira ou mineral (GARROD e FYALL, 1998). Desta maneira, desfaz-se a idéia de que o turismo é uma indústria limpa e sem interferências negativas sobre o ambiente. Na verdade, é mais um elemento a compor o cenário da crise ambiental contemporânea, enfrentando o dilema de explorar economicamente os atrativos naturais e socioculturais, sem comprometê-los para o futuro.

QUADRO 2.1. BENEFÍCIOS PROPICIADOS COM O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:

Níveis	Benefícios
Econômico	<ul style="list-style-type: none"> • oferece oportunidade de emprego; • gera troca de moeda; • aumenta o PIB; • pode ser implantado em infra-estrutura existente; • desenvolve uma economia que estimula o comércio e a indústria; • pode ser desenvolvido com produtos e recursos locais; • diversifica a economia; • tende a ser compatível com outras atividades econômicas; • distribui renda; • aumenta a arrecadação de impostos; • alto efeito multiplicador;
Social	<ul style="list-style-type: none"> • amplia os horizontes educacionais e culturais; • melhoria na qualidade de vida - maiores rendimentos e melhora do padrão de vida; • justifica a proteção e a melhora ambiental; • proporciona que as facilidades turísticas e recreacionais sejam utilizadas pela população local;
Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • reforça a preservação das heranças e tradições; • estimula o interesse dos visitantes na cultura local • oferece emprego a artistas, músicos e outros que divulgam a herança cultural; • derruba as barreiras sócio-culturais de linguagem, de classe, racial, política e religiosa; • cria uma imagem favorável da destinação para outros locais; • promove uma comunidade global; • promove o entendimento internacional e a paz;
Natural	<ul style="list-style-type: none"> • valorização das áreas naturais do destino turístico; • ampliação e preservação de áreas naturais; • criação de planos e programas de preservação e recuperação de áreas naturais; • maior investimento nas ações voltadas para a preservação ambiental; • melhoria dos padrões de uso e ocupação do solo; • aumento da conscientização ambiental; • redução da poluição ambiental; • melhoria da coleta e destinação do lixo e dos resíduos sólidos; • utilização de tecnologias limpas na adequação e estruturação da oferta turística diferencial; • redução do consumo de energia; • tratamento e destinação do esgoto; • redução de consumo e tratamento de água;

Fonte WTTC (2003)

2.2 EM BUSCA DE ALTERNATIVAS

2.2.1 Turismo Alternativo

As primeiras manifestações de repúdio ao modelo predatório e excludente do desenvolvimento capitalista da década de 1960, influenciaram a concepção de novas idéias para a reorientação do turismo dentro de uma nova ordem ética, onde procurou-se demonstrar a coerência entre os valores naturais, sociais e comunitários, permitindo, ao anfitrião e o hóspede, o compartilhamento de experiências, gerando uma interação positiva e conveniente (SOFFIATI, 2000; LIMA, 2002; DIAS, 2003; SEABRA, 2003).

O desejo de se distanciar do Turismo Convencional, adotando a pequena escala, a baixa densidade, se dispersando em áreas não urbanas, e atendendo ao interesse específico de grupos, deu origem a um movimento que se denominou de Turismo Alternativo (RÁBAGO e REVAH, 2000; WEARING e NEIL, 2001; LIMA, 2002; PIRES, 2003).

O Turismo Alternativo (TA) surge na Europa para satisfazer as necessidades psicológicas de uma clientela originária das camadas sociais mais intelectualizadas, com aspirações e motivações decorrentes de uma nova realidade contemporânea (MAGALHÃES⁷, 2002 apud DIAS, 2003). Esse público estava atrás de alternativas de lazer diferentes das praticadas nos grandes centros urbanos, de uma maior aproximação de formas simples de vida, em contraposição à complexidade da vida moderna, e da busca de melhor qualidade de vida, que se traduz em maior interação com a natureza. Além disso, essa mudança pode estar relacionada à fuga da padronização da oferta e dos serviços e da impessoalidade no tratamento dos turistas, que se traduz em perda da qualidade e do valor das férias oferecidas pelo turismo convencional, e também, à uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo convencional), utilizando-se do marketing, do modismo e do ideal consumista, característicos da sociedade atual (DIAS, 2003).

Neste momento, as viagens para ter contato ou observar a natureza passam a ganhar importância, e a qualidade do ambiente começa a constituir elemento de destaque para a descoberta, a educação e o espírito de aventura, dando origem a um novo mercado, onde agora, a natureza intacta e protegida, passa a ser um argumento comercial valioso. O que era programa de excursionistas, alpinistas, aventureiros, naturalistas ou para excursões escolares voltadas ao estudo do ambiente, torna-se agora, atrativo para quem nunca havia pensado em sair dos roteiros convencionais ou mesmo do meio urbano (LIMA, 2002). Essas viagens são

⁷ Magalhães, C.F. (2002). **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. Roca, São Paulo.

organizadas para lugares desconhecidos, conforme a necessidade e tempo do viajante, buscando revelar sítios distantes daqueles utilizados pelo Turismo Convencional, em ambientes com maior valorização cultural e natural, e estímulo ao desenvolvimento pessoal (RÁBAGO e REVAH, 2000). Mas como cada pessoa, ou grupo de pessoas, têm necessidades específicas, acabou originado uma ampla margem de abordagens e enfoques centrados na idéia de “alternativo”, resultando no surgimento de uma grande variedade de modalidades turísticas, que buscam atitudes, ações e posturas novas. Em um levantamento feito na literatura, entre o período de 1995 e 1998, Pires (2002) encontrou 60 termos associados à idéia de alternativo. O autor pondera que esse número é instável, pois a cada ciclo de acontecimentos, impulsionado pela dinâmica das experiências e pela evolução dos negócios do turismo, muitos termos caem em desuso e outros entram em evidência.

Para facilitar o entendimento do que venha a ser o TA, Pires (2002) propõe uma classificação baseada no enfoque ou na ênfase que é dada à atividade. O autor também reconhece que muitos dos termos podem acomodar-se em distintas classes de enfoque, e que algumas modalidades abrigadas sob o conceito mais geral do TA, possuem a capacidade idêntica de encabeçar hierarquicamente outras classificações (Quadro 2.2).

A análise realizada por Pires (2002) evidencia que o TA é um termo genérico e flexível que engloba toda uma série de estratégias de turismo, onde se evidencia uma busca por um maior contato com a natureza, tentando ser uma alternativa mais benigna que o Turismo Convencional nos locais de destino, e satisfazendo, ao mesmo tempo, as necessidades da população local e dos turistas (WEARING e NEIL, 2001; DIAS, 2003). Porém, essa busca crescente por espaços naturais em contraposição ao Turismo Convencional, leva à exploração de lugares novos, em muitos casos, com ecossistemas frágeis, sujeitos à uma rápida e irreversível degradação. Como paradoxo, essa mudança de interesse pode voltar-se contra os espaços com grande valor ecológico e sócio-cultural (DIAS, 2003).

QUADRO 2.2 – RELAÇÃO DOS ENFOQUES E TIPOS DE TURISMO ALTERNATIVO.

Enfoque	Tipo de turismo
Cultural Histórico Antropológico	antropológico nativo de Contato de solidariedade étnico/viagem étnica de história natural cultural arqueológico
Sustentabilidade Conservação	sustentável ecológico ecoturismo responsável de pequena escala e passo suave ambientalmente favorável ético socialmente responsável de solidariedade apropriado suave de baixo impacto
Ambiente	ambiental ambientalmente favorável verde
Campo Aspectos rurais	rural agroturismo agrícola agroecoturismo do campo/campestre eco-natural de sertão
Natureza Vida selvagem	na natureza orientado para a natureza relacionado com a natureza de vida selvagem natural de sertão duro de história natural na floresta suave de história natural de safári férias na natureza recreação não-destrutiva junto a vida selvagem bioturismo viagem com a mãe natureza viagem ecológica com base na natureza

QUADRO 2.2 – CONTINUAÇÃO

Enfoque	Tipo de turismo
Campo Aspectos rurais	rural agroturismo agrícola agroecoturismo do campo/campestre eco-natural de sertão
Aventura Ação	duro/forte de aventura de safári esportivo de aventura suave ecocaminhada de risco ecoaventura
Planejamento	planejado responsável apropriado
Especialidades Estudos	acadêmico duro de história natural de estudo especialista/de especialidade científico
Envolvimento Participação social	participativo de solidariedade local

FONTE: PIRES (2002)

Essa questão estimulou um processo de reorientação das políticas institucionais dos setores envolvidos com o turismo. No início da década de 1970 o Banco Mundial propôs uma avaliação do impacto do turismo, levando em consideração a vinculação entre o ambiente e os recursos, o desenho e a construção do projeto, operações, fatores socioculturais e repercussão na saúde da população. Na década seguinte, a OMT e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), divulgam a Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente. Neste documento é colocada a necessidade de compatibilizar as atividades de férias e tempo livre e a gestão do ambiente, sendo que a única forma aceitável de turismo é aquela que protege e salvaguarda o ambiente, e não é prejudicial aos interesses sociais e econômicos das populações locais (FENNELL, 2002). Essa postura é reafirmada e se consolida a partir da década de 1990, com a associação do turismo aos objetivos do desenvolvimento sustentável, dando origem ao Turismo Sustentável.

2.2.2 Desenvolvimento Sustentável

O Desenvolvimento Sustentável (DS) é uma idéia que começou a circular na sociedade moderna no início da década de 80, quando o debate sobre novas formas de desenvolvimento estava acirrado. Neste contexto, a necessidade premente da conservação dos recursos naturais levou a União Internacional de Conservação da Natureza – IUCN, a WWF e o PNUMA a proporem a “Estratégia Mundial para a Conservação”, onde apresentam pela primeira vez o termo “Desenvolvimento Sustentável”. Este documento foi importante, pois facilitou a entrada dos objetivos do DS nas agendas de diversos governos (PIERRI, 2001).

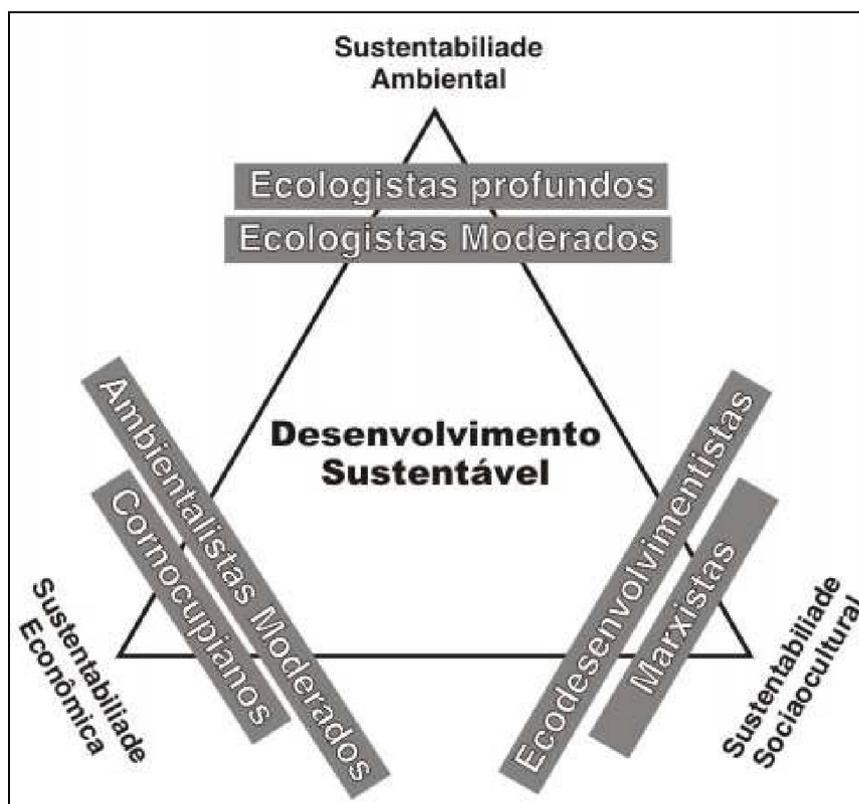
O conceito de DS foi proposto no documento “Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) mais conhecido como “Relatório Brundtlan”. No informe, o conceito de DS aparece como aquele em que as futuras gerações devem ter as mesmas condições das atuais em termos de qualidade de vida, incluindo a disponibilidade de recursos para a sua manutenção. Assim, passa-se a reconhecer que o desenvolvimento e ambiente estão interconectados e são interdependentes, superando a formulação clássica do problema, que os considerava opostos. Na Conferência Rio 1992, o termo é internacionalmente instrumentalizado com o lançamento da Agenda 21 (um protocolo de ação destinado aos governos de todos os países) (PIERRI, 2001).

Embora o conceito tenha se popularizado, seu entendimento ainda gera muita controvérsia, pois pessoas de diferentes campos usam o termo em diferentes contextos e eles, possuem diferentes conceitos, aproximações e preconceitos. Além disso, é criticado por ser ambíguo e inerentemente contraditório. Também tem se mostrado polêmico, quando tenta-se definir o que sustentar, que necessidades atender, para quem, etc (SHARPLEY, 2000). Para Pierri (2001) a maneira como o conceito de DS vai ser definido estará em função da concepção de sustentabilidade e do posicionamento em relação às questões ambientais de quem o propõe, o que significa que não existe um modelo ideal, que seja igualmente bom para todos; haverá sim, modelos alternativos que se permutam, beneficiando mais ou menos a determinados setores da sociedade, originando posições ambientalistas. Mas, mais do que uma questão técnica ou semântica, é política, pois na atual sociedade capitalista, que se apropria dos meios de produção e dos meios do trabalho social, definir um modelo de desenvolvimento leva sempre a conflitos de interesses sociais, políticos e ambientais (PIERRI E CHANG, 2004).

Embora atualmente existam diversos conceitos para o DS, é consenso de que seja constituído por diversas dimensões, sendo as principais, a ecológica, a sociocultural e a

econômica, e que o ideal seria que cada uma atinja a sustentabilidade. A sustentabilidade ecológica, trata da base física do processo de crescimento e o uso racional dos recursos incorporados aos processos produtivos. Isso implica em compatibilizar o desenvolvimento com a manutenção dos diferentes processos ecológicos e sua a biodiversidade. A sustentabilidade sociocultural procura assegurar que o desenvolvimento aumente o controle das populações sobre suas vidas, sendo compatível com a sua cultura e seus valores morais, e mantendo e fortalecendo a identidade da comunidade. A sustentabilidade econômica assegura que o desenvolvimento é economicamente eficaz e que os recursos sejam geridos de modo a poder suportar as gerações futuras (SEABRA, 2003). Portanto, a construção do conceito de DS é resultado de como a sociedade vem se relacionando com as questões ambientais ao longo de sua história, reflexo de diferentes concepções éticas. Essas concepções dão origem a diferentes correntes de pensamento ambientalistas (Figura 2.1). Para uma descrição mais detalhada sobre cada uma destas correntes, consultar Pierri (2001) e Foladori (2001).

FIGURA 2.1 – CORRENTES DE PENSAMENTO AMBIENTALISTA EM RELAÇÃO AOS ASPECTOS DA QUESTÃO AMBIENTAL E À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.



FONTE: PIERRI E CHANG (2004).

2.2.3 Turismo Sustentável

A partir da Rio 92, os setores envolvidos com o turismo entraram num processo de internalização dos preceitos do Desenvolvimento Sustentável. A conferência Globo 92, organizada pela WTTC em Vancouver, Canadá, foi a primeira a definir o papel do setor do turismo para se atingir a sustentabilidade. Nesta conferência foi elaborado um documento base para as questões e soluções relevantes para o estabelecimento do Turismo Sustentável, apresentando diversos benefícios gerados pela adoção de uma prática turística sustentável (Quadro 2.3).

QUADRO 2.3 – BENEFÍCIOS GERADOS PELO TURISMO SUSTENTÁVEL.

1	Estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano;
2	Assegura uma distribuição mais justa de benefícios e custos;
3	Gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos, em outros setores de suporte e de gestão de recursos;
4	Estimula a indústrias domesticas lucrativas – hotéis e outros tipos de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, artesanato e serviços de guias locais;
5	Gera entrada de divisas para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local;
6	Diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente;
7	Procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, até mesmo nas populações locais, de forma que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir;
8	Incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema;
9	Estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidades;
10	Cria facilidades de recreação que podem ser usadas pela comunidades locais e não apenas por turistas domésticos ou internacionais;
11	Estimula e auxilia a cobrir gastos com prevenção de sítios arqueológicos, construções e locais históricos;
12	Encoraja o uso produtivo de terras consideradas marginais para a agricultura, permitindo que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural;
13	Intensifica a auto-estima da comunidade local e oferece a oportunidade de maior compreensão e comunicação entre os povos de formação diversa;
14	Do ponto de vista do ambiente, demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de um a comunidade e seu bem-estar social, e pode ajudar a preservá-lo;
15	Monitora, assessora e administra os impactos do turismo, desenvolvendo métodos confiáveis de obtenção de respostas e opondo-se a qualquer efeito negativo.

FONTE: SEABRA (2003).

A WWF e a OMT, dirigindo-se aos governos e aos operadores de turismo, passam a divulgar a definição elaborada Shirley Eber sobre Turismo Sustentável:

...é a operação que ocorre dentro das capacidades naturais de segurança e produtividade futura dos recursos naturais, reconhecendo a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida trazem à experiência do turismo, aceitando que estas pessoas devem ter uma participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo, e sendo orientado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas (FENELL, 2002).

Em 1993, a WTTC junto à OMT, e o Conselho da Terra, lançaram o programa Green Globe 21, com o objetivo de aplicar os princípios da Agenda 21 à Indústria do Turismo. O resultado do programa foi a elaboração da “Agenda 21 para a Indústria do Turismo: em direção ao desenvolvimento sustentável”, em que era reconhecida a importância da cooperação entre governo, indústria e sociedade (FENELL, 2002).

Porém, Russo (2007) chama a atenção para o fato de que a agenda não beneficiou a participação de governos e populações, mas centrou-se na necessidade da auto-regulamentação da indústria, sustentando o papel dominante de mercados abertos e competitivos, das privatizações e desregulamentação no encorajamento do turismo, expressando o neoliberalismo da época.

A Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável, realizada em 1995 em Lazarone (Ilhas Canárias), ressaltou a importância de se incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável no âmbito do turismo. O primeiro artigo, de 18, estabelece que o desenvolvimento turístico deve se fundamentar em critérios de sustentabilidade: suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais (DIAS, 2003).

Na assembléia Geral da ONU de 1997, em Istambul, foi proposta uma resolução para a elaboração de um Código Mundial de Ética do Turismo. Esse código foi aprovado em 1999, na Assembléia da OMT, na cidade de Santiago do Chile. Ele é um importante instrumento de apoio para organizações governamentais e não governamentais, empresas de turismo, populações locais e demais participantes, através de seus 10 artigos com regras e demais providências para a prática do turismo no mundo. O código aponta para a construção do turismo sustentável, respeitoso com o ambiente, com a valorização dos usos e costumes locais, com a distribuição equitativa dos benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades receptoras, com os desejos e anseios do turista e com a conservação do patrimônio cultural.

Todas essas recomendações apontam para a necessidade de um enfoque mais efetivo e ambientalmente mais responsável do turismo, a fim de evitar ou, ao menos, minimizar os efeitos adversos nos locais onde o turismo ocorre, concomitante ao máximo aproveitamento dos benefícios (WIGHT, 2002; WOOD, 2002).

2.2.4 Interações entre Turismo Alternativo e Turismo Sustentável

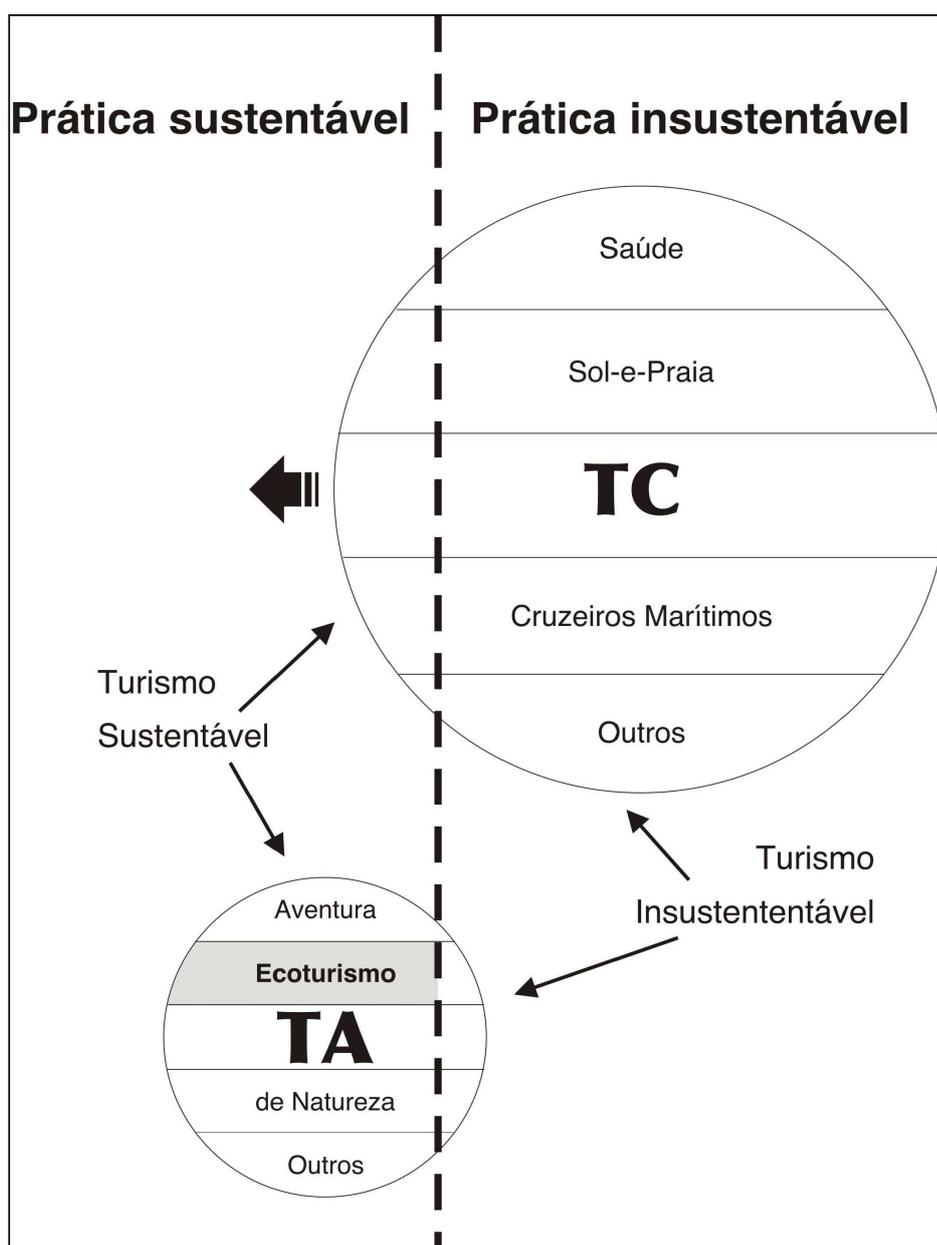
Toda a forma de turismo, em teoria, pode ser diferenciada entre sustentável e não sustentável. Assumindo-se que o entendimento dos indicadores para medirem e monitorarem a sustentabilidade estão no início do seu desenvolvimento, aquela atividade alternativa que parece ser sustentável a curto prazo, pode se tornar massiva e insustentável a longo prazo. Weaver (1999) apresenta um esquema para explicar a interação entre o Turismo Alternativo e o Turismo Sustentável (Figura 2.2).

A figura mostra que a maioria das formas de turismo são enquadradas no turismo convencional, modelo que tem sido amplamente percebido como sendo insustentável a longo prazo, em função da sua dinâmica. Entretanto, não existe uma incompatibilidade inerente entre o turismo convencional e a sustentabilidade. Isso é representado pela linha tracejada, que indica a ausência de qualquer barreira definitiva entre turismo sustentável e turismo insustentável. Na prática, o setor tem sido visto movendo-se gradualmente em direção à sustentabilidade, em resposta à demanda do mercado do turismo, crescentemente motivado por um elevado senso de cuidado ambiental e social. Mas para isso acontecer, necessita-se de um enfoque ambientalmente mais responsável e mais efetivo por parte do turismo convencional, para propiciar que as comunidades anfitriãs do turismo também se beneficiem com a realização da atividade, e evitar, ou ao menos minimizar, os efeitos adversos nestas comunidades (SOFFIATI, 2000).

Por sua vez, o turismo alternativo apresenta um conjunto de características diametralmente opostas ao turismo convencional. Por exemplo, se o turismo convencional tende ao controle externo, ocorrer em períodos determinados e ser voltado a um grande número de pessoas, o turismo alternativo se caracteriza por ser localmente orientado, ocorrer fora da “temporada” e desenvolvido para grupos pequenos. Por estas características, essa forma de pequena escala e pouco prevalente é geralmente associada com práticas sustentáveis. Entretanto, ressalta Weaver, pode se tornar insustentável sob certas circunstâncias, quando, por exemplo, a penetração nas comunidades tradicionais é muito

intrusiva, ou quando a elite local monopoliza a indústria do destino turístico. Dessa maneira, ultrapassa-se a linha tracejada em direção à insustentabilidade, possibilitando que apareçam opções híbridas e transitórias com respeito à sustentabilidade das atividades. Isso acontece porque, geralmente, o desenvolvimento do turismo não leva em consideração as fragilidades do ambiente alvo, e nem a necessidade de gerir e controlar os possíveis impactos (FIGUEIREDO, 2002).

FIGURA 2.2 – RELACIONAMENTO ENTRE O TURISMO CONVENCIONAL (TC) E O TURISMO ALTERNATIVO (TA) COM A SUSTENTABILIDADE.



FONTE: WEAVER (1999).

Contudo, é importante frisar que, mesmo que novas formas de turismo venham a se desenvolver, o Turismo Convencional continuará acontecendo em virtude do seu importante papel na economia, e porque as pessoas ainda preferem comprar as facilidades de conforto e praticidade que o modelo oferece (BUTLER, 1990). Então, deve-se direcionar esforços para a modificação das situações mais prejudiciais encontradas na prática do Turismo de convencional (COHEN⁸, 1987 apud FENNELL, 2002). Para isso, é necessário, em primeiro lugar, que se ultrapasse a barreira entre a teoria e a prática de se incorporar e aplicar os princípios da sustentabilidade em toda forma de turismo (SEABRA, 2003).

Tanto a Indústria do Turismo como as Organizações governamentais e não-governamentais, tem apontado o ecoturismo como sendo o modelo de turismo que já na sua gênese, incorpora os princípios de sustentabilidade, sendo as suas práticas e orientações consideradas as mais próximas do que poderia ser um ideal sustentável para as atividades turísticas como um todo.

A seguir, será realizada uma discussão sobre o que venha a ser o ecoturismo, o que ele faz e o que ele deveria fazer, identificando os principais componentes que o constituem.

⁸ Cohen, E. 1987. Alternative tourism – a critique. *Tourism Recreation Research* 12(2):13-18.

PARTE II

DEFININDO ECOTURISMO

O termo ecoturismo vem sendo utilizado há mais de 2 décadas para expressar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no ramo de viagens que se posicionam na interface turismo e ambiente. Este último compreendendo especialmente ambientes naturais pouco alterados, protegidos legalmente ou não, juntamente com as culturas autóctones presentes dentro destas áreas e em suas imediações (PIRES, 1998).

A primeira utilização do termo ecoturismo é, frequentemente, apontada à Hector Ceballos-Lascurain. Mas Dias (2003) chama a atenção para o fato de que o primeiro a utilizar o termo foi, de fato, Nicolas Hertzner, numa publicação da revista *Links*, de 1965, intitulada *Environment, Tourism and Culture*. Hertzner apresentou as primeiras idéias sobre turismo e desenvolvimento, propondo fazer do turismo um instrumento útil para o ecodesenvolvimento, no momento em que a crise ambiental emergia. Sua intenção era o desenvolvimento, a promoção e a implementação de projetos de turismo responsável, que deveriam cumprir os seguintes requerimentos:

- a) mínimo impacto ambiental;
- b) mínimo impacto sobre – e o máximo respeito pelas – comunidades locais;
- c) máximo benefício econômico para os países anfitriões; e
- d) máxima satisfação recreacional para os turistas.

Para Hertzner, se o turismo cumprisse, ao menos, esses requerimentos, poderia “ser benéfico e gratificante para os turistas, um investimento economicamente válido para as comunidades locais, e ter a propriedade de conservar o ambiente – um turismo ecológico (eco-turismo)” (HETZNER, 1965).

A proposta de Hertzner não teve a repercussão devida na época. O termo só voltaria à cena duas décadas depois, quando Ceballos-Lascurain, um arquiteto que presidia a ONG mexicana PRONATURA, realizava uma campanha contra a instalação de um complexo turístico em uma área alagada no estuário de Celestun (México), local de reprodução e alimentação de flamingos americanos. Entre os argumentos usados para a defesa do local,

utilizou a presença crescente de turistas observadores de aves. Ceballos-Lascurain estava convencido de que estas pessoas poderiam ter um papel importante na melhoria da economia rural local, criando novos empregos e preservando a ecologia da área. E para se referir a esse fenômeno, utilizou o termo “ecoturismo”. Assim, passou a defender a idéia de que essa atividade era capaz de gerar renda para a comunidade do entorno, bem como recursos para a manutenção da área, e que os valores seriam maiores do que os previstos pelo empreendimento imobiliário (CEBALLOS-LASCURAIN, 1998).

Ceballos-Lascurain também foi responsável pela primeira definição de ecoturismo, apresentada em 1987 no fórum para a Conservação das Américas em Indianápolis, EUA. Essa definição foi publicada no *México Journal*, em 1988 (DIAS, 2003).

A definição foi revista e popularizada no livro *Ecotourism: potentials and pitfalls*, editada por Elizabeth Boo em co-autoria de Ceballos-Lascurain, em 1990. A partir de 1996 a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) adota esse conceito e passa a divulgá-lo como:

ecoturismo ou turismo ecológico consiste em viagens ambientalmente responsáveis com visitas a áreas naturais relativamente não perturbadas para desfrutar e apreciar a natureza – juntamente com as manifestações culturais do passado ou do presente que possam existir - e que ao mesmo tempo promove a conservação, proporcionando baixo impacto pelos visitantes e contribui positivamente ao envolvimento sócio-econômico ativo das populações (IUCN, 1996 apud Ceballos-Lascurain, 1998).

Porém, desde que Ceballos-Lascurain apresentou a primeira definição, uma profusão de conceitos começaram a aparecer na literatura. Isso foi provocado principalmente porque o ecoturismo tornou-se uma atividade com a propriedade de atender, de maneira satisfatória, os objetivos de cada um dos segmentos sociais que tem interesse no seu desenvolvimento, como os turistas, ONGs, a Indústria do Turismo, as comunidades tradicionais, os governos, a academia, entre outros. Como cada um destes segmentos tende a desenvolvê-lo e o instrumentalizá-lo de acordo com princípios próprios, esses, validados pelo senso ético de cada um, geraram distintas interpretações a seu respeito. (LINDBERG *et al.* 1996; HVENEGAARD e DEARDEN, 1998; WEAVER, 1999; SIRAKAYA *et al.* 1999; DIAMANTIS, 1999; HIGHAM e CARR, 2003; ZACCHI, 2004; ESPINOZA, 2004; SILVA e McDILL, 2004). Assim, neologismos são criados corriqueiramente pela junção de características de outras modalidades turísticas, dando ao ecoturismo princípios e objetivos distintos (ZACCHI, 2004). Em função disso, o ecoturismo vem sendo definido de diversas

maneiras dentro da literatura ambiental e do turismo, principalmente porque, todos aqueles que entram em contato com o termo tentam defini-lo. Por exemplo, uma pesquisa realizada na América Latina identificou 25 agências governamentais que adotam o ecoturismo. Destas, 21 decidiram criar sua própria definição (ESPINOZA, 2004).

Mas não são apenas os governos a fazerem isso, pesquisadores da academia, operadores de turismo, organizações de conservação e organismos de desenvolvimento também estão na trilha da definição do ecoturismo. Pires (1998), na tentativa de compreender a dimensão conceitual do termo, selecionou 28 definições utilizadas por esses setores da sociedade e conclui que permanece a necessidade de uma interpretação realmente clara quanto ao seu conteúdo e significado. Ressalta ainda que, cada um destes setores tende a conceber sua própria idéia de ecoturismo em função de seus interesses mediatos e imediatos e do ponto de vista particular a cada um. Isso acaba por originar divergências e até conflitos conceituais.

Higman e Carr (2003) salientam, ainda, que a falta de uma afirmação clara sobre a definição de ecoturismo pode impedir a sustentabilidade do mesmo, diluindo, por si só, os compromissos e interesses coordenados de grupos e organizações públicas e privadas, governamentais e não governamentais, situação considerada indesejada e contraproducente para o desenvolvimento do setor. De acordo com Shore (1994) o uso continuado de definições ambíguas no marco do ecoturismo, debilita o poder do conceito e fomenta o maltrato e o abuso da idéia.

É importante também lembrar que, em função do crescimento das atividades junto à natureza e suas eventuais consequências, é necessário desde já buscar-se o discernimento que possibilite não só a correta interpretação e apropriação das terminologias, como também o claro entendimento de toda a extensão dos conceitos envolvidos (PIRES, 1998). Sendo assim, Pires (1998) e Wood (2002) sustentam que, nas atuais circunstâncias, o ecoturismo pode ser melhor entendido através da identificação dos elementos centrais.

IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS CENTRAIS DO ECOTURISMO

Como cada segmento envolvido com o ecoturismo o define segundo seus interesses, os elementos que o descrevem se encontram diluídos na vasta literatura sobre o tema. Com o objetivo de reuni-los em um único panorama, analisou-se 75 definições oriundas dos diversos segmentos, obtidos em artigos e livros que trabalham com o tema.

Para a identificação dos elementos, as definições foram colocadas em uma planilha. Em cada definição foram identificados os elementos principais, e depois verificado se esses estavam presentes nas demais definições. Da organização destas informações, construiu-se uma matriz de presença e ausência.

A revisão das definições não foi exaustiva, mas suficiente para realçar as diversas interpretações do termo ecoturismo sustentadas por membros da indústria do turismo, organizações governamentais e não-governamentais, operadoras de ecoturismo e pesquisadores da academia. O processo confirmou a existência de uma grande variedade de critérios ou elementos usados para definir ecoturismo. Ao todo, foram identificados 26 elementos (Tabela 3.1).

Entre os elementos identificados nas definições de ecoturismo, é possível se identificar bases de ordem natural, sociocultural, educacional, econômica e de sustentabilidade, que indicam o papel do ecoturismo ou o que o ecoturismo atualmente faz, e os seus objetivos, ou o que o ecoturismo deve fazer.

A partir dos elementos base, será buscado um entendimento da natureza de cada elemento que constitui as definições do ecoturismo, os quais se encontram interpolados dentro dos conceitos de ecoturismo, a fim de compreender os objetivos e as dificuldades da sua execução.

TABELA 3.1 – RELAÇÃO DOS ELEMENTOS PRESENTES NAS DEFINIÇÕES DE ECOTURISMO, O NÚMERO DE OCORRÊNCIA EM TODOS OS CONCEITOS E SUA PORCENTAGEM. (N=75).

Elementos	Frequência	%
Contribuição à conservação, preservação, proteção, restauração da cultura e natureza	48	64%
Interesse na natureza intacta/primitiva ou pouco degradada	46	61,3%
Usufruir, apreciar, admirar, observar, desfrutar, experimentar, valorizar o ócio, recreação, satisfação	36	48%
Educar, interpretar, conscientizar, sensibilizar	28	37,3%
Bem-estar e benefícios da população local	26	34,7%
Interesse na cultura, herança cultural, patrimônio cultural, história	20	26,7%
Desenvolvimento sustentável, sustentabilidade	18	24%
Baixo impacto	15	20%
Não predatório, respeito, não consumista	12	16%
Participação da população, auto-suficiência	12	16%
Compreender, conhecer, apreender, respeitar, observar	11	14,7%
Estudar, pesquisar	10	13,3%
Gestão	9	12%
Estímulo, desenvolvimento da economia	8	10,7%
Respeito aos locais	6	8%
Apoiado em parques e áreas protegidas	5	6,7%
Aventura	4	5,3%
Participação do visitante ativa/passiva	4	5,3%
Marketing	3	4%
Benefício para regiões e países	2	2,7%
Interação entre visitante e locais	2	2,7%
Pequena escala	2	2,7%
Infra-estrutura rústica	1	1,3%
Política	1	1,3%
Atividade econômica	1	1,3%
Ética/responsabilidade	1	1,3%

FONTES: BRASIL, 1994; WESTERN, 1995; BOYD e BUTLER, 1996; BURTON, 1997; PIRES, 1998; SIRAKAYA *et al.* 1999; DIAMANTIS, 1999; FENNELL, 2002.

Elementos de Base Natural

O progressivo interesse global e o crescimento exponencial do ecoturismo deriva de uma mudança fundamental no modo como os seres humanos enxergam a natureza, de como se relacionam com ela, em resposta à atual crise do paradigma civilizatório (SEABRA, 2003). As visitas à natureza não são, obviamente, uma novidade, uma vez que elas sempre existiram, e como qualquer tipo de viagem, sempre são enriquecedoras. Apenas agora está sendo organizada como negócio e, assim, tornando-as mais acessíveis a um público mais amplo.

A reaproximação da natureza pode se dar tanto como uma alternativa de destino, distante dos fluxos congestionados (LIMA, 2002), como pela necessidade de retorno às experiências místicas e religiosas, ou como pelo desejo da ruptura do cotidiano, com o objetivo de vivenciar o novo, o exótico, a paisagem “intocada”, desfazendo-se temporariamente do fardo das condições normais de trabalho, moradia e lazer, a fim de estar em condições de retomá-los após o regresso (VAL, 2002).

Quando um turista busca uma área natural, vivencia o espaço e o transforma em lugar, dando-lhe definição, significado e valor. A percepção da paisagem faz parte da experiência dos indivíduos em relação aos lugares. O turista experiencia a paisagem, carregada de significado, através de sua percepção, suas vontades, necessidades, emoções, sentimentos e afetividades (MARIANI, 2002). A paisagem constitui, então, um dos principais componentes das áreas naturais como oferta turística primária ou original. E todo o composto cênico que integra o entorno (elementos físicos, biológicos e antrópicos, em constante interação), poderá ser considerado paisagem, e esta classificação permite a cada um, descrevê-la de forma subjetiva, através do funcionamento dos organismos ali inseridos. Este complemento fisiológico compõe um campo motivacional que permite ao ser humano desprender-se do cotidiano e mergulhar em viagens sensitivas (WOOD, 2000).

O ecoturismo e outras formas de turismo

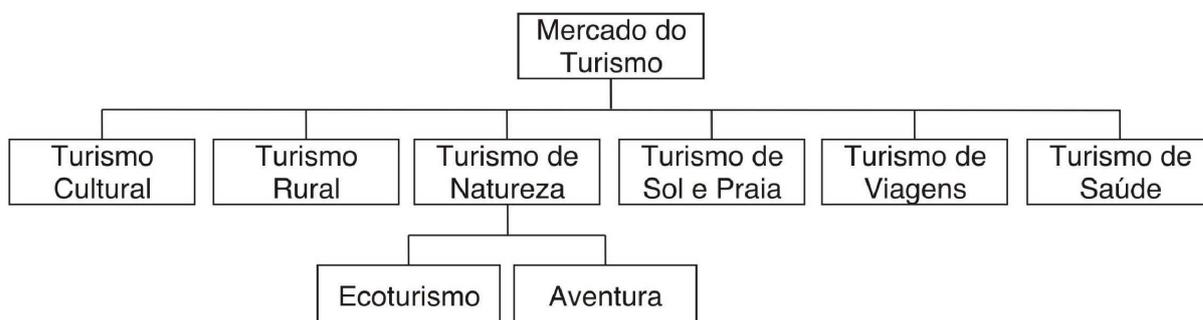
A dependência do ecoturismo com as áreas naturais o insere no turismo de natureza, porém, nem toda forma de viagem para áreas naturais é necessariamente ecoturismo (WEARING e NELL, 2001).

Muitas das atividades turísticas que utilizam a natureza apenas como meio ou cenário para a sua realização, oferecendo aos turistas tão somente a oportunidade de conhecerem

lugares e populações exóticas, constituem apenas o turismo de natureza, sendo esse o enfoque dado em especial pela indústria do turismo e também pela área governamental (PIRES, 1998).

Fennell (2002) argumenta que o turismo baseado na natureza pode ser tratado mais como um rótulo que descreve todos os tipos de turismo que ocorrem em áreas naturais e, por estar centrado na natureza, possibilita, segundo Wearing e Nell (2001), o surgimento de slogans chamativos que abarcam várias formas de turismo, incluindo o próprio ecoturismo. Para Wood (2002), o mercado do turismo entende o turismo de natureza como um de seus componentes, junto com as demais formas de turismo (Figura 3.1).

FIGURA 3.1 – DISTINÇÃO ENTRE ECOTURISMO E TURISMO DE NATUREZA.



FONTE: WOOD (2002).

Por outro lado, Goodwin (1996 apud FENNELL, 2002) entende que o turismo de natureza engloba todos os tipos de turismo em oposição ao turismo convencional, que utilizam os recursos naturais selvagens ou não desenvolvidos, incluindo as espécies, os habitats e as paisagens (Figura 3.2).

FIGURA 3.2 – DISTINÇÃO ENTRE O TURISMO BASEADO NA NATUREZA E TURISMO CONVENCIONAL.



FONTE GOODWIN (1996).

Contudo, é controverso tentar separar o turismo de natureza das demais formas de turismo, pois todas dependem do uso dos recursos naturais. Até mesmo o turismo convencional, baseado na rede hoteleira, depende de recursos naturais como as praias e oceanos como um componente central do produto e da experiência. Mas é certo que nem todos os tipos de turismo na natureza são necessariamente compatíveis entre si ou com o ambiente, como é o caso daquelas atividades esportivas com alto potencial de impacto ambiental, como é o caso de veículos motorizados em trilhas, a náutica motorizada e a caça e pesca, todas com uma natureza predatória e um enfoque de gestão diferente (PIRES, 1998; FENNEL, 2002).

O que distingue então, o ecoturismo das demais formas de turismo de natureza, é a forte motivação do turista em usufruir, apreciar, admirar e observar a natureza, o contato com as culturas e pesquisar. Todos superando em importância, mas não excluindo, a aventura. Enquanto a motivação primeira do ecoturismo é geralmente a observação e apreciação das características naturais e culturais relacionadas ao recurso, no turismo de aventura, é o exercício físico e o desafio de mudança oferecido pelo ambiente natural, onde as pessoas são protagonistas, desenvolvendo atividades participativas de menor ou maior intensidade, necessitando, no segundo caso, de serviços especializados. Contudo, isso não impede que o praticante do turismo de aventura realize a apreciação do entorno natural durante a atividade. Da mesma maneira, em várias situações, o praticante do ecoturismo, para chegar a uma determinada localidade ou atrativo, é obrigado a ultrapassar vários obstáculos naturais, como corredeiras, longas caminhadas, escaladas, mergulho livre e autônomo, travessias de desfiladeiros e a realização de acampamento selvagem, que trazem à atividade um forte componente de aventura, com todas as implicações de equipamento adequado, segurança e de trabalho em equipe. Logo, quem pratica o ecoturismo, deve ter um mínimo de espírito de aventura (WOOD, 2002).

O espírito de aventura também esteve presente no interesse pela natureza como tema de pesquisa nos séculos XVIII e XIX, quando foram realizadas inúmeras viagens para os novos mundos para a descrição da sua fauna e flora, bem como de seus povos, como as realizadas por Humboldt e Linné na América Latina. A mais famosa, sem dúvida, foi a volta ao mundo realizada por Charles Darwin, entre 1831 e 1835, da qual resultou a teoria da evolução. O Museu Americano de História Natural promove excursões desta natureza desde 1953 (FENNEL, 2002). Hoje, as pesquisas envolvem tanto questões de ordem de história natural do local, como a pesquisa para a realização do manejo destas áreas, que incluem, entre outros, a administração dos visitantes e destinação de áreas para a atividade.

Áreas Naturais Protegidas

O tipo de desenvolvimento que a sociedade empreende ao longo do tempo, faz com que as áreas naturais estejam cada vez mais restritas a pequenas porções de terra, constituindo-se em remanescentes encontrados em lugares cada vez mais longínquos, situados, principalmente, nas regiões tropicais. Por essa condição, essas áreas vem despertando o interesse de turistas, que buscam a experiência de estar, talvez, nas últimas áreas originais do planeta.

A introdução do prefixo “eco” no termo turismo reflete, portanto, o interesse pela utilização turística de áreas naturais, e dessa forma, torna-se uma premissa para o ecoturismo que a atividade só se realiza com a existência da natureza, razão primeira de sua motivação, devendo esta se encontrar em seu estado mais original possível (PIRES, 1998; ZACHHI, 2004). Mas a condição de primitividade almejada pelo ecoturismo, na maioria das vezes, só é conseguida onde mecanismos de proteção legal estão estabelecidos, garantindo a manutenção das heranças naturais, culturais e dos serviços ecológicos (DIAMANTIS, 1999), além do uso turístico (SILVEIRA, 2002). Mas, é importante frisar que, não se deve centralizar as atividades de ecoturismo em áreas protegidas, pois acaba restringindo suas possibilidades de ação. Blamay (1997) chama atenção para o fato de que o ecoturismo deve contribuir, também, com a promoção da conservação de áreas não protegidas, pois o caráter “não protegido” permite a interpretação de que o local não necessita de nenhum cuidado, podendo ser utilizado sem nenhum critério.

Unidades de Conservação

No Brasil, as áreas naturais protegidas são designadas de Unidades de Conservação (UC) e os critérios e normas para a sua criação, implantação e gestão, seguem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

Segundo o SNUC (2000), a conservação da natureza é o “manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras”. O mesmo documento define manejo como “todo e qualquer

procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas”. Já preservação é definido como “o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”. O uso sustentável seria “a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”.

Uma UC é “um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. Dentre os objetivos de uma UC está o favorecimento de condições e promoção do ecoturismo, da educação e interpretação ambiental e da recreação em contato com a natureza (SNUC, 2000).

O Brasil conta atualmente, segundo a página eletrônica do IBAMA (www.ibama.org.br), com 727 UCs, cobrindo cerca de 4% do território brasileiro. As doze categorias de UCs estão divididas em dois tipos de regime de uso: áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável (Tabela 3.2).

TABELA 3.2 – TOTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

	Categoria de UC	Total
Áreas de Proteção Integral	Reserva Biológica	29
	Estação Ecológica	32
	Refúgio de Vida Silvestre	3
	Parque Nacional	62
Áreas de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	31
	Floresta Nacional	73
	Área de Relevante Interesse Ecológico	17
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	1
	Reserva Extrativista	50
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	429

FONTE: IBAMA, 2007

As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na lei do SNUC; nestas categorias, a permanência humana não é permitida. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da

natureza com o uso direto de parcelas dos seus recursos naturais; a permanência humana é admitida nesta categoria (SNUC, 2000).

As categorias Estação Ecológica e Reserva Biológica proíbem a visitação pública, exceto quando o objetivo é educacional. As demais sujeitam a visitação pública às normas e restrições estabelecidas pelo plano de manejo da UC, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento.

Um dilema que se apresenta é que a proteção legal de uma área não é garantia da sua efetivação, principalmente nos países em desenvolvimento. Muitas UCs estão sobre sérias ameaças de diferentes origens, desde os agricultores com poucas alternativas que praticam a queimada como forma de limpar o terreno, ou pelas grandes monoculturas, que necessitam cada vez mais de áreas para plantar. Mas a questão base é que, muitos países não possuem condições financeiras, recursos humanos e legislação para o manejo das áreas protegidas a longo prazo. Muitos governos falham, propositadamente ou não, em olhar para o manejo e conservação de áreas naturais como uma forma legítima do uso do solo. Isso faz com que muitas das UCs estejam apenas ou ainda no papel (CEBALLOS-LASCURAIN, 1998). Por exemplo, $\frac{3}{4}$ das áreas protegidas na América Latina carecem de proteção efetiva; outra porção não possui plano de manejo nem fontes de recursos para garantir o financiamento para um manejo efetivo (BRANDON, 1996).

Atualmente, o turismo é mais um componente deste dilema que enfrenta os gestores de tais áreas, pois, de um lado, têm-se aqueles que querem preservada sua integridade ecológica, e do outro, aqueles que as querem para o uso turístico e recreação (WEARING e NEIL, 2001). Para Ceballos-Lascurain (1998), existem 3 possibilidades de relacionamento entre os que querem a conservação e os que querem desenvolver o turismo em UC: o conflito, a coexistência e a simbiose. O conflito aparece entre o turismo e a conservação da natureza quando a atividade turística implica prejuízo ao ambiente natural. Nesse caso, os interesses do turismo e da conservação são mutuamente prejudiciais. A coexistência ocorre quando existe entre os operadores turísticos e os ambientalistas, um mínimo de reconhecimento e diálogo. Essa fase acontece, de modo geral, quando nem o turismo, nem a conservação encontram-se bem desenvolvidos em uma área. Essa situação é pouco estável, sobretudo porque o incremento do turismo pode induzir uma mudança substancial na área. Essa relação se desenvolve para satisfatória (simbiose) ou de conflito. A simbiose acontece quando as duas partes se organizam de modo que ambas recebem os benefícios advindos da colaboração mútua. Essa relação conduz à compreensão de que a conservação da natureza pode ser uma ferramenta útil para obter melhor qualidade de vida. Os ambientalistas compreendem o papel

que pode exercer o turismo, principalmente, em termos de educação ambiental. Os operadores turísticos, por sua vez, entendem que a conservação do ambiente natural traz a segurança da permanência dos atrativos por longo período de tempo, significando a manutenção de seus negócios. Então, dentre as muitas atividades turísticas que poderiam ser desenvolvidas nas UCs, o ecoturismo seria aquela que melhor desempenha o papel de instrumento ou ferramenta para beneficiar tanto a conservação como o turismo (BRANDON, 1996; WOOD, 2002).

Impactos do ecoturismo

A promoção do ecoturismo em UCs levanta inúmeras questões, pois como qualquer atividade submetida a um rápido crescimento, cria problemas. Muitas pessoas que monitoram o turismo acreditam que, na ânsia de se fazer dinheiro com o ecoturismo, os benefícios são super-valorizados e os problemas ignorados (BELETSKY, 1998). Os responsáveis pela área podem estar mais interessados nos ganhos econômicos do parque do que nos benefícios da conservação. Por outro lado, se a área tem uma grande demanda de visitação, os responsáveis podem querer providenciar um desenvolvimento inadequado, como abertura de estradas e construções de hotéis que, embora melhorem a receita, afeta os recursos naturais (CEBALLOS-LASCURAIN, 1998).

Outro problema é que muitas das UCs apresentam uma biodiversidade sensível à perturbações. Muitos lugares se situam em regiões remotas, tendo grande importância para a conservação da biodiversidade, pois estão pouco degradadas (WALL, 1993). Ao mesmo tempo, isso torna essas áreas muito atrativas para os ecoturistas, que querem viajar para lugares que são biologicamente importantes e mais exóticos em função de se situarem em lugares remotos. Muitas destas áreas carecem de infra-estrutura e planos de manejo ou recursos para atender um aumento de influxo de turistas (WEAVER e NEIL, 2001).

Os gestores também devem saber diferenciar o ecoturismo do turismo convencional, especialmente quando a UC for estabelecida para proteger uma espécie em particular ou um recurso natural valioso (BRANDON, 1996). Essa diferença se faz, inicialmente, na escala da operação (o número de participantes deve ser pequeno), pois é um dos fatores que distingue o ecoturismo do turismo convencional. Mas também deve ser considerado a frequência da operação. Se muitos ecoturistas viajam frequentemente para uma área ou país, o ecoturismo começa a ter os mesmos problemas do turismo convencional, afetando o solo, a água, a flora e fauna, o ar, a comunidade, os atrativos, a economia e a qualidade da visita (Quadro 3.1).

QUADRO 3.1 – PRINCIPAIS IMPACTOS NEGATIVOS DO ECOTURISMO SOBRE AS ÁREAS NATURAIS

- a) Alteração irreversível da paisagem natural, como desmatamentos, cortes e aterros, desmonte de morros, a erosão, desmonte de dunas, alterações na drenagem, represamentos e assoreamentos que alteram o perfil de equilíbrio dos cursos de água;
- b) Construções não condizentes com o entorno, funcionando como elemento de intrusão visual negativo que funcionam como detratores da paisagem, interferindo quase de forma irreversível na qualidade visual da mesma;
- c) Problemas com os resíduos sólidos que muitas vezes são depositados aleatoriamente produzindo lixões, que além de serem grandes detratores visuais, produzem chorume, que pode percolar e contaminar irreversivelmente o lençóis freático ou ser carregado pelas águas superficiais, contaminando cursos d'água (vale lembrar que 76% dos municípios brasileiros o lixo é jogado em lixões);
- d) Esgoto domiciliar e de outra natureza (hoteleiro, comercial, industrial) lançado in natura em fossas negras;
- e) Poluição visual causada por placas indicativas não apropriadas ou por cartazes publicitários muitas vezes fixados em árvores;
- f) Poluição sonora causada pelo tráfego terrestre, por grupos de turistas ruidosos, por ruídos de geradores;
- g) Compactação do solo pelo pisoteio em trilhas não monitoradas; abertura de trilhas secundárias;
- h) Assentamentos ilegais – gravíssimo em áreas à beira de rios, lagos e lagoas, cachoeiras ou sobre palafitas sobre espelho d'água;
- i) Uso indiscriminado de fontes de energia, onde a água é um recurso finito;
- j) Alteração do habitat natural de muitas espécies da fauna e da flora, através de queimadas e desmatamentos, provocando a diminuição da biodiversidade;
- k) A fauna também pode ser afetada pela captura intencional para a venda direta aos turista ou para o tráfico de animais;
- l) Ausência de planos de manejo, ou os existentes com base científica inconsistente e não respeitados mesmo que sejam apropriados;
- m) Desrespeito total à capacidade de carga natural, principalmente em ecossistemas de grande fragilidade;
- n) Montagem de equipamentos não adequados para acessos e mirantes para observação de vales, planícies, cachoeiras, cavernas e grutas;
- o) Interferência nos ritmos da comunidade anfitriã, alterando seus costumes e preferências.

FONTE: RODRIGUES (2003).

O atrativo da região, que pode ser composto por esses elementos, sofre então com a sobre-exploração, podendo ser artificializado para atender a demanda ou sofrer deprecação por falta de fiscalização. Desta maneira, o local passa a ser depreciado e desvalorizado pelo ecoturista. A diminuição da visitação provocará uma reação em cadeia. O comércio local é afetado, fazendo com que postos de trabalho sejam fechados, provocando o desemprego. A diminuição da renda faz com que a comunidade perca a capacidade de se auto sustentar, dando origem ao impacto social. Resta para a comunidade, então, buscar no recurso já comprometido, os elementos para a sua sobrevivência, afetando mais ainda o recurso, e assim sucessivamente (RODRIGUES, 2003).

Para que o ecoturismo consiga efetivamente ser uma estratégia de conservação para uma UC, o seu planejamento, manejo e operação se tornam primordial. O planejamento deve estar baseado nas limitações dos recursos, já que as oportunidades para sua prática se perderão caso o poder de recuperação dos impactos forem superados ou se a biodiversidade ou a aparência física forem alteradas de modo significativo (WEARING e NEIL, 2001).

Manejo da visitação

O manejo da visitação é uma estratégia de conservação que deve estar prevista no plano de manejo da UC. A visitação deve ocorrer subordinada ao programa de visitação, que é feito dentro dos objetivos determinados para a área, nos locais pré-determinados, em que os impactos possam ser monitorados.

Como não se pode selecionar quem deve ou não visitar a área, torna-se primordial a existência de um programa de visitação que contemple as múltiplas intenções de uso da UC. Um programa de visitação deve incluir no seu conteúdo palestras, visitas aos atrativos por trilhas guiadas ou auto-guiadas, contatos com pesquisadores, centros de visitação (se houver) com mapas e animais taxidermizados e vestígios da presença de fauna, material informativo sobre o local, entre outras possibilidades. Um bom programa deve ter a estratégia de fazer com que o ecoturista saia do papel passivo, onde sua recreação está baseada simplesmente na observação do ambiente natural, para um papel mais ativo, onde suas atividades contribuam com a saúde e a viabilidade do ambiente visitado (ORANS, 1995b). Desta maneira, pode-se fazer com que o ecoturista tenha, além de uma vivência significativa, uma participação direta no manejo de áreas protegidas, como limpeza do local, auxílio de projetos, recuperação de

infra-estrutura, auxílio à comunidade através de obras sociais (arrecadação de agasalhos, alimentos), etc.

O zoneamento é um elemento importante, pois combina uma variedade de diferentes critérios de proteção e uso, baseados em informações previamente coletadas sobre o local, que determinará o uso mais apropriado para as diferentes zonas dentro do parque. No zoneamento proposto pelo IBAMA, a área deve ter desde uma zona intangível, onde não se permite nenhuma interferência antrópica, até uma zona de uso intensivo, onde se localizam os equipamentos e serviços destinados a atender a visitação (SNUC, 2000).

A atividade turística que acontece em uma UC, geralmente está em função ou de uma espécie em particular ou de uma área específica. Programas de monitoramento dos impactos identificam, medem e avaliam os efeitos sobre estes elementos, determinando o nível apropriado para o uso. O nível ou a capacidade de suporte, dependerá das características de cada zona, da fragilidade da biota, e das ameaças e perturbações atuais e futuras, bem como dos recursos humanos e financeiros disponíveis para gerir as UC e oferecer os serviços e infra-estrutura para o turista (BRANDON, 1996).

Um manejo efetivo da visitação só será alcançado se estiver em consonância com os objetivos gerais da UC. Muitas vezes, permitir a recreação, possibilita o desenvolvimento de atividades que podem ser incompatíveis com a conservação da natureza. Dentro de um sistema nacional de áreas protegidas, deve haver uma boa distribuição da visitação. Por exemplo, altos níveis de visitação devem ser encorajado em algumas UC, ecoturismo em outras, e naquelas em que a biodiversidade é sensível ou remota, a visitação deve ser proibida (WEARING e NEIL, 2001).

Elementos de Base Sociocultural

O turismo nas sociedades modernas tem atuado como reforçador das interações culturais entre os povos, possibilitando ao turista novas experiências, vivenciando novos modos de vida, costumes e valores, que muitas vezes o auxiliam a compreender melhor sua própria existência. Em muitos casos, este fator compõe a motivação das pessoas em viajar; o fato de estar em contato com uma cultura distante é uma experiência que é alentadora, que estimula a capacidade criativa do indivíduo e, conseqüentemente, se constitui em condição essencial para a realização das maiores potencialidades humanas (RABAGO e REVAH, 2002).

Todavia, Fennell (2002) destaca que a cultura não aparece como princípio fundamental do ecoturismo pois, se assim o fosse, a atividade seria considerada mais como turismo cultural do que ecoturismo. A cultura só é considerada no momento em que a atividade beneficia a população local. A cultura é então vista como uma motivação secundária da experiência mais abrangente, e não um dos fatores principais, como no caso da natureza.

3.1.2.1 Comunidades do entorno das áreas naturais

Como as atividades do ecoturismo estão orientadas principalmente para os países em desenvolvimento das regiões tropicais, dificilmente um atrativo natural está desvinculado da presença de uma comunidade tradicional em suas imediações.

Em países como os EUA, é possível se tentar preservar áreas totalmente isoladas dos seres humanos, promulgando-se leis como a Wilderness Act, de 1964 (RABAGO e RAHL, 2002). Mas em muitos países em desenvolvimento, a população é parte da natureza e necessita dela para sua subsistência (WEARING e NEIL, 2001)

As populações anfitriãs geralmente estão situadas em regiões distantes dos grandes centros. Várias possuem como única alternativa de sustento os recursos naturais em suas imediações, por meio de roça, da caça, da pesca, da coleta de lenha e de algumas espécies em particular, como o palmito e o caranguejo do mangue. Obviamente, essas práticas tradicionais têm se mostrado inviáveis pelo alto poder de impacto sobre os recursos, o que tem comprometido a própria sobrevivência destas comunidades. A situação das comunidades é agravada quando governantes e ambientalistas vêem a necessidade da preservação destes recursos, tanto para o uso futuro como para a manutenção dos sistemas de suporte de vida (SILVEIRA, 2002).

Quando uma área é transformada em UC, as comunidades são atingidas por medidas de conservação específicas. A declaração de certas porções de terra como sendo de proteção integral, trazem proibições ou restrições severas sobre as atividades tradicionais, sem oferecer às comunidades ou a seus membros, compensações pela reclassificação das suas terras ou alternativas de oportunidade produtivas para atingirem seu sustento em outro lugar da região (BARKING, 1996). Em tais situações, as pessoas locais podem se tornar oponentes do turismo e minar as operações.

A Estratégia Mundial para a Conservação da IUCN, já em 1980, assinalava a importância do vínculo entre a administração da UC e as atividades econômicas das comunidades locais, propondo incluir as comunidades no processo de planificação, manejo,

avaliação e manutenção destas áreas. Esse vínculo foi ratificado em 1982, no Congresso Mundial sobre Parques Nacionais, na proposta de apoio às comunidades que residiam nos parques e seu entorno através de medidas que incluíam educação, participação no processo decisório e nos lucros da exploração do turismo nas UCs (DIAS, 2003).

O ecoturismo passa a ser visto então, como um veículo para beneficiar essas comunidades, melhorando sua condição de vida, criando oportunidades de diversificação e consolidação econômica, gerando empregos, valorizando a cultura, conservando e/ou recuperando o patrimônio histórico, recuperando a auto-estima da comunidade, conservando o local visitado e garantindo a manutenção do patrimônio ambiental e cultural (BARKING, 1996; LIMA, 2002; VAL, 2002; SEABRA, 2003).

Entretanto, o ecoturismo não pode ser desenvolvido como uma atividade alternativa, mas sim, complementar às outras atividades produtivas para criar emprego e renda, pois, se não, os moradores locais continuarão suas atividades ambientalmente destrutivas (BARKING, 1996). Segundo Furlan (2002) pensar o ecoturismo como uma atividade única pode ter os mesmos efeitos desastrosos da monocultura. As regiões devem estar bem conscientes do fato de que o ecoturismo deve ser integrado a uma política bem mais ampla de desenvolvimento sustentável, constituída de um rigoroso planejamento e gestão dos recursos e da indústria do turismo, estabelecidos em bases comunitárias ou locais (SERRANO, 2000; RABAGO e RAHL, 2002; LEONY, 2002; FENNELL, 2002).

Rodrigues (2002) cita a experiência de gestão ambiental participativa do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em São Paulo, como sendo exemplar a nível nacional e internacional. A singularidade do trabalho do Comitê de Gestão da Ilha do Cardoso reside no fato de terem sido criados mecanismos de co-gestão da área, por meio de um processo de diálogo direto e continuado entre membros das comunidades caiçaras e de representantes de instituições ambientais (governamentais ou não) resultando numa série de avanços na resolução de conflitos locais ligados à proteção ambiental da Ilha. Esse processo dialógico, iniciado no final do século XX, tem contribuído sensivelmente na busca de soluções ambientalmente sustentáveis para a área protegida e para as pessoas que lá vivem desde muito tempo.

Outro exemplo de sucesso é o programa de ecoturismo de Mamirauá no Estado do Amazonas, citado por Rodrigues (2003). O programa, implementado em 1999, conta com 4 comunidades, envolvendo 25 famílias, sendo o ecoturismo uma atividade complementar e importante no período de entressafra da pesca. Também contam com uma associação de auxiliares e guias de Mamirauá. Em 2001, foi realizada uma avaliação conjunta por parte das

comunidades, e o resultado foi bastante promissor, pois, além de auferir uma renda extra com a recepção de turistas e venda de artesanato, abriu-se um mercado de trabalho crescente.

Entretanto, o trabalho necessário para tornar a participação da comunidade factível é bastante árduo, pois exige muito tempo e habilidade para ser implantado por parte dos profissionais envolvidos na elaboração de programas de proteção ambiental e ecoturismo. Isso inclui o uso de uma linguagem adequada que possa ser assimilada pela população local, o que Rodrigues (2002) chama de comunicação intercultural. Para o autor, esse é um grande desafio, pois a comunicação deve levar em conta as diferentes visões de mundo e universos simbólicos, ou seja, códigos culturais muitas vezes bastante diferentes dos nossos, e muitas vezes não decodificados por aqueles que conduzem os processos de planejamento e gestão das atividades turística como um todo. Cada lugar irá exigir um método específico; não existem modelos a seguir.

Assim, abordagens participativas que, de fato, promovam o efetivo envolvimento da comunidade local são fundamentais quando se pretende evitar os impactos negativos do turismo para populações tradicionais. E a presença do ecoturismo nestas áreas deve, além de promover a manutenção da qualidade ambiental da qual a experiência depende, manter ou aumentar a qualidade de vida dessas populações (WIGHT, 2002).

Elementos de Base Educacional

O ecoturismo atrai pessoas que querem interagir com a natureza e, em graus variáveis, perceber sua importância e significado para si mesmo e para a sociedade, desenvolver sua consciência, e também o auto conhecimento e sua apreciação a respeito dela.

Para o visitante aproveitar tudo isso, uma grande ênfase deve ser dada à educação por parte daqueles que promovem o ecoturismo. Segundo Bramwell (1996) a educação dá um sentido prático ao ecoturismo, pois facilita a incorporação dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Todavia, o sucesso das muitas dinâmicas, exercícios e trabalhos com grupos ao ar livre, só atingem uma dimensão educativa quando estão imbuídos de uma essencialidade pedagógica, caso contrário, ficam reduzidos a meros passatempos sem sentido próprio e sem projeção social (BARROS, 2000), levando à perda da legitimidade e intencionalidade dos processos (SERRANO, 2000).

Como o nível de conhecimento dos visitantes varia desde aqueles de alta escolaridade e que se informam antes de viajar, até aqueles que foram simplesmente “colocados” no lugar, totalmente desprovidos de informação, a satisfação de qualquer turista está relacionada, em grande parte, à experiência da aquisição de novos conhecimentos. Mas para isso, o visitante não espera leituras ou exposições cansativas e maçantes, diante das quais tenha que manter uma atitude passiva. Espera participar ativamente num processo real e agradável e que lhe desperte o interesse e a disposição.

Quando o ecoturismo é visto como uma ação educativa, pode atuar como embrião da transformação dos sistemas produtivos, se constituindo numa ação crítica do mundo (SERRANO, 2000). Cada ação educativa direcionada à vivência com a natureza, pode se constituir num desvelamento, sensibilizando o visitante, propondo, por meio de exercícios de observação, a reflexão que possa conduzi-lo à compreensão dos lugares, visando sua conscientização para modificação de comportamentos, valores e hábitos sociais (FURLAN, 2002), em relação à natureza e o bem estar das populações locais. Isso pode ser conseguido com a utilização da Educação Ambiental e da Interpretação Ambiental (BARROS, 2000; SILVA, 2002; ZACCHI, 2004; NEIMAN e MENDONÇA, 2005).

Educação Ambiental

A educação é o principal meio de comunicação e difusão para a mudança de hábitos, atitudes, valores e comportamento, na perspectiva estratégica representada pelo desenvolvimento sustentável (UFPR/CEM/DMTE, 1996). De acordo com UNESCO (1980), a educação ambiental (EA) não deve constituir uma disciplina isolada, nem tratar exclusivamente dos processos ecológicos. A proposta da EA é de conferir uma nova dimensão ao conteúdo e a prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do ambiente, através de enfoques interdisciplinares e da participação ativa de cada indivíduo e da coletividade. Segundo a UNESCO/UNEP (1991), é fundamental que a EA seja orientada para todos os níveis dos mais variados públicos. Para isso é necessário que haja uma ampla divulgação, pois quanto mais informação sobre o ambiente o público tiver acesso, mais rápida e efetiva será a resposta dos tomadores de decisão. Além disso, considera-se a EA como estratégia a longo prazo para a prevenção dos problemas ambientais, identificando ferramentas para solução de problemas emergentes ou presentes.

Segundo a lei brasileira de EA (lei 9.179 de 1999), a mesma pode ser desenvolvida de maneira formal e não formal. Enquanto a EA formal fica no âmbito curricular, a EA não formal é considerada uma estratégia para se trabalhar de maneira integrada, os conteúdos vistos pelas disciplinas curriculares, em ambientes alternativos à sala de aula. Nesta lei o ecoturismo é indicado como um dos mecanismos para se realizar a EA. Por outro lado, a EA também é entendida como a melhor forma de sensibilizar os visitantes a manterem comportamentos sociais mais responsáveis e atitudes conservacionistas, como indicado nas Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo do Estado do Paraná (PARANÁ, 1996).

Interpretação ambiental

O termo Interpretação Ambiental (IA) ou Interpretação da Natureza, refere-se a um conjunto de princípios e técnicas que visam estimular às pessoas para o entendimento do ambiente pela experiência prática direta (DELGADO, 2000). Segundo Milano (1997), é uma atividade educativa, cujo propósito é revelar o significado dos recursos através de aspectos originais. A IA caracteriza-se pela informalidade e encantamento, pela provocação de estímulo, curiosidade e reflexão e pelo uso de interações, comparações e analogias com experiências reais, abordando temas relevantes em seus aspectos normalmente despercebidos e/ou aparentemente insignificantes (VASCONCELOS, 1998), por experiência direta ou por meios ilustrativos, ao invés do simples comunicar de sua significância ou importância (MENDONÇA, 2000).

A IA inclui a tradução da linguagem técnica das ciências naturais para o popular, tornando mais fácil a sua compreensão, e assim, mais interessante aos ouvintes (DELGADO, 2000).

Um aspecto que não deve ser desprezado quando se promove a EA e a IA, é que elas também devem ser orientadas para os moradores, propiciando à população local a oportunidade de aprender sobre as áreas, o uso e as atrações que os turistas visitam. Uma oportunidade de revalorização das suas próprias tradições culturais e da promoção do patrimônio junto à população, que representa um mecanismo de democratização do conhecimento ambiental, muitas vezes acessível apenas a classes sociais privilegiadas de alguma maneira (WEARING e NEIL, 2002).

Monitor local

Dentro deste contexto educacional, quem conduz o grupo, passa a ter um papel importante no processo, pois será o responsável pela mediação do contato do turista com a natureza (WOOD, 2002).

Para cumprir essa missão, se apresentam os guias, monitores locais ou condutores de visitantes. Existe um equívoco quando se chama um monitor local ou condutores de visitantes de guias locais, por que, segundo Carvalho (2002), os guias de turismo¹ são os únicos profissionais que, estando devidamente cadastrados na EMBRATUR, podem exercer atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas a atrativos naturais, desde que tenham formação profissional específica. Embora não cadastrados na EMBRATUR, monitores locais, da mesma forma que os guias, são aptos a acompanhar visitantes dentro de UCs, pois geralmente residem no local ou próximo do local visitado, o que lhes confere grande conhecimento específico. Tanto guias como monitores podem atuar no ecoturismo.

Nesse sentido, independente de qual seja a sua habilitação, há uma necessidade de que esses profissionais estejam em constante busca de conhecimentos e informações, por meio de programas de capacitação, de cursos técnicos na área de turismo e natureza, ou até mesmo por interesse próprio, para desenvolverem um bom papel dentro do ecoturismo, ajudando na conservação das áreas naturais, e dando um apoio significativo ao turista e aos demais envolvidos no processo (MORAES, 2000). Devem ser capazes de estimular o visitante a questionar-se, provocando-o e estimulando-o a reflexões e valorizando os conhecimentos prévios do visitante, buscando a sua participação.

Segundo Brandon (1996), os monitores também devem ser criativos. Muitas vezes, o que atrai a visita a uma área, é o desejo de ver a vida selvagem, principalmente a mega-fauna (golfinhos, aves migratórias, alguns répteis), mas se o avistamento se tornar difícil devido ao padrão de comportamento, pelo pequeno número de indivíduos, ou estação do ano, a experiência da visita pode ficar comprometida. Logo, é necessário que quem esteja conduzindo um grupo, também deva ser capaz de transformar qualquer recurso da área natural em atrativos para o visitante, como uma espécie endêmica de planta, um invertebrado ou uma

¹ De acordo com a Lei nº 8.623, de 28/01/1993, regulamentada pelo decreto nº 946 de 01/10/93, guia de turismo é “ o profissional que, devidamente cadastrado na EMBRATUR, exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais e especializadas. Assim, tem-se guias da categoria internacional, nacional, regional.

interação simbiótica entre espécies. Portanto, pode-se considerar que o monitor deve ser, acima de tudo, um educador.

Nas informações oferecidas pelos monitores aos visitantes, devem estar incluídos a descrição das funções ecológicas da área, das relações socioeconômicas, e questões sobre conservação e manejo, como o que está protegido, porque existe, quais são as restrições, os limites, e os serviços ecológicos que produz (BRANDON, 1996). A informação passa a ser estratégica, e sua falta é um dos principais aspectos que propiciam a ocorrência de impactos negativos em uma UC (BARROS e DINES, 2000). Interessante é que a percepção dos impactos negativos tem pouca influência na escolha por experiências alternativas baseadas na natureza, quando comparada à informação (BLAMEY, 1997). Ceballos-Lascurain (1998) relata um estudo conduzido pela WWF em 5 Parques Nacionais em diferentes lugares no planeta, onde foi identificado que os turistas se importam muito mais em obter conhecimentos e informações sobre as áreas naturais que visitam, do que com a condição dos caminhos.

Material didático

Se os objetivos da atividade são informar e educar ao turista, é necessário que se utilize de todos os materiais possíveis que auxiliem na realização de uma prática educativa, de maneira a envolvê-lo, para que compreenda as inter-relações existentes no ambiente visitado, incluindo a noção de seu papel naquele sistema. O material didático de apoio deve trazer mapas, fotos e textos sobre o local e/ou região, podendo servir como um guia impresso ou como uma apostila para ser preenchida em campo, na sala de aula, ou ainda, como material de consulta posterior.

De maneira geral, o material didático de apoio é um recurso para se atingir um objetivo específico. Para ser efetivo deve estar inserido em um programa de EA, auxiliando na mudança de valores em relação às atitudes e comportamentos, em direção a um ambiente equilibrado e com boas condições de vida. Sua função é agregar qualidade à atividade pela tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum dos visitantes, fazendo com que sejam informados em vez de distraídos, e educados, além de divertidos. Os recursos para a EA são tão ou mais eficientes quanto mais distintos dos normalmente explorados pelas disciplinas formais. Tal fato se justifica pela mudança de postura da população-alvo frente ao conteúdo a ser abordado, inserindo a EA como complemento ao processo formativo e não como objetivo simplesmente informativo. Por isso, o material deve ser bem pensado, para que

possa ser dinâmico, tenha um conteúdo atual, e que consiga sensibilizar o participante através de uma boa apresentação gráfica e de um conteúdo de fácil assimilação.

Elementos de Base Econômica

Como um é negócio, o ecoturismo vem atendendo os interesses econômicos de diversos setores da sociedade. No local onde ocorre, beneficia os pequenos empreendedores que oferecem produtos caseiros e serviços de alimentação, hospedagem e transporte, além do envolvimento na gestão da área natural. Na origem do Visitante, amplia as opções de atividades para as agências de turismo e o surgimento de agências e operadoras especializadas.

Benefícios econômicos do ecoturismo para a conservação

Em relação ao apoio financeiro à conservação, o ecoturismo tem um papel importante no estabelecimento e manejo de UCs. Esse papel torna-se mais relevante para os países em desenvolvimento, como Costa Rica e Kenya (WEAVER, 1999) e Brasil.

O ecoturismo pode gerar apoio financeiro direto para a conservação de uma UC através da obtenção de taxas, doações, vendas de souvenirs e outras formas de renda relacionadas à atividade, que devem ser revertidas à área protegida, de maneira a auxiliar a cobertura dos custos operacionais. Infelizmente, nos países em desenvolvimento, muitas áreas protegidas não têm mecanismos de captação destes poucos recursos, ou quando possuem, estão mal estruturados (LINDBERG *et al.*, 1996).

Outra fonte de renda conhecida para áreas naturais são os fundos de origem governamental que, nos países em desenvolvimento, são escassos e distribuídos desigualmente entre as áreas protegidas (ROME, 1999).

De forma indireta, o ecoturismo oferece uma justificativa financeira para a conservação de áreas naturais protegidas ao invés da sua transformação em pastagens ou monoculturas. A valoração econômica tem sido utilizada para demonstrar o valor da vida selvagem e paisagens, e o quanto o turista está disposto a pagar para vê-lo. Na Costa Rica foi demonstrado que o valor das florestas tropicais foi, no mínimo, igual ou duas vezes superior ao seu valor de venda. No Parque Nacional de Ambosili, Kênia, foi estimado que o ecoturismo rende US\$ 40/ha, ao passo que se os mesmos terrenos fossem destinados para a

agricultura, se obteriam US\$ 0,80/ha (RABAGO e REVAH, 2002). Também foi estimado no Peru que as araras contribuem com cerca de US\$ 750,00 a US\$ 4.700,00/ano (BRANDON, 1996);

Embora o ecoturismo possa gerar suporte financeiro para as áreas naturais, ele também pode gerar custos. Estes custos devem ser comparados à renda advinda da atividade para identificar a rede de impacto econômico sobre a área protegida. Infelizmente, muitos dos custos associados ao ecoturismo são difíceis de avaliar em termos financeiros. Todavia, através de uma análise de custos e benefícios com a atividade do ecoturismo no Santuário da Vida Selvagem de Cockscomb em Belize, Lindberg *et al.* (1996) puderam comprovar que os ganhos gerados pela atividade superaram os custos de manutenção da área.

Benefícios econômicos do ecoturismo para a comunidade

A criação de empregos e oportunidades de negócios relacionados ao turismo para os moradores do local é comumente citado nos objetivos do ecoturismo. Nestes objetivos não estão contidos apenas o princípio da equidade, mas também o princípio de que os empregos do turismo reflitam em benefícios concretos para a conservação (LINDBERG *et al.* 1996). Os pequenos negócios propiciados pela entrada de dinheiro do ecoturismo (monitores locais, pousadas, campings, refeições, transporte) acabam oferecendo a oportunidade de emprego para as pessoas do local. Entretanto, muitos dos lugares de interesse do ecoturismo são remotos, com infra-estrutura rudimentar e com pouca experiência em comércio e pouco treinamento em turismo (LINDBERG *et al.* 1996; NIEFER, 2002). Por definição, é difícil gastar dinheiro na natureza (WALL, 1997), além do que, grande parte do dinheiro gasto pelos participantes do ecoturismo, é gasto no país de origem, como no transporte aéreo (LINDBERG *et al.* 1996). O resultado é que, com notáveis exceções, o impacto na economia local tende a ser pequeno. Entretanto, mesmo o montante gasto não sendo muito, deve-se reconhecer que as suas consequências são substanciais quando esse dinheiro é injetado em economias pequenas (WALL, 1997; WEAVER, 1999). Quando os prestadores de serviços reinvestem o capital gerado no local, favorecem a redução da fuga de capitais e contribuem para a expansão da base da economia (SILVA e McDILL, 2004). A magnitude deste impacto variará com o tipo de viagem.

Por mais que seja pequeno o aporte econômico em uma localidade vindo do ecoturismo, espera-se que seja o suficiente para aumentar o suporte para a conservação entre os residentes que vivem próximo das UCs.

As UCs são criadas porque elas geram benefícios que, na maioria das vezes, só são percebidos a nível nacional. O apoio dos conservacionistas está, muitas vezes, baseado na crença de que a área produzirá benefícios locais, contrabalanceando os custos do seu estabelecimento. Argumentam que as atitudes em direção à conservação estão baseadas, no mínimo e em parte, sobre os custos e benefícios relativos oferecidos pela UC, de maneira que, aumentando os benefícios, aumentará o apoio (LINDBERG *et al.*, 1996).

Os benefícios para os residentes locais podem incluir, de acordo com Lindenberg *et al.*, (1996) e Wall (1997):

- a) oportunidades de emprego como membros da equipe de manejo da área;
- b) empregos e outros benefícios relacionados ao desenvolvimento do ecoturismo;
- c) benefícios produtivos, como a proteção de mananciais, gerado pela criação da área;
- d) benefícios estéticos e educacionais gerados pela conservação da biota e ecossistemas.

Reciprocamente, os custos para os residentes locais podem incluir:

- a) acesso reduzido ao recurso localizado na área protegida. Em alguns casos os residentes são retirados de suas casas que estavam dentro dessas áreas ;
- b) danos as pessoas, ao gado ou plantação, provocado por animais que vivem dentro da área protegida; e
- c) custos sociais e econômicos relacionados ao desenvolvimento do turismo na UC.

Em função destes tipos de custos, os residentes locais acabam por não considerar a UC, e assim, promovem o uso ilegal do recurso bem como adotam atitudes negativas para com a área. Mas quando os benefícios locais do ecoturismo se sobressaem sobre os custos, o apoio dos locais para a conservação da área protegida com a qual se relacionam tende a aumentar (LINDENBERG *et al.*, 1996).

Mercado do ecoturismo

O mercado do ecoturismo tem sua origem na década de 70 quando foi constatado que o turismo de vida selvagem, principalmente os safáris fotográficos no Quênia, tinham suplantado o turismo de caça (WESTERN, 1995). Na década seguinte, florestas tropicais e recifes de corais foram alvos de numerosos estudos de cientistas e de vários filmes documentários, ambos interessados na sua diversidade. A sua popularização pelos meios de comunicação, criava uma nova demanda para as viagens alternativas aos ambientes naturais, em que o atrativo se constituía na aventura, através de caminhadas e acampamentos em lugares remotos, dispensando o conforto dos meios de hospedagem formais (BARROS, 2000). Em função disso, uma nova categoria de profissionais e prestadores de serviços encontram mercado de trabalho fazendo aquilo que era, a princípio, um hobby. Surgiram então, inúmeras pequenas empresas especializadas em conduzir cientistas e cinegrafistas para áreas remotas.

Como essas empresas começaram rapidamente a se difundir, principalmente em países como a Costa Rica e Equador, empresas formais começaram a se envolver para atender pequenos grupos, compostos primeiramente de observadores de aves e naturalistas amadores. Em muitos países, empresários pioneiros passaram a promover viagens científicas especializadas para adultos, estudantes e voluntários (WOOD, 2002), e hoje formam um mercado que está em franca expansão.

O ecoturismo, dentro do mercado turístico, é o segmento que vem apresentando o maior crescimento anual (DIAMANTIS, 1999). De acordo com Brandon (1996), na década de 1990 o ecoturismo teve um crescimento estimado entre 10-30%. Atualmente, essa projeção é mais conservadora, onde o crescimento estimado da atividade está ente 4-7%. Em 2005, o ecoturismo representou cerca de 15% dos negócios do turismo (ABAVE, 2007) e há uma estimativa de uma movimentação de cerca de US\$ 70 milhões para 2010. Em 1990, cerca de 380 milhões de pessoas viajaram a turismo, movimentando cerca de US\$ 160 bilhões. A OMT estima que 10% foram de ecoturistas, ou seja, 38 milhões de pessoas movimentaram cerca de US\$ 20 milhões (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998). Segundo Lindberg (1998) os ecoturistas perfizeram 7% do mercado mundial ou aproximadamente 45 milhões de desembarques em 1998.

São vários os fatores que possibilitam esse aumento, dentre eles, a tendência de troca dos destinos tradicionais europeus por uma variedade maior de destinos, principalmente em

países em desenvolvimento. A entrada de estrangeiros na Costa Rica cresceu estrondosamente de 65 mil pessoas, em 1982, para 273 mil pessoas, em 1991, um aumento anual de 30%. No Equador, cerca de 60% das entradas turísticas em 2006 vieram do ecoturismo (ABAV, 2007).

Wood (2002) questiona os dados sobre o ecoturismo em função da falta de estudos mais detalhados para determinar o número de visitantes participando em atividades de ecoturismo, ou quais turistas estão atualmente motivados a ter decisões de viagens baseadas em seus princípios. A autora se baseia em dados que demonstram que mais de 50% dos viajantes desejam conhecer áreas naturais durante a viagem, as quais devem incluir uma parada de um dia em um parque nacional. Enquanto isso é um grande mercado, ele é diferente do mercado que é motivado, atualmente, para viagens em pequenos grupos, para aprender sobre o ambiente e a cultura com os guias locais, e ajudar a dar suporte a conservação ou desenvolvimento sustentável.

A falta de uma definição precisa da atividade também contribui para a imprecisão dos números, em função de que, por um lado, a mesma palavra é utilizada para descrever, possivelmente, coisas diferentes, e por outro, a variedade de termos que tem sido utilizado para descrever o mesmo fenômeno, bem como de quem dele participa (DIAMANTIS, 1999). Por exemplo, uma simples visita a áreas naturais pode ser considerado apenas turismo de natureza e não ecoturismo. Então, é necessário identificar a diferença, se é que é nítida, entre um turista convencional e um ecoturista.

O turista de natureza se diferencia do turista convencional, primeiramente, pelo motivo da sua viagem, que pode incluir a fotografia, observar fauna e flora, e o contato com a cultura local. Por sua vez, o motivo irá determinar as atividades que serão desenvolvidas durante a sua visita, que podem incluir caminhadas, mergulho ou pesca amadora. Burton (1998) também identifica no turista de natureza, uma elevada formação educacional, não sendo exigente com relação à infra-estrutura, e quanto mais experiente for em termos de atividades ao ar livre, mais dará importância a lugares que sofreram pouca alteração antrópica.

Lindberg² (1991 apud BRANDON, 1996) identifica quatro tipos de turistas de natureza, de acordo com a dedicação, tempo, o que desejam vivenciar na atividade, para onde vão e com quem querem viajar:

- a) Rústico - pesquisadores ou membros de excursões especificamente designadas para a educação, a remoção de resíduos ou propósitos similares;

² Lindberg, K. (1991) Policies for Maximizing nature Tourism's Ecological and Economic Benefits. Washington,DC:World Resources Institute.

- b) Dedicados - aqueles que viajam especificamente para ver as áreas naturais protegidas e que querem entender a história natural e cultural local;
- c) Convencional - pessoas que visitam a Amazônia, o Parque de Gorilas de Ruanda ou outros destinos da moda, notadamente para fazer uma viagem diferente;
- d) Casuais - pessoas que vivenciam a natureza incidentalmente³ como parte de uma viagem mais ampla.

Esses tipos se distribuem em um espectro, onde, em um extremo, situa-se os considerados rústicos e, no outro, os casuais (Tabela 3.3). O turista de natureza, portanto, compreende uma gama de pessoas que frequentam áreas naturais como, cientistas, grupos escolares, voluntários, população local e parentes e comerciantes locais.

TABELA 3.3 – SUMÁRIO DO ESPECTRO DE TURISTAS DE NATUREZA

Característica do turista e necessidades	Espectro do turista de natureza			
	Rústico	Dedicado	Convencional	Casual
Educação	Pós-graduação	Profissionais Universitários		Bem educados
Participação da natureza em toda a viagem	100%	50% ou 7 dias ou mais		Baixa %, com atividades de um dia
Necessidades	Muito básicas	Básicas		Infra-estrutura completa de acomodação

FONTE: BURTON (1998).

Para Wearing e Neal (2001) e Furlan (2002), aqueles sujeitos que apresentam uma topofilia positiva em relação à natureza, possuem orientação biocêntrica, e por motivações intrínsecas, buscam experiências diretas com o ambiente natural, com a intenção de beneficiar a vida selvagem e o ambiente, com expectativas de educação e apreciação, seriam os ecoturistas.

As vezes aventureiro, um ecoturista suporta as adversidades. As vezes alienado, gosta de estar fora do seu contexto urbano, acreditando nos benefícios dessa oposição. Possui ética ambiental, refletindo na boa vontade em não degradar o recurso, com alta dimensão cognitiva e afetiva, sendo amante dos sons, das paisagens, dos animais, e luta por mudanças. Também é aquele que pode vivenciar o que o mercado ecoturístico lhe oferece para usufruto. Tem

³ São consideradas Viagens Incidentais, qualquer viagem durante a qual o turista apenas admira ou aprecia o ambiente natural (SHORE, 1994).

recursos financeiros e, sobretudo, precisa ter saúde para algumas práticas, tais como caminhadas, mergulho, escaladas, etc.

Com ralação ao perfil do ecoturista, a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TES - The Ecotourism Society) apresenta as seguintes características do ecoturista internacional:

- a) Origem: a maioria de países desenvolvidos, como norte americanos, europeus e japoneses;
- b) Idade: 35-54 anos, variando conforme a atividade e outros fatores como custos;
- c) Sexo: 50% feminino, 50% masculino, variando conforme a atividade;
- d) Educação: 82% graduados;
- e) Composição do grupo: 60% preferem viajar como casal, 15% preferem viajar com a família, e 13% preferem viajar a sós;
- f) Duração da viagem: 50% dos ecoturistas experientes (realizou mais de uma viagem) preferem viagens de 8-14 dias;
- g) Gastos: ecoturistas experientes estão dispostos a gastar mais do que turistas em geral. O maior grupo (26%) declarou que está disposto a gastar entre US\$ 1.001-1.500 por viagem; e
- h) Elementos importantes da viagem: as preferências dos ecoturistas experientes são nesta ordem: paisagens selvagens; observação da vida selvagem, caminhadas de curta e longa duração.

Kusler (1991 apud FENNELL, 2002) utilizando o local, a experiência e as dinâmicas dos grupos, apresenta três tipos de ecoturistas:

- a) Ecoturistas do tipo “faça você mesmo” - esse grupo compreende o maior porcentual de todos os ecoturistas. Hospedam-se em uma enorme variedade de tipos de hotéis e pousadas, e tem a mobilidade suficiente para visitar várias localidades. Sua experiência é, portanto, marcada por um alto grau de flexibilidade;
- b) Ecoturistas em excursões - esse grupo tem a expectativa de um elevado grau de organização em sua excursão e viaja a destinos exóticos, como a Antártica;
- c) Grupos de escolas ou científicos - esse grupo frequentemente está envolvido em projetos científicos de uma organização ou de um indivíduo. Muitas vezes permanece na mesma região por longos períodos e enfrenta condições locais mais duras do que os outros ecoturistas.

Embora estar na natureza seja uma premissa do ecoturismo, o local em si não seria um critério adequado para se diferenciar um ecoturista de um outro tipo de turista. Segundo Acott et al. (1998), não é porque a pessoa está em um lugar considerado ecoturístico que ele necessariamente se comportará como um ecoturista. Grupos de pessoas podem estar visitando uma UC e não ter um comportamento ambientalmente correto, como, por exemplo, aqueles que vão à Ilha do Mel, no Paraná, e não retornam com o seu lixo, deixam suas marcas nos atrativos históricos, perturbam a rotina da comunidade ou trazem lembranças da natureza do lugar (UFPR, 2001). Por outro lado, pessoas que estão engajadas nas causas ambientais, continuam a manter um comportamento ambiental correto, independente onde estejam, como é o caso daqueles que preferem utilizar transportes alternativos em centros urbanos, como caminhar e pedalar, ao invés de utilizar os veículos que queimam combustíveis fósseis. Seriam estes ecoturistas?

Para Butler (1998), Diamantis (1999) e Fennell (2002), a característica que melhor diferencia o ecoturista do turista de natureza, seria o caráter educacional da atividade, onde o ecoturista seria o turista de natureza com uma forte intenção de sair do local com conhecimentos o suficiente para compreender os processos naturais e sociais que ali ocorrem.

Contudo, em grupos, a dificuldade de se identificar um ecoturista é ainda maior, pois, na realidade, cada grupo é uma combinação única de indivíduos, que pode ser formado por indivíduos com o perfil de turistas de natureza, de ecoturistas, e até de turistas convencionais.

Em função da dificuldade de se determinar os limites entre os tipos de turistas, no presente trabalho, será adotado o termo “participante” para se referir aquelas pessoas que são conduzidas em áreas naturais, protegidas ou não.

Infra-Estrutura Ecoturística

De acordo com Beni (2006), a infra-estrutura para o turismo pode ser dividida em geral e específica. A geral é aquela em que o investimento feito serve tanto para turismo, como para os setores da indústria, comércio, agricultura, etc. A infra-estrutura específica é aquela que atende de forma particular o turismo. É constituída pelas instalações e equipamentos de produção de bens e serviços que satisfaçam o que requer o turista, no seu deslocamento e permanência no destino escolhido.

Fundamentalmente, a infra-estrutura específica está composta por:

- a) Transporte – um destino turístico deve ser acessível por meio de um ou vários meios de transporte, desde o lugar de onde se origina o deslocamento. A importância de um destino turístico pode ser medida pelos meios de transporte que chegam a ele;
- b) Hospedagem – se caracteriza pelo serviço fundamental de satisfazer a necessidade do viajante de dormir em determinado lugar;
- c) Alimentação – os serviços de alimentação estão presentes em quase todos os hotéis, fazendo com que os serviços de alimentação e hospedagem sejam operacionalizados de forma integral pelos gerentes dos hotéis. Entretanto os serviços de alimentação não se limitam a hotéis, visto que esse serviço está presente tanto em uma grande capital, como no mais longínquo vilarejo, atendendo um público de várias categorias sociais, inclusive os turistas.

É consenso que o ecoturismo precisa de pouco investimento em infra-estrutura (FENELL, 2002). Entretanto, quando identifica-se que o participante está disposto a suportar uma infra-estrutura rústica, significa dizer que, ao contratar um serviço de transporte, o mesmo, por mais rudimentar que seja, deve estar em boas condições de uso. O participante não tem a intenção ser conduzido a uma cachoeira por um transporte que pode quebrar no meio do caminho, fazendo com que perca o seu tempo esperando outra condução, ou que o faça caminhar por quilômetros, comprometendo todo o planejamento da visita. A rusticidade na alimentação envolve aceitar comer o prato típico da região, mesmo sendo um simples arroz com feijão e peixe seco. Mas os produtos devem ser frescos e preparados com as mínimas condições de higiene. Na hospedagem, o participante talvez não se importe em dormir no chão sobre uma esteira, mas o local não pode ser freqüentado por baratas e outros insetos, que incomodem o seu precioso sono.

Mas, estar atendendo a essas expectativas do cliente, significa também estar ciente de que a infra-estrutura escolhida não pode comprometer o entorno, como o lançamento de esgoto nos córregos, uma arquitetura destoante na paisagem, a disposição dos resíduos inadequada, entre outros procedimentos incorretos.

Geralmente, os pequenos negócios no destino ecoturístico são administrados por proprietários com pouca experiência administrativa. Se conseguem capital para investir, procuram minimizar os custos e iniciam ou aumentam o seu empreendimento sem um projeto adequado, utilizando as tecnologias que estão à sua mão, com materiais de baixa qualidade, instalando-se em lugares inapropriados, sem padrão arquitetônico, o que acaba levando à

alteração da paisagem local e, conseqüentemente, comprometendo a qualidade desse mesmo local como atrativo.

Quando o negócio é iniciado e administrado por alguém de fora, ele destoa dos negócios locais, pois o proprietário, ciente das necessidades do cliente, tem seus investimentos direcionados para atender essas expectativas. Obviamente, com uma melhor qualidade de infra-estrutura e atendimento, acaba por dominar o mercado, deixando para os locais as sobras. Assim, torna-se imperativo a intervenção do poder público e outras instituições envolvidas com o ecoturismo, para auxiliar essas comunidades e/ou proprietários locais, a enfrentar o mercado cada vez mais competitivo do ecoturismo.

Esse modelo de desenvolvimento, associado à velocidade com que vem crescendo o consumo irresponsável das paisagens, das trilhas e das cachoeiras, acaba promovendo uma padronização chocante dos meios de hospedagem e da infra-estrutura ecoturística, mesmo nos lugares onde a personalidade da cultura local é forte e expressiva. Hoje é possível hospedar-se em uma pequena pousada da Ilha do Mel, com o mesmo padrão de outra de Goiás ou Maranhão. Neiman e Mendeonça (2005) questionam: quem está induzindo esse processo? Onde fica a proposta de respeito e valorização das culturas locais? Nos eventos folclóricos pré-programados? No sotaque do garçom? Porque se definiu que o ecoturista precisa de televisão e frigobar no quarto? Isso é compatível com os valores e estética local?

A idéia inflexível de padrão de qualidade põe seriamente em risco os valores locais que, contrariamente, o ecoturismo propõe resgatar. Se a própria população local está construindo pousadas e formando guias com o viés do visitante, ela está fazendo ecoturismo de uma forma diferente da sua estética e lógica próprias, diminuindo a possibilidade de experiências do participante.

Agências de Ecoturismo

Segundo Beni (2006), agência de turismo é a sociedade que tem por objetivo, as seguintes atividades:

- a) Venda comissionada ou intermediação remunerada de passagens individuais ou coletivas, passeios, viagens e excursões;
- b) Intermediação remunerada de reserva de alojamento;
- c) Recepção, traslado, transferência e assistência especializada ao turista;
- d) Operação de viagens e execução de programas, roteiros e itinerários;

- e) Credenciamento de empresas transportadoras, empresas de hospedagem para emissão de bilhetes, vouchers, e outras prestações de serviços turísticos; e
- f) Divulgação pelos meios adequados, inclusive propaganda e publicidade, de todos esses serviços.

As agências de turismo podem ser classificadas em Agências de Viagens e Turismo e Agências de viagens.

As Agência de Viagens e Turismo ou Operadora de Turismo são as empresas especializadas na criação e operação de produtos (pacotes turísticos, etc.), visando o deslocamento de turistas para uma determinada localidade onde os serviços (alimentação, hospedagem, etc.) serão efetivamente prestados. São consideradas empresas atacadistas.

As Agência de Viagens são as empresas que concentram todos os serviços oferecidos pelas operadoras e demais prestadores de serviços turísticos (hotéis, companhias aéreas, seguradoras, locadoras, etc.), onde o cliente pode adquiri-los por um preço igual ou menor do que diretamente no prestador de serviço. Sua função é facilitar e resolver todos os problemas dos turistas, com o intuito de que possam realizar suas viagens da maneira mais satisfatória possível. São consideradas empresas atacadistas.

No ecoturismo, são identificados três tipos de agências (BURTON, 1998). O primeiro tipo são agências internacionais situadas nos países industrializados, que montam seus pacotes destinados aos países em desenvolvimento. Outros dois tipos identificados são as agências especializadas localizadas no país de destino. Estas podem estar localizadas em uma capital ou grande cidade, que preparam pacotes para os ecoturistas estrangeiros, e aquelas localizadas próximos ao destino ecoturístico. As duas primeiras podem ser consideradas emissivas e a última, receptiva.

Dentre essas categorias, as agências receptivas são as mais importantes, pois são as que efetivamente farão a operação da atividade, estando em campo com o turista e ao mesmo tempo, oferecendo os serviços de acomodação, de alimentação, de transporte e orientação. Também são responsáveis pela distribuição dos benefícios do ecoturismo, através da contratação dos serviços e produtos locais (BURTON, 1998).

As agências receptivas se caracterizam por serem pequenas, gerenciadas por operadores proprietários, com poucos funcionários, pouca experiência em turismo e qualificação profissional irrelevante. O programa de marketing é bastante limitado. A maioria tem pouca rentabilidade, o que faz com que o proprietário procure outra fonte de renda para mantê-la funcionando (McKERSHER, 2002).

Dentro deste segmento, é possível observar um espectro de padrões de operações destas empresas, que envolvem desde aqueles comprometidos com os princípios do ecoturismo até aqueles que simplesmente vendem a natureza como mais um elemento do produto oferecido. Assim, é imprescindível que essas agências tenham critérios ou princípios éticos, para transformar uma atividade turística convencional em ecoturismo.

Protocolos de operação

Boa parte dos atrativos do ecoturismo situa-se em lugares remotos, de difícil acesso, acidentados, com a possibilidade de contato de animais peçonhentos e insetos, com a necessidade de atravessar corpos d'água muito dinâmicos, entre outros obstáculos. Desta maneira, é fundamental para quem está conduzindo pessoas em lugares com essas características, o estabelecimento de um conjunto de procedimentos, chamado de protocolo, que possibilite que cada trecho do percurso e todas as possíveis variáveis estejam controladas ou, pelo menos, conhecidas. Como existe risco de acidente, é necessário que o monitor tenha respostas rápidas para uma determinada situação. Um escorregão, um entorse ou um afogamento, exige que o condutor tenha treinamento específico, e, na urgência do atendimento, um roteiro com todas as ações que devem ser tomadas, desde a detecção do problema até a escolha do atendimento médico adequado bem como o hospital mais próximo, devem ser conhecidos e estar disponíveis para toda a equipe. O protocolo também é útil na ajuda para executar a atividade de maneira mais sustentável, determinando os limites que cada atrativo possui com respeito à capacidade de suporte do local (mesmo que não esteja determinado pelo gestor), número máximo de participantes por condutor, comportamentos junto à biota e à população e o conteúdo de informações que deve ser repassado ao participante, visando o mínimo impacto (CURTIS, 1999). O Projeto Litoral Nota CEM, a partir de um modelo de protocolo oferecido pelo programa *Outdoor Action*, da Universidade de Princeton, EUA, desenvolveu um protocolo para atividades na Ilha do Mel com grupos de estudantes, onde se encontra as referências, teóricas e práticas, sobre a maneira que a atividade deve ser realizada, detalhada em todos os seus passos (UFPR, 2001). Segundo o projeto, a adoção do protocolo ajudou no balizamento das atividades e suas operações, diminuindo a possibilidade de falhas. Também serviu como referência para o treinamento dos estagiários na execução das tarefas.

Marketing

Marketing pode ser entendido como a totalidade de estudos e medidas que determinam a estratégia de lançamento e a sustentação de um produto ou serviço no mercado consumidor, garantindo seu êxito comercial. É mais do que a simples comercialização de um produto (BENI, 2006).

O marketing turístico procura descobrir e compreender o que os turistas desejam (pesquisa de mercado), promove o desenvolvimento de serviços turísticos adequados (planejamento do produto), oferece informação aos turistas sobre o que está disponível (publicidade e promoção) e faz a orientação sobre os locais onde podem comprar os serviços (canais de distribuição), de modo que a estes sejam atribuídos valor (preço) e a empresa de turismo lucre, atingindo suas metas (BENI, 2006).

Como o ecoturismo teve suas origens no ambientalismo, ele foi primeiramente anunciado no mercado como uma atividade alternativa, que consegue fazer a conciliação entre o uso, dito racional, e a conservação do patrimônio natural e cultural dos lugares visitados (ROCHA, 2002; SILVA, 2002). O ecoturismo seria bom e correto porque, de um lado, se baseia numa afinidade inata do homem com a natureza, a qual presidiu a evolução, que, por sua vez, conduz a uma afinidade conservacionista, boa e correta; de outro lado, porque seria a prática de um novo paradigma, não mais centrado no crescimento econômico, mas na preservação da biodiversidade. Mas o que começou como um conceito desenhado por ecologistas para evitar previamente a destruição do ambiente, tornou-se uma forte expressão de marketing para empreendedores de turismo (ROSS e WALL, 1999; SERRANO, 2000; FENNELL, 2002). Estes, atentos às expectativas dos clientes em buscar espaços propícios ao reencontro com a natureza (FONTELES, 2004), passaram a oferecer lugares inusitados com paisagens belas e, utilizando fortemente a mídia, vendem o paraíso, com o propósito explícito de captação de nichos de demanda diferenciados (DIAS, 2003), prevalecendo uma visão econômica e revelando práticas oportunistas de turismo disfarçado de ecoturismo. E dentro deste contexto, Furlan (2002) coloca que o marketing passa a apoiar-se numa série de engodos:

- a) A vida urbana é estressante;
- b) O lazer e, por extensão, o turismo são necessidades básicas das sociedades contemporâneas, ditas pós-modernas;
- c) A natureza tem a capacidade intrínseca de sobrepor-se ao artificial (vida urbana) sendo, portanto, regeneradora; e

- d) O tradicional e o autêntico modo de vida do passado deve ser resgatado para contrabalançar o artificialismo da vida urbana, baseado no indivíduo e, portanto, no isolamento.

Assim, em alguns casos, os profissionais do marketing e os consultores têm tentado racionalizar o potencial do mercado do ecoturismo, e portanto, o impacto econômico geral com abordagens metodológicas irresponsáveis, o que em parte tem contribuído à erosão do conceito. Permite-se que o marketing dite as experiências, mais do que o contrário (FURLAN, 2002).

O desafio do marketing ecoturístico é reverter esse processo e começar a ter uma maior responsabilidade com o que é vendido e onde se vende. A atividade deve, em um primeiro momento, primar pela qualidade, confiabilidade e autenticidade do produto oferecido, mas a preocupação com os impactos sócio-ambientais, em se tratando daqueles que se realizam em nome do ecoturismo, deve ser necessariamente convertida à prática. Deve nivelar e padronizar uma linguagem que atenda não somente às expectativas dos vários grupos sociais com interesse no desenvolvimento da atividade, mas que proporcione uma interpretação realmente clara quanto ao seu conteúdo e significado, contribuindo, dessa forma, ao processo de adoção de políticas, de planejamento e de tomadas de decisões coerentes e alinhadas com a dimensão alcançada pelo ecoturismo (PIRES, 1998).

Elementos de Base de Sustentabilidade

O ecoturismo só pode ser considerado uma alternativa sustentável, enquanto considerar as relações que estabelece com as dimensões da sustentabilidade ecológica, social e econômica, sendo que cada uma é valorizada por um posicionamento ético ambientalista. Há certo consenso em considerar que essas dimensões devam ser contempladas simultaneamente para se atingir o equilíbrio, sem que nenhuma prevaleça, pois o predomínio de uma dimensão desvirtua o próprio conceito de desenvolvimento sustentável, e torna-se manifestação de interesses de grupos isolados do contexto mais geral, que é o interesse de toda a humanidade (DIAS, 2003).

Mas o que existe, na verdade, é uma hierarquização das dimensões do DS, com o predomínio de uma dimensão em relação às outras. Esse predomínio, contudo, não significa não atender as outras dimensões, mas sim atendê-las na forma e na medida em que

funcionalizem a dimensão principal (PIERRI e CHANG, 2004). Estas três dimensões estão intrinsecamente ligadas, sendo interdependentes e ao mesmo tempo contraditórias. De acordo com Müller (1998) não é possível chegar à sustentabilidade maximizando as três dimensões ao mesmo tempo, existindo *trade-offs* que supõem que, até certo momento, o avanço em uma dimensão afeta as outras. Os *trade-offs* dependem do grau de conflito entre os três diferentes objetivos nos diferentes horizontes temporais e espaciais, isto é, a quanta qualidade ambiental, equidade social ou eficiência econômica uma agência de ecoturismo terá de renunciar no curto, médio e longo prazos; e das preferências em relação a estes três objetivos, isto é, a quanta qualidade ambiental ou eficiência econômica estão dispostos a renunciar com o propósito de atingir certos objetivos e vice-versa.

Considerando que cada empreendedor do ecoturismo opta por um tipo e grau de sustentabilidade, o ecoturismo pode ser entendido como o produto desejado dos *trade-offs* entre a eficiência econômica, equidade social e sustentabilidade ecológica.

Por exemplo, quando as discussões sobre o ecoturismo e sustentabilidade se limitam aos aspectos econômicos, raramente se aborda a inclusão social, o respeito à diferença, a equidade social e a pluralidade cultural, e o lado do ambiente é visto apenas como um recurso a ser explorado. Por outro lado, as discussões focadas na fragilidade ambiental, impactos, resiliência dos ecossistemas, etc., tem sido reduzidas à explicitação de alguns impactos no funcionamento dos ecossistemas e propostas de monitoramento e de como fazer que a comunidade não degrade o recurso. Do mesmo modo, quando se considera mais a dimensão sociocultural, a questão da conservação é encarada como um problema a ser superado, e que os recursos naturais devem continuar atendendo as necessidades das comunidades, esquecendo-se da dificuldade que a comunidade tem de se inserir no sistema capitalista, pelas diferenças culturais. Essa falta de equilíbrio acaba por conduzir à contradição entre manejo-conservação e desenvolvimento econômico (SEABRA, 2003).

Pensar a sustentabilidade do ecoturismo também requer compreender o significado sócio-ambiental dos lugares. Aspectos como a distribuição desigual das terras, nas relações de poder local, as práticas produtivas locais, as trajetórias sociais locais, a mobilidade espacial da população pobre para zonas marginais, o funcionamento de sistema de preços, as distâncias dos diferentes segmentos socioculturais, a debilidade das instituições chamadas para proteger o ambiente, a incoerência das políticas públicas, entre outros fatores, não podem ser tratados isoladamente, por serem intrinsecamente relacionados e marcados por conflitos de interesses (FURLAN, 2002). Esses interesses podem, equivocadamente, atribuir ao ecoturismo o poder de ser a panacéia do turismo, a cura para todos os males, bem como condená-lo como um

novo tipo de turismo convencional, destruidor da natureza (DIAS, 2003; KRUGER, 2005). Na verdade, nem uma coisa nem outra. O conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo não pode reduzir-se ao ecoturismo, que tão somente representa um de seus tipos. De acordo com Dias (2003), o ecoturismo deve ser visto como um eixo, em torno do qual se desenvolverá o turismo sustentável. Pode ser visto como um parâmetro de controle dos efeitos negativos do turismo, com as experiências positivas sendo repassadas para outras áreas da atividade turística. Neste contexto, Fennell (2002) vislumbra, então, a possibilidade do turismo convencional tornar-se mais sustentável, e que o papel do ecoturismo nesta transformação será demonstrar, numa escala micro, a capacidade da indústria de se tornar mais ecologicamente correta e responsável por meio do desenvolvimento de estratégias de energia alternativa, de maiores cuidados com a base dos recursos e a população local e assim por diante.

Há que se ressaltar, contudo, que tanto os benefícios do ecoturismo como os problemas dele decorrentes são potenciais, isto é, dependem, fundamentalmente, do modo como é planejado, implantado e monitorado (LEMOS, 2002). Assim, para se atingir o desenvolvimento do ecoturismo orientado para padrões de sustentabilidade, é preciso estabelecer mecanismos de planejamento e gestão dinâmicos, flexíveis e integrados que garantam, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais/culturais e a harmonização dos diversos interesses e necessidades dos atores sociais. Para se atingir estas metas, o desenvolvimento do ecoturismo depende da participação e da ação integrada dos diversos setores da sociedade - governo em todas as suas esferas e instâncias (principalmente os gestores públicos que atuam no turismo e no ambiente), as populações locais, as instituições educativas, as ONGs, a iniciativa privada (principalmente aquela ligada à indústria turística), as instituições financeiras e, evidentemente, os próprios participantes (CEBALLOS-LASCURAIN, 1998; SILVEIRA, 2002; WOOD, 2002; MARIANI, 2002).

Os projetos ecoturísticos devem estar orientados para modificar os processos produtivos e relações sociais que deterioram o ambiente, substituindo-as por outras diferentes com o objetivo de alcançar um crescimento econômico e social em harmonia com o manejo racional dos recursos. Diamantis (1999) chama a atenção para o fato de que o planejamento da atividade deve estar centrado na natureza, se ajustando à necessidade do local e não à necessidade do participante, pois, quando o planejamento é centrado no turismo, entende-se que o recurso natural deve ser modificado para atender a sua demanda, ao passo que o planejamento centrado na natureza, trata a natureza como um recurso que deve atender todas as necessidades humanas, incluindo as necessidades do setor de serviços. Entretanto, Dias

(2003) afirma que o desenvolvimento de tais projetos ainda é insipiente, pois se contrapõe à lógica de mercado e à racionalidade econômica que prevalece entre os grandes monopólios que controlam a atividade turística no geral.

Dessa maneira, já são observadas falhas do ecoturismo em tentar alcançar os objetivos nos quais ele deve estar fundamentado. Em um levantamento feito em 251 estudos de caso, distribuídos em 57 países, onde a sustentabilidade do ecoturismo foi analisada, Kruger (2005) identificou as razões do sucesso e insucesso dos projetos ecoturísticos em vários locais do planeta (Tabela 3.4). O ecoturismo se mostrou sustentável em 118 casos e insustentável em 70. Por exemplo, Belize foi o único país em que foi identificado uma participação significativa do ecoturismo em seu PIB. Revela-se assim que, o desenvolvimento do ecoturismo ainda tem um longo caminho a ser percorrido para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável.

À luz da análise dos elementos obtidos das definições, demonstra-se que o ecoturismo é um fenômeno complexo, que envolve a integração de muitos agentes e múltiplos interesses, e está submetido a distintas concepções.

Dentro desta perspectiva, pode-se estabelecer a seguinte estrutura básica para uma compreensão de ecoturismo:

- a) Tem como condição prévia, acontecer em áreas naturais com elevado grau de preservação, e a motivação pode envolver, além da observação da natureza, o interesse no aprendizado, na cultura e na pesquisa;
- b) Todas as atividades devem ser desenvolvidas com base em uma ética ambiental e dentro dos princípios da sustentabilidade ambiental, da equidade sociocultural e da viabilidade econômica; e
- c) Os objetivos pretendidos envolvem os seguintes elementos: auxiliar a conservação, principalmente, ser um negócio viável, promover a educação do turista, e beneficiar às populações locais.

TABELA 3.4 – PRINCIPAIS EFEITOS NEGATIVOS E POSITIVOS DE PROJETOS DE ECOTURISMO E AS RAZÕES PERCEBIDAS PARA O SUCESSO E FRACASSO

Estudo de Casos Insustentáveis (n=70)	%
<i>Tipos de insustentabilidade</i>	
Alteração de Habitat, erosão do solo, poluição	45,6
Comunidade local não envolvida, indução ao uso da terra consumista	25,0
Espécies alvos afetadas, declínio de população, alterações sérias de comportamento	20,6
Geração de divisas insuficientes para a conservação, práticas de uso consumistas	8,8
<i>Razões para a insustentabilidade</i>	
Muitos participantes	36,8
Comunidade local não envolvida	27,9
Controle e manejo insuficiente	14,7
Criação de renda local insuficiente	10,3
Área protegida com maior prioridade sobre a população local	7,4
População local sem educação ambiental	2,9
Efeitos positivos dos estudos de caso sustentáveis (118)	
Mais conservação (novas áreas, mais efetivas)	44,1
Criação de renda aumentado para a comunidade local, uso não consumista	28,8
Aumento da criação de renda, regionalmente e nacionalmente	21,2
Alteração das atitudes de conservação por parte das comunidades locais	5,9
<i>Razões para os efeitos positivos</i>	
População envolvida na maioria dos estágios	38,5
Planejamento e manejo efetivo	33,3
Ecoturismo apenas como vantagem econômica, localmente e regionalmente	17,1
espécie chave/bandeira apenas	6,0
Preços diferenciados de ingressos	5,1

FONTE: KRUGER (2005)

Fora desse eixo, existe um conjunto de elementos que irão compor o ecoturismo, hora mais permanentes, hora mais transitórios, que estarão, essencialmente, relacionados com os agentes que o promovem e a maneira como esses agentes se colocam frente à questão ambiental. E como as posições em relação às questões ambientais se diferenciam pela ênfase de uma das dimensões da sustentabilidade em detrimento das outras, pode-se supor que as atividades de ecoturismo atualmente praticadas, são o resultado da expressão dessas posições. Mas, de maneira geral, cada agente vai procurar propiciar experiências educativas na natureza, tentando promover viagens que afetam de alguma maneira os recursos naturais e culturais em menor grau que o turismo convencional, ao mesmo tempo que tentam aumentar os benefícios econômicos, sociais e ambientais das populações anfitriãs (PIRES, 1998; RÁBAGO e REVVAH, 2000).

Dentre as definições que se enquadram nesta perspectiva, está a estabelecida pelo governo brasileiro, através do Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo que reuniu o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, a EMBRATUR, o IBAMA, empresários e consultores, que define ecoturismo como:

...um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo - EMBRATUR, 1994).

Essa definição será adotada como parâmetro para a continuidade do trabalho, porque reflete a realidade brasileira, sendo elaborada por representantes de vários setores da sociedade interessados no ecoturismo, e foi a base na qual se formularam as políticas nacional e estaduais do ecoturismo. Os elementos identificados nesta definição foram:

- a) Uso sustentável do recursos naturais e culturais;
 - b) Incentivo à Conservação;
 - c) Educação do visitante para a conservação;
- Benefício às comunidades locais;

BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO

BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO A NÍVEL MUNDIAL

O reconhecimento definitivo da importância do ecoturismo acontece no final do século XX, na sétima reunião da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque, em 1998, onde a ONU designa 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo. Com o apoio da OMT e do PNUMA, a ONU organiza reuniões preparatórias em seis regiões no mundo, orientadas para a realização da Conferência Mundial de Ecoturismo, convocada para a cidade de Quebec, no Canadá, em maio de 2002 (MACLAREN, 2002).

O encontro de Quebec contou com representantes de mais de 130 países, entre governos, setor privado e ONGs, onde foram discutidos os sucessos e as falhas do ecoturismo ao redor do mundo, em cima do que foi levantado nas reuniões preparatórias. Seguindo o protocolo estabelecido pela ONU, um documento oficial foi produzido e consolidado na conferência, para ser apresentado em setembro do mesmo ano na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que seria realizada em Johannesburg, África do Sul. O resultado foi a Declaração de Quebec sobre o Ecoturismo, um documento que reflete o alcance das questões suscitadas e que podem ser aplicadas nas experiências associadas com o ecoturismo (SHEIDAN e HALPENNY, 2002).

A Declaração de Quebec reconhece que a atividade abraça os princípios do turismo sustentável em relação aos impactos econômicos, sociais e ambientais do turismo. Recomenda que as políticas e estratégias de desenvolvimento nacionais, regionais e locais sobre o ecoturismo devem ser coerentes com os objetivos globais do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, recomenda aos governos nacionais, regionais e locais que, de maneira geral, isso seja feito através da colaboração, participação e coordenação de todas as instituições públicas nas diferentes etapas do processo do ecoturismo, abrindo e facilitando a participação de outros agentes interessados nas decisões relacionadas com o ecoturismo, principalmente as comunidades receptoras (OMT/PNUMA, 2002).

A Declaração recomenda, ainda, que as políticas públicas devem contemplar mecanismos de regulação e legislação que permitam o cumprimento dos objetivos e metas definidos e auxiliem as comunidades locais na gestão participativa do crescimento, construindo coletivamente o zoneamento e ordenamento territorial, não só das áreas protegidas, mas também das áreas de amortecimento, e em outros lugares em que o ecoturismo esteja em desenvolvimento. Aos micro e pequenos empresários deve ser

oferecidos a possibilidade apoio técnico, financeiro e de capacitação de mão de obra, para que se desenvolvam de forma sustentável (OMT/PNUMA, 2002).

BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO NO BRASIL

A procura por atrativos naturais no Brasil teve início nos anos 70, junto à ascensão do movimento ambientalista, que discutia, entre outras coisas, melhores condições de vida e saúde. Os hippies, que buscavam sempre morar em lugares belos e primitivos longe do mercado, podem ser considerados os pioneiros na procura por lugares paradisíacos, e também os responsáveis em revelar esses lugares para a sociedade, principalmente para músicos, escultores, pintores e outros profissionais liberais que, sozinhos ou em pequenos grupos, se dispunham a conhecer novos e primitivos lugares, fazendo destes locais pontos de encontro. Aos poucos, a sociedade tradicional, percebendo esse movimento, passava a frequentar esses locais, que depois foram descobertos pela mídia, provocando um fluxo incontrolável de turistas. Os que lá chegaram primeiro, retiraram-se em busca de novas e remotas periferias, em um processo contínuo de produção e reprodução do espaço, ficando os locais mais vulneráveis devido à chegada de visitantes ávidos em adquirir o status de viagem, mais do que o próprio desfrute, alterando e destruindo sua originalidade (LEONY, 2002).

A fim de disciplinar o uso turístico destes espaços, vários locais no Brasil foram transformados em “áreas de especial interesse turístico” pela lei 6.513, de 20 de dezembro de 1977, sendo regulamentada pelo decreto 86.176 de 6 de junho de 1981. Incluíam-se nestas áreas vários Parques Nacionais, que também foram criados com objetivos educacionais, recreativos e culturais, o que possibilitou uma nova mentalidade de turismo ligado ao conhecimento, respeito e fruição da natureza (LEONY, 2002).

Na década de 80, a questão ambiental entra nas discussões do país, com o turismo caminhando ao seu lado, e em 1981 é regulamentada a Política Nacional de Meio Ambiente, definindo, entre outras coisas, metas e estratégias para a atividade turística em ambientes naturais.

Em 1987 houve uma tentativa de se criar laços do turismo com a questão ambiental, e a EMBRATUR, com a colaboração da SEMA - Secretaria Especial de Meio Ambiente e do IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, lançam o “Projeto Turismo Ecológico”, com o objetivo primário de melhorar a imagem negativa do turismo nacional no exterior e aproveitar a perspectiva de forte crescimento de formas de turismo ligadas à natureza e à aventura (EMBRATUR, 1999).

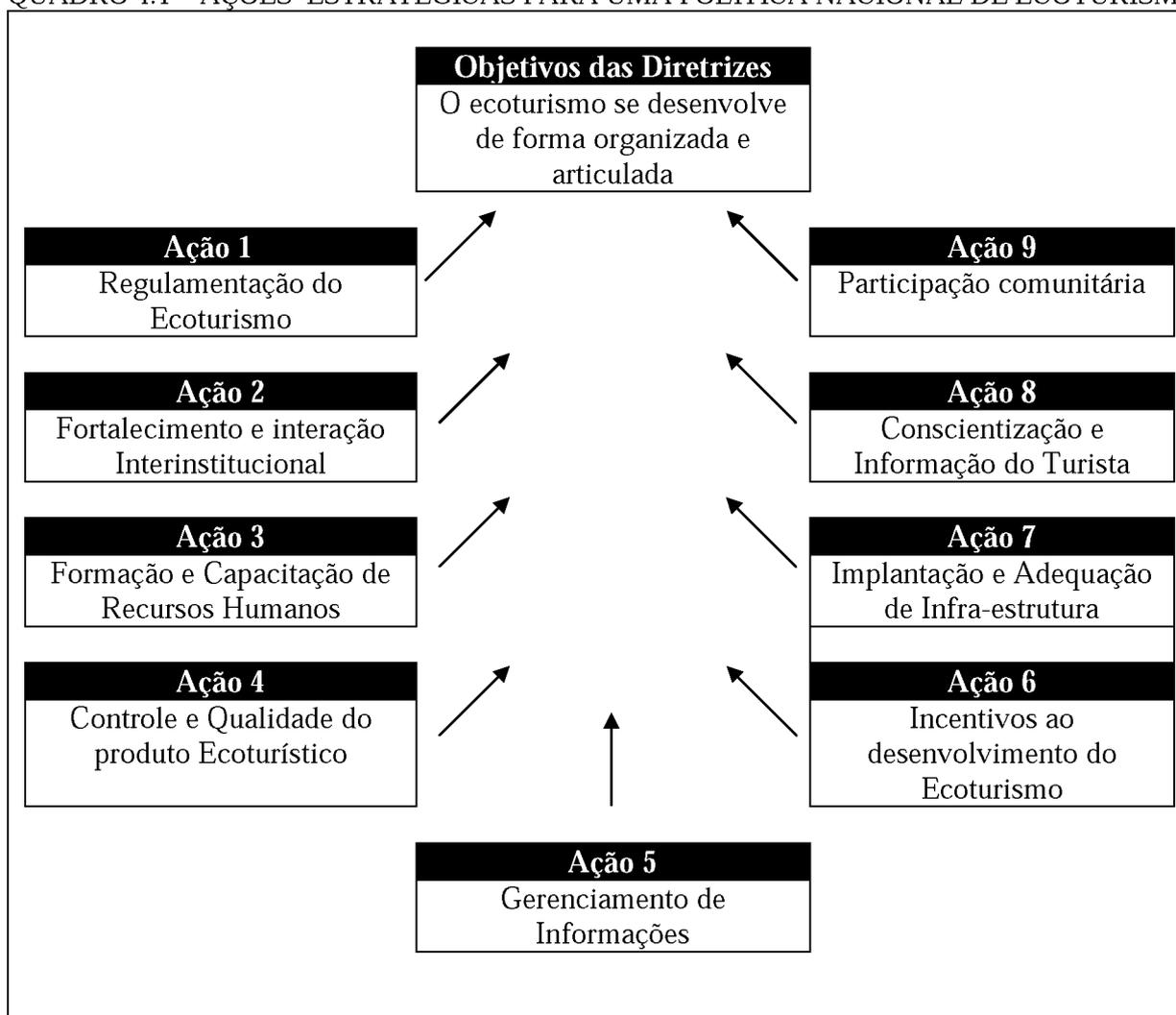
Com base na proposta deste projeto, várias ações foram desenvolvidas. Entre elas, destacam-se:

- o levantamento dos atrativos brasileiros;
- a definição de critérios para a preparação de roteiros;
- a identificação das atividades ou formas de utilização racional dos atrativos para fins turísticos;
- o cadastramento de operadoras de turismo;
- o planejamento e a organização de cursos de especialização para guias, sendo que os estados ficaram incumbidos de desenvolver estas ações (PARANÁ, 2000).

Mas o projeto não teve o encaminhamento devido, sendo interrompido em 1989 (SILVA, 2002). Em 1991 houve uma nova tentativa de implementar a segunda fase do projeto visando o desenvolvimento do turismo em áreas naturais, destacando-se a promoção da educação ambiental, a identificação e divulgação de atrativos e roteiros, a assessoria a projetos ecológicos, entre outros. Mas o que se observou foram diversas ações isoladas de órgãos de governo, resultando, novamente, na interrupção do projeto (LEONY, 2002).

Nos anos seguintes, o ecoturismo passa a ganhar maior visibilidade, e impulsiona um promissor mercado, chamando a atenção também de órgãos e instituições ligadas ao setor. Em 1994, surge a primeira iniciativa direcionada a ordenar e discutir a atividade através da proposta de um Programa Nacional de Ecoturismo, promovido pelo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, pelo Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e pela EMBRATUR. Dessa iniciativa resultou a elaboração do documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (BRASIL, 1994). O documento estabelece nove ações estratégicas orientadas aos agentes governamentais (Quadro 4.1), inclusive destes com o setor privado e a comunidade envolvida, bem como a implantação de infra-estrutura adequada e a formação de recursos humanos especializados. Cada ação possui uma estratégia própria de execução que, integradas, resultaram num elenco de realizações prioritárias, cuja responsabilidade de implementação alcança diversos setores do governo e o segmento do setor privado voltado ao ecoturismo, sem o prejuízo da colaboração das ONGs e da comunidade diretamente envolvida (BRASIL, 1994). As ações propostas por esse documento passam a constituir as bases políticas para o desenvolvimento da atividade ecoturística no Brasil.

QUADRO 4.1 – AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO



FONTE: BRASIL (1994).

No mesmo ano, é desenvolvido o Projeto de Capacitação em Ecoturismo, que definiu os principais critérios e princípios a serem adotados pelo ecoturismo no Brasil (DIAS, 2003).

Em 1995, a Prefeitura Municipal de Canela – RS, em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Canela e apoio do WWF, encomendou a uma empresa de marketing ecológico a organização da “1º Bienal de Ecoturismo de Canela”. A partir do encontro de Canela e a fim de agregar todos os integrantes da cadeia produtiva do ecoturismo, é fundado, no mesmo ano, o Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB. Uma das prioridades do IEB é incentivar o ecoturismo através da elaboração de um código de ética visando certificar o profissional do setor (IEB, 1997).

O governo lança, também em 1995, o “Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR”, com recursos do BID de cerca de US\$ 13,8 milhões. A meta do programa foi viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na

Amazônia brasileira, estabelecendo a base de investimentos públicos necessários para a atração de investidores privados. O propósito era estabelecer uma estrutura adequada e implementar as condições necessárias, incluindo os investimentos requeridos, que possibilitariam aos nove estados da Amazônia Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) se prepararem para administrar as áreas selecionadas para o ecoturismo de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação (MAGALHÃES, 2001).

Reconhecendo o crescimento e a importância do ecoturismo como possível atividade econômica ecologicamente sustentada, em 1996, o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA através da resolução nº 25, cria a “Câmara Técnica Provisória do Ecoturismo” com o objetivo de dotar esse segmento de estrutura legal própria, harmonizada com as esferas federal, estadual e municipal, e de critérios e parâmetros adequados, como indicado nas Ações Estratégicas do documento "Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo" (CONAMA, 1996).

Os estados do Paraná e São Paulo, lançam, em 1996 e 1998, respectivamente, suas diretrizes estaduais de Ecoturismo, contendo um conjunto de orientações para nortear a elaboração de uma política estadual para o desenvolvimento sustentável do ecoturismo.

Em 1999, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, realizou um estudo com o objetivo de analisar e obter subsídios sobre o ecoturismo, para saber quais ações e áreas prioritárias necessitam de complementação. O estudo constatou a carência na área de capacitação de profissionais que atuam em empreendimentos de ecoturismo, na maioria das vezes, formados por membros de comunidades locais. A partir destes dados, passou a desenvolver o Programa de Melhores Práticas para o Ecoturismo – MPE. O objetivo do MPE foi o de compartilhar práticas com chances de sucesso entre os atores da indústria turística: prestadores de serviços e grupos de interesses (comunidades locais, etc.), através da capacitação e treinamento, *in loco*, dos diversos grupos interessados em fazer do ecoturismo uma alternativa econômica sustentável. Atualmente, as atividades do Programa estão sob coordenação do IEB (IEB, 2007).

A EMBRATUR, em associação com o IEB e a ONG SOS Mata Atlântica, lançam, em 2000, o projeto “Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo no Brasil”, identificando mais de cem pólos em todas as regiões brasileiras, passíveis de serem desenvolvidos projetos de ecoturismo. Foram considerados “Pólos de Ecoturismo” as áreas aonde as atividades ecoturísticas já vinham sendo desenvolvidas com sucesso, promovidas por um número viável de agentes, ou em locais com potencial para esse tipo de turismo. Os pólos foram mapeados

por ecossistemas, e por isso não necessariamente obedecem às delimitações dos estados (MAGALHÃES, 2001).

Os objetivos do projeto são:

- a) Compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- b) Fortalecer a cooperação interinstitucional;
- c) Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- d) Promover e estimular a capacitação de recursos humanos;
- e) Promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade; e
- f) Promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Com o objetivo de atualizar os padrões de uso das UCs, a EMBRATUR, junto com o IBAMA, lançam também em 2000, o “Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais – Oportunidade de Negócios”, para viabilizar o cumprimento das suas finalidades básicas de preservação dos ecossistemas naturais, buscando, em paralelo, intensificar o aproveitamento do patrimônio natural e cultural do País. Ao mesmo tempo, o programa busca dar uma resposta à demanda da sociedade por contato direto com a natureza dos Parques Nacionais (EMBRATUR, 2002). Em sintonia com esse requisito, o Ministério do Meio Ambiente, através da portaria nº 120 de abril de 2006, lança as “Diretrizes e Recomendações para o Planejamento e a Gestão da Visitação em Unidades de Conservação”, trabalho que é realizado pela Diretoria de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente. O objetivo do documento é aprimorar e explicitar os princípios da visitação em unidades de conservação, além de apresentar um conjunto de diretrizes que se subdividem em:

- a) Segurança na visitação;
- b) Interpretação e educação ambiental;
- c) Participação das comunidades locais;
- d) Desenvolvimento local e regional;
- e) Gestão da visitação, atividades comerciais e concessão de serviços para visitação nas UCs; e
- f) Condução de visitantes e diretrizes para algumas atividades específicas, como caminhadas, mergulho, canoagem, ciclismo, visita a cavernas, e montanhismo.

Em 2004, é realizada em São Paulo, a FIECOTUR – Feira e seminário de Esportes e Turismo de Aventura, onde foi realizado um seminário com o objetivo de realizar uma avaliação de tudo que foi realizado (e não realizado) nos últimos 10 anos, a partir da edição das diretrizes de 1994.

Situação do ecoturismo no Brasil

Vários trabalhos apontam que a Política Nacional adotada para o ecoturismo ainda não atingiu sua plenitude, evidenciando a necessidade de mais esforços por parte de todos os envolvidos.

O estudo sobre a situação do ecoturismo no Brasil, realizado pelo FUNBIO em 1999, para desenvolver o programa de Melhores Práticas para o Ecoturismo, já apontava os principais problemas da atividade e suas causas prováveis (Quadro 4.2).

Vários autores levantam diversas questões que podem explicar os problemas e suas causas apontadas pelo FUNBIO. Moraes (2000) chama a atenção para a timidez da Política Nacional baseada nas diretrizes para o ecoturismo. Os resultados alcançados até então, demonstravam que a demanda ainda não era suficiente para promover a superação das condições de atraso das comunidades ou regiões, e que a visão da atividade estava focada no consumo e maximização dos lucros.

Val (2002) considerou a prática do ecoturismo no Brasil desordenada, e que a existência das Diretrizes não estava garantindo, por si só, a implementação e a consolidação de uma política para o setor, permitindo que aparecessem empreendimentos maquiados, que estão muito mais atrás de uma oportunidade mercadológica imediata do que de um trabalho de pesquisa e análise de mercado que permita um planejamento para o desenvolvimento do setor. Estes empreendimentos, ao invés de se configurar como instrumentos de conservação ambiental e geração de benefícios socioeconômicos às comunidades receptoras, acabam, em geral, aumentando o processo de degradação ambiental, gerando desequilíbrio socioeconômico e desvalorização cultural, o que levou a Anjos⁴ (2001 apud VAL, 2002) considerar que o ecoturismo praticado no Brasil não tem muito de ecológico, ao contrário, é poluidor, utiliza em demasia produtos não-recicláveis, e os turistas, às vezes, comportam-se com total desprezo para com as culturas locais, o qual já estava sendo observado em Bonito

⁴ ANJOS, J. L. Turismo rural: fazenda e pousada. Belo Horizonte, 2001. Dissertação (Mestrado) – UFMG, 2001.

(SILVA, 2002), Amazônia (ROCHA, 2002) e Fernando de Noronha (LIMA, 2002), apontados como importantes destinos ecoturísticos brasileiros.

QUADRO 4.2 – LISTA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO ECOTURISMO E SUAS CAUSAS.

Cenário/problemas	Causas prováveis
Desenvolvimento não-sustentável do (eco)turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Desconhecimento dos riscos e impactos ambientais e culturais negativos do (eco)turismo;
Desorganização dos segmentos locais ligados ao turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Desvalorização da cultura local; • Baixa qualidade em higiene e sanitário, com conseqüente ocorrência de endemias; • Desarticulação entre os grupos de interesse envolvidos (governo, ONGS e iniciativa privada);
Qualidade no atendimento deficiente/inadequada	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa qualificação de mão de obra de hotelaria (governança, alimentos e bebidas, etc); • Desconhecimento dos princípios do marketing de serviços (voltado ao cliente); • Práticas inadequadas de higiene, manuseio e armazenagem de produtos alimentícios; • Reduzida ou ausência de visão empresarial (foco nos resultados/cliente); • Número muito reduzido de pessoas locais com conhecimento/fluência em outros idiomas; • Guias inexperientes em interpretação ambiental e cultural;
Deficiência administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Marketing inexistente; • Contabilidade desqualificada; • Desconhecimento das legislações ambiental, turística e fiscal; • Empreendimentos com excessiva informalidade empresarial/operacional;
Desconhecimento de conceitos e princípios do ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos ambientais e culturais; • Tratamento de resíduos (lixo) e efluentes (esgotos) inexistentes/deficientes; • Dificuldade de acesso a fontes de informação e/ou capacitação/treinamento adequados;
Formatação de produtos precária	<ul style="list-style-type: none"> • Atrativos e produtos turísticos desarticulados; • Desconhecimento de como organizar atividades e desenvolver produtos (preço, promoção); • Riscos de acidentes;
Baixa diversificação, qualidade e integração dos produtos locais no contexto do ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> • Poucos especialistas experientes em desenvolvimento de produtos ecoturísticos; • Poucos produtos ecoturísticos disponíveis.

FONTE: FUNBIO (2000).

Segundo Machado (2002) as intenções de benefícios econômicos, sociais e ambientais da EMBRATUR em suas Diretrizes para o Ecoturismo, expressam ainda uma política inconsistente, desarticulada e ambígua, que não foge das práticas do turismo tradicional predatório. Essa idéia é compartilhada por Dias (2003), que considera que, embora o Brasil tenha um grande potencial para ecoturismo, o modelo turístico predominante ainda é o convencional e seu crescimento dá-se, fundamentalmente, com a construção de grandes centros turísticos constituídos por alta concentração de hotéis, áreas de recreação e zonas comerciais e, também, com o fortalecimento dos centros tradicionais de recepção do turismo, particularmente as praias, como o que ocorreu em Florianópolis (MENEZES e SANTIAGO, 2002).

Se baseando em vários estudos sobre ecoturismo, o IEB constatou que o Brasil ainda não pode ser considerado como um país desenvolvido no Ecoturismo. Vários fatores são apontados como responsáveis por essa situação, entre eles, a falta de mão de obra qualificada, seguida pela falta de regularização fundiária de UCs de uso indireto, e a inadequada infraestrutura, exigindo, do poder público, uma ação imediata para proteger adequadamente estas áreas para cumprir seu importante papel ecológico e social. Ainda neste aspecto, contribui negativamente para o desenvolvimento da atividade, a importação de modelos de exploração de recursos turísticos e de conservação ambiental inadequados para o país (IEB, 2007).

Rodrigues (2003) reconhece que quando o setor público atua de forma local e participativa, se torna um importante componente no processo da construção de um turismo sustentável. Porém, como o setor público enfrenta dificuldades e limitações, como problemas financeiros e falta de pessoal capacitado, se observa que não está atuando no planejamento e na regulamentação da atividade, permitindo que o seu desenvolvimento fique a cargo do mercado turístico. E não há dúvidas de que o setor privado, quando deixado livre para atuar com seus próprios desígnios, lutará apenas para ganhar dinheiro.

O planejamento e a gestão (regras, leis, regulamentos, etc.) são críticos ao fornecimento do ecoturismo, e devem acontecer por intermédio dos organismos institucionais criados para permitir que eles ocorram. Segundo Fennell (2002), uma idéia mal concebida, produz uma indústria mal operacionalizada.

Embora a condução do ecoturismo no país ainda não deslanchou como o esperado, um projeto vem se destacando a nível nacional e internacional, o “Projeto Pólo Ecoturístico do Lagamar”. Iniciado em 1995 pela Fundação SOS Mata Atlântica, com o patrocínio da EMBRATUR e com a colaboração de dezenas de agências de turismo, hotéis, restaurantes, associações comerciais, barqueiros, guias, prefeituras e instituições, surgiu como alternativa

de desenvolvimento sustentável para os municípios de Cananéia, Iguape, Ilha Comprida e Pariqueraçu, no litoral sul de São Paulo. O projeto foi referência para a modelagem do conceito de ecoturismo, que serviu de base para o programa da EMBRATUR para a criação dos Pólos de Ecoturismo no país. Em 1999 foi reconhecido pela revista norte-americana *Condé Nast Traveler*, como o melhor projeto em planejamento em ecoturismo do mundo (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 2007).

Após uma avaliação do projeto em 2003, que objetivou sistematizar o processo de desenvolvimento da iniciativa, promover ajustes no enfoque metodológico adotado e adequá-lo à realidade atual, passa a ser referência para o “Programa de Certificação do Turismo Sustentável”, desenvolvido em parceria com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), e com o Instituto de Hospitalidade do Brasil (EMBRATUR, 2005).

Dentro da atual Política Nacional de Turismo (2007-2010), está previsto um incentivo ao ecoturismo através da ampliação da oferta pelo apoio à implementação do uso público das UCs e pela criação de mecanismos condicionantes para a inclusão das comunidades locais como mão-de-obra ou fornecedora de produtos e serviços para os empreendimentos turísticos com investimentos impactantes no desenvolvimento sócio-ambiental local. Também está previsto a elaboração de um sistema de informação geográfica para o ecoturismo – SIGECOTUR para gerenciar o impacto da atividade na sustentabilidade ambiental dos destinos de forma integrada (EMBRATUR, 2006a).

Mercado do ecoturismo brasileiro

Embora existam poucos dados para dimensionar e caracterizar o ecoturismo no Brasil há indícios de que a atividade acompanha a tendência de crescimento mundial e está em franca expansão (ROCHA, 2002). Segundo o IEB, em 1994, o Ecoturismo foi responsável pela movimentação de R\$ 2,2 bilhões, crescendo para R\$ 3 bilhões já em 1995, um salto de 36% em apenas um ano, muito acima da média mundial, de 20%. A mesma estima que, em 2005, o ecoturismo movimentou, no país, cerca de US\$ 10,8 bilhões.

O crescimento do ecoturismo no Brasil está relacionado ao fato de que o país é reconhecido como um dos lugares do mundo que possui atrativos para todos os perfis de ecoturistas e condições inigualáveis para a prática da maioria das modalidades de ecoturismo em uma variedade e diversidade geográfica, de climas, de solos, existência de variados e

diversificados ecossistemas e grandes atrativos naturais e culturais. Existem cavernas, desertos, rios, lagoas, corredeiras, cascatas, florestas, montanhas, cânions, pântanos, quase 8.000 km de litoral, ilhas paradisíacas, planaltos e planícies. O país possui também atrações folclóricas, étnicas, musicais e culturais diferenciadas. Além de sua gigantesca riqueza em termos de biodiversidade (EMBRATUR, 2002).

Porém, o potencial brasileiro tem sido pouco explorado. Enquanto que o mercado mundial neste tipo de turismo é da ordem de 8 milhões de pessoas partindo dos Estados Unidos, 20 milhões da Europa, e de 2 a 3 milhões saindo de outros continentes, o Brasil recebe menos de 1%. A Amazônia, considerada como a grande estrela do país, recebe menos de 0,16%. A Costa Rica, por exemplo, um país menor que o estado de São Paulo, recebe 600 mil ecoturistas, enquanto a Amazônia atrai somente 50 mil (IEB, 2007).

Fica evidente, portanto, que entre o potencial e a efetiva realização do ecoturismo, existe uma grande distância, indicando a presença de limites e/ou dificuldades para o seu desenvolvimento efetivo no Brasil.

Característica dos participantes de atividades ecoturistas no Brasil

Os participantes que procuram os destinos brasileiros, segundo Mourão (2000), se enquadram no perfil mais geral do ecoturista:

- a) Nível de educação superior;
- b) Idade entre 35 e 55 anos;
- c) Prefere grupos pequenos;
- d) Viaja acompanhado;
- e) O tempo de permanência, em geral, é superior a 8 dias; e
- f) Tem interesse em floresta tropicais com fauna e flora preservados.

O terceiro relatório do Programa de uso Público em Parques Nacionais (EMBRATUR, 2002), apresentou o resultado de 6,000 entrevistas feitas junto a freqüentadores dos 10 principais Parques Nacionais brasileiros (Itatiaia/RJ/SP/MG, Aparados da Serra/RS/SC, Fernando de Noronha/PE, Caparó/MG, Iguaçu/PR, Chapada dos Viadeiros/GO, Pantanal Matogrossense/MT, Jalapão/TO, Manaus/AM e Brotas/SP) realizadas em julho de 2002. Os resultados quanto às características dos usuários foram:

- a) Mais de 50% visitaram os Parques em grupos familiares;
- b) Quase metade dos grupos (43,1%) era composto por 2 a 3 integrantes, sendo que os grupos com 3 a 4 representaram 23,8%;
- c) A ocupação principal dos usuários era de assalariados (43,9%) seguido dos profissionais autônomos (22,5%) e estudantes (15,1%);
- d) Quase 60% dos usuários tinham o nível superior completo;
- e) Permaneceram, em média, 5,5 dias no Parque;
- f) Ver o parque foi o motivo exclusivo de 40% dos viajantes;
- g) O motivo principal geral foi a contemplação ou contato com a natureza (64%) seguido de repouso e fuga (22,7%);
- h) Apenas 25% se utilizou de pacotes de viagens;
- i) Decidiram viajar influenciados principalmente por amigos e parentes (32,4%), Internet (23,9%), Agências (6,4%) e revistas (6,3%);
- j) A forma preferida de organizar a viagem foi pela organização própria do visitante (59,3%). As agências contribuíram com apenas 19,4%;
- k) A avaliação do estado de conservação do Parque foi considerada ótima ou boa por 80% dos usuários;
- l) Dois terços da demanda provém de três estados: São Paulo (44,5%), Rio de Janeiro (15%) e Paraná (7%);
- m) Brotas foi o Parque que ofereceu o maior número de possibilidades de atividades (14) seguido por Fernando de Noronha e Iguaçu (11) e o que menos ofereceu oportunidades para atividades foi a Chapada dos Veadeiros (4); e
- n) A caminhada foi a atividade praticada em todos os parques, sendo a atividade principal em 8, ficando em segundo lugar nos demais.

A pesquisa realizada junto aos visitantes da Adventure Sports Fair, realizada em São Paulo em 2005, revelou que, num universo de cerca de 400 participantes, a faixa etária dos entrevistados está entre 25 e 34 anos em sua maior parte, e destes, 59% possuem curso superior. Metade visita parques nacionais ou estaduais pelo menos três vezes ao ano, sendo que apenas 4% buscam excursões ou agências de viagem e só 7% consideraram a infraestrutura dos parques excelente (IEB, 2007).

Características das agências brasileiras

Baseado em auditoria feita por Ruschell e Associados⁵ com 85 empresas, Moraes (2000) apresenta o perfil do empreendedor básico do ecoturismo brasileiro:

- a) É polivalente em termos funcionais;
- b) Entrou no ecoturismo antes de 1991;
- c) É predominantemente jovem: 64,71% tem entre 25 e 35 anos de idade;
- d) Paga impostos: cerca de 70% estão organizados legalmente;
- e) Tem registrado crescimento no seu negócio (quase 72%) e acredita em um crescimento de, pelo menos, 15% ao ano nos próximos anos (88%);
- f) É muito qualificado em termos pessoais: 78% tem, no mínimo, o 3º grau;
- g) Acredita maciçamente que o setor de ecoturismo também crescerá a taxas de, pelo menos, 10% ao ano;
- h) Tem valores éticos bastante elevados;
- i) Acredita (90%) que o setor privado precisa se organizar em uma entidade associativa;
- j) Acredita (67,06%) que deve haver atividades turísticas em UCs administradas pelo poder público em parceria com o setor privado, sendo este o responsável em tomar a iniciativa e propor modelos para essa parceria (65%);
- k) Não conhece as Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo (60%), mas quer participar da definição formal da mesma (90,59%);
- l) Encontra dificuldades com a falta de financiamento, a falta de critérios de operação nas unidades de conservação e a carência de recursos humanos, além das dificuldades de administrar seu próprio negócio;
- m) Mantém-se informado, basicamente, através da leitura de jornais e revistas; e
- n) Quer participar ativamente de políticas macro.

Em estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados realizado pela EMBRATUR em 2002, foram entrevistadas 31 operadoras de turismo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília (EMBRATUR, 2002). Os principais resultados deste estudo serão apresentados a seguir.

As principais operadoras de turismo de São Paulo já possuem uma larga experiência do mercado de ecoturismo, pois apenas uma das operadoras possui menos de 5 anos de existência. Na faixa de 6 a 10 anos foram pesquisadas 4 operadoras e na faixa de 11 a 20 anos

⁵ Ruschell e Associados (1994). Primeira bienal de Ecoturismo em Canela – RS. World Wildlife Fund – USA. 90p.

de existência foram entrevistadas 6 operadoras. Outras duas possuem mais de 20 anos de existência.

Quanto ao tamanho das operadoras, aquelas que são exclusivas de ecoturismo possuem, na sua maioria, menos de 30 funcionários fixos. Aquelas que vendem outros produtos, além dos de ecoturismo, possuem mais de 30 funcionários fixos. A média é de 33,5 funcionários fixos por empresa.

Os principais destinos oferecidos por estas operadoras são: Fernando de Noronha, Ilha do Cardoso, Monte Verde, Chapada Diamantina, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Itacaré, Amazônia, Bonito, Lençóis Maranhenses, Peru e Patagônia.

Cerca de 65% dos pacotes de ecoturismo vendidos por estas operadoras são aéreos, 10% são rodo-aéreos, e 25% são rodoviários.

Apesar da maioria das operadoras apresentar maior demanda nos períodos de dezembro a fevereiro, há uma demanda também grande nos meses de abril, maio, setembro e outubro por força das viagens feitas por escolas que representam um grande mercado para estas operadoras.

Os pacotes vendidos possuem, em média, 5,5 dias de duração, com variações de 3 a 8 dias, e todos os roteiros indicados pelas operadoras incluem visitas a UCs.

Os Parques Nacionais mais visitados nestes pacotes são: de Itatiaia; Fernando de Noronha; Chapada dos Veadeiros; Serra dos Órgãos; e Foz do Iguaçu.

Os operadores apontam como maiores necessidades para o desenvolvimento do turismo nas áreas conservadas, os investimentos em divulgação, e a melhoria da infraestrutura receptiva, em particular de hospedagem, de alimentos e bebidas. Apontam, também, a necessidade de melhorias nos acessos, na sinalização e nas instalações sanitárias. Vários operadores apontaram a necessidade de um maior número de guias e de guarda-parques. Um maior controle das entradas para evitar grandes aglomerações de visitantes em espaços exíguos é outra das observações feitas pelos operadores.

Os operadores foram unânimes em indicar a necessidade de que seja cobrada uma taxa para ingresso no parque e o valor médio indicado foi de R\$ 7,50.

BASES POLÍTICAS PARA O ECOTURISMO NO PARANÁ

No Paraná, o ecoturismo começa a ser considerado em 1988, quando a PARANATUR - Empresa Paranaense de Turismo, instituiu a Comissão Técnica Estadual de Turismo Ecológico, com o objetivo de subsidiar a Comissão Técnica da esfera federal para o desenvolvimento do Programa Turismo Ecológico.

Como consequência do Programa Nacional de Turismo Ecológico, o governo do estado centraliza as ações, uniformizando a linguagem e as expectativas dos que trabalham com turismo e ambiente. Em novembro de 1995, por iniciativa do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, um grupo de trabalho, constituído por representantes das três secretarias envolvidas (SEMA -Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, SEET - Secretaria de Estado de Esportes e Turismo e SEEC - Secretaria de Estado da Cultura), após discussões e busca de subsídios, elaborou as “Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo”, lançada em 1996. Foi a primeira tentativa de se disciplinar o ecoturismo no estado, que estava sendo praticado de forma aleatória e não condizente com os princípios básicos. O documento recomenda a elaboração de uma política que estimule o crescimento ordenado, através da definição de normas e responsabilidades de cada entidade colaboradora, deliberadora ou prestadora de serviços (PARANÁ, 1996a).

O objetivo geral da diretriz é auxiliar a definição de uma política estadual para o desenvolvimento do ecoturismo, apresentando soluções adequadas ao uso dos atrativos naturais, visando a conservação das áreas protegidas. Para se atingir isso devem ser determinados a vulnerabilidade dos ecossistemas e as prioridades ambientais e sócio-econômicas, antes da implementação de equipamentos receptivo (PARANÁ, 1996a).

Assim, foram elaboradas 16 ações macro para nortear uma política de ecoturismo no Paraná, com atribuição de responsabilidades de cada entidade colaboradora, deliberadora ou prestadora de serviços (Quadro 4.2). Estas ações são básicas para a formulação de um regulamento, definindo critérios e atribuições para que a atividade possa crescer de forma ordenada. Em comparação à diretriz nacional, a estadual apresenta um número maior de ações, porém com um nível de detalhamento das ações menor.

A exemplo do “Programa de Uso Público e Ecoturismo em Parques Nacionais” lançado pela EMBRATUR/IBAMA, o governo do estado elabora, em 2000, as “Diretrizes para Turismo em Áreas Naturais no Estado do Paraná”. O objetivo deste documento foi estabelecer as diretrizes para nortear ações no desenvolvimento do turismo em áreas naturais

estaduais, em acordo com princípios da sustentabilidade ambiental, cultural e econômica e social, através do envolvimento do poder público e da iniciativa privada (PARANÁ, 2000).

Entre as suas diretrizes estão:

- a) Promoção do turismo em áreas naturais no Estado do Paraná;
- b) Conservação dos espaços naturais no Estado do Paraná;
- c) Envolvimento das comunidades; e
- d) Geração de emprego e renda sob os princípios da sustentabilidade.

Em consonância com as diretrizes, o governo estadual identificou áreas que devem ser priorizadas para a prática do turismo em áreas naturais. Este documento foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Turismo em Áreas Naturais (GTITAN), que vem discutindo o turismo existente no estado, em busca de caminhos e maneiras para se chegar a um objetivo comum: desenvolver a atividade de modo a promover o crescimento e a melhoria da qualidade de vida ao mesmo tempo que conserva os recursos naturais e culturais da região (PARANÁ, 2000).

A identificação das áreas visou consolidar as regiões que possuem âncoras⁶ e/ou atrações turísticas como referência nacional e internacional. A partir deste pressuposto, foram identificadas 6 áreas prioritárias: Serra do Mar/Litoral, Região Metropolitana de Curitiba, Campos Gerais, Vale do Iguaçu, Costa Oeste, e Costa Norte – em desenvolvimento. Para cada uma foi realizada a descrição geral e determinado a demanda turística, os principais atrativos, o público alvo e os segmentos de turismo que atende.

Tanto nas diretrizes como na identificação das áreas prioritárias para a prática do turismo em áreas naturais, o ecoturismo aparece como atividade possível de ser desenvolvida. E essa idéia é reforçada na atual Política Estadual de Turismo (2003-2010).

Em paralelo às iniciativas governamentais para o ecoturismo, outras instituições já vinham tomando a iniciativa para a promoção e desenvolvimento do ecoturismo no estado.

Em 1999 é criado o curso em Especialização em Ecoturismo pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão – IBEPEX. O curso foi formatado com o objetivo de formar e capacitar profissionais para atuarem na área de planejamento e gestão do ecoturismo.

⁶ A âncora turística pode ser representada por um elemento ou área de patrimônio natural (parque, cânion, gruta), um elemento ou área de patrimônio histórico-cultural (cidade histórica, fazenda histórica), um equipamento turístico (base náutica, hotel), um grande investimento (parque temático, hidrelétrica), um evento (rodeio, festas temáticas). Em qualquer um destes casos, para que seja considerada uma âncora, a atração deve levar em conta os seguintes aspectos: 1) geração de demanda turística efetiva, 2) possuir um grau de destaque na região analisada, 3) ser dotado de infra-estrutura turística (PARANÁ, 2000).

QUADRO 4.3 – AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA POLÍTICA ESTADUAL DE ECOTURISMO PARA O ESTADO DO PARANÁ

- a) Efetuar estudos, avaliar e aprovar projetos ecoturísticos que estejam em harmonia com as características ambientais e culturais;
- b) criar mecanismos de avaliação e qualificação de produtos ecoturísticos (ação 4);
- c) Selecionar áreas para implantação de produtos ecoturísticos, adequando o potencial de cada área as modalidades já estabelecidas;
- d) Criar formas de cadastro e controle para acompanhamento das modalidades de ecoturismo desenvolvidas no Paraná;
- e) Utilizar o segmento ecoturismo para promover a conservação do ambiente através de sensibilização e educação ambiental;
- f) Incentivar o engajamento das comunidades receptoras na elaboração de propostas e projetos ecoturísticos (ação 9);
- g) Criar sistema de informações que contemple características dos produtos ecoturísticos, critérios de uso e restrições;
- h) Desenvolver o ecoturismo em Unidades de Conservação, obedecendo zoneamento e restrições de acordo com os objetivos dos Planos de Manejo, através das seguintes ações:
 - i. Estruturar centros de recepção com materiais explicativos, orientando o visitante quanto as atividades desenvolvidas nas UCs e entorno;
 - ii. Estrutura de apoio aos recursos humanos da UC, como casa para guarda-parque, alojamento para guias, seguranças, pesquisadores;
 - iii. Dotar as UCs com pessoal capacitado para gerenciamento, recepção, condutor (acompanhante) de visitantes, segurança, sejam funcionários próprios, conveniados ou concessionados;
- i) Definir diretrizes para concessão de produtos ecoturísticos, especificando equipamentos e atividades de mínimo impacto;
- j) Criar um Fundo para administrar as receitas geradas nas UCs visando a manutenção da mesma;
- k) Promover capacitação de Recursos Humanos visando atender as diversas modalidades de ecoturismo, bem como os setores envolvidos (ação 3);
- l) Os guias devem ser preparados para promover encontros entre visitantes e culturas locais e com espécies de fauna e flora, facilitando o entendimento dos ecossistemas e integração com as comunidades receptoras;
- m) os agentes e operadores devem estar preparados para elaboração de roteiros de mínimo impacto, bem como para promover o desenvolvimento sustentável;
- n) as comunidades devem estar preparadas para atuar de forma responsável em eventos culturais e prestação de serviços ecoturísticos receptivos;
- o) Estipular e controlar o número de visitantes com base em estudos para capacidade receptiva ou limite de mudanças aceitáveis;
- p) Estabelecer critérios para classificação e implantação de empreendimentos hoteleiros nos entornos das UCs e demais áreas naturais;
- q) As Secretarias de Estado farão a divulgação dos trabalhos em conjunto, de acordo com as políticas de atuação no Setores Turístico e Meio Ambiente.

FONTE: PARANÁ (1996).

Seu quadro de professores contava com os principais profissionais envolvidos com o ecoturismo em todo o Brasil. Porém, o curso ficou em atividade por apenas três anos, mas o suficiente para formar cinco turmas. A partir de então, várias instituições de ensino passaram a oferecer cursos de especialização na área.

O resultado desta iniciativa foi a criação, em 2003, do Instituto de Ecoturismo do Paraná (IEPR), uma ONG com a finalidade de trabalhar pela defesa, preservação, conservação e recuperação do ambiente e promover o desenvolvimento sustentável, além da promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico (IEPR, 2007). O IEP tem atuado no:

- a) Desenvolvimento de projetos e ações sócio-ambiental e culturais;
- b) Sensibilização, conscientização e mobilização comunitária;
- c) Capacitação de recursos humanos;
- d) Assessorias e consultorias técnicas;
- e) Pesquisas e estudos na área de desenvolvimento sustentável;
- f) Divulgação da atividade do ecoturismo e afins; e
- g) Fiscalização e denúncias.

O Estado do Paraná tem reconhecido três pólos ecoturísticos dentro do “Projeto Pólos de Ecoturismo do Brasil”, cobrindo as principais formações vegetais do Estado: Costa Oeste (Floresta Estacional Semidecidual), Campos Gerais (Campos e floresta Ombrófila Mista) e Litoral (Floresta Ombrófila Densa e ecossistemas associados costeiros).

O Pólo da Costa Oeste, onde se encontra o PARNA do Iguaçu, é o que se encontra em melhores condições de desenvolvimento, em muito favorecido pelo financiamento do PRODETUR/SUL que destinou para a região cerca de US\$ 150 milhões.

O pólo dos Campos Gerais conta com poucos investimentos, e o ecoturismo se concentra no Parque Estadual do Guartelá e no Parque Estadual de Vila Velha. Ambas UCs contam com infra-estrutura para recepção de visitantes com centro de visitantes e trilhas interpretativas.

O Pólo Litoral é o que apresenta as melhores condições ambientais, com mais de 75% da sua região sendo protegida por UCs federais, estaduais e municipais. Em contraste, situa-se na região mais pobre do estado (PIERRI, 2003).

PARTE III

5 METODOLOGIA DE PESQUISA

5.1 LEVANTAMENTO DE DADOS PRETÉRITOS E ENTREVISTAS COM AS AGÊNCIAS

Para este estudo foi realizado um levantamento de dados quantitativos e qualitativos, por meio de revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais e entrevistas estruturadas com informantes chaves. A experiência do autor como agente do ecoturismo no litoral do Paraná há mais de dez anos facilitou, a aproximação com as agências, a interlocução com os entrevistados, e a análise do desenvolvimento da atividade na região.

As agências de ecoturismo foram definidas para este estudo como aquelas que oferecem atividades de ecoturismo no litoral do Paraná. A identificação foi baseada nos produtos e serviços descritos em seus materiais de propaganda (materiais impressos e eletrônicos), e em como se auto-promovem em relação ao ecoturismo (SILVA e McDILL, 2002).

5.1.1 Identificação das agências de turismo que oferecem o ecoturismo

As organizações de turismo estão incluindo cada vez mais em suas campanhas de promoção o uso das ferramentas da rede mundial de computadores (Internet), onde as páginas eletrônicas (web site) e o correio eletrônico (e-mail), se consolidaram como complementação das estratégias de marketing (Porter, 2000), pois o seu grande apelo é a perspectiva de distribuição global dos produtos do turismo, ao contrário do material impresso, que tem uma distribuição mais limitada (McKERSHER, 2002). Isso está sendo favorecido pelo surpreendente crescimento do número de usuários da internet (O'BRIEN, 2000), seu baixo custo e sua simplicidade, que permite a diminuição dos custos de promoção. Nielsen¹ (2000 apud PALMER, 2002) projetou um crescimento no número de páginas na rede para aproximadamente 50 bilhões até 2005. De acordo com pesquisa realizada em 1997, havia mais de 666,6 mil sites de ecoturismo, 3,6 milhões de sites de turismo de aventura e 400 mil

¹ Nielsen, J. (2000) **Projetando web sites**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

sites de turismo de natureza, o que atualmente deve ter se ampliado significativamente (McKERSHER, 2002).

Assim, partindo-se da premissa de que hoje as empresas de turismo tendem a estar presentes na rede mundial de computadores como forma de serem competitivas no mercado, procedeu-se a uma pesquisa no buscador Google com as palavras chaves “ecoturismo”, “turismo ecológico” e “litoral do Paraná” para identificar as empresas que utilizam o termo “ecoturismo” para promover seu negócio ou produto no litoral paranaense. Complementarmente, se identificaram empresas através de materiais de propaganda escrita e observações de campo.

Foram identificadas 18 agências de turismo oferecendo atividades de ecoturismo no litoral paranaense (Tabela 5.1). Após um contato preliminar por telefone, 11 se dispuseram a responder ao questionário por meio de entrevista, 6 optaram por responder o questionário por e-mail, e 1 não quis participar por não estar mais operando no Paraná desde 2003. O contato com essa empresa foi feito porque sua página eletrônica ainda oferecia roteiros no litoral. Das agência que optaram em responder o questionário por e-mail, nenhuma tinha retornado a pesquisa até o encerramento deste trabalho .

TABELA 5.1 – AGÊNCIAS QUE OFERECEM ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ.

Agência	Entrevistada
Atol das Rocas Ecoturismo	Sim
BWT – Operadora	Sim
Calango Expedições	Sim
Catuetê Ecoturismo	Não
Cormorano – Ecoturismo e Aventura	Sim
Ecologic – Operadora de Turismo	Não
Gondwana Brasil	Sim
Ixion Geo Viagens e Aventuras	Sim
Kallisté Turismo	Não
Life Turismo	Sim
Litoral Turismo	Não
Onetur Turismo	Não
Orion Turismo	Sim
Paraná Travel	Não
Praia Secreta Expedições	Não
TchacaTur	Sim
Terral Expedições	Sim
Vela e Aventura	Sim

Entre as empresas que responderam, três atuam no litoral apenas como agências de viagens; as demais atuam tanto como agência como operadoras. Embora exista diferenças entre esses dois tipos de agências de turismo, todas serão tratadas simplesmente como agências, independente se estão operando ou vendendo pacotes ecoturísticos no litoral paranaense.

5.1.2 As entrevistas

As entrevistas foram realizadas entre agosto de 2006 e março de 2007. O responsável de cada empresa foi contatado para a realização das entrevistas, em local e horário escolhido pelo entrevistado, sendo este considerado informante chave. Entretanto, em duas entrevistas, o informante foi um funcionário indicado pelo proprietário.

O método de entrevistas com informantes-chaves foi escolhido como um meio de coleta de dados por diversas razões (SILVA e McDILL, 2002):

- pesquisas prévias em ecoturismo têm utilizado esta técnica;
- estas entrevistas geram dados com alta confiabilidade por se tratar das pessoas mais informadas sobre o objeto das perguntas; e
- as recomendações políticas baseadas nos resultados são mais prováveis de serem aplicadas porque elas estão baseadas nos pontos de vista e comentários dos atores envolvidos com o assunto.

Uma entrevista piloto foi realizada antes de serem feitas as entrevistas definitivas com as empresas, para eventuais ajustes de concordância e para que a extensão da entrevista tivesse uma duração não maior do que uma hora.

Antes do início da aplicação do questionário foi realizada uma breve explanação do propósito da entrevista e sobre a importância da participação da pessoa no estudo.

5.1.3 O questionário

O questionário é o instrumento principal para conduzir as entrevistas, e pode ser definido como um conjunto de perguntas, sistemáticas e seqüencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa (DITT *et al.*, 2003). Günther (2003) coloca que o questionário não visa testar a habilidade do respondente, mas levantar informação ou opinião, seus interesses, aspectos de personalidade e informações biográficas.

O questionário para as entrevistas (Anexo 1) foi elaborado procurando obter informações sobre as características gerais da empresa e dos proprietários, os procedimentos e comportamentos adotados pelas agências em relação ao que elas propõem como ecoturismo, como o definem, onde e como atuam, e seu relacionamento com o ambiente e com as comunidades envolvidas.

O questionário contém perguntas estruturadas abertas, para que o entrevistado tivesse a oportunidade e a liberdade de formular suas respostas. As perguntas abertas têm a vantagem de não induzir o entrevistado a uma escolha pré-definida, produzindo dados que expressam a perspectiva da questão a ser estudada. Também foram incluídas algumas perguntas fechadas, que consistiram, basicamente, em respostas sim ou não (DITT *et al.* 2003; GÜNTHER, 2003). As respostas foram categorizadas e os dados organizados e tabulados em planilha eletrônica para posterior análise de frequências absoluta e relativa.

A tabela 5.2 apresenta os itens dos questionários aplicados aos responsáveis das agências de ecoturismo, sendo agrupados em categorias para facilitar a organização e formulação das perguntas e posterior planilhamento dos dados.

Como visto na segunda parte deste estudo, o conceito de ecoturismo proposto pelo Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo (EMBRATUR, 1994) representa a realidade do país e serviu de base para a elaboração das políticas públicas brasileira e paranaense para a atividade, o que nos levou a considerá-lo como o mais adequado para a análise das agências que promovem o ecoturismo ou oferecem produtos relacionados no litoral do Paraná.

Os elementos que constituem a definição oficial são:

- a) uso sustentável do recursos naturais e culturais;
- b) incentivo à Conservação;
- c) educação do visitante para a conservação;
- d) benefício às comunidades locais;

TABELA 5.2 – ASSUNTOS ABORDADOS E NÚMERO DAS RESPECTIVAS PERGUNTAS NO QUESTIONÁRIO.

Categoria	Assunto	Perguntas
Características gerais do empreendimento	Local da sede	3→8, 16, 17, 18, 30, 31
	Condição fiscal da empresa	
	Quando e porque começou	
	Sociedade	
	Equipe	
	Apoio institucional	
	Abrangência de atuação	
Perfil do proprietário	Estabelecimento de parcerias	9 (a→i)
	Idade e sexo	
	Onde mora	
	Escolaridade	
	Funções na empresa	
Marketing	Treinamento em turismo	10→15, 19
	Pesquisa de mercado	
	Perfil do cliente	
	Divulgação do empreendimento	
	Venda	
	Associativismo	
Nível de conscientização ambiental	Conhecimento da concorrência	20→27
	Utilização de diretrizes e código de ética	
	Procedimentos em favor do ambiente	
	Pesquisa em ecoturismo	
Relacionamento com a comunidade local	Apoio à conservação	28, 29, 64 (a→h)
	Programas de educação ambiental	
	Preocupação com os benefícios para a comunidade	
Operação	Envolvimento e apoio a projetos sociais locais	32→39, 43→62
	Se comunidade é envolvida no planejamento e gestão	
	Critérios para a escolha do local das atividades	
	Atividades desenvolvidas	
	Objetivos pretendidos com as atividades	
	Avaliação das atividades	
	Informação aos clientes	
	Como escolhe os prestadores	
	Orientação aos prestadores	
	Utilização de protocolos de operação	
Características das atividades		
Conceitos e Opiniões sobre o Ecoturismo	Frequência da operação	39→42
	Dificuldades	
	Definição de ecoturismo	
	Opinião sobre a atividade na região	

5.2 ANÁLISE DAS AGÊNCIAS SOB O CONTEXTO DO CONCEITO OFICIAL DE ECOTURISMO

Segundo Burton (1998), se a condição ideal para o ecoturismo é atingir todos os elementos básicos, provavelmente muitas agências não poderiam ser classificadas como tal. E essa agência ideal ainda está longe de ser conseguida. Na verdade, o que se observa, é um conjunto de ações e práticas que atendem, de maneiras e em graus diferentes, cada um dos elementos base. Isso dá origem a um contínuo, onde, em um extremo, estaria o ecoturismo ideal, e no extremo oposto, o turismo convencional, desenvolvido em áreas naturais. Esse, se caracteriza por atender um turista mais consumista, e por não possuir responsabilidade ambiental nem social por parte do empresário, que só visa o lucro. Entre esses dois extremos, existem uma variedade de graus de compromissos com o ecoturismo, que podem ser considerados mais como turismo alternativo.

A compreensão de como as agências se posicionam neste contínuo, será feita baseada em um modelo, demonstrado na Quadro 5.3. Neste modelo estão ordenados, em ordem de importância, os elementos básicos da definição oficial de ecoturismo com indicadores oriundos da literatura, que servirão para verificar em que medida cada agência atende cada elemento.

Como o atendimento de cada elemento base acontece em graus diferentes, a aproximação com o ecoturismo se dá na medida em que a empresa vai atingindo, mais ou melhor, os objetivos de cada um deles. Mas se o uso sustentável dos recursos não for a prática comum básica, os outros elementos que compõem cadeia de intenções, práticas e consequências do ecoturismo, não são suficientes para caracterizá-lo como tal. Portanto, não pode ser considerado ECOTURISMO aquela atividade que está em uma área natural sem se importar com os impactos que possam ali acontecer, mesmo que ocorra a contribuição à conservação geral do local, faça EA e traga benefícios à comunidade. Nesta situação a atividade pode ser enquadrada como TURISMO ALTERNATIVO. E caso nenhum dos elementos sejam atendidos, considera-se que as agências e atividades desenvolvidas sejam classificadas como TURISMO CONVENCIONAL.

agência que mostra uma maior aproximação com o ecoturismo à esquerda, e aqueles mais próximos do turismo convencional, à direita. Cada agência é identificada por uma letra que corresponde à ordem das entrevistas.

5.3 TIPOLOGIA DAS AGÊNCIAS DE ECOTURISMO FRENTE ÀS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme já visto, o ecoturismo pode ser executado por agências com características mais comerciais, ou mais conservacionistas. E mesmo não havendo uma definição consensual sobre o tema, isso não impede que se identifique um eixo básico no qual o ecoturismo se desenvolve. A condição central é que deva ocorrer em áreas naturais relativamente bem preservadas, impactando os atrativos naturais e culturais o menos possível, e seguramente, em menor grau que o turismo convencional. Os demais elementos que se agregam a esse eixo, serão incorporados de acordo com a concepção ambiental do agente, resultando, então, em inúmeras combinações possíveis de encaminhamento da questão da sustentabilidade, favorecendo em maior ou menor grau a natureza e os distintos setores e segmentos sociais presentes. Por conseguinte, aquilo que se chama de ecoturismo no litoral do Paraná, assim como na questão ambiental, vai estar ocorrendo privilegiando uma das dimensões da sustentabilidade em detrimento das outras. Desta forma, pretende-se estabelecer uma tipologia das agências, com base na maneira como atingem os elementos básicos do ecoturismo, segundo a dimensão da sustentabilidade onde se enquadra seu objetivo prioritário, e para o qual suas atividades convergem.

As agências que estão priorizando o lucro, ou seja, aquelas nas quais o aspecto comercial prevalece sobre os cuidados com os recursos e sobre os benefícios às comunidades, estão privilegiando a dimensão da sustentabilidade econômica. As agências que dão ênfase ao desenvolvimento da comunidade local, atuando diretamente junto aos moradores, voltam-se para a dimensão da sustentabilidade social. As agências que priorizam o cuidado com os recursos naturais e auxiliam diretamente à conservação, voltam-se para a sustentabilidade ecológica.

Na prática, as agências contemplam as três dimensões da sustentabilidade em alguma medida e forma de combinação, mas sempre tendo que atender aos interesses comerciais do empreendimento, pois de outra forma, não sobreviveriam no mercado. Por exemplo, em relação dimensão da sustentabilidade social, uma agência com perfil mais conservacionista pode incluir o componente social para engajar as comunidades locais para atingir os objetivos da conservação de uma determinada área. Uma agência com objetivos prioritariamente

comerciais pode melhorar o nível de renda da comunidade, ou pode realizar atividades socialmente orientadas de forma a criar uma imagem de responsabilidade social como estratégia de mercado (CHANG, 2004). Uma agência com perfil mais social, procurará ajudar à comunidade a se desenvolver, aproveitando de maneira racional, o potencial criado pelo fluxo de visitantes orientados para a área protegida.

A criação da tipologia para as agências tem o intuito de inserir a análise do ecoturismo e das agências que o promovem, na discussão do desenvolvimento sustentável. Ela procura destacar o perfil predominante, sem, com, isso, negar a existência de outros componentes secundários que geralmente, também estão presentes. Os componentes básicos das agências refletem as três dimensões da sustentabilidade, a saber:

- a) componente econômico – a manutenção das operações da agência no mercado;
- b) o componente social – dirigido para beneficiar as comunidades locais; e
- c) o componente ecológico – dirigido à manutenção da qualidade dos ecossistemas através de práticas cuidadosas nos locais utilizados.

Porém, o intuito da tipologia é procurar identificar a lógica que conduz as atividades da agência. Os componentes secundários têm seu lugar enquanto contribuem, ou não comprometem, o alcance do objetivo predominante. Em outras palavras, os componentes secundários tendem a estar subordinados ao perfil predominante, e este determina a forma e a medida dos secundários.

A tipologia, ao averiguar o perfil prioritário das agências, orienta para a relação deste com os componentes secundários. Quando estes se subordinam de forma desproporcional, se compromete o alcance da sustentabilidade no longo prazo. Ao mesmo tempo, a tipologia serve para analisar, com maior clareza, como as agências estão contribuindo ou não, com o desenvolvimento sustentável da região do litoral paranaense.

6 ÁREA DE ESTUDO

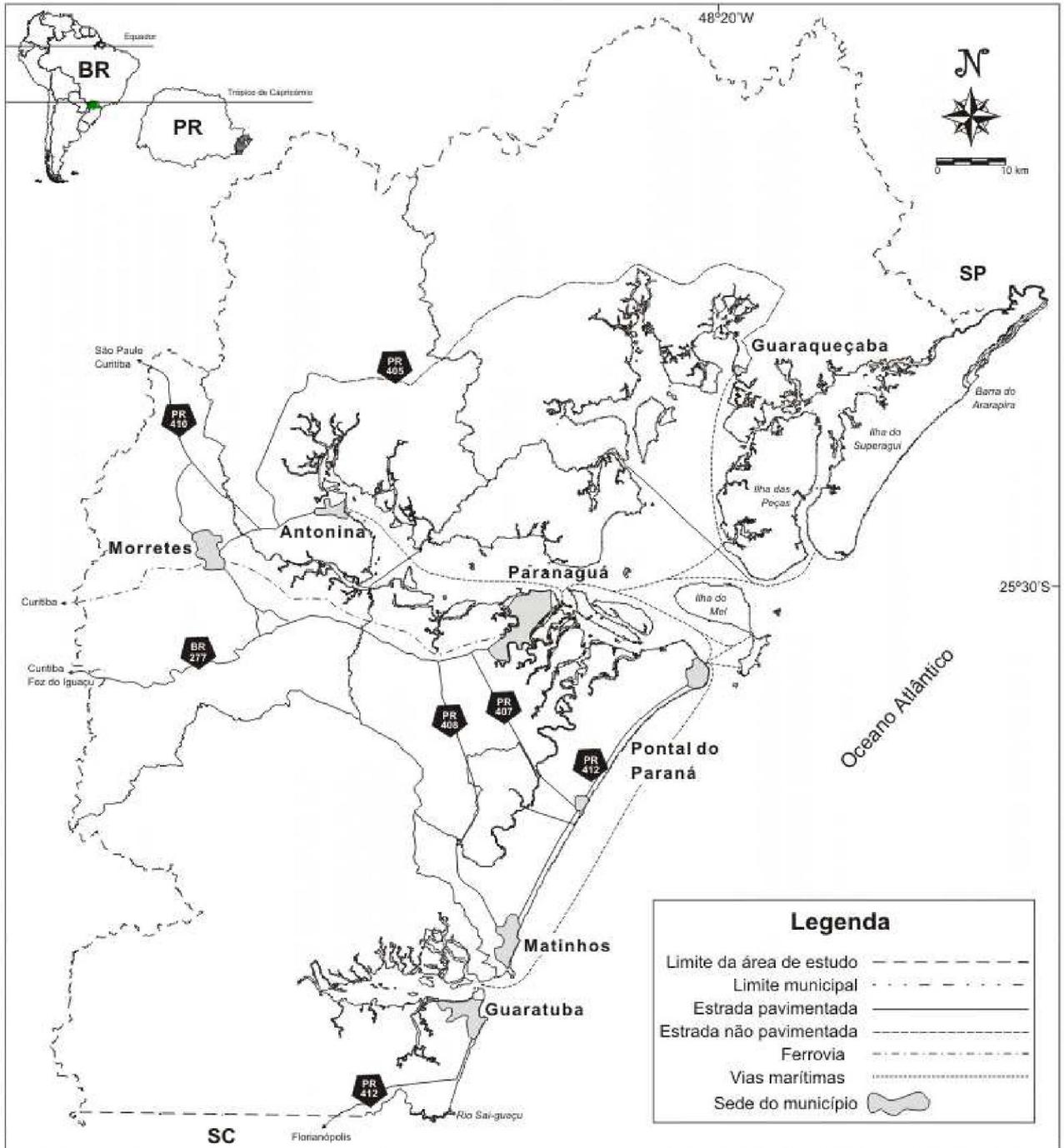
6.1 CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL DO PARANÁ

A área de estudo compreende a região do litoral paranaense, envolvendo a vertente da Serra do Mar voltada para o Oceano Atlântico e a Planície Litorânea (BIGARELLA, 1978). A escolha da área está em função de ter sido definida como um Pólo de Ecoturismo nacional pela EMBRATUR, e ser uma área prioritária para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais pelo estado do Paraná.

Com mais de 6.900 km² de área (ANGULO, 1992), oferece uma grande variedade de atrações turísticas, particularmente para visitantes interessados em história natural e sociocultural, em função do bom estado de conservação do seu ambiente e da diversidade de recursos naturais exuberantes - montanha, planície, estuário, costa e plataforma continental, paisagem relativamente bem preservada, várias áreas protegidas, uma rede de drenagem extensa, elevada biodiversidade, e manifestações culturais e comunidades de pesca. Esses elementos são estímulos comuns aos turistas de natureza, de aventura e ecológicos apresentados por McKersher (2002). Também pelo fato de estar próximo de Curitiba e São Paulo, dois principais centros emissores de ecoturistas para a região (Mapa 6.1).

Na área são encontradas duas das cinco regiões geográficas naturais do estado: a Serra do Mar e o Litoral propriamente dito. Limita-se ao Norte com o estado de São Paulo na barra do Ararapira (lat. Sul 25°12'44" - long. 48°01'15"W.Gr.), a Leste com o Oceano Atlântico, ao Sul com o Estado de Santa Catarina na barra do Rio Saí-Guaçu (lat. Sul 25°58'38" - long. 48°35'26"W.Gr.) e a Oeste com a Região Metropolitana de Curitiba (IPARDES, 1989).

MAPA 6.1 – REGIÃO DO LITORAL DO PARANÁ, COM A DIVISÃO POLÍTICA E PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO TERRESTRES E AQUÁTICAS



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DE IMAGEM DE SATÉLITE DO BANCO DE IMAGENS DO CENTRO DE ESTUDOS DO MAR/UFPR.

6.1.1 Aspectos Naturais

6.1.1.1 Paisagem

Como um componente da identidade regional, a paisagem é uma característica muito significativa, podendo associar-se à atividade turística de várias maneiras. A beleza cênica, a suntuosidade de sua configuração e até mesmo seu componente simbólico constituem atrativos nada desprezíveis que podem ser transformados em mercadorias importantes para o ecoturismo (CONTI, 2002).

A paisagem do litoral paranaense oferece uma variedade de pontos de observação com distintos cenários. Do alto das Serras e dos mirantes ao longo das estradas de acesso, é possível se avistar a planície litorânea, em primeiro plano, e em segundo plano o horizonte composto pelo oceano atlântico e a interface mar-terra. Entre esses planos se justapõem planos intermediários bastante diversificados. Ao nível do mar, voltado para oeste, tem-se o paredão formado pelas montanhas, e para leste as praias e o oceano aberto. Em um passeio de barco pode-se ter uma idéia do que foi que os primeiros colonizadores viram ao adentrarem pela primeira vez na região.

Comparativamente a outras regiões litorâneas, principalmente as que envolvem a Serra do Mar, as interferências antrópicas produzidas na paisagem não alteraram significativamente a sua composição. Essa condição é explorada turisticamente por diversos setores, apresentando-a ora como um paraíso intocado pela indústria do turismo e governo, ora como último reduto da Mata Atlântica brasileira.

6.1.1.2 Clima

O clima da região sofre influência do anti-ciclone do Atlântico Sul e das massas de ar frio no inverno, originárias na região polar. A principal perturbação são as frentes frias de direção SW-NE originadas a sudeste da América do Sul, que são bloqueadas pela Serra do Mar, causando a concentração de frentes estacionárias sobre a região (LANA *et al.* 2001). No verão são intensificados os anticiclones secundários produzindo frentes quentes. Os ventos predominantes são de nordeste com uma velocidade média de 4m/s, enquanto as tempestades de sudeste podem atingir ventos de 25km/s (FUNPAR², 1997 *apud* LANA, 2001).

² FUNPAR – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Federal do Paraná (1997) **Estudo de impacto ambiental (EIA) de uma usina termelétrica na Baía da Paranaguá e do Porto de**

Na região, o clima se caracteriza por ser chuvoso, tropical sempre úmido, sendo classificado como Af(t) na Planície Litorânea - temperatura média de 21,1°C, e Cfa na Serra do Mar – temperatura média de 14°C. No inverno, as temperaturas podem se aproximar de zero no alto das montanhas e no verão, ultrapassam 35°C ao nível do mar (PARANÁ, 2002).

A precipitação média anual é de 2.500 mm e a umidade relativa do ar está em torno de 85%. A estação mais chuvosa é o verão, com as maiores precipitações em 24 horas, em torno de 100 mm, podendo atingir máximos de aproximadamente 400 mm (ANGULO, 1992).

Essas características climáticas marcam nitidamente dois períodos de atividades turística na região: verão e inverno. O verão é o período que se tem uma maior procura pelas regiões mais próximas ao mar e também pelos banhos de rios e cachoeiras na Serra do Mar. Entretanto, a alta pluviosidade do verão produz situações que exigem dos frequentadores da região uma certa dose de precaução e pré-disposição, como uma maior quantidade de insetos hematófagos nas matas e manguezais e o perigo das “cabeças d’água”, que são o resultado da grande quantidade de chuva nas cabeceiras dos rios no alto das serras, acarretando um grande volume de água que desce pelos rios com muita energia, carreando troncos e outros elementos pelo curso de um rio e aumentando o seu nível muito rápido. A chuva também faz com que as trilhas por entre as matas fiquem mais escorregadias, principalmente aquelas pavimentadas com pedras, o que aumenta o perigo de acidentes. Em função do calor, há uma maior produção de nuvens que, aprisionadas pela Serra, acabam por encobrir os picos, e, por conseguinte, atrapalham a observação da paisagem.

A entrada da estação de inverno faz com que as atividades relacionadas à água cessem ou diminuam consideravelmente pela queda da temperatura do ar, da água dos rios e pela presença da Corrente das Malvinas que, trazendo águas das regiões antártica e sub-antártica, abaixam a temperatura da água do mar para próximo de 16°C. Segundo Conti (2002), a temperatura é um fator importante para o turismo pois está relacionada ao conforto e à sensação térmica.

Por outro lado, a baixa nebulosidade e pluviosidade, bem como a diminuição na quantidade de insetos, marca o início da temporada de montanhismo, que, na região, é denominado marumbinismo, em função da prática histórica de subir o Pico Olimpo na Serra do Marumbi desde a década de 1950 (DREY, 1999).

6.1.1.3 Geologia e Geomorfologia

A geologia da região é bastante complexa abrangendo rochas que datam desde o Pré-Cambriano (4,5 bilhões de anos) até sedimentos recentes da Planície Litorânea (5 mil anos). As rochas metamórficas predominam, sendo facilmente observáveis expostas em diversos pontos da Serra do Mar, como nas serras do Marumbi, do Leão e da Igreja (BIGARELLA, 1978).

Durante os períodos Jurássico-Cretáceo produziu-se, ainda a intrusão de rochas vulcânicas, formando numerosos diques básicos de composição diversa, como o diabásio, a exemplo do encontrado na Gruta das Encantadas na Ilha do Mel (PARANÁ, 2002).

Na planície litorânea misturam-se sedimentos de origem marinha (cordões arenosos) com sedimentos aluviais siltycos-arenosos e argilosos fluviais, que progrediram ou avançaram por sobre sedimentos de fundo e sobre manguezais (PARANÁ, 2002).

6.1.1.3.1 Serra do Mar

A serra do mar constitui um sistema montanhoso que estende-se desde o Espírito Santo até o Norte do Rio Grande do Sul. Desenvolve-se paralelamente à linha de costa, ora afastando-se desta, ora aproximando-se, chegando, em algumas regiões, a manter contato com as águas oceânicas. No Paraná, a Serra do Mar forma uma zona limítrofe entre o planalto meridional de Curitiba e a planície litorânea, constituída por serras marginais descontínuas, formadas por erosão diferencial, que se elevam cerca de 500 a 1.000m acima do planalto (IPARDES, 1989; ANGULO, 1992).

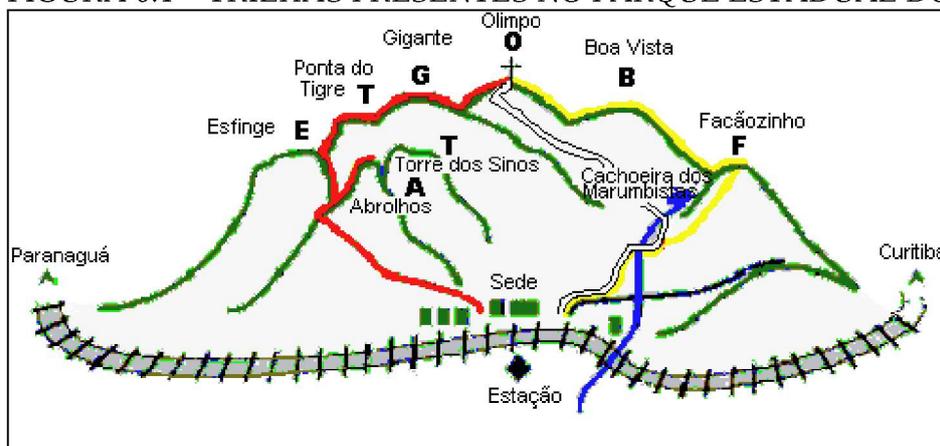
É dividida em diversos maciços de blocos altos e baixos, os quais tem denominações regionais especiais de serras. Dentre estas, destacam-se a Serra de Ibitiraquire onde ocorrem as maiores elevações do estado, sendo o ponto culminante o Pico Paraná com 1.877m, e a Serra do Marumbi, cujo cume alto é o Pico Olimpo com 1539 m (IPARDES, 1989).

O relevo é bastante acidentado, com vales profundos, estreitos e vertentes rochosas muito íngremes, variando entre 25° a 45°, conferindo à drenagem subsequente um padrão retangular, às vezes, angular. Os blocos graníticos formam espigões alongados, salientes à topografia, orientados principalmente na direção NE-SW, exibindo um fraturamento característico (BIGARELLA, 1978).

Todos os picos da Serra do Mar já foram conquistados pelos marumbinistas, existindo diversas maneiras de atingi-los por meio de longas caminhadas ou escaladas técnicas (Drey, 1999; 2000). O Parque Estadual do Marumbi é o que está melhor preparado para receber essa

prática, onde as trilhas estão mapeadas e demarcadas (Figura 6.1), além de possuir uma equipe de resgate em regiões montanhosas, o Corpo de Socorro de Montanha - COSMO. Os morros costeiros também oferecem boas condições para o vôo de asa delta e parapente, como o Morro da Sabão na Ilha do Mel, e o Morro de Caiobá.

FIGURA 6.1 – TRILHAS PRESENTES NO PARQUE ESTADUAL DO MARUMBI.



FONTE: WWW.SOSMARUMBI.ORG.BR

6.1.1.3.2 Bacias de Drenagem

No litoral paranaense estão presentes quatro bacias de drenagem (Mapa 6.2), uma drenando para o Complexo Estuarino de Paranaguá; outra, para o Estuário de Guaratuba, e duas que deságuam diretamente no mar, a do rio Saí-Guaçu, ao sul, no limite com o Estado de Santa Catarina, e a do mar de Ararapira, ao norte, na divisa com o Estado de São Paulo (ANGULO, 1992).

A vazão destas bacias é regular e é regida por fatores como o clima, a orografia e a cobertura vegetal. Os cursos d'água que têm suas nascentes nas encostas da serra do Mar, possuem seus trechos superiores bem definidos pelas estruturas cristalinas e águas limpas e energéticas, e, ao alcançarem a planície, e à semelhança daqueles que ali nascem, são meandantes apresentando águas mais turvas, especialmente pela presença de matéria orgânica (BIGARELLA, 1978).

Os cursos d'água principais estão encaixados em linhas de falhas e fraturas. Os rios da área serrana geralmente estão encaixados em vales com perfil transversal em forma de "V", devido a uma predominância da erosão vertical. Porém, é freqüente a existência de rochas mais resistentes ao longo do percurso dos rios, formando pequenas planícies aluviais a montante dos pontos de estrangulamento de drenagem. Essa planícies são originadas pela sedimentação fluvial apresentando um relevo plano, em vários níveis (BIGARELLA, 1978).

MAPA 6.2 – BACIAS DE DRENAGEM DO LITORAL PARANAENSE. I – MAR DO ARARAPIRA; II – BAÍA DE PARANGUÁ (A) RIO GUARAQUEÇABA, (B) RIO SERRA NEGRA, (C) RIO TAGAÇABA, (D) RIO CACHOEIRA, (E) RIO NHUNDIAQUARA, (F) RIO GUARAGUAÇU; III – BAÍA DE GUARATUBA (A) RIO CUBATÃOZINHO, (B) RIO CUBATÃO, (C) RIO SÃO JOÃO; IV – RIO SAÍ-GUAÇU.



FONTE: ANGULO (1992)

Entre os rios do litoral, destaca-se o Nhundiaquara, em Morretes, onde se permite a prática de esportes como canoagem, bóia-cross e pescarias, além de ser navegável por aproximadamente 12 km. O Rio Cachoeira, em Antonina, é onde são desenvolvidas as práticas de rafting. Segundo a página eletrônica da Calango Expedições, suas corredeiras tem grau de dificuldade de classes III e IV. As principais são: a corredeira do Cadeado, a do Poço do Bagre e a da Pedra do Vira .

Na planície, destaca-se o rio Guaraguaçu, fazendo a divisa entre Pontal do Paraná e Paranaguá, e entre Pontal do Paraná e Matinhos. É muito procurado para canoagem, passeios de barco e pescarias.

Pela região também se encontram um bom número de cachoeiras de extrema beleza, freqüentada por turistas e ecoturistas, como as cachoeiras do Véu da Noiva e o Salto dos Macacos em Morretes, e a maior delas, o Salto Morato com cerca de 130 metros de altura, situada na RPPN de mesmo nome em Guaraqueçaba (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA, 2006).

A drenagem continental, associada à pluviosidade, afeta os padrões de variação sazonal dos fatores hidrográficos junto à costa, de modo que as maiores precipitações ocorrem entre outubro e março, o que faz aumentar a turbidez da coluna d'água. A transparência da água varia próximo de 0 m nos fundos das baías, a 16,6 m nas desembocaduras. Cresce em direção às áreas mais externas, onde valores de transparência acima de dez metros são comuns, com exceção dos meses chuvosos quando valores abaixo de dez metros foram observados desde a costa até as áreas mais externas, aproximadamente, a 50 km de distância (PARANÁ, 2006).

A baixa transparência das águas costeiras paranaenses tem influência na prática do mergulho autônomo e livre, além da caça submarina, onde as “janelas” de água limpa são pequenas no verão. Essas prática tem sua atividade com melhores resultados no inverno, o que exige um bom equipamento para águas frias. E mesmo assim, os locais procurados estão ao redor das ilhas costeiras e nas balsas afundadas pelo Projeto RAM³.

6.1.1.3.3 Planície Litorânea

A Planície Litorânea é uma faixa arenosa que se estende desde o sopé da serra do mar até o oceano atlântico, apresentando um comprimento de aproximadamente 90 km e uma largura máxima de 55 km, possuindo uma área aproximada de 6.600 km² (ANGULO, 1992). Está recortada pelas baías de Paranaguá e Guaratuba.

Sua origem está relacionada ao processo de formação da Serra do Mar, quando ocorreu um afundamento por falhamento de toda a região. Caracteriza-se por ser uma planície

³ O Projeto RAM – Recifes Artificiais Marinhos, foi iniciado na década de 1990, com o objetivo de lançar à plataforma paranaense milhares de estruturas de concreto e duas balsas, para coibir a pesca ilegal em áreas de concentração de juvenis de peixes e crustáceos, assim como mitigar os impactos negativos da pesca de arrasto. Além disso, essas estruturas têm servido para promover a proteção e aumentar as populações de espécies ameaçadas em áreas resguardadas da pesca, promover a substituição do arrasto por cultivos associados aos recifes e incrementar o turismo em áreas alternativas aos sítios impactados e áreas protegidas (SILVA, 2001).

por imersão, onde antigos vales e enseadas foram preenchidos por sedimentação marinha e terrestre. Esses sedimentos foram sucessivamente retrabalhados pelas variações do nível do mar (transgressão e regressão) e pelas mudanças climáticas durante o pleistoceno (120 mil anos). Essas oscilações do nível do mar deixaram marcas profundas na sua configuração. Durante os períodos de baixa mar, grande parte da planície ficava emersa, sendo sulcada pelos rios com suas nascentes na Serra do mar. Nos períodos de alto mar, os vales destes rios eram alagados formando baías e lagunas (Angulo, 1992).

Após o término de uma transgressão marinha, quando o mar começava a descer novamente, iam sendo depositados junto à linha de costa, pela ação da corrente de deriva, cordões arenosos, dando origem a uma extensa planície de restinga⁴. O alinhamento desses "cordões litorâneos", corresponde às cristas altas das praias que foram sucessivamente sendo abandonadas no decorrer do recuo da linha de costa (ANGULO, 1992). Esse processo originou um relevo muito suave, com pequenas ondulações e altitudes, que somam alguns metros acima do nível do mar. São comuns os morros isolados e espigões, que se destacam na topografia ou formando pequenos maciços na planície sedimentar (PARANÁ, 2002).

Na planície estão situados os municípios da região, e, conseqüentemente, a maioria da infra-estrutura turística. As diversas estradas rurais oferecem boas condições para a prática do cicloturismo e caminhadas. Também é onde se encontra boa parte dos atrativos arqueológicos e históricos, como as ruínas e construções do período colonial.

6.1.1.3.4 Estuários

Os estuários são corpos de água costeiros, semifechados, de baixa energia, que têm uma conexão livre com o mar aberto; são assim fortemente influenciado pela ação das marés e no seu interior, a água do mar é misturada com a água doce proveniente da drenagem continental, produzindo um gradiente da salinidade (ACIESP, 1997).

A planície costeira tem sua morfologia profundamente recortadas pelos Complexo Estuarino de Paranaguá e o Estuário de Guaratuba, os quais originam um extenso litoral de costas protegidas, caracterizado pela existência de planícies de maré, cobertas principalmente por vegetação de mangue, sendo que, em alguns locais, ocorrem costões rochosos e pequenas praias (PARANÁ, 2002).

⁴ O termo restinga é utilizado por geólogos, botânicos e ecólogos, para indicar as características geomorfológicas e fitogeográficas das regiões costeiras, formadas pela sedimentação recente de areia e da vegetação que nele se estabelece (SUGUIO, 1987).

Nos estuários estão presentes ecossistemas de grande importância para a costa, servindo de áreas de refúgio, alimentação e reprodução para um grande número de espécies, algumas delas de interesse comercial. Entretanto, por estarem conectados às bacias de drenagem, acabam sendo receptores de diversos tipos de efluentes, como agrotóxicos e sedimentos, seja diretamente, seja através dos rios que neles deságuam (IPARDES, 1989). Também são importantes como vias aquaviárias para o transporte de mercadorias e pessoas entre as comunidades ribeirinhas, bem como para o lazer náutico de vela e motor.

Muitas comunidades de pesca vivem às margens dos estuários paranaenses, e algumas já estão estruturadas para receber turistas, principalmente no estuário de Paranaguá, oferecendo serviços de alimentação, pernoite e condução de grupos, como as comunidades da Vila da Barra de Superagui, Bertioiga e Vila das Peças, situadas no entorno do PARNA do Superagui.

6.1.1.3.4.1 Baía de Paranaguá

A Baía de Paranaguá está inserida ao norte da Planície Litorânea, possuindo uma superfície líquida de aproximadamente 601 km². Nela deságuam inúmeros rios, formando estuários menores. Por isso é considerada um complexo (BIGARELLA, 1978), sendo dividido em Baía de Antonina e Baía de Paranaguá propriamente dita, no eixo leste-oeste, e Baías das Laranjeiras, de Guaraqueçaba e Pinheiros, no eixo norte-sul. Também são encontradas algumas enseadas como as do Benito, Itaquí e Medeiros (ANGULO, 1992).

O Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP) está interligado aos estuários de Cananéia e Iguape pelo Canal do Varadouro, formando uma das áreas menos impactadas da costa sudeste-sul do Brasil (LANA *et al.*, 2001). Juntos, estes estuários formam o terceiro maior complexo estuarino do Atlântico Sul em termos de produtividade primária (IPARDES, 1989).

O CEP se caracteriza pela presença de várias ilhas, e duas delas se destacam no cenário turístico nacional, a Ilha do Mel e a Ilha de Superagui.

6.1.1.3.4.2 Baía de Guaratuba

A Baía de Guaratuba está localizada na porção sul do litoral do Paraná entre as coordenadas 25°40' e 26°00' de latitude sul e 48°35' e 48°50' de longitude oeste, abrangendo grande parte do município de Guaratuba e com cerca de 58.000 ha, ou seja, 29% da área total da APA de Guaratuba (200.000 ha) (PARANÁ, 1996).

Apresenta orientação leste-oeste, com aproximadamente 16 km de comprimento e largura de 3 km. A largura máxima pode chegar a 10 km, quando consideradas as planícies de marés (PETROBRÁS, 1994).

Em termos turísticos, a Baía de Guaratuba começa a se estruturar para aproveitar o seu potencial, oferecendo alguns passeios de barco para visitar restaurantes junto a cultivos de ostras, sambaquis, a cachoeira do Salto Parati e a Lagoa do Parado, no Rio Cubatão. Por parte das agências de Curitiba, é pouco explorada, se limitando à atividades de cicloturismo pelas estradas ao seu redor.

6.1.1.3.5 Tipos de Costa

A costa paranaense está naturalmente dividida pelas desembocaduras dos dois estuários em três setores: norte, intermediário e sul. O setor norte estende-se desde a barra de Ararapira até a barra Norte/Ilha do Mel. O setor intermediário compreende desde a barra do Canal da Galheta até a Barra da baía de Guaratuba, e o setor sul, desde a barra de Guaratuba até a foz do Rio Saí (PARANÁ, 2006). É considerada a segunda menor costa brasileira, com cerca de 90 km de extensão (ANGULO, 1992). Mas, quando são considerados os recortes feitos pelos estuários na Planície Litorânea, atinge-se cerca de 1.483 km de linha de costa, banhadas pela água do mar e das baías. Nesta interface, estão presentes costas classificadas como estuarinas, oceânicas, e aquelas com influência das desembocaduras das baías. São geologicamente distintas, onde aparecem costas rochosas e sedimentares, estas subdivididas em praias e planícies de marés (ANGULO e ARAÚJO, 1996).

As praias são o principal atrativo turístico do litoral paranaense, principalmente as situadas nos setores intermediário e sul. Já se encontram totalmente alteradas pela atividade antrópica; em menor grau na região de Pontal do Sul. As praias do setor norte, são as que menos tem interferência antrópica, apresentando uma condição natural bastante significativa. A Praia Deserta, com cerca de 35 km de extensão, é muito procurada pelos visitantes do PARNA de Superagui, que podem percorrê-la a pé, de bicicleta e atualmente de carroça, podendo chegar à Vila da Barra do Ararapira, na divisa com São Paulo.

6.1.1.3.6 Plataforma Continental

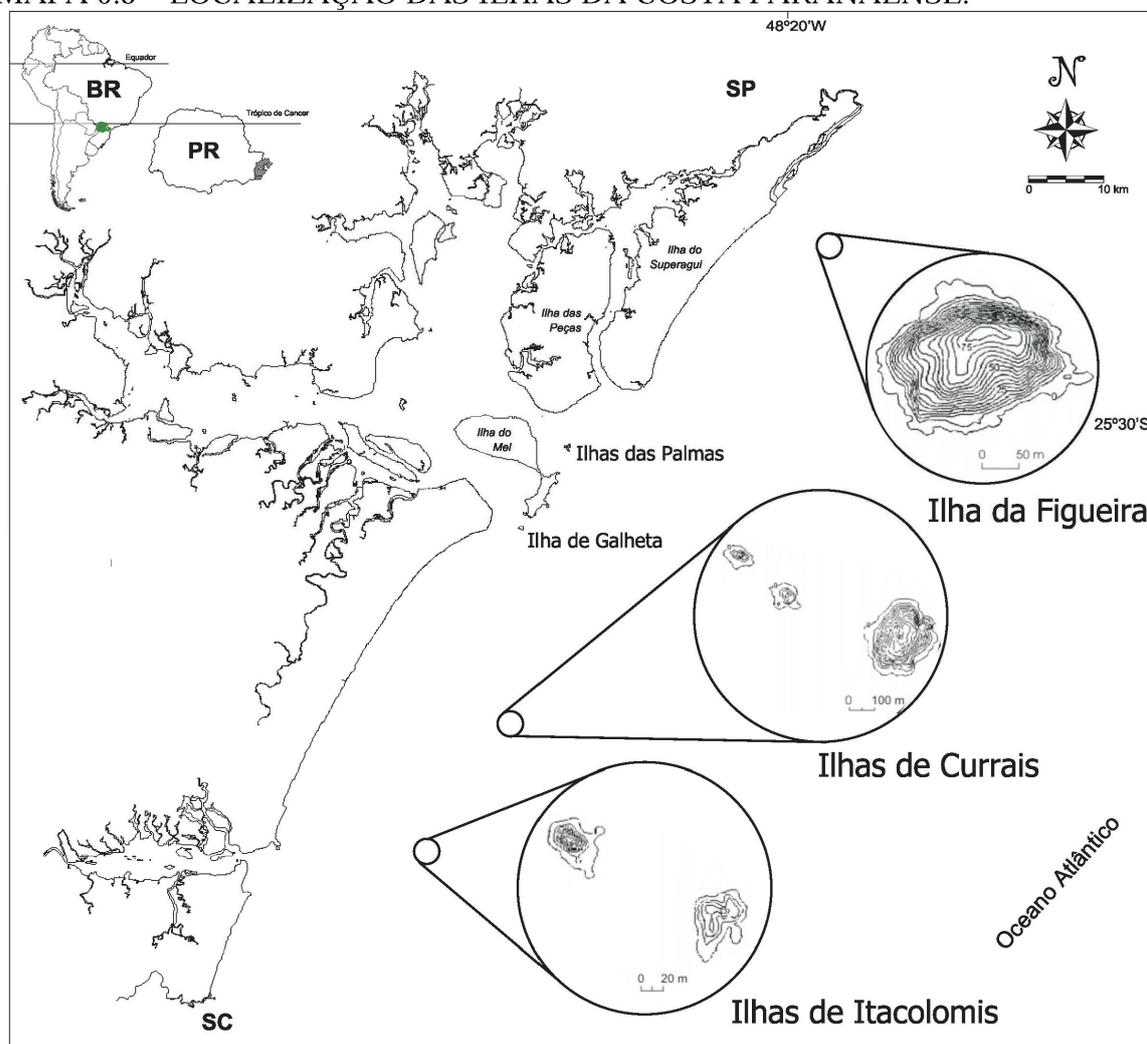
A plataforma continental interna do estado, se caracteriza por ser dominada por sedimentos arenosos e areno-lodosos, com algumas pequenas lajes submersas e fundos consolidados que ocorrem dentro dos setores estuarinos. Os substratos consolidados estão restritos às poucas ilhas estuarinas rodeadas por costões rochosos, encontrados nas Ilhas das

Palmas, Ilha do Mel, Ilha da Galheta, em morros de Caiobá e Guaratuba e nas ilhas costeiras de Figueiras, ao norte, e Currais e Itacolomis ao sul. Essa variedade sedimentológica oferece uma possibilidade de uma grande quantidade de habitats marinhos (PARANÁ, 2006).

De acordo com Silva (1995), os costões rochosos e outros habitats consolidados, naturais e artificiais, são importantes do ponto de vista ecológico e socioeconômico porque concentram alta diversidade específica e biomassa de recursos de interesse humano.

Além da sua importância ecológica para a região, as Ilhas de Figueira, Currais e Itacolomis, se constituem em um atrativo turístico com alto valor paisagístico, muito procuradas durante o ano todo, sendo a pesca e o mergulho esportivo as atividades mais freqüentes (Mapa 6.3).

MAPA 6.3 – LOCALIZAÇÃO DAS ILHAS DA COSTA PARANAENSE.



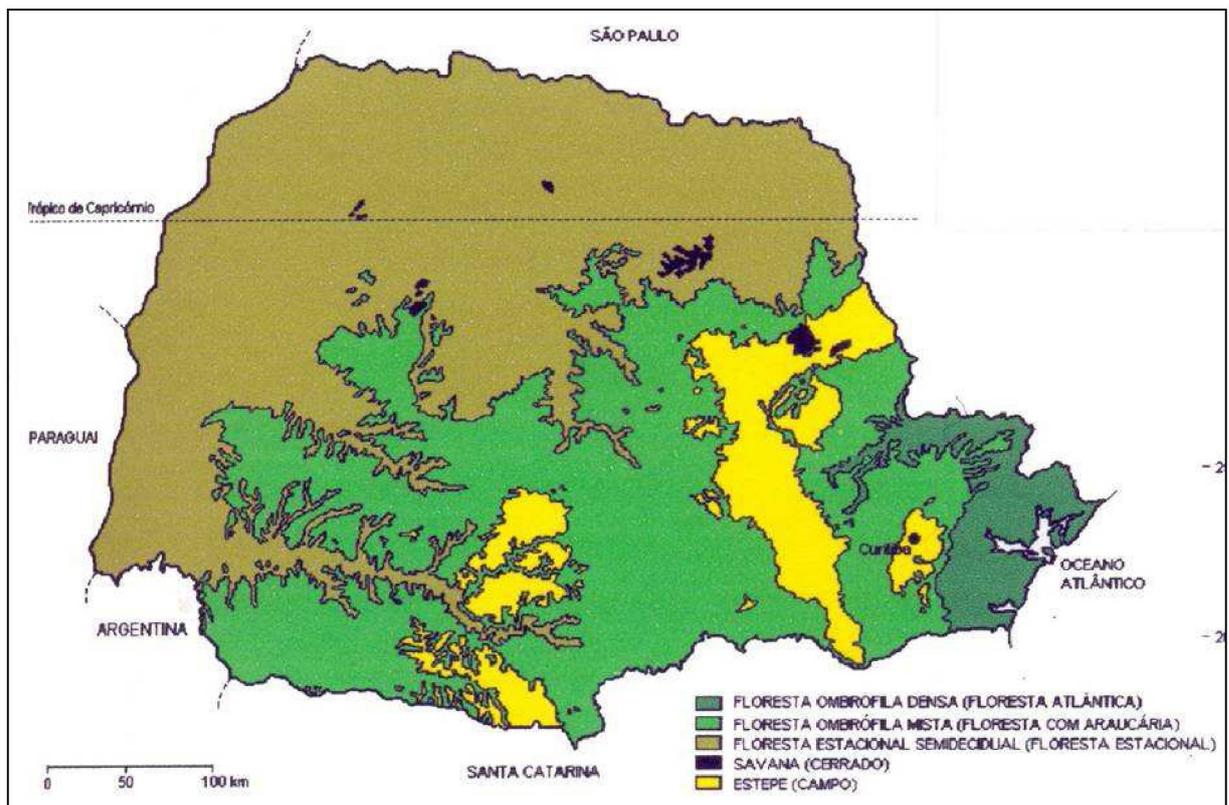
FONTE. ADAPTADO DE KRUL (2004).

6.1.1.4 Vegetação

O Estado do Paraná foi originalmente coberto por Floresta Atlântica em cerca de 83% do seu território (Mapa 6.4), sendo o restante 17% de formações campestres (campos limpos e campos cerrados), restingas litorâneas, manguezais e várzeas (PARANÁ, 2002). Atualmente, a cobertura florestal natural do Paraná é de cerca de 18%, sendo que, aproximadamente, 10% com florestas bem conservadas (SANQUETA, 2005).

A Floresta Atlântica do estado apresenta três formações fitogeográficas características: a Floresta Estacional Sub-decidual, ocupando a porção oeste, onde o principal remanescente é o Parque Nacional do Iguazu; a Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária, ocupando a região central do estado, representada por fragmentos que totalizam uma área remanescente de 24%; e a Floresta Ombrófila Densa e ecossistemas associados, ocorrendo na porção leste, cobrindo a Serra do Mar e a Planície Litorânea (PARANÁ, 2002).

MAPA 6.4 – ESTADO DO PARANÁ REPRESENTANDO AS DIFERENTES FORMAÇÕES FITOGEOGRÁFICAS QUE CONSTITUEM A FLORESTA ATLÂNTICA.



FONTE: PARANÁ (2002).

Segundo o sistema de Classificação Fisionômico-Ecológico da Vegetação Brasileira, elaborado pelo Projeto Radambrasil, a vegetação que cobre o litoral paranaense, divide-se em Floresta Ombrófila Densa, formações pioneiras e os refúgios ecológicos alto-montano (IPARDES, 1989).

6.1.1.4.1 Floresta Ombrófila Densa

A Floresta Ombrófila Densa se destaca entre as formações vegetacionais pelo seu estado de conservação, sendo, atualmente, a maior porção contínua de floresta do Estado (PARANÁ, 2002), representada por formações primitivas remanescentes e por diferentes estágios de sucessão secundária (IPARDES, 1989). Estima-se que abrigue mais de 2.500 espécies vegetais, além de diversos animais ameaçados de extinção, tais como a onça pintada, a anta e aves como o gavião pega macaco, a jacutinga e o macuco.

A Floresta Ombrófila Densa possui uma diversidade ambiental resultante da interação de múltiplos fatores, destacando-se as massas de ares quentes e úmidos do oceano Atlântico, condicionadas por fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas e da alta precipitação, bem distribuídas ao longo do ano, sem um período seco. Isso permite o desenvolvimento de várias formações, cada uma com inúmeras comunidades e associações, caracterizada por vegetação arbórea, além de lianas e epífitas em abundância, constituindo complexa e exuberante coleção de espécies. Esta unidade é a mais pujante, heterogênea e complexa do Sul do país, de grande força vegetativa, capaz de produzir naturalmente, a curto a médio prazo, grande volume de biomassa (SILVA, 2006).

Estima-se que a flora arbórea da Floresta Ombrófila Densa seja representada por mais de 700 espécies, sendo a maioria exclusiva, não ocorrendo em outras unidades vegetacionais (LEITE⁵, 1994 *apud* PARANÁ, 2002). A função que desempenha na região envolve a estabilidade da paisagem, mantendo o equilíbrio da evolução dos ecossistemas associados (IPARDES, 1989). A Floresta foi subdividida em cinco formações ordenadas, refletindo as fisionomias diferentes de acordo à variação altimétrica (Tabela 6.1).

⁵ LEITE, P.F. (1994) **As diferentes unidades fitoecológicas da Região Sul do Brasil. Proposta de classificação**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação e Engenharia Florestal. UFPR.

TABELA 6.1 – RELAÇÃO DOS TIPOS DE FLORESTA OMBRÓFILA DENSA EM FUNÇÃO DA ALTITUDE

Formação	Característica
Aluvial	trata-se de formação ribeirinha ou floresta ciliar que ocorre ao longo dos cursos de água ocupando os terrenos antigos das planícies quaternárias;
Terras Baixas	de 5 m até os 100 m acima do mar; é uma formação que em geral ocupa as planícies costeiras. Podem estar sobre solos hidromórficos, de drenagem deficientes, constituídos por sedimentos marinhos e flúvio-lacustres pliopleistocênicos, ou sobre solos semi-hidromórficos e não hidromórficos, de melhor drenagem.
Sub-Montana	de 10 m até 600 m; compreende as formações florestais distribuídas sobre o início das encostas da Serra do Mar. Solos medianamente profundos e apresenta vegetação com altura aproximadamente uniforme.
Montana	a partir dos 600 m até 1200 m; compreende as formações das porções intermediárias das encostas da Serra do Mar. A estrutura florestal do dossel uniforme (20 m) é representada por ecótipos relativamente finos com casca grossa e rugosa, folhas miúdas e de consistência coriácea.
Alta-Montana	situada acima dos limites estabelecidos para a formação montana. São constituídas por associações arbórea simplificadas e de porte reduzido (3-7 metros de altura), onde predominam baixas temperatura, ventos fortes e constantes, elevada nebulosidade e solos progressivamente mais rasos e de menor fertilidade, apresentando acumulações turfosas nas depressões onde se localiza a floresta.

Fonte: Paraná (2002)

6.1.1.4.2 Áreas de Refúgio Ecológico

Constitui a vegetação dos cumes das serras, situadas acima do limite da Floresta Ombrófila Densa Alto-montana ou a ela entremeada. Inclui as formações campestres (campos de altitude), geralmente acima de 1.200-1.300m, e a vegetação dos afloramentos rochosos (vegetação rupestre) dos topos das montanhas, podendo ser caracterizada em paredes rochosas já acima de 1.000-1.200m.

6.1.1.4.3 Áreas de Formação Pioneiras

As formações pioneiras compreendem a vegetação que se posiciona na transição entre o continente e o mar, sofrendo influências de ambos, separadamente ou em conjunto.

A vegetação com influência marinha, compreende a vegetação herbácea arbustiva, associada a depósitos praias relativamente recentes. Nestes locais a vegetação é composta de plantas rasteiras psamo-halófitas, com o papel de promover a deposição e a fixação da areia trazida pelo vento, dando origem às formações de dunas em cordões paralelos à linha de

praia. A medida em que a linha de praia diminui ou cessa seu crescimento com o recuo da linha de costa, as dunas mais antigas vão sendo colonizadas por populações de arbustos e pequenas árvores de 3 a 4 metros, oriundas da floresta de restinga que se estabelece no terreno, sucedendo a vegetação das dunas interiores (PARANÁ, 2002).

Ainda sobre a influência marinha, encontra-se nas porções elevadas dos cordões litorâneos, uma vegetação pouco desenvolvida, em função da maior profundidade do lençol freático, e, conseqüentemente, menor disponibilidade de água. Essa floresta é chamada de floresta de restinga seca ou arenosa, com altura que varia entre 7 e 9m. Nas depressões entre cordões ocorre uma vegetação mais desenvolvida, em função da maior proximidade com o lençol freático, apresentando árvores de 10 a 15 metros, denominada de floresta de restinga úmida ou paludosa (SILVA, 2006).

Nas regiões que compreendem a orla das baías e margens dos rios onde ocorre o refluxo das marés, e, conseqüentemente a mistura da água do mar com a água doce, são encontrados os marismas e manguezais.

Os marismas são as formações herbáceas caracterizadas pela gramínea pratuá (*Spatina alterniflora*), que ocorrem, de forma quase contínua, sobre as planícies de maré do interior dos estuários, juntamente com plântulas de árvores de mangue. Os marismas encontram o seu limite de distribuição norte na região do Paraná, onde passam a ser gradualmente substituídos por manguezais (LANA *et al.* 2001).

Os manguezais possuem uma distribuição semelhante à dos marismas. A maior parte dos manguezais do sul e do sudeste do Brasil apresentam apenas três espécies arbóreas dominantes: *Rhizophora mangle* (canapuva ou mangue-vermelho), *Laguncularia racemosa* (mangue manso ou mangue-branco), e *Avicenia schaueriana* (siriuba ou mangue-preto). Nas bordas dos manguezais é típica a ocorrência, de forma isolada ou em alguns agrupamentos, de arbustos de *Dalbergia ecastophylla* (marmeleiro-da-praia) e *Hibiscus pernambucensis* (algodão da praia) (LANA *et al.* 2001).

A vegetação mais interior da planície, sofrerá a influência do regime hídrico dos rios, podendo se apresentar de forma herbáceo-arbustiva e arbórea.

O primeiro tipo corresponde às formações herbáceas das depressões úmidas, de ocorrência generalizada, onde predomina, principalmente, a taboa (*Typha domingensis*), cosmopolita das regiões tropicais e subtropicais do sul do Brasil. O segundo tipo, de ocorrência similar ao anterior, se caracteriza por ser mais desenvolvidas e densas, com o predomínio de uma ou poucas espécies arbóreas. Nesta situação são comuns os caxetais, onde predomina a caxeta (*Tabebuia cassinoides*). Essa espécie é muito utilizada para a confecção

de artesanato, como remos, gamelas e pequenas canoas, muito comuns nos mercados da região (LANA *et al.* 2001).

A integridade vegetacional tem sido explorada pelas agências de turismo que a tem descrito com termos como “paraíso ecológico” e “edem”, por onde são oferecidos diferentes tipos de passeios pela mata. Também tem sido constatado o início da atividade de observação técnica da flora, principalmente de bromélias e orquídeas que ocorrem desde a Serra do Mar até a costa. Geralmente, a atividade é acompanhada por um botânico que tem conhecimentos específicos na região.

6.1.1.5 Fauna

De acordo com Pacheco e Bauer (1999), os ecossistemas associados à Floresta Atlântica constituem um importante centro de endemismo para diversos grupos de seres vivos. Das 183 espécies de anfíbios existentes no sudeste do Brasil, 168 são endêmicas da Floresta Atlântica (LYNCH, 1979), ao passo que das 150 espécies de répteis do sudeste, 107 ocorrem apenas neste domínio (DIXON, 1979). Mesmo num grupo com elevada capacidade de dispersão, como o das aves, o número de espécies endêmicas chega a 199, o que representa 29% das aves deste ambiente e 12% das aves registradas para o Brasil (PARKER *et al.*, 1996; STATTERSFIELD *et al.*, 1998).

A fauna do litoral paranaense apresenta uma riqueza que reflete a diversidade de ecossistemas presentes na região. Suas características naturais, terrestres e aquáticas permitem que se refugiem nesta região diversas espécies, sendo algumas raras ou ameaçadas de extinção (IPARDES, 1989). No período de inverno, oferece refúgio para a fauna migratória vinda do sul com o deslocamento da fronteira entre as correntes do Brasil e a das Malvinas para a região sudeste-sul brasileira, trazendo as águas subantárticas, que são frias e férteis, com alta produtividade biológica, o que propicia ricas áreas de alimentação para várias espécies entre as latitudes 200 S e 400 S (VOOREN e FERNANDES, 1989). Por sua vez, as espécies de verão se deslocam mais para o norte, esperando o aumento da temperatura para retornar.

No levantamento faunístico feito pelo IPARDES (2001) para o Zoneamento da APA de Guaraqueçaba, são apresentados dados que demonstram que a região mantém uma elevada biodiversidade, como demonstrado a seguir.

Em relação aos mamíferos o IparDES registra cerca de 70 espécies terrestres, incluindo gambás, morcegos, primatas sendo um endêmico (o mico-leão-de-cara-preta -

Leonthopithecus caissara), tamanduás, roedores, cachorros do mato, lontras, anta, porcos-do-mato e veados.

Dentre os mamíferos marinhos, destacam-se o boto-cinza (*Sotalia guianensis*), e espécies de ocorrência da plataforma adjacente como o golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), e o golfinho comum, (*Delphinus capensis*). São registrados a ocorrência das baleias franca (*Eubalaena australis*), jubarte (*Megaptera novaengliae*) da orça (*Orcinus orca*) e de encalhes de várias espécies de baleias. Nos períodos de inverno, leões-marinhos (*Arctocephalus tropicalis*) migram das regiões da costa do Uruguai, Chile e Argentina, atingindo o litoral do Paraná (LANA *et al*, 2001).

A região reúne condições favoráveis para abrigar uma avifauna diversificada. Por existir locais de reprodução de aves aquáticas coloniais e também por abrigar importantes sítios de alimentação para aves marinhas, em geral, é um importante ponto de parada para espécies migratórias. Na APA de Guaraqueçaba, são registrados cerca de 341, refletindo quase 45% do total registrado para o Estado do Paraná. Podem ser encontradas espécies endêmicas, como o papagaio-de-cara-rocha ou chauá (*Amazonas brasiliensis*), espécies migratórias como várias espécies de maçaricos, pinguim (*Sphiniscus magalanicus*) e gaivotas rapineiras (*Skua* spp). Estas migram de regiões antárticas e sub-antárticas até a costa do Paraná e utilizam a desembocadura da Baía de Paranaguá como ponto estratégico de alimentação. Também são comuns espécies costeiras como gaivotas (*Larus dominicanus*), atobás (*Sula leucogaster*) e fragatas (*Fregata magnificens*), e um grande número de passarinhos de coloração bastante variada (IPARDES, 2001).

O papagaio-chauá tem na Ilha do Pinheiro (PARNA do Superagui) seu principal local de pernoite. Assim, diariamente, oferece um grande espetáculo ao final da tarde quando centenas de papagaios retornam de diversos locais ao mesmo tempo. Essa revoada já é comumente oferecida por alguns moradores ao turistas, e no verão, já se pode ver o acúmulo de barcos próximos à ilha. Embora seja proibido o desembarque, não há garantias de que isso não ocorra, pois a fiscalização do parque é deficiente (IPARDES, 2001).

Os répteis são encontrados, proporcionalmente, em menor número, cerca de 50 espécies, ou 32,47% do registrado para o Estado. Na listagem está incluída a presença de serpentes peçonhentas, como a cobra-coral (*Micrurus corallinus*) e a jararaca (*Bothrops jararaca*), e não peçonhentas, como a cobra-d'água (*Helicops* sp) e a dormideira (*Dipsas indica*). Também são facilmente observáveis o lagarto teiú (*Tupinambis teguixim*) e diversas lagartixas. Existem relatos do jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) podendo ser encontrado nos ambientes de baía, embora seja mais característico dos cursos d'água mais

interiores, tanto no continente, quanto nas ilhas. A região é frequentada por cinco das sete espécies de tartarugas marinhas conhecidas, como a tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) e a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*) (IPARDES, 2001).

Os anfíbios têm sua distribuição bastante ligada à topografia e às formações vegetais, sendo a Planície Litorânea a mais rica em diversidade e quantidade de espécies. A maioria delas é bastante especializada e dependente do clima e de microclimas. São registrados para a região da APA de Guaraqueçaba, cerca de 37 espécies, o que representa quase 70% do total registrado para o Estado (IPARDES, 2001).

A ictiofauna da região é representada por espécies de água doce, estuarina e oceânica. São registrados mais de 313 espécies de peixes, sendo que 66 espécies são consumidas ou comercializadas por 71% da população local. São identificados quatro categorias principais de peixes em função do seu comportamento na região (CORREIA, 1987).

Espécies como o robalo peva (*Centropomus parallelus*) e pescada branca (*Cynoscion leiarchus*) são típicas do verão; já tainhas (*Mugil* sp.) e bagre branco (*Netuma barba*) são freqüentes no inverno (CORRÊA, 1987). Há ainda espécies que se encontram ameaçadas de extinção, como o mero (*Epinephelus itajara*) (SILVA, 1995).

Com relação à ictiofauna de água doce, Grando e Grando (1999) relatam a presença de mais de 50 espécies, com um alto grau de endemismo, refletindo uma elevada riqueza de espécies. Os autores também relatam a introdução de espécies exóticas por meio da piscicultura e clubes de pesca, fato que induz à redução dos estoques pesqueiros ou mesmo à extinção de espécies locais.

A variedade de peixes atrai um grande número de pescadores esportivos, que realizam a pesca de praia, embarcados ou, ainda, a caça submarina, buscando os “pesqueiros” no interior das baías ou nas “lajes” próximas das ilhas da região oceânica.

Tanto a fauna de invertebrados terrestres como aquáticos, possui uma diversidade bastante elevada, sendo difícil precisar um número que possa refletir a realidade da região. Algumas espécies chamam a atenção pela beleza, como as borboletas e mariposas. Outras se destacam pelo incômodo que provocam, como os insetos hematófagos borrachudos (família Simuliidae) e pernilongos na Serra do Mar, pólvoras (*Culicoides* spp) e butucas (família Tabanidae com dezenas de espécies) nas regiões próximas aos manguezais. As butucas, botucas ou mutucas, se caracterizam por aparecer apenas no início do verão, entre novembro e dezembro. Mas o seu tamanho e a intensidade com que ocorrem, pode provocar reações alérgicas, podendo até ser um fator limitante para visitação (MISAEL, 2005).

Os invertebrados aquáticos na região se destacam mais no aspecto econômico, como os moluscos bivalves e os crustáceos. Entre os moluscos, são consumidos a ostra do mangue (*Cassostrea rizophora* e *C. brasiliiana*), o mexilhão do costão (*Perna perna*), o mexilhão do mangue (*Mytella guianensis*) e lulas (*Lolligo* sp).

O Caranguejo do mangue (*Ucides cordatus*), siri (*Callinectes* spp) são os principais crustáceos coletados pelas comunidades pesqueiras, para consumo e venda. Já os camarões sete-barbas (e *Schphopenneus kroyeri*) e o camarão-branco (*Penneu schimitti*) são o principal alvo da pesca artesanal na região.

O molusco bivalve gusano (*Teredo navalis*) é uma espécie que se desenvolve alimentando-se da madeira morta do manguezal. Entretanto, suas larvas também penetram nas madeiras das embarcações, o que obriga os pescadores a utilizarem uma tinta “envenenada” para proteger o fundo do barco contra o gusano. Esta tinta fica durante seis meses no fundo do barco lançando metais pesados para o meio, configurando-se num impacto crônico na região.

6.1.1.6 Conservação

A integridade natural do litoral do Paraná, tornou a área prioritária para a conservação da biodiversidade, em função do seu mosaico de unidades ambientais, representado principalmente pela existência de fragmentos significativos da Floresta Atlântica bem preservados e a ocorrência de grandes áreas coberta de manguezais (LANA *et al*, 2001).

Essa condição de conservação só foi atingida em função das características físicas dos solos e a declividade acentuada da serra, que limitaram o uso intensivo e contínuo dos recursos naturais, levando à região a ficar a margem do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas décadas, onde o padrão de ocupação do território e o conseqüente estabelecimento de grandes contingentes populacionais e atividade industrial se estabeleceram nas regiões dos planaltos (ANDRIGETTO-FILHO, 2000). Outra característica importante neste contexto é o fato de que a BR 101 não cruza o litoral paranaense. Embora seu traçado esteja estabelecido, sua construção foi impedida por movimentos ambientalistas na década de 1980. Atualmente, a BR 101 interrompe o seu traçado na região de Peruíbe (São Paulo), se unindo a BR 116 para contornar o litoral paranaense, e para depois voltar à beira do mar, a partir de Barra Velha (Santa Catarina).

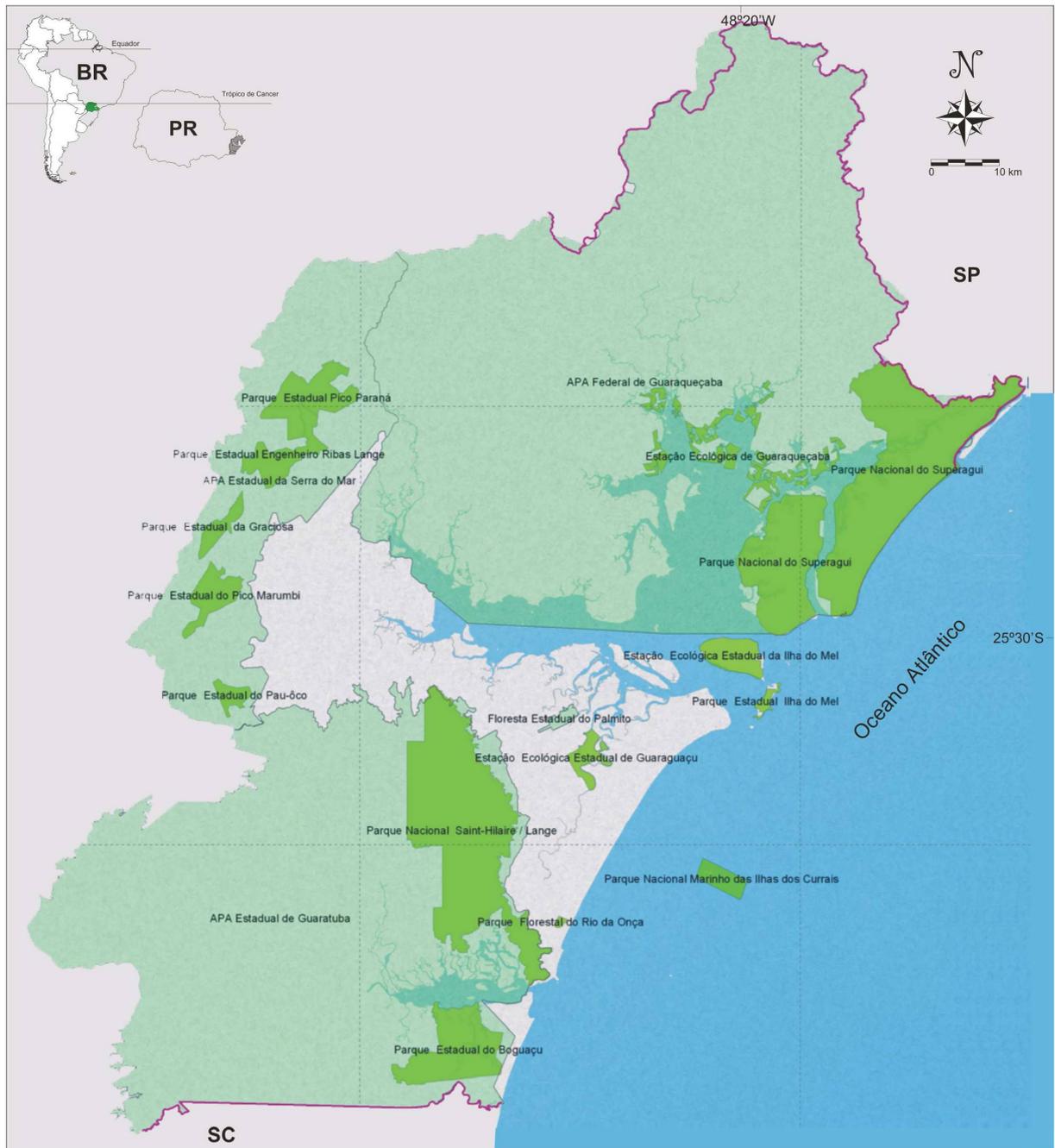
A preocupação com a manutenção deste estado de conservação, estimulou a criação de várias UCs, principalmente na década de 80, constituindo uma extensa rede de conservação, que cobre cerca de 75% da área do Litoral (Mapa 6.5). Na porção norte, encontra-se a maior

área contínua preservada da Floresta Atlântica brasileira, com altos índices de biodiversidade e endemismos, além de várias espécies ameaçadas de extinção (BRITTEZ e SILVA, 2000). A importância da região foi reconhecida internacionalmente quando, no ano de 1991, a UNESCO anunciou a criação da primeira Reserva da Biosfera em território brasileiro - a Reserva da Biosfera Vale do Ribeira-Serra da Graciosa, incluindo praticamente toda a área da Floresta Atlântica no Brasil. Em 1999, a UNESCO declara a região do litoral paranaense Patrimônio Mundial da Natureza (BRITTEZ e SILVA, 2000).

O programa de Avaliação das Áreas Prioritárias para a Zona Costeira e Marinha (2002), considerou a região costeira paranaense como área da categoria de extrema importância. Neste contexto, se destaca o arquipélago de Currais, importante sítio de nidificação de *Sula leucogaster* e *Fregata magnificens*, onde desde 2002, há o interesse em transformá-lo em um Parque Nacional Marinho, pelo projeto de lei Federal n. 7032/02, de 27 de novembro de 2002 (PARANÁ, 2006).

Embora a atividade turística esteja ocorrendo nas UCs, poucas estão preparadas para o atendimento do visitante. A maioria das UCs recebe visitação de forma não ordenada, como é o caso do PARNA de Superagui, onde a visitação não está legalmente liberada mas já é possível se encontrar indícios de impactos oriundos da visitação (AMEND, 2001; MISAEL, 2005). Das unidades federais presentes, apenas a APA de Guaraqueçaba tem seu plano de manejo efetivado até o momento, e, em relação às estaduais, apenas quatro possuem plano de manejo (Tabela 6.2).

MAPA 6.5. PRINCIPAIS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL DO PARANÁ.



FONTE: ADAPTADO DE PARANÁ (2006)

TABELA 6.2 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO LITORAL DO PARANÁ, COM A INDICAÇÃO DAQUELAS QUE POSSUEM PLANO DE MANEJO (PM) E ESTÃO ABERTAS À VISITAÇÃO (V)

nome	município	criação	decreto	área (ha)
ESEC da Ilha do Mel (PM)	Paranaguá	1982	5454	2.240,69
PE do Pico Marumbi (PM)	Morretes	1991	7300	2.342,41
APA Estadual de Guaratuba (PM)	Guaratuba, Matinhos, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Paranaguá	1992	1234	199.596,50
AEIT do Marumbi (PM) (V)	Morretes, Antonina, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, São José dos Pinhais,, Piraquara	1984	lei 7919	66.732,99
PF do Rio da Onça (PM) (V)	Matinhos	1981	3825	118,51
ESEC de Guaraqueçaba	Guaraqueçaba	1982	87.222	11.573,50
ESEC do Guaraguaçu	Paranaguá	1992	1230	1.150,00
PARNA de Superagui	Guaraqueçaba	1989	97.688	33.930
PARNA Sant-Hiliare/Lange	Guaratuba	2001	lei 10.227	24.500,00
PE da Graciosa	Morretes	1991	7302	1.189,58
PE do Pau Oco	Morretes	1994	4266	905,58
PE Roberto Ribas Lange	Antonina, Morretes	1994	4267	2.698,69
PE da Ilha do Mel	Paranaguá	2002	506	337,84
PE do Boguaçu	Guaratuba	2002	4.056 alterado pela lei 13.979	6.660,64
PE do Pico Paraná	Morretes, Campina Grande do Sul	2002	5.769	4.333,83
PNM do Manguezal do Rio Perequê	Pontal do Paraná	2001	706	33,00
APA Federal de Guaraqueçaba	Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá, e Campina Grande do Sul	1985	90883	314.400
APA Estadual de Guaraqueçaba	Guaraqueçaba	1992	1228	191.595,50
FE do Palmito	Paranaguá	1998	4.493	530,00
RPPN Águas Belas	Antonina	2004	Portaria 184	508,00
RPPN Morro da Mina	Antonina			1.336,00
RPPN Sebui	Guaraqueçaba	1999	Portaria 99	400,75
RPPN Salto do Morato	Guaraqueçaba	1994	Portaria 132	2.340

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM INFORMAÇÕES DAS PÁGINAS ELETRÔNICAS DO IBAMA E SEMA/PR, ACESSADAS EM 2007. PARNA – PARQUE NACIONAL; AEIT – ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE TURÍSTICO; ESEC – ESTAÇÃO ECOLÓGICA; FE – FLORESTA ESTADUAL; PE – PARQUE ESTADUAL; PMN – PARQUE MUNICIPAL NATURAL; RPPN – RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL; APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL; PF – PARQUE FLORESTAL

6.1.2 Aspectos Socioeconômicos

6.1.2.1 Ocupação Pré-Histórica

As populações pré-históricas que se expandiram a partir do continente africano, demoraram cerca de 104 mil anos para atingir o litoral do Paraná, com os registros mais antigos na região datados há pouco mais de 6 mil anos atrás (NEVES, 2000).

O grupo que aqui se estabeleceu era nômade, de catadores-caçadores, que circulavam pelas bacias do Rio Paraná e Paraguai, e por toda a costa até a região da Juréia/SP. Ao longo do caminho e do tempo, foram deixando registros da sua passagem, constituídos por grandes amontoados de conchas e ossos (neves, 2000). Esses montes de conchas foram designados pelos tupi-guaranis de sambaquis (samba = concha, ki/qui/quiri=montanha). Como os sambaquis ocorrem em diferentes lugares na planície, é um forte testemunho de que o nível do mar foi diferente em épocas passadas (IPARDES, 2001). As formas e dimensões desses depósitos variam muito, chegando a atingir vários metros de altura e dezenas de metros de comprimento. Eram sempre erguidos próximo às fontes de alimento e quase sempre à beira mar. Estes locais serviam, também, para o sepultamento dos membros da comunidade, que era feito ao pé do sambaqui. Segundo Neves (2000) o sepultamento era revestido de todo um ritual elaborado, com centenas de oferendas mortuárias associadas, com machados, colares, enfeites de conchas, e com os pertences do falecido.

Em Pontal do Paraná está situado o maior sambaqui do litoral, o Sambaqui do Guaraguaçu (300X50X21m), sendo o único tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1982. Também é um dos que mais tem sido estudados.

Em função do fácil acesso, está sofrendo depredação por parte dos visitantes que costumam levar lembranças e subir ao cume para apreciar a paisagem, provocando o desmoronamento de suas encostas (DEPINÉ e OKA FIORI, 2005).

Segundo Viana (1976), o povo que construiu os sambaquis, pode ser denominado como homens do Sambaqui, ou simplesmente sambaquibas. Estes foram sendo paulatinamente expulsos da região, primeiramente pelos Xeklong, vindos do planalto, deslocados, por suas vez, pela presença dos Caigangs na disputa pelos pinheirais. Mais tarde, com a chegada dos tupi-guaranis vindos dos Andes peruanos e da Bolívia, os Xeklong foram quase dizimados, sendo que vários foram escravizados.

Tanto os tupis-guaranis como os Xeklong, eram mais organizados socialmente que os sambaquibas e já dominavam a técnica da cerâmica. Há indícios de que os Xeklongs

continuaram utilizando os sambaquis com os mesmos propósitos, só que seus mortos eram enterrados em grandes potes de barro, inicialmente utilizados para guardar grãos. Os tupis-guaranis pouco usaram os sambaquis (NEVES, 2000).

Provavelmente, desta interação, tenham surgido os Carijós, grupo a interagir os invasores europeus. Em função dos Carijós serem mais amigáveis, foram mais facilmente dominados pelos Portugueses, resistindo no litoral até meados do século XIX, quando praticamente desapareceram (VIANA, 1992).

6.1.2.2 Colonização

Os informes de expedições de colonizadores portugueses partindo de Cananéia em direção à Baía de Paranaguá datam de 1530, vindos atrás de ouro e do aprisionamento dos nativos. Quando o viajante e etnógrafo alemão Hans Stadem chegou à região, em 1554, em virtude do naufrágio do navio que conduzia a expedição do Espanhol Dom Diogo de Senabria, já encontrou por aqui colonos portugueses (NEVES, 2000).

A primeira sesmaria do litoral é datada de 1614, situada na Ilha de Superagui. A cidade de Paranaguá foi fundada em 1648 e Antonina já se achava povoada em 1772. Com o aumento da população dessas comunidades, iniciou-se a produção agrícola e a fabricação de utensílios para atender os que ali passavam e se abasteciam, formando-se intenso comércio entre o litoral e o planalto. Existem registros de engenhos de mandioca, arroz, erva-mate, fábricas de aguardente, estaleiros, fornos de caieiras, além de grandes lavouras de arroz, café, banana e mandioca, entre outras (IPARDES, 2001).

Em meados do século XIX, o sul do país foi ocupado por diversas colônias de imigrantes europeus. Em 1852, foi fundada uma colônia na Ilha de Superagui, inicialmente com 15 famílias de suíços, franceses, alemães e italianos (BEHR, 1997). A colônia teve seu apogeu em 1879 quando a ilha possuía 150 casas. Produzia-se vinho e açúcar; fabricava-se tijolos; havia serraria, estaleiro e inúmeros engenhos para beneficiar café, arroz, mandioca e cana-de-açúcar. Fatores climáticos adversos e o isolamento contribuíram para que a colônia parasse de crescer no final do século XIX. Há a possibilidade de ter sido destruída durante a revolução Federalista de 1893 e 1894 (BEHR, 1997).

6.1.2.3 Ocupação Atual

Ao redor dos centros urbanos que se formavam no litoral paranaense no início do século XX, foram se estabelecendo diversos pequenos povoados que se mantinham com práticas produtivas para a subsistência. Essas comunidades, ditas tradicionais, são compostas, basicamente, de pescadores artesanais e agricultores familiares, mais concentrados no litoral norte (IPARDES, 2001). Sua origem está na mescla étnico-cultural de indígenas e colonizadores portugueses e, em menor grau, de escravos africanos do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo consideradas por Diegues (2006) pertencentes às comunidades caiçaras. Essas comunidades se caracterizam, basicamente, pela produção para a subsistência familiar, conjugando a atividade agrícola com a extrativista. Essas comunidades se mantiveram nesse tipo de produção até meados do século XX.

A partir da década de 50, instala-se na região um intenso processo de apropriação de terras por grandes grupos econômicos, excluindo os produtores locais do acesso à terra (IPARDES, 1989). Os agricultores passam a desocupar as suas terras e migram para fora da região ou ocupam as margens dos rios e do CEP. Os que ficam, continuam conjugando a atividade agrícola à pesca, só que agora com uma maior dedicação à esta, que passa a se tornar a principal atividade econômica, uma vez que a produção passa a ser totalmente voltada para o mercado. Gradativamente, vão sendo abandonados as roças de arroz, feijão e mandioca, que inicialmente mantinham, e passam a depender do mercado para a aquisição de bens de consumo (SPVS, 1995). Os que foram para as margens dos rios e do estuário passam a exercer essencialmente a agricultura de subsistência com a banana, constituindo, em pequena escala, o principal produto agrícola comercializável. A extração do palmito, que era destinada ao consumo ou pequeno comércio, passa a ser estimulada pelos donos de fábricas e/ou intermediários e torna-se uma importante fonte de renda monetária familiar (KARAN e TOLEDO, 1996).

6.1.2.3.1 Pesca

A pesca é uma atividade produtiva significativa no litoral do Paraná, pelo menos no plano social. É praticada em mais de 60 comunidades pesqueiras (incluindo bairros urbanos, em todos os municípios, à exceção de Morretes). Segundo dados do SEAP, os pescadores registrados no litoral do Paraná em 2005 eram 4.277, sendo os maiores contingentes

encontrados nos municípios de Guaraqueçaba (1096), Paranaguá (1001) e Guaratuba (900) (ANDRIGUETTO-FILHO *et al.*, 2005).

É uma atividade heterogênea, com seis sistemas produtivos diferentes, que se distinguem pelas estratégias técnicas e por variáveis econômicas, ambientais e demográficas. A pesca realizada nos estuários é essencialmente artesanal (redes de pequeno porte) e praticada com barcos de baixa autonomia de curso (canoas a remo e a motor com potência geralmente inferior a 22HP) (ANDRIGUETTO-FILHO, 2000). Os principais recursos são, pela ordem, o camarão e o peixe. Na tentativa de suprir o cotidiano da sobrevivência passaram a extrair as ostras, mexilhões, siris e caranguejos (KARAN e TOLEDO, 1996).

Com a diminuição da produção pesqueira na região, muitas famílias do litoral norte, passaram a ver o turismo como uma alternativa de renda, visto que muitos moradores, de maneira dispersa, já vem oferecendo serviços de aluguel de barco para a pesca turística (KARAN e TOLEDO, 1996) e criando pequenos empreendimentos para hospedagem e alimentação. O ecoturismo também tem sido oferecido para as comunidades locais como a maneira de se conseguir a renda complementar, evitando-se o abandono das práticas tradicionais e as práticas consideradas inadequadas como a caça a pesca predatória e o corte de árvores (SPVS, 1999). Assim, várias comunidades estão sendo alvos de projetos voltados à capacitação turística para gestão de negócios e melhora na recepção e atendimento, condução de grupos, e valorização da cultura local. Mas, por enquanto, as comunidades alvos são àquelas no entorno do das UCs, principalmente do PARNA do Superagui.

6.1.2.4 Demografia e Economia

A população do litoral paranaense é a que vêm apresentando os maiores índices de crescimento do estado do Paraná, a uma taxa de 2,25% nos últimos 30 anos. Em 2000, o censo do IBGE apontava um total de 235.840 habitantes. Estimativas do IPARDES apontam para 2010 uma população de aproximadamente 311 mil habitantes. Esse crescimento populacional tem se caracterizado por ser essencialmente urbano, onde no período entre 1970 e 2000, a taxa de urbanização passou de 69% para 89% (PIERRI, 2003; DESCHAMPSA, 2007). A tabela (6.3) a seguir apresenta alguns dados sócioeconômicos em cada um dos sete municípios do litoral.

TABELA 6.3. DADOS DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE

Município	População 2000	em	Taxa de Urbanização	Base atual da Economia
Paranaguá	127.339		96%	Portuária
Antonina	19.174		83%	Portuária
Morretes	15.275		47%	Agricultura
Guaraqueçaba	8.288		31%	Agricultura
Guaratuba	27.257		85%	Comércio e serviços
Matinhos	24.184		100%	Comércio e serviços
Pontal do Paraná	14.323		100%	Comércio e serviços

FONTE: PIERRI (2003)

O crescimento demográfico da região está direcionado principalmente para a região praiana. O padrão de ocupação permanente está orientado para as áreas menos valorizadas, constituindo ocupações informais, principalmente opostas à área próxima à praia (onde predominam as residências de veraneio), ou em áreas sensíveis ambientalmente, como fundos de vales, encostas, restingas, manguezais e próximos à lixões. Essa condição, associada, o às desigualdades socioeconômicas, acaba gerando bolsões de pobreza, encontrados praticamente em todos os municípios (PIERRI, 2003).

A região do litoral paranaense apresentou vários ciclos econômicos desde a sua colonização. Inicia-se com a exploração do ouro entre os séculos XVI e XVII, interrompido quando da descoberta de grandes jazidas do metal nas Minas Gerais. A partir do século XVIII, começa uma atividade agrícola, com o cultivo de banana, arroz, pecuária, exploração de madeira e palmito além do cultivo de café. Todas essas culturas oscilaram ao longo do tempo, em função da baixa produtividade do solo. A partir da década de 1980, com a criação de diversas UCs, criam-se mecanismos de regulamentação para as atividades agrícolas e pesqueiras, junto ao incentivo do plantio do palmito-jussara. Por um lado, estimulou-se práticas alternativas, como a transformação da mandioca e da banana. Por outro, aumentou o uso de agrotóxicos, a extração ilegal de palmito e a introdução de espécies exóticas (PIERRI, 2003).

Atualmente, as atividades portuárias são responsáveis pela maior contribuição no PIB regional, chegando a representar mais de 80%. Existe uma esperança latente de que o turismo possa sustentar um novo ciclo econômico na região. Mas como a atividade turística sofre forte sazonalidade, não está sendo mais capaz de arcar com os custos anuais, influenciando negativamente na estabilidade e melhora dos investimentos, refletindo na diminuição da qualidade da oferta e no aumento dos preços. Interessante notar que, neste município, o

grande empregador é o poder público, que tem influência direta sobre a qualidade de vida da população permanente (PIERRI, 2003).

Embora o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁶ (IDH-M) médio da região em 2000, tenha sido de 0,76, valor considerado como de médio desenvolvimento humano, o litoral do Paraná é considerada a região mais pobre do estado do Paraná (PIERRI e KIM, 2006). O que se observa é que, de maneira geral, nem a atividade portuária nem a turística, consideradas as mais vigorosas da região, estão sendo capazes de transferir, de maneira suficiente ou proporcional, os benefícios para a população residente. Na verdade, elas estão atendendo mais os interesses de setores externos à região. No caso do porto, aos produtores, exportadores e a todos os setores vinculados, de vários estados. No caso do turismo, além dos setores econômicos que operam em nível local, os beneficiários principais são os turistas da classe média e alta de Curitiba, fundamentalmente. Assim, a população permanente, de maneira geral, está condicionada mais ao que vem de fora, do que ela mesma pode produzir, o que, por sua vez, limita a possibilidade de buscar uma melhora na sua condição de vida na região (PIERRI, 2003).

⁶ O IDH-M é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. A taxa de alfabetização, com peso 2, é o percentual da população com idade a partir de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples; a taxa de frequência escolar, com peso 1, é o somatório de pessoas, independentemente da idade, que freqüentam os cursos fundamental, médio e superior, incluindo supletivos e pós-graduação, dividido pela população de 7 a 22 anos; a longevidade (esperança de vida ao nascer) sintetiza as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor a expectativa de vida; e a renda municipal *per capita* é o somatório das rendas (conforme respostas ao questionário expandido da amostra do Censo Demográfico) de todos os residentes, dividido pela população (PIERRI e KIM, 2006).

6.2 CARACTERIZAÇÃO TURÍSTICAS DO LITORAL DO PARANÁ

6.2.1 Desenvolvimento turístico

O desenvolvimento do turismo no litoral do Paraná acontece em quatro frentes de desenvolvimento, associadas aos principais destinos turísticos existentes: Ilha do Mel, Municípios da Orla, Morretes e Guaraqueçaba, Paranaguá e Antonina.

6.2.1.1 Ilha do Mel

Pode-se considerar que o turismo no litoral do Paraná tem o seu início com a atividade balneária realizada na Ilha do Mel no século XIX, sendo bastante procurada por famílias de classe alta de Curitiba, principalmente as alemãs (KIM, 2004). Estas vinham a Paranaguá de trem, e em seguida, de barco, chegavam a região da Fortaleza N^a S^a dos Prazeres, que pode ser considerada o primeiro recanto turístico paranaense. Inclusive, a primeira iniciativa de se orientar o turismo no Paraná aconteceu com a criação do Clube Náutico da Ilha do Mel, na primeira metade do século XX (PARANÁ, 2003). Mas dois eventos tem influência negativa na atividade balneária na Ilha do Mel. O primeiro foi a construção da Estada do Mar em 1923, o que desviou o fluxo turístico para Guaratuba, Caiobá e Matinhos. O outro foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que interrompeu de vez a atividade turística, pois a Ilha foi considerada Zona de Guerra.

Após um longo período de estagnação, a atividade turística na Ilha do Mel é retomada na década de 1970, promovida por aqueles que buscavam beleza cênica e contato com a natureza, na sua maioria jovens que acampavam na praia ou nas casas dos moradores. Na década de 1980, o fluxo de pessoas aumenta e tem-se início a instalação da infra-estrutura turística, que atinge o seu auge no final da década de 1990 (KIM, 2004). Atualmente a Ilha do Mel recebe uma média de 120 mil turistas/ano, (ECOPARANÁ, 2006 – dados não publicados). Embora tenha contabilizado cerca de 9.000 leitos, entre o hotel, pousadas e camping (Carlos Gnata – presidente da Associação Comercial da Ilha- comunicação pessoal), seu limite de visitação diária estabelecido pelo Instituto Ambiental do Paraná é de 5.000 pessoas, estabelecido em 1996.

As condições naturais da Ilha do Mel (93% de sua área protegida por UCs) somadas as construções do período colonial (Fortaleza N.S^a dos Prazeres e Farol das Conchas), são os principais atrativos que motivam os turistas a visitá-la atualmente, (NIEFER, 2002), sendo apontada como um dos principais destinos turísticos paranaenses.

6.2.1.2 Municípios da Orla

No início do século XX, o município de Guaratuba já era procurado por turistas em função das praias arenosas e águas mais limpas, mesmo sendo o seu acesso precário. Com a construção da Estrada do Litoral em 1923, foi o primeiro município da orla paranaense a se beneficiar com o turismo (SAMPAIO, 2006).

A abertura dessa estrada propiciou o início da ocupação da orla para o veraneio (habitações secundárias ocupadas em períodos específicos de férias e feriados prolongados). São criados três novos balneários: Matinhos (1925), Praia de Leste (1928) e Caiobá (1930). Como Praia de Leste não prosperou naquele momento, Matinhos e Caiobá podem ser considerados os primeiros balneários paranaenses criados especificamente para a atividade de lazer. A preferência dos visitantes por esses municípios está relacionada à paisagem montanhosa de Matinhos e Caiobá e pela facilidade de abastecimento de água. Mas esses balneários se desenvolvem paulatinamente na primeira metade do século XX. Nesse período, sofrem com problemas sanitários, como a malária e helmintíase, com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e a revolução de 1930 e 1932 no Brasil, episódios que retraíram o deslocamento das pessoas para a região. Com a Segunda Guerra, a atividade turística praticamente cessa em todo o litoral, com a orla sendo declarada zona de segurança nacional, restringindo-se ainda mais o acesso ao litoral, principalmente para alemães e italianos e seus descendentes, freqüentadores assíduos da região (SAMPAIO, 2006).

Após o término da Guerra, a orla sofre uma segunda onda de ocupação pelo fenômeno do veraneio, iniciada pela nova classe média paranaense, a exemplo de outras regiões litorâneas brasileiras. A ocupação, sempre de frente para a praia, se estende para o norte, desde a foz do rio Saí-Guaçu até a barra da Baía de Paranaguá (Sampaio, 2006). Atualmente, essa região da orla abrange áreas dos municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, que juntos concentram mais de 70% do fluxo turístico no período de temporada.

6.2.1.3 Morretes e Guaraqueçaba

Municípios essencialmente agrícolas, Morretes e Guaraqueçaba situam-se na região rural do litoral. Estiveram sujeitos a oscilação econômica de vários ciclos de produtos agrícolas, como o do arroz e da banana. Essa oscilação se deu, fundamentalmente, à dificuldade de se inserir em um mercado mais competitivo em função da baixa fertilidade do solo, ao estabelecimento de grandes latifúndios na década de 1960, e à transformação de

grandes áreas em Unidades de Conservação, limitando a ação dos moradores, na década de 1980 (PIERRI, 2003).

6.2.1.3.1 Morretes

A cidade de Morretes surge inicialmente como um entreposto entre o Porto de Paranaguá e Antonina e a cidade de Curitiba, no primeiro planalto paranaense. Teve grande prosperidade até a construção da Estrada da Graciosa, que desviou o movimento de cargas que era feito pela ferrovia. A partir de então, voltou-se para a atividade agrícola, especialmente ao cultivo de gengibre e hortifrutigranjeiros (SPVS, 1992). A partir da década de 1980, pela falta de opção, os moradores passaram a ver o turismo como uma oportunidade de melhoria de vida. Então, aproveitando as características históricas e naturais e a facilidade de acesso ao município, passaram a organizar e promover a atividade. A infra-estrutura turística tem um grande impulso com a instalação de diversas pousadas espalhadas por toda a região, e hoje, o turismo é a principal atividade econômica do município, seguido pela agricultura (MPE, 2002). Por estar localizado no sopé da Serra do Mar, com um ambiente pouco alterado, protegido por várias UCs, uma boa qualidade de alimentação e hospedagem e um número de atrativos culturais relevantes, tem sido reconhecido com um dos grandes destinos de turismo de aventura e ecoturismo no Brasil.

6.2.1.3.2 Guaraqueçaba

Guaraqueçaba é um município que teve sua ocupação iniciada em meados do século XVIII. No século XIX, teve participação pouco representativa no desenvolvimento do litoral, embora tenha fornecido madeira para a construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba. Apresentou, também, um pequeno ciclo de exportação de banana e uma tentativa de colonização da região de Superagui. Atualmente, é o que apresenta a menor densidade demográfica do litoral, um baixo uso das terras e um certo isolamento em termos viários (80km de estrada de chão a partir de Antonina, 3 horas de barco a partir de Paranaguá). Seu sistema de produção se caracteriza por desenvolver atividades agrícolas de subsistência, extrativismo e pesca artesanal (SPVS, 1992).

O turismo na região teve início a partir da década de 1980, pelo destaque que teve a criação de várias UCs, como a Estação Ecológica de Guaraqueçaba (1982); a Área de Proteção Ambiental (1985); a Área de Relevante Interesse Ecológico das Ilha do Pinheiro e Pinheirinho (1985); o Parque Nacional do Superagui (1989); e a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Salto Morato (1994) e do Sebui (1999).

Embora hoje apresente uma infra-estrutura incipiente, concentrada na sede do município e na vila da Barra de Superagui, Guaraqueçaba é reconhecida como um importante destino ecoturístico nacional e internacional, pela atual condição de preservação dos seus ecossistemas, apresentando uma paisagem íntegra e rica biodiversidade (ROCHA, 2004).

6.2.1.4 Antonina e Paranaguá

Os municípios de Paranaguá e Antonina são os mais antigos povoados da região litorânea, surgidos em função dos processos de mineração do ouro no início da ocupação do território. Em 1646 Paranaguá já possuía um pelourinho e em 1649, era elevada a condição de vila. Por estarem situados à margem do Complexo Estuarino de Paranaguá, os municípios de Antonina e Paranaguá se caracterizam por ter sua economia baseada essencialmente na atividade portuária.

O Porto de Antonina já foi o 4º mais importante porto brasileiro na primeira metade do século XX, posição que perdeu a partir da década de 60, período em que os principais exportadores e terminais portuários privados da cidade enceraram suas operações levando a comunidade local ao ostracismo econômico. Embora a atividade portuária tenha recomeçado na década de 80 com a instalação de terminais privados, a condição econômica na cidade pouco progrediu.

O Porto de Paranaguá até meados do século passado, foi utilizado principalmente, para o abastecimento do consumo interno. A partir da década de 60 adquiriu grande importância estratégica nas exportações brasileiras e no equilíbrio da balança comercial nacional, sendo considerado, atualmente, o maior em exportação de grãos da América Latina e o segundo em movimentação de cargas no Brasil.

6.2.1.4.1 Antonina

Antonina é considerado um município com potencial turístico pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2005), por possuir recursos naturais e culturais expressivos, capazes de promover o desenvolvimento sócio-econômico do local. Contudo, as iniciativas para a efetivação deste potencial são, ainda, pouco expressivas. Com a reativação das atividades portuárias o potencial turístico pode ser comprometido, principalmente pelo alto fluxo de caminhões pesados por suas estradas e ruas estreitas.

O município é comumente lembrado pela sua arquitetura e ruínas do período colonial, pelas atividades culturais como o carnaval e o festival de inverno promovido pela UFPR, suas

praias estuarinas, diversos locais de lazer as margens de rios e atividades de turismo de aventura como o rafting e montanhismo.

Recentemente foi re-estabelecido a comunicação férrea com o município, com a recuperação do terminal ferroviário para receber trens de passageiros oriundos de Curitiba. Mas o fluxo de turistas ainda é insipiente.

6.2.1.4.2 Paranaguá

A atividade de turismo em Paranaguá se desenvolveu a partir da década de 80, procurando explorar seu centro histórico e as festas religiosas e populares, aproveitando a infra-estrutura hoteleira e de alimentação já instalada para atender ao grande fluxo e trânsito de pessoas relacionadas à atividade portuária. Tem na Ilha do Mel seu principal atrativo natural.

Em 2005, essas características levaram o Ministério do Turismo a considerar Paranaguá um município turístico. Mas, a exemplo de Antonina, a atividade turística em Paranaguá também é insipiente, como se observa no fato de que o trem de passageiros oriundo de Curitiba não utilizar mais a estação ferroviária como ponto final, sendo este acontecendo em Morretes. Os passageiros estão chegando à Paranaguá via ônibus e com o objetivo principal de utilizar a cidade apenas como ponto de embarque para outras localidades ribeirinhas.

6.2.2 Atrativos

O Programa de áreas prioritárias para o turismo em áreas naturais identificou os principais atrativos no litoral do Paraná (PARANÁ, 2000):

- as cidades históricas de Morretes, Antonina e Paranaguá;
- os passeio de trem pela serra do mar, interligando Curitiba a Morretes;
- a serra do mar e remanescentes da floresta atlântica;
- o parque estadual do Marumbi;
- os caminhos históricos (do Itupava e Estrada da Graciosa);
- a Ilha do Mel, parque nacional do Superagui e reserva natural Salto Morato;
- os balneários existentes ao longo da costa atlântica.

6.2.3 Atividades Possíveis

Segundo o Diagnóstico para o Desenvolvimento Sustentável na região litorânea do Paraná (JICA/PARANÁ, 2004), existem inúmeras possibilidades para aproveitamentos turísticos e de lazer, que podem ser classificados, enquanto atividades, da seguinte forma:

- **atividades aéreas** – prática de asa-delta, ultraleve, aeroclubismo, passeios panorâmicos de avião e helicóptero, paraquedismo e passeios por teleféricos ou funiculares;
- **atividades aquática** – pesca artesanal/esportiva e submarina, banhos naturais no mar, lagos, rios e cascatas, descida de rio com bóias, passeios em iates e barcos nas baías e alto mar, surfe, remo, canoagem, vela, iatismo e natação;
- **atividades terrestres** – montanhismo com fins exploratórios, pedagógicos ou científicos, campismo em praias e em outras áreas pitorescas, excursionismo por vários meios de transporte, ou mesmo através de caminhadas, temporada na praia ou em áreas verdes, festivais gastronômicos, hotelaria de lazer à beira-mar, em cidades históricas ou em locais paisagisticamente atraentes, como ilhas, vales ou serras, revigoramento psíquico e físico, através de clínicas de repouso e geriatria, culturais, esportivas envolvendo inúmeras modalidades: promocionais com feiras e exposições, congressos, seminários, treinamento de executivos, motociclismo e ciclismo, piqueniques, acampamentos.

Entre os tipos de turismo possíveis de serem desenvolvidos na região, estão:

- turismo náutico;
- turismo rural;
- turismo de aventura;
- turismo cultural
- ecoturismo;

6.2.4 Perfil da Demanda

Segundo informações da página eletrônica da Secretaria Estadual de Turismo, em 2006, mais de 64% dos turistas que visitaram o litoral paranaense em 2005, vieram de Curitiba e região metropolitana, permanecendo cerca de 8 dias. Viajaram em família (68,3%) hospedando-se em casa própria (32,2%) ou de amigos (33,4%). A avaliação sobre a infraestrutura turística do litoral teve a predominância do conceito bom para 58,9% dos entrevistados.

Pinheiro⁷ (1997 apud Amend, 2001) identificou os seguintes tipos de turistas que frequentam a região da APA de Guaraqueçaba: pescadores amadores, turistas orientados para a natureza, grupos de excursões que pernoitam, visitantes que não pernoitam, veranistas, pesquisadores e técnicos e turistas envolvidos com a questão ambiental.

6.2.5 Acesso

O acesso à região pode ser feito através de três vias principais. A partir de Curitiba, o principal acesso é pela BR 277 que possibilita chegar a todos os municípios da região. Também se chega ao litoral vindo de Curitiba pela estrada de ferro que liga Curitiba a Paranaguá, passando por Morretes.

Para quem vem de São Paulo pela BR 116, o acesso pode ser feito pela Estrada da Graciosa (PR 410) chegando primeiramente a Morretes ou Antonina.

Aqueles que vem do Sul, pela BR 101, o acesso ao litoral pode ser feito pela PR 412, a estrada que liga o município de Garuva (SC) à Guaratuba.

6.2.6 Hospedagem e Alimentação

O litoral do Paraná pode ser caracterizado por ser essencialmente voltado para o veraneio, com o predomínio das residências concentradas próximas à orla (Sampaio, 2006). O guia turístico do litoral para a temporada 2006/2007 revela que existem hotéis em todos os municípios, mas é evidente o predomínio das pousadas como oferta turística de hospedagem, onde a maior concentração está na Ilha do Mel (84) e Morretes (14). A Ilha do Mel também se destaca pelo grande número de campings (32).

O litoral conta com um grande número de restaurantes que oferecem um cardápio variado de frutos do mar. Em Morretes e Antonina se destaca ainda o prato típico da região, o barreado.

⁷ PINHEIRO, Z.F. (1997) Guaraqueçaba – Diagnóstico Turístico. Curitiba: SEBRAE/ABBTUR

6.2.7 Estatísticas

O governo do Estado reconhece o litoral como em vias de consolidação turística em função dos números oficiais apresentados nos últimos anos. Estima-se que desde 1999, o número médio de visitantes no litoral varia em torno de 1 a 2 milhões de pessoas, sendo que 77% delas se dirigem para os três municípios praianos (PARANÁ, 2003). A atual Política Estadual de Turismo procura reverter essa situação, pretendendo a melhora dos equipamentos e infra-estrutura turística, visando atrair novos segmentos de demanda, com a exploração turística racional de áreas pouco freqüentadas atualmente, mas com grande potencial turístico como a Serra do Mar, as principais baías e as ilhas do litoral.

O governo também reconhece o turismo como uma alternativa viável para as comunidades locais atingirem a sustentabilidade econômica da região em consonância com a conservação dos atrativos naturais. Para dinamizar a atividade, está em curso o projeto “Litoral - Paraná: emoções o ano inteiro”, uma parceria entre a SETU, o Sebrae, associações comerciais, organismos de turismo de todos os municípios do Litoral e cerca de 220 empresários de atividades ligadas ao turismo da região. O projeto envolve todos os municípios mais a Ilha do Mel. As ações propostas estão divididas em três temas: “Capacitação e Qualificação”, “Articulação e Parceria”, e “Mercado: divulgação e venda”.

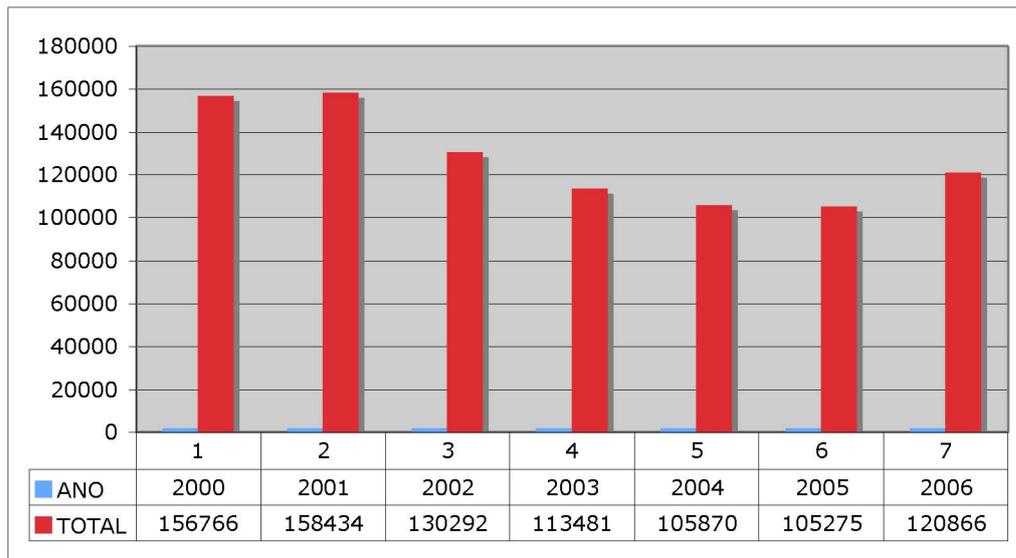
Entretanto, as estatísticas oficiais sobre o turismo no Litoral do Paraná revelam uma tendência de diminuição do número de visitação ao longo dos últimos 7 anos. Foram 1.647 milhão em 1998 contra 1,565 milhão em 2003 (Paraná, 2003). A esse declínio associa-se a diminuição das receitas, onde, em 1998, o visitante tinha um gasto diário médio de US\$ 17,10 e em 2004, o valor diminuiu para US\$ 13,20. Essa tendência de diminuição de visitação também é evidenciado nos únicos atrativos que possuem um controle de visitação mais detalhado, a Ilha do Mel e a RPPN Salto Morato, em Guaraqueçaba.

Segundo a ECOPARANÁ⁸, responsável pelo controle de acesso à Ilha do Mel desde 1996, a média anual de visitação entre 2000 e 2006 foi de 126.283, sendo que desde 2003, os números registrados estão abaixo da média (Figura 6.2). Os primeiros meses de 2007 também indicam valores abaixo das médias mensais no mesmo período.

No Salto Morato, que controla a visitação também desde 1996, se observa a queda da visitação a partir de 2001, se mantendo abaixo da media histórica de 6,500 visitas, até 2006 (Figura 6.3).

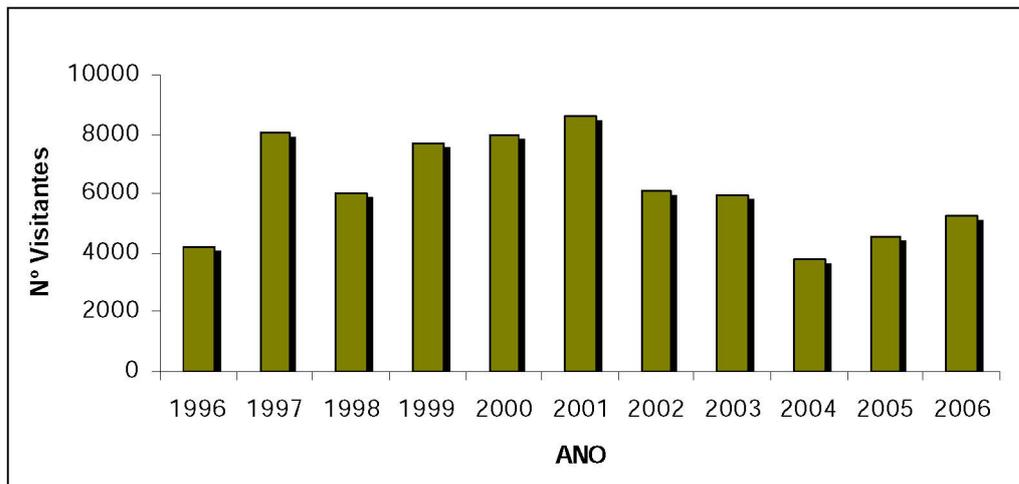
⁸ A ECOPARANÁ é uma autarquia estadual que controlou o acesso à Ilha do Mel desde 1996, quando começou a cobrança de taxa de embarque. Em 2007 o controle ficará a cargo do Instituto Ambiental do Paraná.

FIGURA 6.2 – NÚMERO TOTAL DE VISITANTES NA ILHA DO MEL 2000 – 2006.



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DA ECOPARANÁ (2006).

FIGURA 6.3 – NÚMERO DE VISITANTES NA RPPN SALTO DO MORATO 1996-2006.



FONTE: FUNDAÇÃO O Boticário de Proteção à Natureza (2006).

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1 ANTECEDENTES DO ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ

A identificação da região do litoral paranaense como pólo de ecoturismo por parte do governo federal, e área prioritária para a prática de turismo em áreas naturais por parte do governo estadual, revela, por um lado, o reconhecimento da sua vocação para o ecoturismo, em função das condições de preservação dos diversos atrativos naturais, culturais e históricos presentes, e por outro, o seu potencial, visto que já existe uma infra-estrutura turística razoável, com um bom acesso e uma rede de hospedagem e alimentação de boa qualidade, além de estar próxima de Curitiba e São Paulo, principais centros emissores de ecoturistas.

Contudo, a preferência dos turistas que vêm à região está fortemente focada no turismo de sol-e-praia, como pode ser observado na temporada de 2002/2003, quando quase 80% dos visitantes procuraram a região para esse tipo de turismo (PARANÁ, 2003).

A partir do final do século XX, começam a acontecer iniciativas para reversão deste quadro. A indústria do turismo, organizações não governamentais e a academia, começaram a se organizar para um melhor aproveitamento das áreas naturais preservadas e não preservadas, bem como para alavancar a atividade de forma a maximizar os benefícios e diminuir os custos sociais, econômicos e ambientais do ecoturismo. Essas ações são apresentadas a seguir.

7.1.1 Ações voltadas para criar as condições para o desenvolvimento do ecoturismo no litoral do Paraná.

7.1.1.1 Organização do setor

A organização do ecoturismo no litoral paranaense foi iniciada pela indústria do turismo, buscando o ordenamento da atividade junto aos pequenos empreendedores, para otimizar a gestão do negócio, planejamento, formatação e aperfeiçoamento dos produtos ecoturísticos oferecidos, sua promoção e a gestão local.

Em 1999, empresários, produtores rurais e empreendedores da região, realizaram o “Primeiro Encontro Antonina, Morretes e Guaraqueçaba – Portais do ecoturismo no litoral paranaense”, realizado em Antonina. O objetivo do encontro foi o de orientar futuras políticas, programas, estudos e trabalhos de ecoturismo no litoral (CARTA DE ANTONINA, 1999).

Neste encontro foi elaborada a “Carta de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba” reconhecendo o potencial ecoturístico dos municípios em questão, e a necessidade de maior divulgação dos atrativos naturais e culturais para que o visitante prolongue sua estadia. Também reconhece que o ecoturismo é uma alternativa econômica importante na promoção do desenvolvimento sustentável, para que os municípios atendam as necessidades básicas dos moradores, e garantam sua qualidade de vida. Também destaca que a população deve ser envolvida para se atingir a equidade econômica.

A carta também reconhece que, à época, a região não apresentava alternativas econômicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. A falta de prioridades políticas, em matéria econômica, social e ambiental, estava ocasionando a estagnação da economia, a exploração indiscriminada de recursos naturais e a ausência de fundos para a conservação e manejo das áreas protegidas. Faz recomendações para a implementação da infra-estrutura para o turismo e ecoturismo, identificando o papel do setor público e as parcerias que deveriam ser realizadas, assim como o papel da iniciativa privada.

Na mesma linha do encontro de Antonina, foi realizado em Morretes, em 2002, a “I Oficina Melhores Práticas para o Ecoturismo – Pólo Morretes”, promovida pelo FUNBIO, através do programa “Melhores Práticas para o Ecoturismo” e com o apoio de instituições oficiais de turismo estadual e municipal em parceria com a iniciativa privada (MPE, 2002).

O objetivo da oficina foi propor ações de operacionalização da estrutura física e dos roteiros existentes no município, definir indicadores de monitoria e avaliação para o Ecoturismo na região, definir a forma de atuação dos agentes locais e elaborar um cronograma para implantação de um plano de gestão a partir de 2003.

A nível governamental, o ecoturismo também tem sido favorecido, através de diversas parcerias entre as agências de fomento e capacitação, bem como pela liberação de financiamentos para execução de projetos voltados para o turismo de modo geral.

Em 2005, começou a ser desenvolvido pela SETU, um programa visando a integração dos municípios do litoral, denominado “Programa de Regionalização do Turismo no Litoral do Paraná” com os objetivos de discutir e integrar ações de planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável no Litoral do Paraná, entre as esferas do poder público, iniciativa privada, ONGs e outras instituições envolvidas com a atividade, como universidades e conselhos gestores das UCs. O Programa está na fase de implementação da Governança Regional com a implantação da Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Litoral do Paraná - que será constituída como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com o papel de fazer a ponte entre os empresários e instituições

atuantes no turismo na região com o governo estadual e federal (SILVA⁹, 2007 - comunicação pessoal) .

Um dos resultados do programa foi o lançamento do “Projeto Litoral do Paraná: emoções o ano inteiro”, em desenvolvimento desde 2006, com o objetivo de impulsionar o turismo na região, tentando superar os efeitos da forte sazonalidade. O projeto é uma parceria entre a Secretaria Estadual de Turismo, o SEBRAE, Prefeituras e empresários dos sete municípios, e outros órgãos como IBAMA, IAP, Conselhos das Unidades de Conservação e ONGs. As ações do projeto estão divididas em três temas:

- capacitação e qualificação;
- infra-estrutura; e
- articulação, parceria e mercado: divulgação e venda.

O “Programa de Certificação do Turismo Sustentável” está sendo desenvolvido no litoral pelo Instituto de Hospitalidade do Brasil. Iniciado em 2006, se inscreveram para participar do programa, até o momento, 5 pousadas da Ilha do Mel, 1 hotel e 1 pousada em Paranaguá e 3 pousadas em Morretes. A previsão é que o até o final do ano de 2007, sejam certificadas os primeiros estabelecimentos (CARLOS GNATA, 2007 – comunicação pessoal).

7.1.1.2 Apoio para populações locais

Já há algum tempo se reconhece que o turismo convencional é incompatível com os valores e princípios da conservação ambiental no litoral paranaense (SPVS, 1999). Em função disso, diversas instituições vem promovendo o ecoturismo para estimular o uso controlado dos recursos naturais, por meio de métodos que causem baixo impacto, ao mesmo tempo em que tentam oferecer alternativas de renda às populações do entorno das UCs, que enfrentam uma diminuição da produtividade das suas práticas tradicionais, e privação de parte de seu território.

A primeira iniciativa foi o projeto “Ecoturismo de Base Comunitária no Parque Nacional do Superagui”, iniciado na comunidade da Vila da Barra do Superagui, em 1999, pela Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS. O projeto promoveu cursos e seminários de capacitação envolvendo a comunidade no levantamento da oferta turística. Como resultado, o projeto esperava o desenvolvimento de um modelo de

⁹ Daniela Meres Silva é diretora da regional do Litoral do Instituto de Ecoturismo do Paraná.

ecoturismo que atendesse à realidade de uma área composta por um mosaico de unidades de conservação (SPVS, 1999). Por falta de financiamento o projeto não teve continuidade.

Outro projeto da SPVS é o de “Conservação do Papagaio-de-cara-roxa (*Amazonas brasiliense*)”, que incluiu, entre os seus objetivos, a busca de geração de renda através da capacitação de condutores turísticos e incentivo ao ecoturismo na Ilha das Peças, local considerado um dos principais sítios de ocorrência da espécie. A partir de 2003, iniciaram diversas oficinas de capacitação para os moradores da Vila das Peças, envolvendo a organização, condução e segurança de visitantes (SPVS, 2007).

Em 2006, a SPVS iniciou o projeto “Modelo para o Ecoturismo com Base em Sistema Cooperativo no litoral norte do Estado do Paraná”, com apoio do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Subprograma Projetos Demonstrativos Mata Atlântica (PD/A). Tem como objetivo desenvolver e implantar um modelo de ecoturismo com base em sistema cooperativo, focado na consolidação de roteiros ecoturísticos em uma região de grande importância para a conservação da biodiversidade. Os municípios atendidos compreendem Antonina, Guaraqueçaba e Morretes. O Projeto tem como preceito a atividade turística que envolva o desenvolvimento do capital humano e social. Foram contatados cerca de 120 pequenos empreendedores na região, entre pousadas, restaurantes, artesões e barqueiros. Destes, 40 se interessaram pelo processo e estão participando das oficinas de capacitação para trabalhar com o ecoturismo, aprendendo a identificar e formatar roteiros. Até o final de 2007 o projeto espera ter formado a cooperativa e, em 2008, na fase final, ocorrerá a incubação da cooperativa, que visa dar apoio aos cooperados na gestão e comercialização dos roteiros (SPVS, 2007a).

O Grupo Integrado de Aqüicultura e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Paraná (GIA/UFPR), está realizando, desde 2006, o “Projeto Cultimar” para criar novas fontes de renda para as comunidades tradicionais da região litorânea, de forma sustentável, sem descaracterizar o ambiente natural ou práticas tradicionais, por meio de interação da maricultura, o turismo e o artesanato. Em parceria com a SPVS, com duas agências de turismo, e com a Associação de Condutores da Ilha das Peças, vem oferecendo cursos de história natural e cultural da região, auxiliando os condutores locais no melhor aproveitamento dos atrativos naturais e culturais da região (GIA, 2007).

O instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, iniciou, em 2003, o projeto “Manejo de Pesca, Maricultura e Turismo Responsável” como alternativas sustentáveis para as comunidades do entorno do PARNA do Superagui. O objetivo do projeto, com relação ao Turismo Responsável, é avaliar o potencial atual da atividade na região, e suas tendências,

analisando a viabilidade econômica dos empreendimentos voltados ao turismo. Até 2007, já foram realizadas duas oficinas de capacitação sobre o atendimento ao turista, para os interessados das Vilas das Peças e Superagui. Houve a participação de representantes de pousadas, restaurantes e seus funcionários, campings, bares, embarcações, condutores de visitantes e membros da comunidade local que hospedam visitantes em suas casas, totalizando 29 pessoas nas duas comunidades. Os dados disponíveis estão relacionados ao levantamento dos meios de hospedagem nas Vilas da Barra de Superagui, Vila das Peças e Bertioga. Também está em andamento o “Programa de Informação para Turistas e Pescadores Amadores”, com o intuito de produzir material impresso para orientação com relação ao manejo da área e informações sobre os atrativos (IPE, 2007).

7.1.1.3 Capacitação técnica de mão de obra

A falta de capacitação de mão de obra local é um dos fatores que dificultam o desenvolvimento do turismo de forma geral, e no litoral paranaense isso não é diferente. Tentando mudar essa realidade, em 2006, o Instituto de Ecoturismo do Paraná, realizou na Ilha do Mel, o “Curso de Capacitação de Condutores em Áreas Naturais – Ilha do Mel”, financiado com recursos do FUNBIO.

O público alvo do curso foi os moradores das vilas de Nova Brasília e Encantadas. Com duração aproximada de cinco meses, teve uma carga horária de 131 horas de aulas teórico/práticas, organizado em 6 módulos (Meio Ambiente, Educação Ambiental, Turismo, Técnicas de condução de Grupos, Primeiros Socorros e Estágio supervisionado). O curso capacitou 24 jovens para atuarem como guias locais na Ilha do Mel. A próxima etapa é o fomento à criação de uma cooperativa para que possam atuar de forma profissional e legalizada (SILVA, 2007- comunicação pessoal).

7.2 PANORAMA DO ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ

7.2.1 Atrativos oferecidos para o ecoturismo

A publicação PARANÁ-ROTEIROS TURÍSTICOS, lançada em 2006 pela Secretaria Estadual de Turismo e da Paraná Turismo, apoiados pelo Ministério do Turismo, apresenta os principais roteiros turísticos e ecoturísticos do estado ofertados por diversas agências. Para o litoral, foram identificados 14 roteiros em que são oferecidos o ecoturismo como atividade única (apenas três roteiros), ou associado ao turismo de aventura, de sol-e-praia e cultural (Quadro 7.1).

QUADRO 7.1 – ROTEIROS ECOTURÍSTICOS OFERECIDOS PELO GUIA DE ROTEIROS TURÍSTICO DO ESTADO DO PARANÁ (2006)

Município	Local	Atrativos e Atividades
Morretes	PE Marumbi	Passeio de Trem pela Serra do Mar Caminho do Itupava Trilhas pelos morros Visita à cachoeiras
	Planície	Visita a Porto do Cima Cicloturismo na região rural City-tour Comida típica Banho de Rio Visita à comunidades rurais
Antonina		City-tour pelo centro histórico Visita ao Mirante Visita à Ponta da Pita Visita à usina hidrelétrica Parigot de Sousa Rafting no rio Cachoeira
Paranaguá	Sede do Município	City-tour pelo centro histórico Visita ao Porto
	Ilha do Mel	Visita à Fortaleza N ^{as} dos Prazeres Visita ao Farol das Conchas Visita à Gruta das Encantadas Banho de mar Cicloturismo
Guaraqueçaba	Parna Superagui	Comunidade da vila da Barra de Superagui Trilha da Porteira Praia Deserta Ilha do Pinheiro – observação do papagaio-chauá Ilha das Peças – observação do boto-cinza Cicloturismo Atividade de Pesca com a comunidade na Vila das Peças
	RPPN Salto Morato	Cachoeira Salto Morato
	Sede do Município	City-tour pelo centro histórico Visita ao centro de visitantes do IBAMA

FONTE: PARANÁ - ROTEIROS TURÍSTICOS. CATÁLOGO ELABORADO PELA SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO, PARANÁ TURISMO, E MINISTÉRIO DO TURISMO (2006).

Comparando-se o que existe na região e o que está sendo oferecido pelos órgãos oficiais envolvidos com o ecoturismo, revela-se que o aproveitamento ecoturístico é ainda discreto, com evidente sub-utilização do potencial da região, e com a tendência de concentração do uso dos atrativos na porção norte do litoral.

7.2.2 Os desafios do ecoturismo no litoral do Paraná

Como visto, a atividade de ecoturismo na região acontece a mais de uma década, aparecendo nos textos oficiais como a grande promessa para a região como mecanismo de desenvolvimento sustentável. Mas como vem se desenvolvendo em paralelo com outras modalidades de turismo, o cumprimento desse objetivo ainda não foi devidamente comprovado, nem os efeitos da atividade sobre os atrativos naturais e culturais.

Sabe-se, entretanto, que o ecoturismo vem se confrontando com as questões maiores que afetam o turismo na região, como a falta de infra-estrutura e mão-de-obra qualificada. Vale ressaltar, porém, que o turismo é apenas um componente de uma grande rede de atividades que são potencialmente impactantes no litoral do Estado, e que, de certa forma, podem influenciar negativamente o ecoturismo, principalmente porque se desenvolvem no entorno de áreas naturais.

A seguir serão apresentados fatores que podem comprometer a qualidade do ambiente para o ecoturismo no litoral paranaense.

7.2.2.1 Fatores sócio-ecológicos que interferem no ecoturismo

7.2.2.1.1 Turismo de Sol e Praia

Como a atividade turística da região está fortemente focada no turismo de sol-e-praia, os impactos associados a este tipo de atividade são mais evidentes, afetando direta e indiretamente muitos locais que são destinos para o ecoturismo.

De acordo com Pierri (2003), na temporada de verão, a densidade demográfica sobe de 40 hab/km² para mais de 900 hab/km², segundo os dados de afluência turística da SETU. Obviamente, questões de ordem ambiental aparecem com grande facilidade.

O sistema de saneamento da região do litoral pode ser considerado precário. A grande maioria das residências possui fossas sépticas, que muitas vezes são ligadas diretamente nos córregos que dão nas baías ou diretamente nas praias (JICA/PARANÁ, 2004). Dos

municípios praianos, Guaratuba tem iniciado o processo de implementação de uma Estação de Tratamento de Esgoto, e Matinhos está em fase de interligação das casas à rede coletora. Em Pontal do Paraná foi iniciado um projeto de saneamento que visava o tratamento do esgoto do município mais o da Ilha do Mel, mas, por problemas administrativos, no momento se encontra parado (2007).

A falta de saneamento acaba refletindo em baixa balneabilidade, afetando muitos atrativos ecoturísticos. Na Ilha do Mel, por exemplo, mesmo tendo um limite de visitação de 5.000 pessoas/dia, depoimentos de empresários relatam que esse número, em alguns momentos de pico, como ano novo e carnaval, chega a dobrar, com suas implicações evidentes. Os dados obtidos junto à ECOPARANÁ, no terminal de embarque para a Ilha do Mel, revelaram que em um dia do ano novo e um dia do carnaval da temporada 2006/2007, os números ultrapassaram o limite de visitação, obrigando o fechamento do acesso à Ilha (Tereza¹⁰, 2007). Nos últimos anos a Prainha de Encantadas tem sido considerada imprópria para banho em função da contaminação por coliformes totais e fecais. Os cultivos de marisco existente na região também são afetados pelos baixos índices de balneabilidade, comprometendo a sua venda em restaurantes.

Outro problema que tem um impacto negativo na percepção dos visitantes são os resíduos sólidos provenientes da atividade doméstica, da pesca e do turismo que se acumulam ao longo das praias e em algumas regiões internas da Baía de Paranaguá (SANTOS, 2006). Também há a contribuição do lixo proveniente dos navios, que se acumulam principalmente na Região da Ponta Oeste da Estação Ecológica da Ilha do Mel, local de passagem dos mesmos (DEBIAZIO, 2005).

Embora a urbanização turística esteja fortemente concentrada na orla do litoral sul da região, em várias comunidades no entorno da Baía de Paranaguá, têm-se observado a construção de pousadas e restaurantes para atender a demanda crescente de visitantes, porém sem nenhum apoio institucional, orientação técnica e planos de viabilidade econômica do negócio. O padrão arquitetônico adotado, mesmo sendo tradicional, utiliza materiais de segunda linha, que comprometem a qualidade do serviço do empreendimento. Na Vila da Barra de Superagui, Misael (2005) identificou, num período de 7 anos, um crescimento de 300% no número de pousadas (de 5, em 1999, para 15, em 2005), e de campings (de 1, em 1999, para 4, em 2005). Como estas vilas estão no entorno de UCs, a expansão da ocupação

¹⁰ Maria Tereza, ¹⁰ Coordenadora da Estação Náutica de Pontal do Paraná (Paraná) em entrevista realizada em março de 2007.

do espaço para o turismo é um fator de pressão sobre as áreas protegidas e mais um motivo de preocupação para os gestores.

7.2.2.1.2 Visitação em UCs

Turistas de todos os tipos são vistos freqüentando as áreas naturais, principalmente as UCs, onde os impactos começam a se tornar evidentes, em maior grau naquelas onde o acesso é facilitado (TAKAHASHI, 1997). Como a maioria das UCs não possui manejo da visitação nem controle de acesso, ainda não existem dados consistentes a respeito dos efeitos do desenvolvimento do turismo, e em particular do ecoturismo nas UCs.

Onde se observa um controle mais rígido com relação à visitação é no Parque Estadual do Marumbi, controle este voltado mais à segurança dos usuários. Apenas nas UCs da Ilha do Mel e do Salto Morato são cobradas taxas de entradas. A Ilha do Mel é gerida por um conselho gestor, e depende da redistribuição das verbas estaduais para o seu gerenciamento. As poucas verbas que retornam, estão sendo destinadas à manutenção da infra-estrutura de acesso e ao manejo do lixo. O Salto Morato, gerenciado por uma fundação associada a uma empresa de cosméticos, é a UC que tem a melhor infra-estrutura para receber visitantes.

A intensidade de operação nestes locais varia de acordo com a categoria do atrativo, as formas e intensidade de comercialização turística, a sazonalidade, a facilidade de acesso, e a disponibilidade de serviços. Os atrativos são aproveitados por diferentes volumes de ecoturistas, com diferentes interesses entre nacionais e estrangeiros.

Dos atrativos mais notáveis da região, a Ilha do Mel vem se destacando quanto à intensidade de uso. É o local que mais recebe visitantes na região, em média, 120 mil por ano, estando entre as principais atrações do estado do Paraná (ECOPARANÁ, 2006). O número de turistas por Km² da Ilha do Mel é 4.379,2. Burton (1998) avaliando a intensidade de uso turístico de Parques Nacionais da Austrália, considerou uma baixa intensidade de uso o valor do PARNA Nakadu, 10,3 turistas por Km². Já o PARNA de Mossman Gorge, apresenta um valor de 586 turistas por Km², considerado elevado (Tabela 7.1).

TABELA 7.1 – INTENSIDADE DE USO TURÍSTICO EM UCS DO LITORAL DO PARANÁ E DA AUSTRÁLIA

	Litoral do Paraná		Austrália	
	ESEC/PE Ilha do Mel	RPPN Morato	PARNA Nakadu	PARNA Mossman Gorge
Área Km ²	27,6	23,4	19.757	565
Nº de visitantes (2006)	120.866 (2006)	5.221 (2006)	205.147 (1998)	331.5 (1998)
Turistas/km ²	4.379,2	22,3	10,3	586

FONTE: DADOS I.MEL (ECOPARANÁ, 2006), MORATO (FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA, 2006), AUSTRÁLIA (BURTON, 1998).

A alta intensidade de uso turístico para a Ilha do Mel oferece indícios de que o seu processo de desenvolvimento está na direção da massificação. De fato, já se observa, em maior ou menor grau, a alteração do entorno natural devido à construção de diversas instalações de serviços para satisfazer as necessidades que demanda o turismo.

7.2.2.1.3 Observação de Fauna

Vários empreendedores do turismo no litoral do Paraná têm aproveitado a oportunidade de explorar os atrativos naturais induzida pela demanda crescente por atividades de avistamento ou observação de fauna. Diversos trabalhos já relatam o efeito sobre fauna provocado pelo contato os visitantes, como demonstram Sekercioglu (2002) e Ikutaa e Blumstein (2003) para as aves marinhas, e Lusseau e Higham para (2004) para mamíferos marinhos. Também é unânime entre os autores a necessidade do estabelecimento de normas e regulamentações que determinem o padrão da operação de maneira a afetar o mínimo possível a espécie alvo.

No litoral do Paraná, a observação da fauna é uma das atividades que vem sendo realizada sem nenhum tipo de controle com diversos impactos sendo observados. Krul¹¹ (2006 – comunicação pessoal) relatou que é comum barcos se aproximarem da Ilha de Currais e provocarem a revoada dos pássaros por meio de buzinas ou rojões. Essa atitude faz com que muitos juvenis saiam dos ninhos na agitação, não conseguindo retornar. Outro problema relatado é o desembarque na ilha para a coleta de ovos e juvenis no ninho.

¹¹ Ricardo Krul é pesquisador do Centro de Estudos do Mar/UFPR, responsável pelo laboratório de aves oceânicas e desenvolveu sua tese de mestrado na Ilha de Currais/PR, importante ponto de nidificação de aves costeiras, como o Atobá (*Sula Leucogaster*), Fragata (*Fregata magnifisens*) e gaivota (*Larus dominicanus*).

Outro exemplo sem uma gestão adequada é a observação do boto-cinza (*Sotalia guianensis*) na desembocadura do Rio das Peças, local considerado uma de suas áreas de residência no CEP, sendo comum encontrar bandos de dezenas a centenas de indivíduos. Esse comportamento territorial acabou se transformando em grande atrativo na região pela facilidade de avistamento da espécie alvo, levando o local a ser promovido como “baía dos golfinhos”. Malhada-Pinto (2006) observou uma prática inadequada de observação no local, com os barcos se aproximando demais dos bandos, chegando, as vezes, a fazer perseguição. Também não desligam o motor, entre outras infrações, de acordo com a Portaria nº 117/96 do IBAMA, que regulamenta a atividade de observação de cetáceos.

Há relatos da promoção da “seva” em algumas comunidades distantes, que é a alimentação freqüente de animais em um local pré-determinado, para facilitar o avistamento. Orans (2002), coloca que quando esta prática é comum, produz uma variedade de impactos na fauna. O oferecimento deliberado por longo tempo de comida tem revelado alterações no padrão de comportamento e nos níveis de população. Também resulta em dependência do animal para com essa provisão de alimento e o costume do contato com humanos. Registra-se também a agressão inter e intra específica dos indivíduos em seus esforços por obter o alimento, agredindo um ao outro e aos próprios turistas. Além disso, há o problema com a disseminação de doenças oriunda do consumo de comidas artificiais.

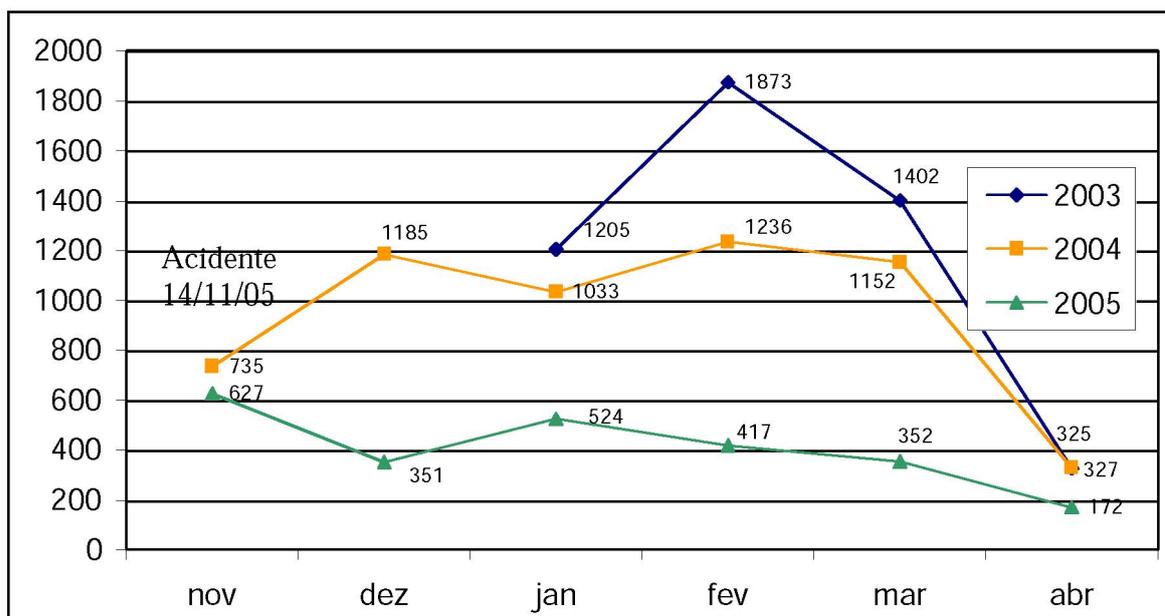
7.2.2.1.4 Atividade Portuária - Terminal Petrolífero

A atividade portuária em Paranaguá é reconhecida como potencialmente impactante, porque (1) a principal carga movimentada é a granel (grãos e farelos), conhecida por provocar a eutrofização da região portuária, (2) a tinta anti-incrustante usada nos cascos dos navios libera continuamente metais pesados no ambiente; e (3) a água de lastro que pode introduzir uma espécie exótica e por junto a derrames de óleo. O terminal petrolífero também é outro fator de risco, pois as estatísticas demonstram que 75% dos derrames de petróleo acontecem nos processos de carga e descarga (CETESB, 1994). O terminal de Paranaguá se comunica com a Refinaria Getúlio Vargas na região metropolitana de Curitiba por um oleoduto que corta toda a Serra do Mar. Em 2001, houve um derrame no meio da Serra, atingindo parte de uma bacia hidrográfica que deságua no Complexo Estuarino de Paranaguá, com efeitos negativos sobre os rios da serra e sobre a comunidade que vive ao longo.

Em novembro de 2004, houve o derrame de mais de 400 mil litros de óleo combustível denominado bunker, decorrente de uma explosão de um navio no porto de Paranaguá. Com evidentes impactos ambientais, o acidente repercutiu no turismo da região

em função da deterioração promovida em alguns lugares-chaves, como as praias de Superagui. Segundo Misael (2005), por mais que os esforços para contenção e limpeza do derramamento tenham sido relativamente eficazes na mitigação do problema, a grande exposição na mídia e a proximidade da temporada, provocaram o afastamento dos visitantes, como mostram os dados referentes a Superagui, registrados pela Ecoparaná para o verão 2004/2005 quando comparados com temporadas anteriores (Figura 7.1).

FIGURA 7.1 – NÚMERO DE VISITANTES DAS ÚLTIMAS TRÊS TEMPORADAS, NA ILHA DO SUPERAGUI.



FONTE: MISAEL (2005).

7.2.2.1.5 Degradação de Atrativos

Várias construções históricas não tem merecido a devida manutenção por parte dos responsáveis. A Cada do Ipiranga é um exemplo. Ela é considerada um importante atrativo histórico na região por ter sido local para pernoite de D. Pedro II durante sua visita à região no século XIX (ZAMBONI *et al.* 2002). Situada às margens da ferrovia Curitiba-Paranaguá e do Caminho do Itupava, a manutenção do espaço foi abandonada em função da privatização da rede ferroviária ocorrida na década de 90, levando-o à ruína. Outro atrativo sem manutenção é o Mirante do Morro do Bronze em Guaqueçaba, local que oferece uma vista panorâmica de toda a Baía de Guaqueçaba. Em Antonina, encontram-se ruínas dos antigos armazéns portuários. Em comum, todos estão tomados pela vegetação e sofrem ações dos vândalos.

7.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS AGÊNCIAS DE ECOTURISMO QUE OPERAM NO LITORAL DO PARANÁ E DE SEUS PROPRIETÁRIOS

7.3.1 Histórico das Agências

Nesta seção será apresentado um breve histórico das agências entrevistadas procurando contextualizá-las entre a origem do proprietário e sua relação com o litoral do Paraná. Ao lado do nome de cada uma é colocado o ano da abertura, entre parênteses, e a letra, na ordem em que foram realizadas as entrevistas, para a sua identificação nas análises.

7.3.1.1 Orion Turismo (1992) – J

A proprietária tem espírito de aventura e como turismóloga viu a possibilidade de oferecer passeios para regiões da América Latina e para lugares selvagens no interior do Brasil, operando turismo de aventura, como rafting e outros esporte de água de corredeira, cicloturismo, caminhadas de longa distância. Em seguida preparou roteiros ao redor de Curitiba e Litoral. Atualmente prefere contratar o trabalho da agência baseada no litoral.

7.3.1.2 Ixion Geo - Viagens e Aventura (1994) – H

O proprietário desenvolvia atividades com veículo 4X4, oferecendo viagens longas por vários tipos de estradas e distâncias. Ofereciam expedições para a região sul da América do Sul e outros lugares em que a viagem seja também uma aventura complementar ao destino desejado; em 1997 começou as atividades de rafting no Rio Cachoeira, desenvolvendo-a até 2005, pois enfrentou dificuldades operacionais no destino, principalmente com os residentes do local.

7.3.1.3 BWT Operadeora (1997) – C

Sua origem está relacionada com a privatização da linha férrea que liga Curitiba ao Porto de Paranaguá. Constava no contrato a necessidade de se estabelecer uma agência para disciplinar o transporte de passageiros, que já era promovido pela RFFSA. Oferece os serviços da agência baseada no litoral, como parte do seu pacote.

7.3.1.4 Terral Expedições (1998) – A

O proprietário, com espírito de aventura, realizava viagens por estradas vicinais do estado com veículos 4X4. Junto com o irmão, viram a possibilidade do negócio a medida que aumentava os pedidos de conhecidos para também participarem destas aventuras. Atualmente, possuem um caminhão baú pequeno, adaptado para estradas não pavimentada, onde existem 16 poltronas que levam e trazem os clientes para os destinos ou servem de carro de apoio quando realizam o cicloturismo.

7.3.1.5 Gondwana Brasil (2001) – D

A primeira proprietária era professora de turismo em uma universidade particular e reconheceu a demanda para turismo de aventura realizando rapel e rafting, e após especializar-se em ecoturismo, abriu a agência. Atualmente é gerenciada por turismólogos e seu público alvo são estrangeiros, para quem oferecem o litoral do Paraná destacando sua qualidade ambiental e integridade paisagística, com culturas tradicionais. Participaram da criação do Instituto de Ecoturismo do Paraná, atualmente desenvolvem várias atividades em parcerias com ONGs que estão realizando trabalhos no litoral.

7.3.1.6 Tchaca Tur (2003) – B

Escoteiro e Biólogo, frequenta a região há muito tempo. Após concluir o curso de ciências biológicas abriu a agência para atuar junto as escolas e grupos de empresas, aproveitando sua experiência em educação ambiental adquirida durante a graduação e seus conhecimentos específico sobre a ecologia do ambiente litorâneo. Também oferece roteiros de aventura na região norte do Brasil e visitas técnicas a estações de tratamento de saneamento urbano.

7.3.1.7 Cormorano - Ecoturismo e Aventura (2003) – E

Técnico agrário, trabalhou no Banco Mundial com o desenvolvimento de comunidades na América Latina. Adquiriu uma área no litoral a transformou em RPPN, onde construiu um abrigo rústico, com materiais do local, sem energia elétrica e com sistema de tratamento de resíduos. O acesso ao abrigo é feito por uma passarela que atravessa um bosque de manguezal o qual é utilizado como elemento interpretativo. O principal atrativo da área é a Cachoeira do Sebui.

7.3.1.8 Life Tur (2003) – K

Originalmente constituída como uma empresa de transporte rápido de passageiros utilizando vans, oferecendo city tours e passeios panorâmicos para o litoral, aproveitando alguns roteiros já estabelecidos. Também presta serviços de transfer para outras agências de Curitiba. Mantém uma parceria a nível de indicação comissionada com a agência do litoral, incluindo no seu cardápio de atividades, aquelas oferecidas pela agência situada no litoral.

7.3.1.9 Calango Expedições (2004) – G

A agência é o resultado do trabalho de uma associação de monitores locais de jovens de Morretes, chamada “Águias do Morumbi”, que se formou para organizar a atividade de montanhismo que estava começando a se desenvolver na cidade. Esses monitores se capacitaram em técnicas de condução de grupos e resgate em áreas naturais. Alguns monitores estabeleceram uma sociedade para abrir a agência. Atualmente é a principal responsável pela operação dos passeios na região da Serra do Mar, pois sua sede está na estação de Trem de Morretes. Também se tornou um pivô para as agências de Curitiba, que a incluem em seus pacotes para serem responsáveis pela condução de atividades no litoral.

7.3.1.10 Atol das Rocas – Ecoturismo (2005) – F

O proprietário era funcionário de uma empresa aérea. Buscado novas perspectivas de vida, abriu a agência transformando em negócio suas experiências como aventureiro e como membro de uma ONG de Educação Sócio Ambiental, onde desenvolvia práticas educativas.

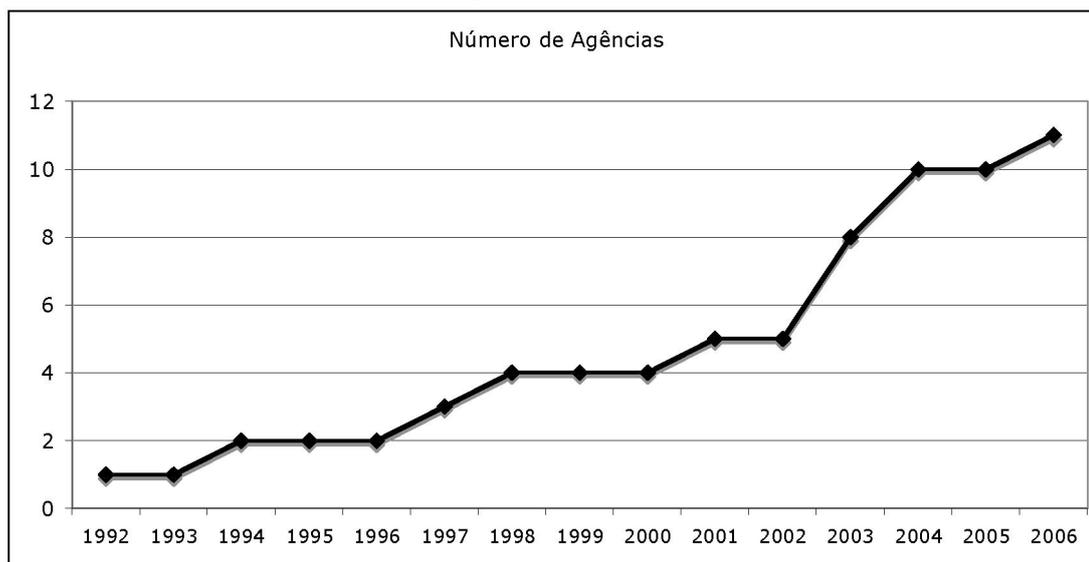
7.3.1.11 Vela e Aventura (2006) – I

O proprietário é velejador experiente e começou a oferecer passeios pelo CEP para conhecidos. Vendo a possibilidade de transformar isso em negócio, realizou o curso do SEBRAE para a abertura de uma empresa de turismo, e preparou novos pacotes, com ênfase para uma região no fundo da Baía de Antonina.

7.3.2 Descrição Geral das Agências

As agências analisadas foram abertas em um intervalo de quinze anos, sendo que a primeira começou a atuar na região em 1992 e a última em 2006. Nos últimos quatro anos, seis agências começaram a operar no litoral paranaense (Figura 7.2). Esses resultados demonstram que o mercado do ecoturismo no litoral apresenta uma tendência de crescimento, sendo necessário estudos mais detalhados, inclusive com uma análise a nível estadual.

FIGURA 7.2 – NÚMERO DE AGÊNCIAS ECOTURÍSTICAS QUE OPERAM NO LITORAL DO PARANÁ, EM UM INTERVALO DE 15 ANOS



Cinco agências são conduzidas por apenas uma pessoa, e as demais possuem entre 1 a 8 funcionários. Três agências possuem sistema de gerenciamento de controle, planejamento e avaliação formais, com funcionários específicos por função. Nas demais, o sistema de gerenciamento é informal, com o proprietário desempenhando a maioria das funções administrativas. Todas estão legalmente constituídas e estão devidamente registradas na EMBRATUR. Algumas estão associadas a outras entidades de classe (Tabela 7.2).

Apenas uma agência relatou possuir um código de ética estabelecido. Mas é importante realçar que esse código foi elaborado na Austrália, o que pode não ser adequado para a realidade nacional. As demais agências declararam que adotam um código de ética pessoal, ou seja, está baseado no nível da responsabilidade sócio-ambiental do proprietário e sua aplicação dependerá do resultado da equação entre os interesses comerciais e os interesses ambientais. De acordo com Herremans e Welsh (2001), um código de ética auxilia a agência a assegurar a congruência entre a sua ideologia, suas ações e as expectativas dos parceiros locais, além dos clientes.

TABELA 7.2 – ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE TURÍSTICA COM O NÚMERO DE FILIAÇÕES DE AGÊNCIAS ECOTURÍSTICAS QUE OPERAM NO LITORAL DO PARANÁ EM 2006

Associação	Nº de Filiados
Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur	11
Associação Brasileira de Turismo de Aventura - ABETA	2
Convention Birou de Curitiba	2
Programa de Certificação do Turismo Sustentável - PCTS	2
Instituto de Ecoturismo do Paraná - IEPR	1
Instituto de Ecoturismo do Brasil - IEB	1
Agência de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – ADETUR	1
Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAVE	1
Ministério do Turismo - MTUR	1

McKersher (2002) considera que o desconhecimento das questões referentes ao ecoturismo, é um dos fatores que levam às empresas a não conseguirem trabalhar de maneira honesta, ecológica e sustentável. Já existem códigos de ética para o ecoturismo estabelecidos por várias organizações internacionais. O que se necessita é, além de serem adaptados à realidade regional/local, uma ampla campanha de divulgação entre todos os envolvidos no processo ecoturístico.

Com relação à abrangência de atuação, três agências atuam apenas na região do litoral do Paraná, sendo duas especificamente no CEP. Seis também atuam a nível nacional, e duas a nível internacional.

Antes da abertura do negócio, cinco empresas fizeram pesquisa de mercado, sendo que três a fizeram por conta própria, uma contratou uma empresa especializada e uma relatou não precisar, visto que quando assumiu a atividade o mercado já estava estabelecido. Seis empresas começaram a atuar no litoral baseadas na intuição dos proprietários. Segundo Kotler (1994) a pesquisa de mercado é um forte auxílio para a gestão da empresa. O conhecimento sobre a preferência, comportamento, renda e demais características do público e dos concorrentes possibilita a formulação de um planejamento mais adequado da produção, melhor distribuição e venda dos produtos, evitando-se investimentos desnecessários em publicidade, ou, até mesmo, verificar que o negócio é inviável.

Em relação ao uso do termo ecoturismo, ele aparece no nome fantasia¹² de duas agências. As demais utilizam termos mais associados ao turismo em geral ou turismo de aventura (Tabela 7.3).

¹² O nome fantasia de uma empresa é como elas se apresentam e auto-promovem no mercado e geralmente indica o tipo de negócio ou atividade que está sendo oferecido (SEBRAE, 2002).

TABELA 7.3 – TERMOS UTILIZADOS NA COMPOSIÇÃO DO NOME FANTASIA DAS AGÊNCIAS DE TURISMO.

Aspectos	Total
Aventura	3
Turismo/tur	3
Ecoturismo	2
Expedições	2
Viagem	2
Localização	1

As estratégias de divulgação adotadas pelas agências, se baseiam, principalmente, na Internet e na divulgação boca-a-boca (Tabela 7.4). As demais estratégias são diversificadas e são utilizadas em combinação com as duas principais.

TABELA 7.4 – RELAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO ADOTADAS PELAS AGÊNCIA.

Divulgação	Total
Internet	11
Indicação boca-a-boca	11
Folder	9
Presença em catálogos	3
Participação em feiras	3
Reportagens em revistas especializadas	3
Correspondência eletrônica/Mailing	2
Press release	1
Propaganda em revistas	1
Associação de pousadas de Morretes	1
Reportagens em televisão	1
Banner	1

As páginas eletrônicas das agências possuem informações gerais sobre as empresas. Algumas fazem recomendações sobre o que deve ser levado nos passeios e poucas oferecem informações sobre a região do litoral. Esse fato confirma a tendência da Internet como principal ferramenta de marketing, tanto para a divulgação como para contato com os clientes (BENI, 2006). Os folders também são comuns, sendo utilizados por nove agências, entretanto, uma agência revelou que já teve experiência com esse tipo de divulgação e obteve pouco retorno. De acordo com Kotler (1994), o retorno que se consegue com uma campanha por meio de distribuição de panfletos e similares, está entre 5 a 10%. Na pesquisa feita pela Embratur sobre o uso público de PARNAS, apenas 0,8% dos entrevistados foram

influenciados por folders e outros materiais de divulgação (EMBRATUR, 2002). Logo, para se conseguir um número suficiente de clientes, é necessário investir na produção de milhares de unidades de folders, panfletos, cartazes, etc.

Apenas uma agência oferece somente produtos ecoturísticos. Três agências oferecem o ecoturismo como produto principal, junto a outros tipos de turismo, como turismo de aventura, principalmente, além do turismo de natureza, educacional, turismo para empresas e turismo convencional. Seis agências incluem o ecoturismo como um produto adicional. Esse fato demonstra que o ecoturismo não é uma atividade que consiga, por si só, movimentar os negócios das agências, e ele tem sido utilizado mais como um complemento do que a atividade principal. Algumas destas atividades desenvolvidas são incongruentes com os princípios do ecoturismo, como o passeio em veículos 4X4. Segundo Herremans e Welsh (2001) a diversificação dos produtos oferecidos é uma maneira de se situar em outras oportunidades de mercado e capitalizar melhor a experiência do proprietário e de ter um melhor aproveitamento da variedade de turistas que podem frequentar a região, oferecendo outras possibilidades de experiências. Para a agência, possibilita uma maior arrecadação, aumentando sua permanência no mercado.

7.3.3 Perfil dos Proprietários

Os motivos que levaram à abertura das agências se relacionam a três situações distintas. A primeira, diz respeito a moradores da região que já tinham a experiência e o conhecimento de certos atrativos situados perto de suas residências, e viram a possibilidade de oferecer o serviço de condutor local para os turistas. A segunda, se refere aos próprios turistas que, uma vez conhecendo a região, perceberam a demanda existente para o ecoturismo e viram a oportunidade de transformá-lo em um negócio. Este segundo grupo pode ser dividido em quatro tipos de motivações, que são as mesmas identificadas por Mckersher (2002) em um estudo realizado com agências de Turismo de Natureza da Austrália (Tabela 7.5). Ainda existe uma terceira situação, que se refere ao empresário que conseguiu a concessão da rede ferroviária que liga Curitiba a Paranaguá. Como cláusula de contrato, existia a obrigatoriedade da abertura de uma agência de turismo para manter o passeio de trem, pela Serra do Mar.

TABELA 7.5 – RELAÇÃO DOS MOTIVOS QUE LEVARAM A ABERTURA DAS AGÊNCIAS DE ECOTURISMO PELOS PROPRIETÁRIOS QUE VIERAM DE FORA DA REGIÃO DO LITORAL PARANAENSE.

Motivos	Nº de agências
Aqueles que freqüentavam a região em busca de aventura e aproveitaram a experiência de campo para oferecer serviços ao turistas.	3
Aqueles que tem origem na indústria do turismo e vêem o ecoturismo como uma extensão inevitável de seu conjunto atual de pacotes de viagens.	3
Aqueles que, esgotados da vida na cidade grande, vieram para o litoral atrás de um novo estilo de vida.	2
Aqueles que tem conhecimentos em ciências naturais e consideram o ecoturismo um negócio que permite que elas usem seus conhecimentos e experiências para instruir as pessoas sobre o ambiente.	1

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA BASEADO NA CLASSIFICAÇÃO DE MCKERSHER E DADOS DE CAMPO.

Os proprietários tem, em média, 38,5 anos, sendo o mais novo com 25 e o mais velho com 54. Em duas agências os proprietários são do sexo feminino. Com relação à formação profissional, dois vieram das ciências naturais e o restante das ciências sociais e humanas (Tabela 7.6). Seis proprietários não tem treinamento em turismo, mas um relatou estar fazendo o curso do Programa de Certificação de Turismo Sustentável, além de possui experiência com trabalhos com comunidades rurais. Três são turismólogos, dois possuem cursos técnicos em condução de grupos em ambientes abertos e um fez o programa do SEBRAE para abrir uma empresa.

TABELA 7.6 – RELAÇÃO DAS PROFISSÕES DOS PROPRIETÁRIOS DAS AGÊNCIAS.

Profissão	Total
Biólogo	1
Técnico agrário	1
Turismólogo	3
Estudante de turismo	1
Publicitário especialista em ecoturismo	1
Psicólogo	1
Comércio exterior	1
Analista de sistemas com especialização	1
Administrador	2

Com relação ao domínio de línguas estrangeiras, nove proprietários relataram dominar o inglês, sendo que, destes, três relataram dominar também o espanhol, um relatou o domínio do espanhol e do alemão, e um relatou o domínio do francês e italiano. Esses dados confirmam o inglês como língua que favorece a comunicação inter-cultural no turismo.

Segundo a maioria dos empresários, a condição do ecoturismo no litoral paranaense está em fase inicial de desenvolvimento, alguns acham que é incipiente e outros como inexistente. Existem ponderações sobre a dificuldade de conseguir qualidade das atividades devido ao trabalho amador e falta de capacitação da mão-de-obra. Também foi apontado a falta de divulgação e de recursos, como fatores que comprometem o ecoturismo, assim como a necessidade de maior acesso às comunidades.

Em relação ao que poderia melhorar para que o ecoturismo consiga se desenvolver na região, os empresários enfatizaram, principalmente, a necessidade de mais profissionais capacitados, melhora na infra-estrutura e maior divulgação. As outras recomendações giram em torno destas três (Tabela 7.6).

TABELA 7.7 – RECOMENDAÇÕES PARA MELHORAR A SITUAÇÃO DO ECOTURISMO

Recomendação	Nº de citações
Curso de capacitação	5
Mais divulgação	4
Melhora na infra-estrutura	4
Política Estadual para o setor	3
Mais conscientização dos locais	3
Mais responsabilidade dos prestadores de serviços	2
Centro de EA	2
Mais valorização da cultura	1
Envolvimento das empresas locais	1
Acabar com improvisação	1
Melhora na limpeza	1

7.3.4 Perfil dos participantes

Segundo os agentes de ecoturismo entrevistados, os grupos são formados, na sua maioria, por pessoas com idade entre 25 e 45 anos, podendo estar presentes jovens de 14 anos e pessoas com mais de 55 anos. Existe um pequeno predomínio do sexo feminino. Geralmente são formados por amigos ou familiares. Preferem os pacotes de curta duração, com um dia ou dois. Os motivos que originam as viagens para o litoral do Paraná, envolvem estudo, cultura, história, observação de fauna, e esporte. Quase metade dos participantes vêm de Curitiba e sua Região Metropolitana (49%), e 5% são de outras localidades do estado. Os participantes que vêm de outros estados brasileiros totalizam cerca de 21%, e 25% dos participantes são estrangeiros.

O perfil dos participantes, segundo informado pelas agências, se encaixa nos perfis de ecoturistas identificados por Amend (2001), Niefer (2002) e EMBRATUR (2002).

7.3.5 Como os Proprietários Definem Ecoturismo

A definições de ecoturismo dado por uma agência de ecoturismo pode ser considerada representativa da sua visão de negócio ou missão, o que torna plausível esperar que os objetivos do negócio e o seu comportamento operacional sejam congruentes com sua descrição de ecoturismo (SIRAKAYA *et al.*, 1999).

O quadro 7.2 mostra as definições oferecidas pelos informantes chaves de cada agência. Apenas um empresário demonstrou conhecer a definição oficial de ecoturismo, e dois citaram elementos base do ecoturismo (educar, conservar e beneficiar a comunidade).

QUADRO 7.2 – DEFINIÇÕES DE ECOTURISMO DADA PELOS ENTREVISTADOS.

- Turismo em **áreas naturais**;
- Toda atividade em **áreas naturais**;
- Todo tipo de turismo desenvolvido em **áreas naturais**;
- Atividades em **áreas naturais** que leva em conta os conceitos de natureza, valorizando a cultural e os costumes locais, e promovendo a educação ambiental;
- Atividade que se baseia no tripé conservação, educação ambiental e desenvolvimento local;
- Turismo em **áreas naturais**, em locais com paisagens e cultura local; tudo que está fora do convencional;
- Atividade que põe o cliente em contato com a natureza
- Turismo em **áreas naturais**;
- Turismo em **áreas naturais** para a contemplação
- Apresentar parte do verde; os ecossistemas; a Serra do Mar; falar sobre conservação.

A visão das demais agências sobre o que venha a ser o ecoturismo, consiste, basicamente, em uma atividade turística que acontece em uma área natural, ou seja, pode ser caracterizado como turismo de natureza, com diversos graus de aproximação para com o ecoturismo, apenas rotulando a atividade com o termo “eco”.

A visão superficial do que venha a ser ecoturismo é apontada por Highmam e Carr (2003) como um empecilho no estabelecimento de políticas públicas e no planejamento da

atividade na Nova Zelândia. Além disso, a falta de definição, com parâmetros que estabeleçam os limites para a atividade, tem permitido que muitas agências se afastem dos objetivos principais do ecoturismo, (SIRAKAYA *et al.*, 1999).

7.4 IDENTIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS ECOTURÍSTICOS UTILIZADOS PELAS AGÊNCIAS NO LITORAL DO PARANÁ

Nas entrevistas com as agências foi possível identificar os tipos de atrativos e qual município se localizam (Tabela 7.8). Embora a Ilha do Mel pertença ao município Paranaguá, ela foi tratada como sendo um local a parte porque ela tem uma dinâmica turística diferenciada da sede do município e por ser gerida por um conselho gestor autônomo. Para cada atrativo identificado, foi verificado se está presente em outro município ou localidade, e qual o nível de utilização das agências. O valor “0” significa que o atrativo não está presente; o valor “1” indica a presença do atrativo sem ser utilizado por agência; o valor “2” indica que o atrativo é utilizado por uma agência apenas; e o valor “3” indica que o atrativo é utilizado por duas ou mais agências.

Foram identificados 13 tipos de atrativos naturais e 9 atrativos histórico-culturais. Estão distribuídos pela Serra do Mar e Planície Litorânea, sendo comuns a todos os 7 municípios da região. Porém, os dados confirmam a tendência da concentração do uso na porção norte do litoral, envolvendo Morretes, Paranaguá, Ilha do Mel, Antonina e Guaraqueçaba. Guaratuba e Matinhos ainda não são considerados como destino ecoturístico pelas agências.

Os critérios adotados pelas agências para a escolha dos atrativos se baseiam nas características naturais (integridade da área, beleza natural, aspecto cênico), aspectos técnicos (segurança, nível de dificuldade e infra-estrutura disponível) e aspectos sociais (presença de comunidade e facilitação de acesso).

Os atrativos culturais se localizam nas diversas comunidades rurais e vilas de pescadores do entorno do CEP. Os atrativos históricos utilizados são compostos, basicamente, pelo casario colonial e ruínas situados nas cidades de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, e a Fortaleza N^o 1 dos Prazeres e o Farol da Conchas, situados na Ilha do Mel. A maior parte do casario está em bom estado de conservação.

Além das UCs ser um atrativo, sua abrangência na região do litoral faz com que praticamente todos os atrativos estejam localizados em UCs de uso sustentável e/ou de

proteção integral. Essa condição garante que os atrativos se encontrem em bom estado de preservação, mesmo sob a influência de diferentes interferências antrópicas, como apresentado anteriormente.

TABELA 7.8 – ATRATIVOS UTILIZADOS PELAS AGÊNCIAS DE ECOTURISMO NO LITORAL PARANAENSE POR LOCAL E NÍVEL DE USO.

Atrativos Naturais	Paranaguá	Antonina	Guaraqueçaba	Ilha do Mel	Morretes
Cachoeira	1	2	3	0	3
Estuário	1	2	3	3	0
Floresta	1	2	3	3	3
Formação geológica	0	1	1	1	3
Ilha estuarina	1	1	3	0	0
Manguezal	2	2	2	1	0
Mirante em cume de Montanha	1	2	1	3	3
Montanha/serra	1	2	3	3	3
Piscina natural	1	0	1	0	3
Praia	0	2	3	4	3
Rio de Serra	0	1	2	0	3
Trilhas	1	2	3	3	3
UCs	1	1	3	2	3
Atrativos Histórico-culturais					
Apresentação cultural	2	0	2	0	2
Bailes comunitários	0	0	2	1	0
Comida típica	1	2	3	3	3
Comunidades rurais	1	2	1	0	3
Construção colonial	1	1	1	1	3
Pesca artesanal	1	1	1	1	0
Práticas tradicionais	1	2	1	0	2
Sítio arqueológico	1	2	1	1	1
Vila de pescadores artesanais	1	1	3	2	0
Total de atrativos presentes nos locais	18	19	22	15	16
Número e % de atrativos que são utilizados	2 (11,1%)	12 (63,1%)	14 (63,6%)	10 (66,7%)	15 (93,7%)

0= ausente; 1=presente mas não utilizado; 2=utilizado por uma agência; 3=utilizado por 2 ou mais agências.

Em Guaraqueçaba é onde se encontram todos os tipos de atrativos identificados, e na Ilha do Mel é onde se encontra o menor número, apenas 15. A média de atrativos por localidade foi de 18.

A análise da utilização dos atrativos pelas agências em cada local, revela que, em Morretes, ocorre um aproveitamento quase que pleno dos atrativos existentes. Dos 16 atrativos presentes no município, 15 foram citados como sendo utilizados (93,7%). De maneira oposta, aparece Paranaguá, onde dos 18 atrativos presentes, apenas dois estão sendo utilizados (11,1%). Antonina, Ilha do Mel e Guaraqueçaba, apresentam uma porcentagem de uso semelhante, embora o número de atrativos varie entre esses locais. Além do mais, esses locais aparecem como sendo os destinos preferidos pela maioria das agências, sendo seus atrativos procurados por duas ou mais agências.

Vale destacar que os 22 atrativos identificados nestas cinco localidades, também estão presentes nos municípios praianos de maneira bem representativa, onde Guaratuba e Matinhos possuem 20 cada um, e Pontal do Paraná, 15. Os atrativos de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba não são aproveitados pelas agências, provavelmente, por serem localidades associadas ao turismo de veraneio. Pontal do Paraná, junto com Paranaguá, são mais utilizados como porto de embarque para as regiões internas do CEP.

Fica evidente, portanto, que o potencial da região para o ecoturismo não está sendo bem aproveitado pelas agências, e a concentração espacial das atividades ecoturísticas no litoral norte, além de poder restringir o alcance dos benefícios esperados do ecoturismo na região, essa concentração pode gerar, a médio e a longo prazo, impactos por sobre-uso, principalmente nos locais onde o manejo é precário ou inexistente. Esse desequilíbrio na utilização dos atrativos pode ser o resultado da falta de preparo dos municípios da região sul do litoral, considerados praianos, que ainda tem no turismo de sol-e-praia seu foco de ação, desprezando o potencial para o ecoturismo, principalmente em suas regiões rurais. Isso acaba repercutindo nas escolhas das agências, que preferem locais em que as condições mínimas para o ecoturismo estejam disponíveis para a elaboração de seus produtos.

7.5 IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LITORAL DO PARANÁ PELAS AGÊNCIAS

Entre as oito agências que efetivamente operam com ecoturismo no litoral, foi possível identificar 17 tipos de atividades específicas. Da mesma maneira que os atrativos, a maioria das atividades pode ser realizada em todos os municípios da região. A tabela 7.9 lista as atividades identificadas que são realizadas em cada localidade. As atividades terrestres predominam sobre as aquáticas e as atividades aéreas não estão presentes.

TABELA 7.9 – ATIVIDADES DE ECOTURISMO DESENVOLVIDAS PELAS AGÊNCIAS, ONDE OCORREM E USO

Atividades	Paranaguá	Ilha do Mel	Antonina	Morretes	Guaraqueçaba
Caminhada	1	3	3	3	3
Montanhismo	1	2	2	3	2
Cicloturismo	1	2	3	3	1
Banho de rio e cachoeira	1	0	2	3	3
Observação de fauna	1	3	2	3	3
Observação da flora	1	2	2	2	3
Mirantes em cumes de morros	1	3	2	3	3
Passeio de trem	2	0	2	3	0
Rafting	0	0	1	0	0
Bóia cross	0	0	0	2	0
Passeio de barco	3	3	2	0	3
Passeio de canoa	1	1	1	0	2
Passeio de caiaque	0	0	0	0	2
Educação Ambiental	1	1	1	1	3
Pesca com a comunidade	1	1	2	0	2
Degustação de produtos típicos	0	0	2	3	2
Refeição com comida típica	1	1	2	3	2
Contato com a comunidade	1	2	2	3	3
Nº de atividades possíveis de serem realizadas	14	12	16	13	15
Nº e % de atividades realizadas	2 (14,3%)	8 (66,6%)	13 (81,2%)	12 (92,3%)	14 (93,3%)

0= ausente; 1=presente mas não utilizado; 2=utilizado por uma agência; 3=utilizado por 2 ou mais agencias.

Em Antonina é onde se encontra o maior número de atividades possíveis de serem realizadas (16), e a Ilha do Mel, onde se encontra o menor (12). Com relação ao desenvolvimento das atividades possíveis em cada localidade, Morretes e Guaraqueçaba se destacam com mais de 90% de aproveitamento, seguido de Antonina 81,2%. Na Ilha do Mel, o aproveitamento das atividades possíveis fica em torno de 60%. Em Paranaguá, das 14 atividades possíveis, apenas duas são realizadas (14,3%).

Entre as atividades mais utilizadas pelas agências, estão a caminhada, o montanhismo, o banho de rio e cachoeira, a observação de fauna, a observação de paisagem em mirantes e o passeio de trem.

A caminhada é a atividade desenvolvida por todas as agências, servindo principalmente como meio de acesso aos atrativos. O IBAMA identificou a mesma situação na sua avaliação sobre os principais Parques Nacionais (EMBRATUR, 2002). São realizadas caminhadas curtas, como aquela para acessar o Salto Morato (2 km); de média distância, como as trilhas da Ilha do Mel e de Superagui (4-10 km); e de longa distância, como a do caminho do Itupava (30 km) e da praia Deserta de Superagui (36 km). Os caminhos utilizados apresentam vários graus de dificuldade, relacionados à declividade do terreno e ao tempo de duração. Os que possuem grau de dificuldade fácil, são as caminhadas pelas praias; as de alto grau de dificuldade são as que envolvem a subida aos morros do conjunto Marumbi. Na Ilha do Mel, a maioria das caminhadas envolve a subida de algum morro para a observação da paisagem, como os morros do Sabão, das Conchas e da Baleia.

Os passeios de barco acontecem no interior do CEP, principalmente durante os deslocamentos entre um local e outro. São utilizados barcos com motor de popa de alumínio e de fibra, barcos de madeira com motor central e um veleiro. Uma agência oferece a possibilidade de se experimentar o passeio em canoas feitas em um único tronco. O caiaque também é utilizado para passeios nos rios da RPPN do Sebuí.

O passeio de trem é uma atividade bastante oferecida pelas agências. Geralmente inicia-se em Curitiba terminando em Morretes. Também é um atrativo bastante seletivo em função de seus custos. Ele pode ser utilizado separadamente, ou estar incluído em um pacote junto à outras atividades. Neste passeio pode-se observar diversas paisagens da Serra do Mar e da Planície litorânea, conhecer a elaborada engenharia do século XIX, como as pontes sobre precipícios e túneis escavados na rocha, e algumas estações ferroviárias. O passeio também pode servir de acesso ao PE do Marumbi.

Em muitos pacotes estão incluídas atividades de lazer e relaxamento, como o banho de cachoeira, de rio e de mar, além da contemplação da paisagem.

Algumas atividades de aventura também são oferecidas, como o rafting no Rio Cachoeira, o Bóia-cross nos rios Ipiranga e Nhundiaquara, o marumbinismo, e o cicloturismo na Ilha do Mel, Superagui e nas estradas rurais de Morretes.

Atividades voltadas à cultura envolvem a apresentação de fandango em Guaraqueçaba e Morretes, a apreciação da comida típica, passeios pelos centros históricos de Morretes, Antonina e Guaraqueçaba (city-tour) e bate-papos informais com a comunidade local.

Apenas uma agência oferece a EA como atividade em seus produtos. Ela acontece na RPPN do Sebuí e é desenvolvida em campo ao longo de uma trilha que atravessa os ecossistemas manguezal e Floresta Atlântica, onde são abordados temas de ecologia (formação do solo, resiliência, biodiversidade), e ambientais, como o desenvolvimento sustentável.

As atividades de observação da fauna estão focadas no boto-cinza, acontecendo comumente durante o deslocamento para Guaraqueçaba, na desembocadura do Rio das Peças, ou no papagaio-chauá, na Ilha do Pinheiro. Alguns roteiros estabelecem atividades específicas para observar esses animais.

A observação da flora está baseada grandemente na Floresta Ombrófila Densa, visto que a maioria das trilhas está dentro de seus domínios. É a atividade que acontece com maior frequência. A observação do manguezal acontece embarcado, durante a navegação pelos rios de maré presentes em Antonina e Guaraqueçaba. Apenas na RPPN do Sebuí, a observação do manguezal acontece no interior deste ecossistema, pela realização de uma caminhada por uma passarela suspensa por entre o bosque.

A maioria das agências declarou desenvolver as atividades com o objetivo primário de atingir o bem estar e satisfação dos clientes. Algumas agências também relataram como objetivos, a promoção da conscientização e educação do visitante, o benefício da população local, a conservação, o desenvolvimento sustentável. Uma relatou estar interessada apenas no lucro. Se eles estão sendo atingidos ou não, poderá ser objeto de uma avaliação posterior nos locais em que as atividades estão sendo desenvolvidas.

7.6 ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS E SUAS ATIVIDADES EM RELAÇÃO AO CUMPRIMENTO DOS ELEMENTOS BÁSICOS DO ECOTURISMO

7.6.1 Uso Sustentável dos Atrativos Naturais e Culturais

O uso sustentável de um recurso significa, de maneira geral, que a sua utilização deve ser feita de maneira a garantir que ele se mantenha ao longo do tempo. Isso pode ser avaliado pelo estabelecimento de parâmetros mensuráveis que permitem a identificação de alterações que estejam ocorrendo em um determinado local, como a largura da trilha, presença de lixo ou a percepção da população anfitriã, entre tantos outros parâmetros de avaliação de impactos. Não foi objeto deste estudo levantar tais informações. A análise de como as agências estão promovendo o uso sustentável dos recursos se baseou nas declarações dos entrevistados.

Os entrevistados foram questionados sobre a maneira como operam, procurando-se saber se adotam algum código de ética para agir no litoral, o tamanho dos grupos de participantes com que trabalha, o relacionamento com a comunidade e com os parceiros comerciais.

Verificou-se que o uso sustentável é atingido de maneira direta e indireta pelas agências. Diretamente acontece quando se procura proceder sem causar impacto, ou causando o mínimo impacto possível, formam grupos reduzidos e atuam com respeito à comunidade. Indiretamente, quando se escolhe os parceiros comerciais que estejam atuando dentro das normas ambientais estabelecidas para o local.

Com relação aos procedimentos de mínimo impacto no ambiente, apenas três agências revelaram adotar esse princípio. Todas relataram respeitar a capacidade de carga de um local, quando esta é estabelecida. Os únicos locais que tem condições de controlar a capacidade de carga, são a Estação Ecológica e o Parque Estadual da Ilha do Mel, a RPPN do Salto Morato e o Parque Estadual do Marumbi. Nas demais localidades, isso é difícil de ser feito, como é o caso da observação de botos, onde já foi constatado um excesso de barcos no local em que é realizada a atividade.

Pode-se minimizar impactos pela redução da escala e frequência de operação. As agências estão atuando com grupos de 1 até 20 pessoas, com uma média de 14 pessoas por grupo. Segundo Wall (1997), o tamanho de grupo ideal para o ecoturismo é de até 10 pessoas. A partir desse número, vai aumentando a possibilidade do surgimento de impactos, pela dificuldade de controle do condutor. A relação ideal de condutor X grupo, segundo Wall

(1997) é de 1 X 5. Os grupos estão sendo conduzidos na relação de um monitor para uma média de 7 participantes, com o máximo de 12. Esses valores estão acima do recomendado, o que indica a possibilidade da existência de impactos durante as atividades. Mas, como já foi visto, os impactos do ecoturismo não são lineares em relação ao número de pessoas. Pode depender mais de como as pessoas se comportam no local e da frequência das operações. Isso está diretamente relacionado à experiência do condutor em preparar e conduzir o grupo, na experiência do próprio grupo, se o local está preparado para receber a atividade e do período do ano.

Com relação à frequência, todas as agências operam ao longo do ano, respondendo à demanda natural do fluxo turístico na região, sendo maior no período de alta temporada (dezembro a fevereiro), com relatos de uma empresa vendendo pacotes quase diariamente. Fora da temporada (março a novembro) há relatos que vão desde uma vez por semana até uma vez por mês. Todas as agências oferecem atividades de um dia de duração, e algumas oferecem pacotes de até sete dias. Não foi possível estimar o número preciso de clientes/ano que frequentam o litoral para o ecoturismo, pois cinco agências não revelaram seus números e aquelas que o fizeram, se basearam em informações obtidas apenas da memória do entrevistado.

A sazonalidade turística da região pode, ao mesmo tempo, ser uma aliada e uma oponente para a região. É considerada aliada quando a maior procura ocorre concentrada em períodos de três meses, o que permite que as áreas consigam se recuperar de impactos nos outros meses do ano. É oponente, porque essa concentração de uso pode gerar um impacto tão agudo, que muitas vezes supera a capacidade de recuperação natural do local no período de baixa temporada. Muitos grupos pequenos indo no mesmo local, podem gerar impactos similares ao turismo convencional.

Apenas duas agências adotam protocolo de operações para uniformizar suas operações. Uma delas utiliza um protocolo desenvolvido por uma operadora australiana, que é destinado para formatar o roteiro de acordo com as necessidades dos clientes estrangeiros. O restante das agências não possui um documento que discrimine como as atividades devem ser desenvolvidas. O proprietário é o único a saber de todos os passos sobre como devem ser desenvolvidas as atividades, procedimento que deixa vulnerável as atividades a eventuais falhas operacionais. Os monitores contratados recebem orientação verbal sobre como devem proceder durante a atividade, e no caso de uma emergência, o proprietário é que toma todas as providências.

Governo, agências e gestores das áreas naturais interessadas no ecoturismo, devem estar atentos a essa situação, e procurar tirar proveito da temporada como o momento em que se tem a oportunidade de disciplinar o uso dos atrativos, para evitar ou minimizar os possíveis impactos. O momento de baixa temporada seria ideal para a avaliação dos procedimentos adotados, identificação e correção das falhas, e identificar os locais que precisam de intervenção para melhorar a visita, ou até identificar os locais impróprios para a atividade.

Para que haja o uso sustentável dos recursos culturais, o respeito à comunidade em relação aos seus hábitos e costumes, deve sempre estar em primeiro lugar. Os participantes devem estar cientes que a comunidade não está numa vitrine para ser consumida, e nem é obrigada a aceitar os costumes de fora. O que se defende no ecoturismo é que o participante deve se adaptar à comunidade e não ao contrário (GARROD, 2003). Assim, tanto para a natureza como para a cultura do local, deve-se procurar adotar os princípios do mínimo impacto.

Todas as agências demonstraram certo cuidado em não perturbar a rotina da comunidade, fazendo orientações aos participantes a esse respeito, antes e durante as atividades. Seis agências fizeram consultas informais junto à comunidade para saber se era possível a realização da atividade no local. Essas consultas não foram realizadas junto à associação de moradores ou outro órgão de representação comunitário, mas com os moradores que têm o potencial de serem aproveitados em função do seu produto e/ou serviço. Uma agência visitou o local para verificar a viabilidade da execução do seu roteiro, e uma relatou não ter consultado a comunidade, visto que a atividade de ecoturismo já estava em desenvolvimento no local.

O uso sustentável do recurso, também inclui a escolha de prestadores de serviços ambientalmente responsáveis por parte das agências. A infra-estrutura turística utilizada pelas agências adota um modelo de gestão tradicional em relação às questões ambientais, pois os restaurantes e pousadas utilizados estão condicionados à infra-estrutura urbana disponível na região, a qual dificulta a adoção de uma gestão voltada à sustentabilidade ambiental. Por mais que haja a separação do lixo, o seu destino acaba sendo os lixões dos municípios¹³. Mesmo naqueles lugares onde o esgoto é coletado, o percentual de tratamento é pequeno, e geralmente acaba sendo lançado ao lençol freático ou aos corpos d'água, que terminam, por sua vez, no mar. Para oferecer um bom atendimento e se diferenciar junto à concorrência, muitas pousadas da Ilha do Mel e Morretes já disponibilizam quartos com frigo-

¹³ Apenas Pontal do Paraná e Matinhos destinam o lixo a um aterro sanitário comum aos dois municípios.

bar e ar-condicionado, que, junto ao chuveiro elétrico, são grandes consumidores de energia. A única iniciativa relatada para a diminuição do consumo de energia é a adoção de lâmpadas frias.

Não foi verificado a existência de colaboração para o desenvolvimento e implantação de gestão ambiental dos prestadores de serviços por parte das agências. Uma agência apenas relatou que está atuando junto aos empreendedores locais de maneira a auxiliá-los na correta condução do seu negócio, com ênfase na parte administrativa. Duas agências relataram dar dicas de como o empresário poderia resolver possíveis problemas ambientais. Uma relatou que, quando o serviço não está de acordo com os princípios da agência, simplesmente o prestador é trocado por outro.

Herremans e Welsh (2001) em estudo realizado com agências no Canadá, verificaram que o sucesso do ecoturismo junto às comunidades locais não está apenas relacionado ao consumo dos produtos e serviços oferecidos, mas também pelo estabelecimento de parcerias entre as agências e prestadores de serviço, para o desenvolvimento de produtos mais responsáveis e sustentáveis. As agências que interagiram com seus parceiros comerciais, repassando experiências e orientação sobre a gestão do negócio, puderam oferecer um produto de qualidade, ganhando o prestador de serviço, pelo aumento da eficiência da administração do seu negócio, ganhando a natureza, com a redução do consumo de energia e do lançamento de resíduos no meio, e ganhando também a agência, reafirmando seu compromisso junto ao ecoturismo.

Há uma pousada na Ilha do Mel¹⁴ que pode ser indicada como referência de gestão ambiental eficiente para os demais empresários da região, pois possui um sistema de tratamento de esgoto por zona de raízes, utiliza painéis solares para suprir 50% da energia consumida, separa o lixo, faz a compostagem com os restos orgânicos provenientes do seu restaurante e todos os seus funcionários são locais e são registrados. Embora o proprietário seja de fora da Ilha, a pousada atende em grande parte os requisitos para o ecoturismo. Interessante notar que apenas uma agência entrevistada relatou utilizá-la.

Com base nos elementos analisados sobre o uso sustentável dos recursos, as agências puderam ser ordenadas de acordo como atendem cada um (Tabela 7.9).

¹⁴ A pousada está localizada na vila de Encantadas e atualmente sofre um processo de demolição em função de ser totalmente construída em alvenaria, o que não é permitido pelo plano gestor.

TABELA 7.10 – CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS SEGUNDO O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS

Ecoturismo		Ecoturismo						Turismo Convencional				
		E	D	G	B	I	F	A	H	C	J	K
Uso Sustentável	Mínimo impacto	3	3	3	1	1	1	1	1	0	0	0
	Grupo reduzido	3	3	3	2	3	3	2	1	0	0	0
	Respeito à comunidade	3	3	3	3	3	2	2	2	0	0	0
	Orienta prestadores	3	1	1	1	1	1	1	3	0	0	0
	Escolha de prestadores ambientalmente responsáveis	2	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Turismo Convencional												
	Total	14	11	11	8	8	7	7	7	0	0	0

NOTA: 0 = não atende; 1 = atende pouco; 2 = atende moderadamente; 3 = atende bem

As agências que não receberam nenhum valor são as que não operam efetivamente no litoral, terceirizando suas atividades. Por isso, foram dispostas mais próximas do turismo convencional.

Entre as agências que efetivamente operam no litoral, percebe-se que apenas uma agência demonstrou atender de maneira equilibrada os quesitos do uso sustentável dos recursos. As demais atendem os quesitos de forma dispersa, em diferentes graus de envolvimento.

Embora a maioria das agências relataram estar operando com grupos reduzidos, apenas três demonstraram estar preocupadas com os impactos nos recursos. Estas formam um grupo distinto, posicionadas mais próximas do ecoturismo.

De maneira geral, o respeito às comunidades é o elemento que tem sido melhor atendido. Isso pode estar relacionado, provavelmente, ao reconhecimento da importância que a comunidade tem no processo ecoturístico para o apoio de suas operações, tanto a nível de infra-estrutura como a nível de atrativo cultural.

Também parece evidente que ainda é pouca a preocupação com o processo de sustentabilidade ecológica da região pois, para a maioria das agências, não é importante que o parceiro comercial adote práticas dentro das normas ambientais estabelecidas para o seu ramo de negócio. Estes devem sim, oferecer boa qualidade, segurança e conforto.

7.6.2 Auxílio à Conservação

A idéia de que o ecoturismo deve auxiliar a conservação vem de uma concepção preservacionista da década de 70, oriunda da preocupação com a devastação dos ecossistemas e com a qualidade da vida no planeta, provocada, principalmente, pelo modelo de desenvolvimento econômico em voga.

A medida em que os outros setores da sociedade se apropriaram do termo ecoturismo, os objetivos do ecoturismo se diversificaram para atender o interesse específico de cada setor, mas auxiliar a conservação continua sendo um dos principais, como pode ser observado nas definições analisadas na parte II, onde mais de 66% delas associam o ecoturismo com conservação.

Entretanto, o auxílio a conservação também pode ser atingido por outros tipos de turismo, quando, por exemplo, se paga as taxas de visitação de uma UC. Além disso, a agência que frequenta áreas não protegidas, mas mantém uma postura responsável quanto ao uso sustentável dos recursos, demonstra princípios que a aproxima do ecoturismo. O uso correto de uma área natural, protegida ou não, eleva seu prestígio diante do público, devido ao estado de conservação atingido, o que provoca, por sua vez, o interesse de mais pessoas sobre ela. Se as agências conseguirem realizar a orientação devida junto aos participantes, com respeito à uma conduta correta nas trilhas e para com a comunidade, e aproveitarem o momento para oferecer informação através de uma prática educativa, que induza os participantes a refletirem sobre as consequências da sua presença ali, para, quem sabe, alterarem sua conduta a curto, a médio ou a longo prazo, o objetivo de se providenciar a conscientização em favor da conservação seria atingido.

O auxílio à conservação subentende que as atividades organizadas pelas agências devem contribuir para que esses quesitos sejam mantidos. Para se saber como as agências e suas atividades auxiliam à conservação, foi verificado quais são as ações em prol da conservação da região e o relacionamento das agências com as questões conservacionistas.

Apenas três agências têm como objetivo declarado o auxílio à conservação. Mas isso não significa que declarar o apoio resultará em efetivação do mesmo, pois uma das agências é do grupo que não opera no litoral, e portanto, pode ser apenas uma intenção ética ou mercadológica. E, de maneira oposta, pode não ter declarado e atuar nesse sentido.

A iniciativa mais significativa em prol da conservação foi realizada por uma agência que criou uma UC da categoria de RPPN na região do Rio Sebuí (Guaraqueçaba), para servir de base para suas operações, e que também é utilizada por outras agências. Segundo Burns

(2005), o empresário que destina parte do seu lucro para a conservação, indica um profundo engajamento na causa ambientalista, porque em função das características de operação dos negócios do ecoturismo (estar trabalhando com pequenos grupos e terem um fluxo de caixa pequeno), normalmente não há sobra de recursos para esse fim.

Por outro lado, as taxas de visitação que os participantes pagam para visitar o Salto Morato e a Ilha do Mel, é uma forma de captação de recursos considerada válida (LINDBERG *et al.*, 1996), entretanto, nenhuma agência que frequenta esses locais entende que esse procedimento seja uma forma de contribuir com a conservação da área. De maneira geral, configura-se como mais um valor a ser acrescentado à planilha de custos do produto, com o cliente tendo pouca ou nenhuma informação a respeito da cobrança. Enquanto a criação da UC pode ser considerada um elevado grau de envolvimento com a conservação, no pagamento passivo das taxas de visitação, representa um baixo grau de envolvimento, pois sendo obrigatória, não revela a intenção da agência, e portanto, não mede sua conduta.

A comercialização de souvenirs, outra forma de captar recursos para a conservação, só é feita na RPPN Salto Morato, na loja do seu centro de visitantes. Segundo Lindberg *et al.* (1996), a falta de mecanismos capazes de captar recursos para as áreas naturais, seja por cobranças de ingressos, souvenirs ou terceirização de serviços, faz com que seja difícil para o participante gastar seu dinheiro no destino, tirando a oportunidade de colaborar com a conservação.

A captação de recursos para a conservação poderia ser melhor aproveitada na região, principalmente em relação à cobrança de taxas de visitação. Com relação a isso, Niefer (2001) demonstrou a disposição dos frequentadores do PARNA de Superagui a pagar uma taxa de visitação para visitar uma UC de até R\$ 7,00, valores superiores aos cobrados no Salto Morato (R\$ 5,00) e Ilha do Mel (R\$ 2,00). A cobrança de taxas de visitação também não deve ser encarada como um custo que aumenta o preço do produto da agência, mas sim como algo educativo, através do esclarecimento de que essas taxas são mecanismos que beneficiam a conservação da área natural visitada

Outra contribuição direta para a conservação da região é identificada na recuperação e restauração de ecossistemas, através do plantio de palmito na Serra do Mar, realizadas por uma agência. Outra agência relatou participar do “click árvore”¹⁵, mas não tem idéia se as árvores estão sendo plantadas no litoral.

¹⁵ O Click-árove é um programa desenvolvido pela Fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Ambiental Vidágua e o Grupo Abril, com apoio de empresas patrocinadoras. Consiste em plantar árvores nativas da Mata Atlântica toda vez que alguém acessa um link na página inicial da agência ou de outro colaborador.

A manutenção dos ecossistemas é identificada de forma mais ativa por duas agências. Uma, participando de campanhas de coleta de lixo na Ilha do Mel, promovidas pela própria agência ou por outra entidade. A agência vinculada à RPPN do Sebuí, relatou fazer a coleta do lixo apenas na área desta UC.

A contribuição indireta é feita por duas agências que colaboram com projetos desenvolvidos por ONGs conservacionistas que atuam na região, principalmente no entorno do PARNA do Superagui. Os sócios participam de cursos para a capacitação de monitores locais, como palestrantes ou oferecendo apoio logístico. A participação nos Conselhos Gestores da APA de Guaraqueçaba e da Ilha do Mel também foram relatadas por quatro agências, como forma de contribuir com a conservação.

A Tabela 7.11 apresenta a classificação das agências em relação ao auxílio à conservação da região. Os dados da tabela revelam que a conservação é um elemento pouco considerado pelas agências. Apenas uma agência se posiciona segundo este aspecto, próximo ao ecoturismo, demonstrando um forte compromisso com a conservação da região. Quatro agências parecem estar mais preocupadas com o destino dos recursos que servem de atrativos para suas atividades, e as demais parecem não se importar com esse quesito.

TABELA 7.11 – CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS EM RELAÇÃO AO AUXÍLIO À CONSERVAÇÃO

Ecoturismo		Ecoturismo				Turismo Convencional						
		E	D	G	F	A	B	H	I	C	J	K
+ Auxílio à Conservação	Financia a Conservação	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Recuperação de Ecossistema	3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Manutenção de Ecossistema	2	1	1	1	3	1	1	1	1	1	0
	Participa de projetos de Conservação	0	3	3	1	0	0	0	0	0	0	0
	- Participação em conselhos	3	3	3	3	0	0	0	0	0	0	0
Turismo Convencional												
	Total	11	8	8	6	5	1	1	1	2	1	0

NOTA: 0 = não atende; 1 = atende pouco; 2 = atende moderadamente; 3 = atende bem

De maneira geral, se observa que o auxílio à conservação feito pelas agências acontece de forma passiva. A maior preocupação é orientar que os participantes não joguem seus

resíduos pelo caminho. Nenhuma agência relatou fazer seus clientes coletarem o lixo encontrado durante a execução das atividades em um atrativo, que é uma das recomendações presentes em muitos códigos de ética (SIRAKAYA, 1998). Todas, inclusive as que não operam no litoral, auxiliam passivamente à conservação quando incluem em seus pacotes vistas à RPPN Salto Morato e/ou Ilha do Mel, em função de pagarem a taxa de entrada.

O envolvimento com conservação e seu auxílio, também não aparece como um objetivo prioritário entre a maioria das agências, sendo tratado de maneira secundária e indireta. Está mais condicionado às atitudes ético-ambientais dos proprietários do que propriamente às atividades desenvolvidas, o que não desmerece a sua realização.

7.6.3 A Educação do Participante para a Conservação

A educação é um elemento fundamental para uma mudança de comportamento em relação ao ambiente. Muitas vezes se consegue o alistamento de turistas e outros voluntários, para se engajarem na luta para a conservação do ambiente. Desta maneira, quem procura adotar a EA em suas práticas demonstra uma preocupação com a conservação ambiental geral, e, supõe-se, com a condição do ambiente local. Logo, estaria mais próximo do ecoturismo. Mas EA apenas agrega “valor” à atividade ecoturística. Muitas vezes, a EA pode ser feita por outros agentes, como um professor que utiliza a área de um parque como um espaço alternativo à sala de aula, para discutir questões maiores como o aquecimento global e a extinção das espécies. Embora isso possa provocar uma sensibilização, o tema pode estar desligado ou distante de uma situação concreta da realidade da área. Portanto, só educação ambiental ou qualquer EA também não caracteriza ecoturismo.

Para investigar se as agências estão contribuindo para formar uma consciência ambiental em favor da conservação, foi averiguado se elas possuem programas de EA, quais práticas educativas adotam, qual o conteúdo repassado e as orientações aos participantes e como fazem para avaliar se os seus objetivos estão sendo atingidos

Quatro agências declararam que o objetivo de suas atividades é a conscientização, e uma, a educação. Utilizam, para isso, os elementos naturais e culturais encontrados ao longo do percurso. Esses objetivos foram mais citados que a conservação, mas menos que a satisfação e bem estar dos clientes.

Três agências declararam possuir um programa de EA. O que se chama de programa, é um conjunto de atividades que acontecem em campo, utilizando os ecossistemas presentes para demonstrar processos ecológicos. O domínio de todo o processo pedagógico está a cargo

dos condutor/proprietários. Nenhuma agência possui um documento referência que contenha a programação, o conteúdo, os procedimentos e materiais utilizados para seu programa de EA. As técnicas didático-pedagógicas só são conhecidas pelo condutor/proprietário que é formado em Licenciatura em Ciências Biológicas e que já trabalhou com educação formal. Os demais proprietários conduzem o programa de maneira intuitiva.

As estratégias pedagógicas adotadas variam entre os programas. Estão incluídas palestras, antes ou depois da atividade, apresentação de vídeos, vivências ao ar livre, a utilização de apostilas e disponibilização de bibliografia especializada aos interessados. Os conteúdos abordam aspectos da ecologia da região e discussões sobre os problemas ambientais globais, como o lixo e a extinção das espécies, e a demonstração das espécies mais representativas da flora e da fauna. Nos três programas de EA desenvolvidos, não existe avaliação formal do processo. Isso significa que as agências não sabem se as pessoas que participaram de suas atividades foram sensibilizadas ou conscientizadas à respeito das questões tratadas.

Tanto nos programas de EA como nas demais atividades, a avaliação é feita mais para verificar a eficiência técnica da atividade e o nível de satisfação dos participantes em relação aos produtos e serviços consumidos. De maneira geral, acontece por meio de conversas informais durante o percurso, ou logo após o término da atividade. Três agências ainda aplicam questionários estruturados direcionados à este quesito.

A falta de preocupação em saber se o trabalho está dando resultado, acaba fazendo com que a atividade se encerre nela mesma, desperdiçando a oportunidade de aumentar o potencial da EA oferecido pelo ecoturismo. As experiências ao ar livre são mais eficientes para mudar atitudes do que as salas de aula, pois a aprendizagem ao ar livre estimula o cuidado ambiental, atitudes pró-natureza e um comportamento ambientalmente responsável. Mas, para isso, é preciso que se verifique se as atividades e práticas realizadas estão atingindo os objetivos desejados, que seriam, favorecer experiências educativas e de questionamento dos valores em favor da natureza e do bem estar das populações locais, além de inspirar o participante a se comprometer com a conservação de outras áreas (BEAMONT, 2000).

O material impresso utilizado para auxiliar as atividades é variado. Das agências que tem programas de EA, uma oferece uma apostila com conteúdo mais elaborado quando o pacote é oferecido para escolas, e a outra deixa disponível em sua página eletrônica informações a respeito dos locais visitados e das atividades realizadas. O mais comum, para todas as agências, é o uso do material publicitário, disponível em folders e panfletos produzido pelo governo do estado e algumas ONGs sobre a região. Nestes materiais, são

encontrados mapas de localização e informações superficiais da região, com destaque à beleza das paisagens oferecidas, sua condição de preservação e proteção legal. Alguns materiais ainda trazem pequenas listas da fauna existente.

Todas as agências declararam a preocupação de orientar os participantes sobre o comportamento correto quando o grupo está passando por um ecossistema ou uma comunidade. Entretanto, apenas três relataram fazer interferências quando um comportamento é considerado inadequado. Contudo, a preocupação principal diz respeito à segurança e conforto dos participantes, que são orientados sobre o que levar para a atividade (relatado por todas as agências), sobre a segurança nos deslocamentos nos atrativos (relatado por 6 agências), e sobre o manejo técnico do equipamento (relatado por três agências que desenvolvem atividades de escalada, cicloturismo e rafting).

As informações mais específicas, vão depender da experiência do condutor e da demanda do participante. Geralmente, quando o grupo precisa de informações mais técnicas, contratam-se profissionais da área das ciências naturais (biólogos, agrônomos e engenheiros florestais) para acompanhar o grupo.

De maneira geral, percebe-se que a maioria das agências supõe que o simples contato com a natureza já é algo suficiente para uma mudança de comportamento dos indivíduos. Na verdade, estão produzindo simples viagens e não propriamente experiências educativas ou conhecimento. Como já visto, quando uma atividade em ambientes abertos carece de métodos didático-pedagógicos, as atividades ficam reduzidas a meros passatempos sem sentido próprio e sem projeção social (BARROS, 2000), levando à perda da legitimidade e intencionalidade dos processos (SERRANO, 2000). Desta maneira, pode-se considerar que as agências estão muito mais informando do que educando ou conscientizando os participantes.

A tabela 7.12 traz a disposição das agências em relação a como promovem a educação dos participantes para a conservação.

TABELA 7.12 – CLASSIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS QUANTO AO OBJETIVO DE EDUCAR OS PARTICIPANTES

		Ecoturismo						Turismo Convencional				
Ecoturismo		B	F	E	G	A	D	I	H	J	C	K
Educação dos participantes	Programa de EA	3	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
	Avalia a atividade	1	2	1	2	1	1	1	1	2	0	0
	Material didático de apoio	3	2	1	2	1	1	1	0	0	1	0
	Interfere no comportamento e atitudes do visitante	3	3	3	2	2	2	1	1	0	0	0
	Informa o visitante sobre o ambiente local	3	2	3	2	2	2	1	1	0	0	0
Turismo Convencional												
	total	13	11	10	8	7	6	5	3	2	1	0

NOTA: 0 = não atende; 1 = atende pouco; 2 = atende moderadamente; 3 = atende bem

Com relação ao cumprimento deste objetivo, observa-se a formação de dois grupos entre as agências. O primeiro, preocupado em informar aos participantes de forma ativa, com o intuito de modificar suas atitudes em relação à conservação, aproximando-o do ecoturismo. O segundo grupo, se preocupa em oferecer informação, mas sem a intenção de promover a conscientização dos participantes ou modificar seu comportamento, o que o afasta do ecoturismo.

7.6.4 Benefício às Comunidades Locais

Para quem se dirige para uma região, é óbvio que, em algum momento, precisará de alimentação, hospedagem e transporte até determinados atrativos, se possível, com condutores locais, criando oportunidades de geração de renda para aqueles moradores que conseguem recursos e capacitação para entrar no mercado. Assim, os benefícios à comunidade, podem acontecer, mas tendem a ficar restringidos à poucos empreendedores locais. Como os benefícios à comunidade é um objetivo facultativo no ecoturismo, supõe-se que existam práticas que contemplem pouco esse elemento ou até não o contemplem. Essa é uma defasagem que não tira o caráter do ecoturismo como atividade alternativa e sustentável. E, da mesma forma que o analisado para a EA, práticas que só contemplem a comunidade e

desconsideram a conservação, não podem ser enquadradas dentro do ecoturismo. Quando a agência ou a atividade está privilegiando mais uma comunidade local, situada nas proximidades de uma área natural, pode-se supor que, no mínimo, ela está mais voltada para o turismo alternativo ou cultural.

Para que o ecoturismo consiga favorecer às comunidades envolvidas, é necessário que estas estejam conscientes dos custos e benefícios potenciais do ecoturismo. O estágio do ciclo de desenvolvimento turístico é um fator que determinará o tipo de relacionamento estabelecido e o quanto dos benefícios poderão ser atingidos.

De acordo com os dados da literatura sobre o litoral paranaense (SPVS, 1999; AMEND, 2001; NIEFER, 2002; KIM, 2004; MISAEL, 2005), estas comunidades estão em diferentes estágios de desenvolvimento turístico, de acordo com o ciclo de desenvolvimento proposto por Buttler, (1990). As comunidades da Ilha do Mel são as que estão mais adiantadas em relação às demais, encontrando-se entre a Fase de Desenvolvimento, em que o controle dos equipamentos pela população local é mínimo e com várias facilidades criadas por organizações externas, estimulando o crescimento do número de visitantes, e a Fase de Consolidação, onde já existe o predomínio de empresas e serviços externos, cuja participação ajuda a controlar os custos e a manter a competitividade do local diante de outras destinações. Também há alguns indícios de que esta comunidade esteja se aproximando da Fase de Saturação, onde o fluxo de visitantes mostra certa oscilação, tendendo à diminuição.

Essa situação faz com que na Ilha do Mel, alguns dos objetivos do ecoturismo não possam ser alcançados, principalmente àqueles relacionados aos benefícios às comunidades anfitriãs, em função da dificuldade de se consumir bens e serviços de propriedade dos locais. Os poucos nativos que possuem empreendimentos turísticos, ainda não atingiram a qualidade desejada pelas agências e seus clientes, que valorizam mais os agentes locais que utilizam materiais e equipamentos de primeira linha e ambientes bem decorados, encontrados nos estabelecimentos pertencentes a pessoas de fora do local.

As comunidades da Vila da Barra e da Vila das Peças no entorno do PARNA de Superagui, encontram-se na Fase de Investimento, pois o aumento do fluxo turístico estimula a comunidade à realizar investimentos com o propósito de atender os visitantes e criar uma nova fonte de renda. As demais comunidades encontram-se na Fase de Exploração, começando a serem visitadas por turistas. As condições dessas comunidades oferecem a possibilidade para que todos os objetivos do ecoturismo possam ser atingidos.

Possuir os elementos para a constituição de um produto ecoturístico, contudo, não é garantia de que seus objetivos serão atingidos. Dependerá do tipo de atividade que é realizada

e de quem a realize. Assim, o comportamento e o comprometimento das agências com estes locais é um fator que as posiciona no contínuo entre o ecoturismo e o turismo convencional.

O benefício esperado do ecoturismo para as comunidades é que as mesmas consigam aproveitar o máximo possível dos recursos vindos com a atividade, contribuindo, dessa maneira, a superarem as dificuldades impostas pelas proibições de uso dos recursos naturais, relativas às áreas protegidas e os limites do apoio do estado. Espera-se, com isso, que essas comunidades compreendam que o ecoturismo é um meio, e não um fim, para se conseguir melhorar sua qualidade de vida. Conseguindo-se isso, essas comunidades passariam a ver o recurso protegido por lei, como algo que pode gerar emprego e renda para a população local, e os residentes próximos à área natural deixariam de ser uma ameaça, e passariam a ser aliados na defesa de sua manutenção. Os benefícios socioculturais que se espera do ecoturismo, é que contribuam para resgatar e manter os costumes e valores das comunidades envolvidas, devendo ter o cuidado para não transformar o produto ecoturístico em mercadorias turísticas.

Os benefícios diretos estão relacionados à contratação de monitores locais, o envolvimento dos empresários locais e a participação de moradores na elaboração dos roteiros. Os benefícios indiretos vem do auxílio à capacitação de monitores locais, na participação de conselhos comunitários e grupos gestores, e no envolvimento com a realidade da comunidade

Quando a relação monitor X participante é excedida, algumas agências contratam monitores locais com a função de dar apoio operacional na condução do grupo em trilhas ou como barqueiros. Poucas agências relataram contratar monitores locais em função do seu saber popular sobre os atrativos visitados. Os monitores locais de Morretes são os que possuem a melhor capacitação com treinamento em condução de grupos em ambientes abertos e resgate em montanha, em função de serem integrantes da associação de guias do município. Eles estão habilitados a conduzir atividades na região da Serra do Mar e adjacências.

A participação na formação e capacitação de monitores locais é realizada por duas agências. Isso exige que se destine empenho, tempo e pessoal para que um curso desse tipo se realize, e mesmo conseguindo financiamento, existem gastos que a agência deve assimilar, o que revela um comprometimento com o desenvolvimento das comunidades e seu bem estar.

É uma interferência ativa na realidade da comunidade, dando condição de se criar trabalho e renda. Além do mais, esse benefício gerado, vai acabar favorecendo à própria

agência, bem como todas as demais, pois colocará no mercado condutores que podem atender, de maneira eficiente, os grupos trazidos por elas.

As agências que se envolvem na capacitação de monitores locais, o conseguem porque tem em comum serem constituídas por três sócios, e um deles se encarrega de coordenar essa atividade, não comprometendo o andamento da agência.

O envolvimento mais comum das agências com as comunidades são as relações comerciais temporárias, estabelecidas com os empresários locais, através do consumo dos produtos e serviços turísticos básicos de transporte, alimentação e hospedagem.

Os clientes são conduzidos até o litoral de maneira convencional, por meio de ônibus, vans e trem, contratados na origem. O envolvimento da comunidade no transporte ocorre quando se necessita de barcos. Na região, os empresários locais oferecem lanchas de alumínio com motor de popa, para até 4 pessoas, as populares “voadeiras”, e os barcos de madeira para grupos maiores, com capacidade entre 55 até 99 pessoas. Para grupos pequenos de até 16 pessoas, são oferecidos lanchas de fibra, só que os proprietários geralmente são de fora do litoral.

Quando a atividade é de um dia, as refeições são realizadas nos restaurantes disponíveis na comunidade, independente se é ou não de morador local. Em roteiros que incluem pernoite em pousada, geralmente as refeições são feitas no próprio local. Os pratos típicos oferecidos são o barreado, servido em Morretes e Antonina, e os cardápios que oferecem frutos do mar, encontrados nos restaurantes do entrono do CEP.

Um dos problemas quando se oferece pratos típicos é a possibilidade do visitante reagir mal à comida tradicional, podendo apresentar distúrbios digestivos ou alérgicos, como no caso do camarão. Em função disso, o cardápio oferecido inclui, normalmente, além dos frutos do mar, carne de frango ou gado, como opção.

A hospedagem dos clientes é feita, principalmente, em pousadas de Morretes, Ilha do Mel e Vila da Barra de Superagui, locais onde se encontram mais facilmente estabelecimentos que oferecem o conforto e a segurança esperado. Também há relatos de uso de pousadas em Antonina, Guaraqueçaba, na Vila de Bertioga (Ilha de Superagui) e na Ilha das Peças. Uma agência utiliza seu refúgio ecológico situado na RPPN do Sebuí.

Outra maneira de envolvimento da comunidade é através da demonstração de práticas produtivas locais. Em Antonina e Morretes, é feita a demonstração da fabricação artesanal da farinha de mandioca. Visitas a alambiques e fábricas de balas de banana também são incluídas. Na Vila das Peças, os moradores fazem demonstrações da arte tradicional local,

quando é oferecida a possibilidade de acompanhar pescadores no lançamento de tarrafas embarcados em canoas de tronco.

As manifestações culturais também estão presentes nas atividades. Em Antonina, uma agência providencia a apresentação de um músico local. Na Ilha do Mel, um grupo teatral da Vila de Encantadas faz a apresentação de uma peça sobre as tradições da pesca local. Também na Ilha do Mel e na Vila da Barra de Superagui, as agências oferecem a possibilidade da participação de bailes comunitários, os “forrós”.

Sete agências escolhem os prestadores do serviço e/ou produto basicamente em função da qualidade e os custos envolvidos. Outros critérios de escolha adotados pelas agências incluem o nível de profissionalismo da pessoa, o conhecimento na região, disponibilidade e por se tratar de uma empresa de pequeno porte.

O critério comercial não é o único adotado. Duas agências procuram escolher aqueles prestadores de serviços que sejam empreendidos por locais. Estas agências foram também as únicas a oferecer algum tipo de apoio à comunidade, oferecendo auxílio para melhorar e desenvolver produtos e serviços, promovendo cursos de capacitação de atendimento ao turista e cursos de treinamento de monitores locais. A agência vinculada à RPPN do Sebuí, tem como funcionários registrados, moradores locais para cuidarem da manutenção e funcionamento do seu retiro na sede da RPPN.

A média de gastos diários dos clientes declaradas pelos entrevistados foi de R\$ 120,91. Neste valor estão incluídos os custos e lucros da agência e os gastos extras efetuados no destino, com comidas, bebidas, artesanatos e souvenirs. As agências estimam que 35% do que é gasto pelo turista é destinado à comunidade, sendo o menor percentual citado de 5%, e o maior, de 70%. Como são estimações por parte dos entrevistados, essa informação deve ser melhor investigada, com objetivo de verificar a real dimensão desta entrada de recursos na comunidade.

As oportunidades geradas pelo ecoturismo para os pequenos negócios de hospedagem, alimentação e condutores locais, e os empregos consequentes, não são aproveitados por todos, em virtude da ausência de habilidades específicas (como conhecer outra língua, ou técnicas de hospitalidade), capital e noções de administração. Também sofrem com a competição que surge com as pessoas de fora que se instalam na comunidade para explorar a atividade.

Uma questão para um debate posterior, é esclarecer qual a participação do ecoturismo para manter sustentável a economia local. O ecoturismo requer que se trabalhe com grupos pequenos e número reduzido de visitas no local para assegurar mínimos impactos ecológicos e experiências de alta qualidade. Para conseguir isso, a agência necessita aumentar o preço do

produto em função do maior custo operacional. Por outro lado, para se ter um preço competitivo no mercado, é necessário diminuir a margem de lucro. Trabalhando com pouca geração de receita, será difícil a agência se manter no mercado. Da mesma maneira, não se pode esperar que um número reduzido de participantes será suficiente para contribuir significativamente com a economia local. Os imperativos econômicos para se manter no mercado com margens de lucros satisfatórias, levará a agência a buscar um aumento do número de visitas bem como no tamanho dos grupos. Se grupos de 10 pessoas são adequados, porque não grupos de 12, 14 ou até 20, pergunta Garrod (2003). De acordo com o autor, se a demanda existe ou pode ser criada, é difícil resistir à realização de 10 a 15 atividades no ano, ao invés de 4 ou 5. A questão que surge é, se não for rentável, não é apreciado pela agência, que não oferece e não leva ecoturistas no local, e sem ecoturistas, não tem ecoturismo, ou seja, os benefícios almejados são ceifados pelo imperativo econômico.

Desta maneira, esse imperativo econômico sugere um crescimento em direção à transformação da atividade em turismo convencional, e as economias de escala podem começar a direcionar nesse sentido a operacionalização do ecoturismo, tanto pelas agências como pelas comunidades que interagem com elas, o que acarretará na possível alteração e até destruição do recurso natural e cultural base.

A participação dos moradores no planejamento e gestão das atividades foi observada apenas na agência situada em Morretes, na qual os proprietários são nativos da região. Nas demais agências, a participação da comunidade na elaboração dos roteiros se resume a consulta à alguns moradores sobre quais são os atrativos disponíveis que podem ser oferecidos e como podem ser alcançados. Em alguns casos, o morador é incluído no pacote como monitor local e/ou barqueiro. Esse resultado é semelhante às observações de Garrod (2003), para os projetos de ecoturismo em várias parte do mundo, onde a efetiva participação das comunidades locais no planejamento e gestão do ecoturismo é ainda pouca. No melhor dos casos, os projetos tendem a apontar o envolvimento da comunidade no planejamento e gestão, no pior dos casos, a comunidade pode ser completamente ignorada. Tais projetos falham frequentemente em tempo relativamente curto

Interações fora do âmbito comercial também foram identificadas, onde uma agência realizou uma campanha de arrecadação de livros para a formação de bibliotecas comunitárias para as comunidades do entorno do PARNA de Superagui, e outra auxilia um projeto de compostagem na Ilha do Mel.

As agências que participam de conselhos comunitários o fazem para discutir as melhores opções que poderiam ser adotadas para a implementação do ecoturismo no local e

na região. Uma agência participa do Conselho Municipal de Turismo, demonstrando o interesse no desenvolvimento turístico da localidade. Três participam do Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba, demonstrando a preocupação com o manejo desta UC, de maneira a garantir a conservação do recurso natural que estão lhes servindo de atrativo.

Duas agências relataram ter certa dificuldade de relacionamento com a comunidade. Na Vila da Barra de Superagui é possível se observar alguns efeitos negativos provocados pelo desenvolvimento mal planejado do turismo, onde alguns jovens da comunidade já são vistos interpelando os turistas atrás de gorjetas e drogas. Como o proprietário da agência é conhecido na comunidade, se viu obrigado a comunicar a esses jovens que não deveriam importunar ao grupo levado por ele.

Outro relato se refere a agência que parou de atuar no litoral. Esta revelou que um dos principais motivos que a levaram a fazer isso, foi a dificuldade encontrada em aproximar os moradores locais com a atividade e os princípios corretos para um turismo responsável. Esse é um dos efeitos relatados por Ross e Wall (1999) quando não existe a integração entre os agentes do ecoturismo.

Na tabela 7.13 se encontra a disposição das agências quanto à maneira que beneficiam as comunidades locais. Pode-se considerar que as comunidades que recebem as agências no litoral do Paraná, estão tendo benefícios com as atividades de ecoturismo. Todas as agências envolvem moradores locais nos seus roteiros, com duas agências dando maior ênfase ao consumo de produtos e serviços de moradores das comunidades.

Observa-se a formação de três tipos de relacionamento com a comunidade. O primeiro, é formado por agências que estão preocupadas com o desenvolvimento da comunidade, preocupadas com a capacitação dos moradores, permitindo a participação, em parte, no planejamento das atividades e nos processos políticos que decidem o destino da comunidade, o que as coloca próximas do ecoturismo. O segundo grupo se preocupa apenas com a distribuição da renda entre os moradores e alguma participação política. O terceiro tipo é formado por agências que simplesmente beneficiam a comunidade de forma passiva e indireta, consumindo os produtos e serviços locais.

TABELA 7.13 – CLASSIFICAÇÃO DA AGÊNCIAS EM RELAÇÃO AO BENEFÍCIO À COMUNIDADE LOCAL

Ecoturismo		Ecoturismo						Turismo Convencional				
		G	D	E	I	F	H	B	A	C	J	K
Benefícios à Comunidade Local	Auxilia na capacitação de monitores locais	3	3	0	0	0	0	0	0	1	0	0
	Contrata monitores locais	3	2	3	3	0	3	0	0	1	1	1
	Consome produtos locais	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1
	Comunidade participa do planejamento do roteiro	3	3	3	2	1	1	1	1	0	0	0
	Participa de conselhos gestores e comunitários	3	3	3	0	3	0	0	0	0	0	0
-	Apóia projetos comunitários	0	0	0	0	3	3	3	0	0	0	0
Turismo Convencional												
	Total	12	12	12	8	8	8	5	2	2	1	1

NOTA: 0 = não atende; 1 = atende pouco; 2 = atende moderadamente; 3 = atende bem

7.7 TIPIFICAÇÃO DAS AGÊNCIAS SEGUNDO A PRIORIDADE QUE DÃO ÀS PRINCIPAIS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Todas as agências possuem, como pano de fundo de suas operações, os imperativos comerciais que as obrigam a dar um peso significativo à dimensão econômica da sustentabilidade para permanecer no mercado. A importância que cada uma dá ao objetivo do lucro, produz uma matriz de intenções e procedimentos por parte das agências para atender as dimensões ecológicas e sociais, sendo possível identificar alguns objetivos comuns entre elas.

A partir do total alcançado pela agência em cada um dos elementos base que constituem o conceito de ecoturismo, foi montado uma tabela de classificação (Tabela 7.14). As agências estão dispostas em ordem hierárquica em relação a sua aproximação ao ecoturismo. A princípio, as agências se distribuem em dois grupos, um formado pelas que efetivamente operam no litoral (1), e um pelas que não operam (2). Quando as características das agências e suas atividades são comparadas, aparece uma gradação dentro de um contínuo, resultado da maneira como atendem os objetivos base do ecoturismo, dando origem a

diferentes tipos e combinações de práticas que são designadas como ecoturismo. Em um extremo deste contínuo, estão as agências que se aproximam do ecoturismo ideal, e no outro, as que se aproximam do turismo convencional.

TABELA 7.14 – AGÊNCIAS QUE PROMOVEM O ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ, DISPOSTAS EM UM CONTÍNUO, ESTABELECIDO PELA MANEIRA COMO ATENDEM OS ELEMENTOS BASE DO ECOTURISMO E OS OBJETIVOS IDENTIFICADOS.

	Ecoturismo								Turismo Convencional		
	Grupo 1								Grupo 2		
Agências	E	G	D	F	B	I	A	H	C	J	K
Elementos Base											
Uso Sustentável	14	11	11	7	8	8	7	7	0	0	0
Auxílio à Conservação	11	8	8	6	1	1	5	1	2	1	0
Educação dos participantes	10	8	6	11	13	5	7	3	2	1	0
Benefícios à Comunidade Local	12	12	12	8	5	8	2	8	2	1	1
Total	!B7 Is Not In Table	!C7 Is Not In Table	!D7 Is Not In Table	!E7 Is Not In Table	!F7 Is Not In Table	!G7 Is Not In Table	!H7 Is Not In Table	!I7 Is Not In Table	!J7 Is Not In Table	!K7 Is Not In Table	!L7 Is Not In Table

O grupo mais voltado para o turismo convencional, se caracteriza pelo maior tamanho das agências, com sede em escritórios em edifícios comerciais, mais de um sócio ativo, mais de três funcionários e trabalhar com outros serviços turísticos, como venda de passagens aéreas e reserva de hotéis, se comportando mais como agências convencionais de turismo.

Esse grupo é constituído pelas agências C - BWT, J - Orion e K - Lifetur. Estas, terceirizam suas atividades com as agências especializadas no receptivo local, e como não têm influência direta sobre a região, o relacionamento destas agências com o litoral ocorre de forma passiva. Desta maneira, ficam sujeitas à responsabilidade sócio-ambiental dos parceiros comerciais para o atendimento das dimensões ecológicas e sociais, o que significa que estas dimensões são pouco privilegiadas por essas agências, o que faz com que a dimensão econômica predomine quase que absoluta sobre as demais. Supõe-se então que, o objetivo principal desse grupo é apenas explorar economicamente a região, sem se envolver

diretamente com os locais onde são desenvolvidas as atividades, e sem se comprometer com eventuais falhas operacionais que possam gerar impactos vindos das agências tercerizadas.

As demais agências são consideradas de pequeno porte, e têm como características básicas, serem conduzidas por proprietários que desempenham um gerenciamento multifuncional, com poucos funcionários especializados e com sistemas de planejamento e controle informais. A maneira como conduzem seu negócio, revela a preocupação com a conservação dos recursos naturais e culturais da região em diferentes graus.

Dentro deste grande grupo, as agências A - Terral, I - Vela e Aventura e H - Ixion Geo, formam um sub-grupo, caracterizado pelo forte espírito de aventura de seus proprietários, que transformaram em negócio a prática de levar amigos para passear por diversos locais, entre eles o litoral do Paraná. Duas das agências operam com veículos adaptados para estradas rurais e uma com um veleiro para navegar na Baía de Paranaguá.

Essas empresas podem ser consideradas como usuárias da região. Como desenvolvem atividades que podem ser consideradas pertencentes ao turismo de aventura, tem, na região, a necessidade de que os ambientes naturais estejam em boas condições, assim, atuam objetivando minimizar possíveis danos na paisagem que venham a comprometer o uso futuro do local, evitando, por exemplo, que os participantes joguem lixo pelo caminho. Procedendo desta maneira, também contribuem de forma direta com a conservação pela manutenção da qualidade dos ecossistemas. A dimensão ecológica é privilegiada com estes dois procedimentos, e quando utilizam os serviços e produtos da comunidade, atendem a dimensão social. Entretanto, esse consumo é opcional, pois, em alguns roteiros de um dia, são oferecidos lanche no meio do percurso, e o contato com a comunidade é eventual.. Desta maneira, deixam de atender a dimensão social. Nestes casos, as dimensões econômica e a ecológica se equivalem em importância de prioridade, mas sempre a econômica subordinando a ecológica e a social.

As agências B - Tchacatur e F - Atol das Rocas, são conduzidas por proprietários que já trabalhavam com educação ambiental antes de se tornarem empresários, o que confere a essas agências uma ênfase maior à questão educativa. Junto com a agência E, são as que apresentam programas de EA. Isso favorece que as dimensões ecológicas e sociais sejam priorizadas de maneira semelhante, mas também subordinadas à econômica. Atendem a dimensão ecológica quando utilizam a região para desenvolver práticas educativas voltadas ao cuidado com a natureza, auxiliando, desta forma, a conservação do local. A dimensão social se manifesta quando, no mesmo processo educativo, está incluído o estímulo ao respeito à

comunidade anfitriã, e, também, quando doam materiais e tempo para projetos locais não voltados para o turismo.

As agência D - Gondwana e G - Calango, dão grande prioridade à dimensão da sustentabilidade social de suas atividades, uma vez que são as únicas a demonstrarem a intenção de auxiliar a geração de renda para a comunidade, contribuindo com cursos de capacitação de moradores locais, e com os conselhos gestores e comunitários da região, objetivando o desenvolvimento social do local. A dimensão ecológica é contemplada quando trabalham com pequenos grupos e se preocupam com os impactos negativos no local. A agência G - Calango, pode ser considerada a que melhor incorpora a dimensão da sustentabilidade social do ecoturismo, sendo a única formada por moradores locais, fazendo com que o domínio do planejamento e gestão das atividades fique a cargo da comunidade anfitriã, o que a coloca mais próxima do ecoturismo.

A agência que mais se aproxima do ecoturismo, contudo, é a agência E - Cormorano. Ela se destaca frente às demais pelo grau e a forma equitativa com que atende os elementos base do ecoturismo. O proprietário adquiriu uma área para transformá-la em RPPN e explorá-la com ecoturismo, indicando um forte objetivo de auxiliar a conservação, demonstrando priorizar a dimensão da sustentabilidade ecológica, ficando as dimensões econômica e a social, subordinadas à esta. A dimensão social é atendida na medida em que a agência conta com funcionários que são moradores da região, e por estarem registrados, sugere que há uma equidade entre as dimensões econômica e social.

A partir da identificação dos objetivos que as agências têm para com a região do litoral paranaense, foi possível identificar cinco tipos básicos de agências:

- Conservacionistas (1);
- Desenvolvimentistas (2);
- Educacionais (3);
- Usuárias da região (4); e
- Exploradoras da região (5).

Os cinco tipos de agências privilegiam as dimensões da sustentabilidade com intensidades distintas, como mostrado na tabela 7.14.

TABELA 7.15 – TIPOS DE AGÊNCIAS QUE DESENVOLVEM O ECOTURISMO NO PARANÁ E A INTENSIDADE QUE PRIORIZAM AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

Agências	E	G	D	F	B	I	A	H	C	J	K
Tipos de Agência	1	2	3	3	3	4	4	4	5	5	5
Sustentabilidade Ecológica	FORTE	Médio	Fraco	Fraco	Fraco						
Sustentabilidade Social	Média	FORTE	Médio	Médio	Médio	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco
Sustentabilidade Econômica	Média	Médio	Médio	Médio	Médio	FORTE	FORTE	FORTE	FORTE	FORTE	FORTE

As agências conservacionistas (1) e desenvolvimentistas (2) formam um grupo que prioriza as dimensões ecológica e social, respectivamente, em maior grau que à dimensão econômica. E nos dois grupos, a dimensão econômica é atendida de maneira equivalente. Para as conservacionistas, a dimensão econômica se subordina à ecológica mas não à social. Para as desenvolvimentistas, a dimensão econômica subordina a social e ecológica.

As agências educacionais (3) se caracterizam pelo maior equilíbrio no atendimento às dimensões, mas a dimensão econômica subordina as demais, visto que não estão apoiando nem se envolvendo com projetos conservacionistas e sócio-ambientais.

As agências usuárias (4), por sua vez, priorizam a dimensão econômica, e atendem a dimensão ecológica em maior grau do que a dimensão social, mas ambas estão subordinadas à econômica.

Por fim, as agências exploradoras (5) também priorizam a dimensão econômica, mas de forma totalitária, atendendo minimamente as dimensões ecológicas e sociais. O tema ecologia, desenvolvimento sustentável e natureza aparecem apenas no discurso e no seu material de divulgação, mas a prática é de responsabilidade de quem opera.

A figura 7.3 Demonstra como os tipos de agências que promovem o ecoturismo se posicionam no espectro das dimensões da sustentabilidade, proposto por Pierri e Chang (2004).

FIGURA 7.3 – TIPOS DE AGÊNCIAS FRENTE ÀS PRINCIPAIS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE.



FONTE: ADAPTADO DE PIERRI E CHANG (2004)

As agências analisadas estão conseguindo contemplar, em diferentes graus de intensidade, o elemento base do uso sustentável em suas atividades, sendo este imprescindível para que se considere ecoturismo. Também verifica-se na região, que o ecoturismo está sendo conduzido, em maior número, por aquelas agências que priorizam a dimensão da sustentabilidade econômica, com quatro que priorizam a dimensão social e uma que prioriza a dimensão ecológica. Esse quadro permite supor, por enquanto, que as agências que operam no litoral do Paraná, apenas estão sobre a tutela do ecoturismo, ainda não podendo ser consideradas ecoturísticas no seu conjunto. No momento, a agência conservacionista é a que está mais próxima de um ecoturismo considerado ideal, e as agências exploradoras, as que estão mais distantes dele.

8 CONCLUSÕES

O ecoturismo é uma atividade que tem apresentado um ritmo de crescimento de destaque na indústria do turismo nos últimos anos. Esse crescimento trouxe para o debate, a questão do dilema entre a conservação e desenvolvimento comunitário. O litoral do Paraná não está fora deste debate, onde o ecoturismo está sendo apontado como uma das atividade que teria condições de contribuir para a resolução desse dilema. Mas como uma atividade recente, carece de um modelo, porque todas a atividades ainda estão em fase de formatação, com muito a ser feito para se atingir um padrão que consiga obter o melhor rendimento da atividade, buscando-se sempre a equidade social, a viabilidade econômica e a sustentabilidade ecológica.

A vocação natural para o ecoturismo do litoral do Paraná está sendo aproveitada por agências que demonstram diferentes intenções para o ambiente da região. Neste estudo, essas intenções puderam ser agrupadas em objetivos distintos, separando as agências em cinco tipos.

Como era esperado, existem agências convencionais utilizando o ecoturismo como um rótulo para seus produtos que são oferecidos no mercado, tipificadas de Exploradoras, em função de como se relacionam com os recursos naturais e culturais.

Da mesma maneira, também estão operando agências que estão mais voltadas para um tipo de turismo mais alternativo e sustentável. Essas agências oferecem o ecoturismo de acordo com os princípios éticos ambientalistas de seus proprietários.

As agências que apenas usam o recurso como pano de fundo para suas práticas foram tipificadas como Usuárias. Seu relacionamento com a região se dá na medida em que os locais utilizados devem estar aptos a oferecer condições ideais para compor o seu produto; deve ter uma bela paisagem e se mostrar um bom ginásio de esportes. Se relacionam pouco como local e dependem de que a comunidade, por si só, consiga oferecer produtos de qualidade, e caso não consigam, são empecilhos que levam ao abandono do local ou do serviço.

Algumas agências, preocupadas com essa situação, tentam contornar esse problema treinando os moradores para que, em primeiro lugar, desempenhem um bom trabalho, e em segundo, consiga uma renda. Essas agências interferem diretamente nas relações sociais da comunidade, auxiliando o seu desenvolvimento, por isso tipificadas de Desenvolvimentistas. Mesmo tendo o interesse no desenvolvimento da comunidade, não conseguem fugir dos

imperativos comerciais, que limitam sua ação em favor da comunidade, impedindo o avanço de seus objetivos.

As agências que vêm a região como uma sala de aula, foram tipificadas de Educativas. Embora sejam usuárias, se diferenciam deste tipo em virtude de priorizar a promoção da conscientização ambiental voltada para a conservação dos recursos naturais e culturais. Mas, da mesma maneira que as agências desenvolvimentistas, estão sujeitas aos imperativos econômicos.

A agência que priorizou a conservação foi designada de Conservacionista, visto que o proprietário deu uma grande parcela de contribuição adquirindo uma área contribuindo sobremaneira, para a manutenção do estado natural da região.

A análise das agências conclui que as atividades ecoturísticas que estão sendo desenvolvidas no litoral do Paraná, estão voltadas para promover a conservação, o desenvolvimento da região, e para a promoção de uma consciência ambiental geral. Também vem sendo utilizadas tanto para rotular atividades alternativas que são desenvolvidas em ambientes naturais, protegidos ou não, ou como mais um produto a ser oferecido no mercado, dirigido à um público mais específico, atendendo em alguma medida, à lógica do mercado.

Assim, por estarem operando, em alguma medida, dentro do espaço do desenvolvimento sustentável, independente de qual dimensão privilegiam, observou-se que, de maneira geral:

- Todas as agências envolvem a comunidade em suas atividades, pelo consumo de seus produtos e serviços e contratação de monitores locais;
- Nem todos nas comunidades se beneficiam com o ecoturismo;
- Poucas agências envolvem a comunidade na elaboração e execução das atividades;
- Exceção à agência vinculada à uma RPPN, as demais tendem a fazer o mínimo necessário para auxiliar a conservação;
- As agências não dominam o conceito oficial de ecoturismo. Para elas, ecoturismo somente é propiciar o contato e a observação do cliente com a natureza.

Presume-se que as agências estão promovendo impactos positivos, diretos e indiretos, na economia, na comunidade local e na ecologia. Porém, a confirmação disso só será possível mediante ao acompanhamento futuro das atividades das agências e por meio de uma investigação junto às comunidades alvos.

9 ECOTURISMO: POSSIBILIDADES E LIMITES NO LITORAL DO PARANÁ

Os problemas do ecoturismo para todo o Brasil identificados pelo FUNBIO em 1999, estão presentes no litoral do Paraná, onde se observa pequenos avanços em direção à melhora do desempenho da atividade, em relação à organização dos segmentos envolvidos com a capacitação da mão de obra local e higiene, qualidade de atendimento, e no acesso a treinamento por parte dos empreendedores.

Dentro do que prevê as diretrizes para o ecoturismo, as políticas de governo estão em fase inicial de desenvolvimento. São observadas iniciativas em prol da certificação para o turismo sustentável, direcionada, neste primeiro momento, para a oferta de hospedagem. É necessário que haja um esforço para que os demais elementos da oferta turística sejam contemplados, contribuindo para que o turismo que acontece no litoral do Paraná se torne efetivamente sustentável.

A adequação das UCs para o ecoturismo é observada em poucos locais, sendo a RPPN do Salto Morato, um bom marco referencial para ser utilizado nas demais UCs da região. De maneira oposta, a Ilha do Mel vem sendo administrada com forte orientação para o turismo convencional de massa. Contudo, isso não impede que o local seja utilizado para o ecoturismo, mas para tanto, é necessário que o seu plano de manejo seja colocado em prática com o devido rigor necessário para que esses dois tipos de turismo sejam praticados de maneira sustentável.

Para uma proposta de zoneamento turístico na região, a Ilha do Mel poderia ser o local em que se canalizaria o turismo convencional, de aventura e de natureza. As demais localidades devem ser avaliadas para determinar qual o melhor tipo de turismo para cada uma, e se for o caso, até nenhum tipo de turismo. Evidentemente, tal proposta se atinge quando o plano de manejo da UC está estabelecido e efetivado.

As iniciativas que estão sendo desenvolvidas na região com o ecoturismo, estão voltadas ao bem estar das comunidades tradicionais, procurando auxiliá-las a aproveitar melhor o fluxo turístico, ao mesmo tempo em que tentam evitar que essa mesma comunidade utilize de forma errada, os recursos naturais.

O processo de capacitação de mão de obra para o ecoturismo está no início, com poucas comunidades sendo contempladas por projetos de ONGs, mas apresenta boas

condições de progredir e se expandir, formando-se novas gerações de monitores locais, como os “Águias do Marumbi” de Morretes. O governo pode incluir nos currículos escolares das escolas da região, conteúdos voltados para a formação continuada de monitores locais, assim, poderá ter moradores preparados para receber os visitantes e usar corretamente os recursos naturais. Ao mesmo tempo em que os monitores estão sendo auxiliados na formação de cooperativas turísticas, é necessário que haja uma maior divulgação destas cooperativas, tanto junto às agências, que tem no litoral sua campo de ação, como para os turistas em geral, para se criar a cultura de se contratar moradores locais para conduzirem sua visita na região do litoral paranaense.

Muitas lideranças comunitárias da região do litoral já reconhecem que o modelo de desenvolvimento turístico adotado pela comunidade do Maruja, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, litoral sul de São Paulo é o mais adequado, pois prevê a presença das comunidades e certo grau de exploração dos recursos, além de uma maior participação da comunidade nos processos decisórios. Reconhecem também que o modelo de desenvolvimento da Ilha do Mel deve ser evitado. No entanto, suas comunidades não sabem como evitar o processo que acontece na Ilha do Mel, e nem como alcançar o padrão de organização da Ilha do Cardoso, de forma a orientar a atividade turística. Como a maioria das comunidades está em fase inicial do ciclo de desenvolvimento turístico, tem-se a oportunidade de equacionar esse dilema. Uma das possibilidades seria o estabelecimento de um maior intercâmbio entre as comunidades, e também entre os gestores das UCs. Para tanto, deve existir um momento para que todos os envolvidos e interessados com o ecoturismo e o turismo em geral, sentem-se à mesa para expor suas experiências, e se discutir qual seria a melhor maneira de se desenvolver, não só o ecoturismo, mas o turismo como um todo nas comunidades tradicionais do litoral paranaense.

A condição de conservação da região para o ecoturismo, pode ser considerada boa, pela integridade dos seus ecossistemas e pelo total de áreas protegidas. Mas a região não está isenta da ameaça do turismo de massa e de outras atividades produtivas. É necessário que os gestores públicos tenham em mãos o plano diretor de seu município, onde é se esperar que o turismo e seu zoneamento estejam incluídos a fim de evitar os danos que reconhecidamente o turismo promove, bem como seus benefícios.

O litoral norte paranaense é onde se encontram as melhores condições de preservação, e por isso, é mais procurado para o desenvolvimento do ecoturismo. No litoral sul é onde se concentram as principais atividades econômicas da região, incluindo o turismo convencional de sol-e-praia, e, por conseguinte, onde se observam mais facilmente impactos ambientais advindos da atividade.

Mesmo o turismo estando fortemente concentrado em uma faixa da orla, as políticas para a ocupação do solo estão se mostrando insuficientes para conter o avanço da urbanização desordenada, provocada, principalmente, pela elevada imigração que a região vem passando. Esse processo, sem a gestão devida, está levando à ocupação irregular de regiões ambientalmente sensíveis. A infra-estrutura urbana também é insuficiente para atender a demanda da temporada. Isso compromete, sobremaneira, o potencial do litoral sul de explorar outros tipos de modalidades de turismo, além do turismo de sol-e-praia.

O aspecto da conservação é ainda um tema pouco contemplado pelas agências. De forma dispersa, cada uma procura fazer aquilo que considera mais adequado, de maneira intuitiva, procurando adotar princípios “ecológicos”, como não poluir e não destruir o recurso. É óbvio que as atividades estão sendo úteis para a região, mas podem ser melhoradas, atingindo uma rentabilidade econômica e socio-ambiental de maneira equitativa e responsável.

Por fim, percebe-se que ecoturismo ainda é incipiente no litoral do Paraná, mas com a possibilidade de avançar pelo caminho certo. Esse caminho deve ser permeado por um rigor no atendimento dos seus elementos básicos, possibilitando diferenciar, de forma mais clara, àqueles que apenas utilizam o ecoturismo como um rótulo com interesse comercial, daqueles que o querem para promover o bem estar ambiental do litoral paranaense.

10. REFERÊNCIAS

- ABAV - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS (2007) Disponível em <www.abav.org.br> Acesso em 03/2007.
- ACIESP (1997) **Glossário de Ecologia**. Publicação ACOESP nº 103, 2ª ed.
- ACOTT, T.G.; LA TROBE, H.L.; HOWARD, S.H. (1998) An Evaluation of Deep Ecotourism and Shallow Ecotourism. **Journal of Sustainable Tourism**, 6(3):238-253.
- AMEND, M.R. (2001). **Avaliação da oferta e demanda turística na comunidade da barra do superagui/Paraná: subsídios para o desenvolvimento de um ecoturismo de base comunitária**. Dissertação de Mestrado. Setor de Ciências Agrárias- UFPR. 125p.
- ANDRIGUETO-FILHO, J.M. (2000) Os sistemas de produção pesqueira no litoral do Paraná. **Cadernos do Litoral** 3, PROBIO. SPVS:Curitiba. 33-36.
- _____; CHAVES, P. T.; SANTOS, C. & LIBERATI, S. A. 2006. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Paraná. In Isaac, V. J.; Martins, A. S.; Haimovici, M. & Andriguetto Filho, J. M. (orgs.) **A pesca marinha e esturina do Brasil no século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais**. Editora Universitária da UFPA, Belém, pp. 117-140.
- ANGULO, J.R. (1992). **Geologia da Planície Costeira do Estado do Paraná**. Tese de doutorado. USP/Instituto de Geociências.
- _____; ARAÚJO, A.D. (1996) Classificação da costa paranaense com base na sua dinâmica como subsídio à ocupação da orla litorânea. **Boletim Paranaense de Geociências** - Editora da UFPR. Curitiba, 44: 7 – 17.
- AULICINO, M.P. (2002). Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 27-36.
- BARKING, D. (1996) Ecotourism: a tool for sustainable development. Disponível em <www.planeta.com/ecotris in mexico> Acesso em 17-01-05
- BARRETO, M. (2003) O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizonte Antropológico**, 9 (20): 1-17.
- BARROS, M.I.A. (2000). Outdoor Education: uma alternativa para a educação ambiental através do turismo de aventura. In: Serrano, C. **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. Chronos. São Paulo/SP. 190p. 85-110p
- _____; DINES, M. (2000). Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: Serrano, C. 2000. **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. Chronos. São Paulo/SP. 190p. 47-84p.
- BEAMOUNT, N. (2000) Ecotourism and the conservation ethic: recruiting the uninitiated or preaching to the converted? **Journal of Sustainable Tourism**, 9(4):317-341.
- BEHR, M.V. (1997) **Guarakessaba**. Empresa das Artes: São Paulo/SP.
- BELETSKY, L. (1998). **Costa Rica: the ecotravellers' wildlife guide**. Academic Press.
- BENI, M.C. (2006) **Análise estrutural do turismo**. Senac. 11ª ed. 539p.

- BIGARELLA, J.J. (1978) **A Serra do Mar e a Porção Oriental do Estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná e Associação de Defesa e Educação Ambiental.
- BLAMEY, R.K. (1997) Ecotourism: the search for an operational definition. **Journal of Sustainable Tourism**, vol. 5, no. 2:109-130.
- BOYD, S. E BUTLER, R.W (1996) Managing ecotourism:an opportunity spectrum approach. **Tourism Management**, 17(8):557-566.
- BRAMWELL,B. (1996) Sustainable tourism management in the Europe. **Tourism Manegement**, 17(4):307-310.
- BRANDON, K. (1996) **Ecotourism and conservation: a review of key issues**. World Bank, Global Environmental Division. Environment Department Papers – toward environmentally and socially sustainable development. 70p.
- BRASIL (1994). **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Silvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha (coord.). Brasília: EMBRATUR.
- _____ (2004). Anuário Estatístico EMBRATUR 2002/2003, Brasília, v. 31, 180p.
- _____ (2006) Turismo no Brasil: 2007-2010. Ministério do Turismo, Brasília.
- BRITEZ, R.M. e SILVA, S.M (2000) A ilha do Mel no contexto ambiental e conservacionista do litoral paranaense. **Cadernos do Litoral** 3, PROBIO. SPVS:Curitiba. 26-28.
- BURNS, P. (2005) Ecotourism Planning and Policy ‘Vaka Pasifika’? **Tourism and Hospitality Planning & Development**, 2(3):155–169.
- BURTON, R. (1998) Maintaining the quality of ecotourism: ecotour operators’ responses to tourism growth. **Journal of Sustainable Tourism**, 6(2):177-142.
- BUTLER, R.W. (1990) Alternative Tourism: Pious Hope or Trojan Horse? **Journal of Travel Research**, 28(3): 40-45.
- CASASOLA, L. (1990). **Turismo y Ambiente**. Trillas, México. 73p.
- CARTA DE ANTONINA (1999) 1º Encontro de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. (1998). **Ecoturismo: natureza e desarrollo sostenible**. Diana, México. 185p.
- CÉSAR, J.R.C. (2003) As graves questões comportamentais referentes ao conceito de Turismo e de turista, nas quais se baseiam a antropologia e a sociologia, resolvem-se através da psicologia da gestalt. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, 1: 197 – 208.
- CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (1994) Derrame de Óleos e os Ecossistemas Costeiros. Lopes, C.F. (coord). Apostila do curso. São Paulo/SP.
- CHANG, M.Y. (2004) Seqüestro Florestal de Carbono no Brasil: dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas. Annablume, IEB: São Paulo/SP.
- CONAMA - CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE (1996) Resolução nº 25, cria a Câmara Técnica Provisória do ecoturismo.
- CONTI, J. B. (2002). Ecoturismo: Paisagem e geografia. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Ecoturismo no Brasil - possibilidades e limites**. Contexto, São Paulo/SP.59-69p.
- CORREIA, M.F.M. (1987) **Ictiofauna da Baía de Paranaguá e adjacências (litoral do estado do Paraná)**. **Levantamento e produtividade**. Dissertação de Mestrado.UFPR.

- CURTIS, R. (1999) **OA Guide to Building Program Protocols**. Outdoor Action Program, Princeton University/USA. Disponível em <<http://www.princeton.edu/~oa/safety/protocol.shtml>> Acesso em abril de 1999.
- DEPINÉ, P. e OKA FIORI, C. (2005) Revista RA e GA, Curitiba, n. 9, p. 107-122. Editora UFPR.
- DEBIAZIO, A.R. (2005) **Origem e Tipificação de Resíduos Sólidos Internacionais encontrados** na Estação Ecológica da Ilha do Mel, Paranaguá, Paraná, Brasil. Monografia de graduação. PUCPR.
- DESCHAMPS, M. (2007) **Estudo demográfico**. EIA-RIMA do Terminal Portuário de Pontal do Paraná - TCPP. No prelo.
- DELGADO, J. (2000). A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. Serrano, C. 2000. **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. Chronos. São Paulo/SP. 190p.
- DIAMANTIS, D. (1999). The Concept of Ecotourism: Evolution and Trends. **Current Issues in Tourism** Vol. 2, No. 2&3: 93-122.
- DIAS, R. (2003). **Turismo sustentável e meio ambiente**. Atlas, São Paulo/OS. 208p.
- DI-BELLA, M.G. (1999). **Introducción al turismo**. Trillas/4ªed. México.
- DIEGUES (2006) Enciclopédia Caiçara. Vol 5. Festas, Lendas e Mitos Caiçaras. NUPAUB/CEC/HUCITEC: São Paulo/SP.
- DITT, E.H; MANTOVANI, W.; VALLADARES-PÁDUA, C. e BASSI, C. (2003) Entrevistas e aplicação de questionários em trabalhos de conservação. In: Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. Cullen jr, L., Rudran, R. Valladares-Peada, C. (org). Ed. Ufpr – Fundação O boticário de Proteção à Natureza.
- DIXON, J. R. (1979) Origin and distribution of reptiles in lowland tropical rainforest of South America. In: W.E. Duellman (ed). **The South América Herpetofauna. Its origin, evolution and dispersal**. Kansas: Museum of Natural History of Kansas. 217 - 240.
- DREY, V. (1999) **Guia Caminhos da Serra do Mar e Ilha do Mel**. Tiragem limitada. Curitiba/PR.
- _____. (2000) **Roteiros ecológicos: Guaraqueçaba, Superaguí, Reservas e Ilhas do Litoral Norte de Paraná**. Tiragem limitada. Curitiba/PR
- EAA - The Ecotourism Association of Austrália. **Guidelines for Ecotourist**. Disponível em <www.bigvolcano.com.au/natural/nattract.htm> Acesso em 10/2005
- EMBRATUR (1999). Política Nacional de Turismo (1996-1999). Brasília, Embratur, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e Instituto Brasileiro de Turismo.
- _____. (2002) Estudo sobre o Turismo Praticado em Ambientes Naturais Conservados. Relatório Final. EMBRATUR, MITUR, FIPE. São Paulo.
- _____. (2005) 9º relatório de Atividades do Ministério do Turismo – agosto de 2005. Ministério do Turismo. Brasília
- _____. (2006a) 14º Relatório de atividades do Ministério do Turismo – novembro de 2006.
- ESPINOZA, A.R.R. (2004). **Definiendo Ecoturismo**. Em <www.ecoturismolatino.com> Acesso em 27/01/05.

- FARIA, M.O. (2002) O mundo globalizado e a questão ambiental. Neiman, Z. (org) **Meio ambiente, educação e Ecoturismo**. Malone, São Paulo/SP. 3-15.
- FENNELL, D.A. (2002). **Ecoturismo. Uma introdução**. Contexto. São Paulo/SP. 281p
- FOLADORI, G. (2001) Uma tipologia del pensamiento ambientalista. In: Pierri, N. e Foladori, G. **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Trabajo y Capital, Montevideo/Uruguay.
- FONTELES, J.O. (2004). **Turismo e Impactos Socioambientais**. Aleph, São Paulo. 218p.
- FUNBIO - Fundo Nacional para a Biodiversidade (1999) **Programa de Estudos Estratégicos**. Brasília/DF.
- FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA (2006) **Relatório de Atividades**. Curitiba/PR.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA (2007) **Projeto lagamar**. Disponível em
- FURLAN, S. A. (2002). Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: Adyr Balastri Rodrigues (org). **Ecoturismo no Brasil - possibilidades e limites**. Contexto, São Paulo/SP. 47-58.
- GARROD, B. e FYALL, A. (1998) Beyond the rhetoric of sustainable tourism? *Tourism Management*, 19(3):199-212.
- GIA (2007) **Projeto Cultimar**. Disponível em <www.cultimar.org.br/subcategoria.php?idcategoria=6&idsubcategoria=11> Acesso em 20/04/2007.
- GREEN GLOBE 92 (1992), Tourism Stream Action Strategy Committee produced the publication: An Action Strategy for Sustainable Tourism Development, Tourism Canadá.
- GRANDO, T e GRANDO, M. (1999) Cadernos do Litoral v. 2. SPVS:Curitiba/PR
- GUNTHER, H. (2003). **Como elaborar um questionário**. Gunter, H. Planejamento de pesquisa para as ciências sociais. UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. Brasília, DF. 35p.
- HERREMANS, I.M. e WELSH, C. (2001) Developing and implementing a company's eco-tourism mission statement: Treadsoftly revisited. *Journal of Sustainable Tourism*, 9(1):76-84.
- HETZER, N. (1965). Environment, Tourism and Culture. Em <www.fieu.edu/ecosphere.shtml> Acesso em janeiro de 2007.
- HIGMAN, J. e CARR, A. (2003). Defining ecotourism in New Zealand: Differentiating Between the Defining Parameters within a National/Regional Context. *Journal of Ecotourism*, 2(1).
- HVENEGAARD, G.T. e DEARDEN, P. (1998) Ecotourism versus tourism in a Thai National Park. *Annals of Tourism Research*, 25(3):700-720.
- IBGE (2004) Produto Interno Bruto dos Municípios. **Série Relatórios Metodológicos**. V. 29. Rio de Janeiro.
- IEB – Instituto de Ecoturismo do Brasil (2007) Disponível em <www.ecoturismo.org.br> Acesso em maio de 2007.
- IEPR – INSTITUTO DE ECOTURISMO DO PARANÁ (2007) Disponível em <<http://www.institutoecoturismo.org.br>> Acesso em maio de 2007.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (1989)

Zoneamento do litoral paranaense. Curitiba.

_____ (2001) **Zoneamento da APA de Guaraqueçaba.** Curitiba.

IPE – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (2007) **Projeto Manejo de Pesca, Maricultura e Turismo Responsável.** Relatório 2006/2007.

JICA/PARANÁ (2004) **Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – diagnóstico preliminar.** IBAMA/SEMA-PR/CEM-UFPR/CEPPOM-PUCPR. 216p.

KARAN, K.F. e TOLEDO, V. (1996) Caracterização sócio econômica e cultural da população tradicional da APA de Guaraqueçaba. In: **Zoneamento ecológico econômico da APA de Guaraqueçaba.** IPARDES/IBAMA.

KIM, M.K. (2004) **Avaliação da sustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigentes na Ilha do Mel – PR.** Monografia de graduação. Setor de Ciências da Terra/UFPR. Pontal do Paraná. 123p

KOTLER, P. (1994) **Administração de marketing, análise, planejamento, implementação e controle.** 4ª ed. Atlas: São Paulo/SP.

KRÜGER, O. (2005) The role of ecotourism in conservation: panacea or Pandora's box? **Biodiversity and Conservation** 14:579-600.

KRUL, R. (2004). Aves Marinhas Costeiras do Paraná. In: BRANCO, Joaquim Olinto. (Org.). **Aves Marinhas e Insulares Brasileiras: Bioecologia e Conservação.** Itajaí, 1: 37-56.

LAGE, B.H.G. e MILONE, P.C. (2000) **Turismo: teoria e prática.** São Paulo, Atlas.

LANA, P.C.; MARONE, E.; LOPES, R.M. E MACHADO, E.C. (2001) The subtropical estuarine complex of Paranaguá Bay, Brazil. In: U. Seeliger e B. Kjerfve (eds.) **Coastal marine Ecosystem of Latin America. Ecological Studies**, 14:131-145.

LEMONS, A.D.C. (2002) Será que os turistas estão começando a ficar verdes? **Revista Eletrônica de Turismo - RETUR**, Campo Largo/PR, v. 1, n. 1.19p.

LEONY, A. (2002) Circuito do diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: Adyr Balastri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas.** Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 117-137.

LIMA, M.L.C. (2002) (Eco)turismo em Unidades de Conservação. In: Adyr Balastri Rodrigues (org). **Ecoturismo no Brasil - possibilidades e limites.** Contexto, São Paulo/SP. 71-87.

LINDBERG, K; ENRIQUEZ, J. e SPROULE, K. (1996) ECOTOURISM QUESTIONED. Case Studies from Belize. **Annals of Tourism Research**, 23(3): 543-562.

LOMBARDO, M.A; ADELAIDE, M. E CASELLA, L.L.C. (2002) Turismo Ambiental: O caso de Bombinhas (SC). In: Adyr Balastri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas.** Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP, 89-97.

LYNCH, J.D. (1979) The amphibians of lowland tropical forests. In: W.E. Duellman (ed). **The South America herpetofauna. Its origin, evolution and dispersal.** Kansas: Museum of Natural History of Kansas. 189 - 215.

MACHADO, E.V. (2002) Turismo, paisagem e ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável - algumas notas como contribuição ao debate. In: Adyr Balastri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas.** Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 68-75p.

- MacLAREN, F.T. (2002) The International Year fo Ecotourism in review. **Journal of Sustainable Tourism**, 10(5):443-448.
- MAGALHÃES, G.M. (2001) **Pólos de Ecoturismo: planejamento e gestão**. Tenagraph, São Paulo/SP.
- MALHADAS-PINTO, M. (2006) **A atividade do turismo de observação do boto-cinza (*Sotalia guianensis*) no complexo estuarino de Paranaguá (Paraná, Brasil)**. Monografia de Especialização. Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR. Curitiba/PR. 80p
- MARIANI, M.A.P. (2002) Relações mediadas pela atividade turísticas - consideração sobre Bonito (MS). In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Ecoturismo no Brasil - possibilidades e limites**. Contexto: São Paulo/SP. 121-135p.
- McKERCHER, A B. (2002) **Turismo de natureza: Planejamento e sustentabilidade**. Contexto: São Paulo 303
- MENDONÇA, R. (2000) A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. In: Serrano, C. 2000. **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. Chronos.São Paulo/SP. 190p.
- MENEZES, D.L. & SANTIAGO, A.G. (2002) Ilha de Santa Catarina: paisagem litorânea em transformação. O caso da lagoa da conceição. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 108-116p.
- MILANO, M.S. (1997) Planejamento de unidades de Conservação: um meio e não um fim. In: Congresso Brasileiro de UNideades de Conservação, 1997., Anais:Curitiba/PR. IAP, UNILIVRE, Rede nacional Pró Unidade de Conservação, 1:150-165.
- MINISTÉRIO DO TURISMO (2005) Programa de Regionalização do Turismo - Mapa das Regiões turísticas Brasileira. Ministério do Turismo, SEBRAE, CNC, SESC, SENAC.
- _____ (2006b) Boletim de Desempenho Econômico do Turismo - Sumário Executivo. FGV/EMBAPE, EMBRATUR, MITUR. 48p.
- MISAEEL, M.C. (2005) **Impacto biofísico da visitação na trilha da praia deserta do parque nacional do superagui - uma visão do gerenciamento costeiro**. Monografia de graduação. Setor de Ciências da Terra/UFPR. Pontal do Paraná.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente (2004) **Perfil dos visitantes nos parques brasileiros**. Diretoria do programa nacional de áreas protegidas da secretaria de biodiversidade e florestas do MMA *Jornal Áreas protegidas do Brasil*. Ano II, nº3. Disponível em <www.mma.gov.br/port/sbf/dap/index.cfm> Aceso em abril de 2007.
- MORAES, W.V. (2000) **Ecoturismo: um bom negócio com a natureza**. Viçosa: UFV, 2000. v. 1. (Série Ecoturismo).
- MPE - Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (2000) Programa. FUNBIO. Disponível em <www.funbio.org> Acessado em abril de 2007.
- _____ (2002) Relatório da 1ª Oficina – Pólo Morretes: FUNBIO.
- _____ (2005). Ações integradas para áreas protegidas do MMA. Diretoria do programa nacional de áreas protegidas da secretaria de biodiversidade e florestas do MMA. *Jornal Áreas Protegidas do Brasil*. Ano II, nº3.
- _____ (2000) Implementação de produto ecoturístico. Apostila para o curso de especialização em Ecoturismo. IBPEX, Curitiba/PR. 20p.

- NEIMAM, Z. e MENDONÇA, R. (org.) (2005) **Ecoturismo no Brasil**. Manole: Barueri, SP. 291p.
- NEVES, W.A. (2000) A ciência e teorias da origem do homem pré-histórico no Brasil In: Caruso, M.M.L. **Índios, baleeiros e imigrantes – a aventura histórica catarinense**. Unisul: Tubarão/SC. p19-29)
- NIEFER, I.A. (2002) **Análise do perfil dos visitantes das Ilhas do Superagui e do Mel: Marketing como instrumento para um turismo sustentável**. Tese Doutorado. Setor de Ciências Agrárias UFPR. 211p.
- O'BRIEN, J. A. (2000) **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. Saraiva: São Paulo/SP.
- OMT/PNUMA (2002) **Documento conceptual - Año Internacional Del Ecoturismo**. Disponível em <www.planeta.com> Acesso em maio de 2006.
- OMT (2006) **Histórico da OMT**. Disponível em <www.omt.org> Acesso em abril de 2007.
- ORAMS, M.B. (1995a) Toward a more desirable form of ecotourism. **Tourism Management**, 16(1):3-8.
- _____ (1995b) Using Interpretation to Manage Nature-based Tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, 4(2):81-94.
- _____ (2002) Feeding wildlife as a tourism attraction: a review of issues and impacts. **Tourism Management**, 23: 281-29.
- PACHECO, J. F. e BAUER, C. 1999. Workshop Floresta Atlântica e Campos Úmidos – Avifauna. Atibaia, SP.
- PALMER, J. W. (2002) Web Site Usability, Design, and Performance Metrics. **Information Systems Research**, 13(2):151-167.
- PARANÁ (1996a) Diretrizes para uma política estadual de ecoturismo. SEMA/PR, SEET/PR, SPVS Curitiba/PR.
- _____ (1996b) Levantamento de fauna de parte da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba. MMA/PNMA/SEMA/SFA.
- _____ (2000) Diretrizes para o turismo em áreas naturais no Estado do Paraná, sob a ótica da sustentabilidade. SEMA.
- _____ (2002) Mapeamento da floresta Atlântica do Estado do Paraná. Pró-Atlântica/KfW. ENGEFOTO.
- _____ (2003) Política de Estadual de Turismo 2003-2007. Secretaria de Estado de Turismo. 26p.
- _____ (2006) Subsídios ao Ordenamento das áreas Estuarina e Costeira do Paraná : Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na área Marinha; Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II; (orgs) Castella, R. M.B.; Castella, P.R.; Figueiredo, D.C.S.; Queiroz, S.M.P. Curitiba: SEMA. 144 p.
- PARKER, T. A., III, STOTZ, D. F. e FITZPATRICK, J. W. (1996). Ecological and distributional databases. In: D. F. Stotz, J. W. Fitzpatrick, T. A. Parker III e D. K. **Moskovits Neotropical Birds. Ecology and Conservation**. Chicago: University of Chicago Press. 113 - 436.

PETROBRÁS (1994) **Diagnóstico ambiental oceânico e costeiro das Regiões Sul e Sudeste do Brasil**. Vol. 4. OC Biol. Bentos

PETROVICH, C. e O'NEAL, E. 2001 (2003). **Ecotourism, yachting and local entrepreneurs: a case study of the British Virgin Islands**. Final Report. Conference on Sustainable Development of ecotourism in Small islands Developing States and Others Small Islands. Disponível em <www.world-tourism.org/sustainable/IYE/Regional_Activities/Seychelles>. Acesso em 05 de abril de 2003.

PIERRI, N. (2001) El Proceso histórico y teórico que condice a la propuesta del desarrollo sustentable. In: Pierri, N. e Foladori, G. **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Trabajo y Capital Montevideo/Uruguay.

____ (2003) O Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente** – Dinâmicas naturais dos Ambientes Costeiros: usos e Conflitos. Curitiba: Editora UFPR. nº 8:25-41.

____ e CHANG, M. (2004) **As interpretações do desenvolvimento sustentável: uma questão política**. CEM-UFPR, mimeo.

____ ; ANGULO, R.J.; SOUZA, M.C.; KIM, M.K. (2006) A ocupação do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências, In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Nº 12, Ed. UFPR. Curitiba (no prelo).

____, N & KIM, M.K. (2006) **Base de dados do Litoral do Paraná. Laboratório Sócio-ambiental**. Centro de Estudos do Mar/UFPR. Pontal do Paraná. Material didático.

PIRES, P.S. (1998) A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo: Visão e Ação**. Univali, Itajaí/SC.

____, P.S. (2002) Dimensões do Ecoturismo. SENAC: São Paulo/SP.

PORTER, Michael E. Strategy and the Internet. Harvard Business Review. March,

PRODETUR-SUL – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (2004). Relatório de Avaliação e Gestão Ambiental e Social Programática.

RÁBAGO, N.L.B. e REVAH, L.O. (2000) El ecoturismo: una nueva modalidad del turismo de massa. **Economía, Sociedad y Territorio**, 2(7): 373-403.

REIS, E.G.; TAGLIANI, C.R.; CALLIARI, L.J. & BERGESH. M. 2005. **Gerenciamento Costeiro Integrado: o papel dos municípios**. TSC Brasil (FURG/CIRM/ONU), 1 edição, material de treinamento.

ROCHA, G.O.R. (2002) Ecoturismo na Amazônia: uma análise das políticas públicas planejadas pela SUDAM. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 161-177.

ROCHA, J.M. (2004) Desenvolvimento, proteção e agricultura em Áreas de Proteção Ambiental – o caso de Guaraqueçaba –Pr. In: **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Campinas, São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004.

RODRIGUES, A.B. (2002) Apresentação. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 9-13.

____ (2003) Ecoturismo - limites do eco e da ética. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Ecoturismo no Brasil - possibilidades e limites**. Contexto, São Paulo/SP. 29-45

- ROME, A. (1999) **Ecotourism Impact Monitoring. A review of methodologies and recommendations for developing Monitoring programs in latin America.** Alex C. Walker Foundation - TNC –USAID.USA. 49p
- ROSA, J.A.M. (2002) **Turismo Social: Um caso de estudo na Costa da Lagoa – Florianópolis/SC.** Dissertação de mestrado. UFSC/SC. 61p.
- ROSS, S. e WALL, G. (1999) Ecotourism: towards congruence between theory and practice. **Tourism Management**, 20:123-132.
- RUSSO, C.R. (2007) Sustentabilidade e turismo: um debate sobre as possibilidades do desenvolvimento do turismo sustentável. **Gaia Scientia**, 1. 14p
- SAMPAIO, R. (2006) **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense. Tese de doutorado. Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR.** Curitiba/PR. 239p
- SANQUETA, C.R. (2005) **Os Números Atuais da Cobertura Florestal do Paraná.** Disponível em <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./florestal/index.html&contedo=./florestal/artigos/cobertura_florestal.html> Acesso em novembro de 2005.
- SANTOS, L.P. (2006) **Aporte e caracterização de resíduos sólidos nas Praias de Pontal do Sul.** Monografia de graduação. Setor de Ciências da Terra/UFPR. Pontal do Paraná. 70p.
- SÃO PAULO (1999). Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo. SEMA, UNICAMP. 33p.
- SEABRA, L. (2003) Turismo sustentável: Planejamento e Gestão. In: Cunha, S.B.; Guerra, A.J.T. (org) **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Bertrand.252p.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio ao Empresário (2002) Como abrir uma agência de turismo. Curitiba. mimeo.
- SERRANO, C. (2000) A educação pelas pedras: uma introdução. In: Serrano, C. 2000. **A Educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental.** Chronos.São Paulo/SP. 190p. São Paulo/SP. 7-24.
- SHERIDAN, L.M. e HALPENNY, E. (2002) Conference report: the world Ecotourism Summit. **Journal of Sustainable Tourism**, 10(5): 449-453.
- SHORE, J.N. (1998) El desafio del ecoturismo: una llamada para normas mas estrictas. Disponível em <gopher://esf.colorado.edu:70/00enviro...a_platica/ecoturism/ecoturism_shore> acessado em 03/05/1999.
- SILVA, A S. (2001) **Estrutura e dinâmica de comunidades epifíticas de habitats artificiais e suas relações com os fatores ambientais na plataforma rasa do estado do Paraná.** Tese de Doutorado, Depto. de Zoologia, UFPR. 165p.
- SILVA, M.F. (2002) **Impactos ambientais do ecoturismo: o caso de Bonito – MS.** Tese de doutorado. Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR. Curitiba/PR. 201p.
- SILVA, G. e MCDILL, M.E. (2004) Barriers to Ecotourism Supplier Success: A Comparison of Agency and Business Perspectives. **Journal of Sustainable Tourism** , 12(4): 289-305.
- SILVA, S.M. (2006) **Considerações fitogeográficas e conservacionistas sobre a Floresta Atlântica no Brasil.** Disponível em <www.conservation.org.br/ma/rp_flora.htm> Acesso em novembro de 2006.

- SILVEIRA, M.A.T. (2002) Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense. In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Ecoturismo no Brasil - possibilidades e limites**. Contexto, São Paulo/SP. 101-120.
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), criado pela lei Lei 9.985 de julho 2000
- SIRAKAYA, E. (1997). Attitudinal compliance with ecotourism guidelines. **Annals of Tourism Research**, 24 (4):919-959.
- _____ e UYSAL, M. (1997) Can Sanctions and Rewards Explain Conformance Behaviour of Tour Operators with Ecotourism Guidelines? **Journal of Sustainable Tourism**, 5(4):322-332.
- _____; SASIDHARAN, V. e SONMEZ, S. (1999) Redefining Ecotourism: The Need for a Supply-Side View. **Journal of Travel Research**, 38:168-172.
- SOFFIATI, A. 2000. **Em busca de novos padrões para o turismo de natureza**. Linha Direta, Rio de Janeiro: 22-23.
- SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (1992) **Plano integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. 2ª edição. Curitiba/PR. 129p
- _____ (1995) **Comunidades pesqueiras da APA de Guaraqueçaba: uma caracterização sociocultural**. Relatório de pesquisa. Projeto Co-Gestão de manejo Ambiental e Desenvolvimento Comunitário na APA de Guaraqueçaba. SPVS-IBAMA.
- _____ (1999) **Ecoturismo de Base Comunitária – Parque Nacional do Superagui**. Relatório técnico final. Curitiba/PR.
- _____ (2007) **Projeto conservação do papagaio-de-cara-rocha (*Amazônia brasiliensis*)**. Disponível em <www.spvs.org.br/projetos/pcr_index.php> Acesso em 15/05/2007.
- _____ (2007a) **Projeto modelo para o ecoturismo com base em sistema cooperativo no litoral norte do Estado do Paraná**. Disponível em <www.spvs.org.br/projetos/ced_ecoturismo.php> Acesso em 15/05/2007.
- STATTERSFIELD, A. J.; CROSBY, M.J.; LONG, A.J. e WEGE, D.C. (1998) **Endemic bird areas of the world. Priorities for biodiversity conservation**. Cambridge, U.K.: BirdLife International.
- SUGAI, M. (2005) **O turismo e o lazer e sua interface com o setor de recursos hídricos**. Agência Nacional das Águas - Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- SWARBROOKE, J. (2000) **Turismo sustentável**. Setor Público e Cenários Geográficos. Editora Aleph, volume 3. São Paulo/SP.
- TAKAHASHI, L.Y (1997) Limite Aceitável de Câmbio: manejo e monitorando visitantes. In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Anais.Curitiba:Unilivre. 445-464.
- TES - THE ECOTOURISM SOCIETY (1993) **Ecotourism Guidelines for Nature Based Tour Operators**. North Bennington VT: TES.
- THEOBALD, W. (2001) **Turismo Global**. SENAC. SAO PAULO/SP. 512p.
- UEDA, V. e VIGO, M.A. (2002) Recuperação do ambiente natural e urbano da Lagoa dos Patos em benefício do desenvolvimento da atividade turística em pelotas/RS. In: Adyr

- Balastrieri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 98-107.
- UFPR (1996) Projeto de Extensão Universitária Educação Ambiental no Balneário de Pontal do Sul, PROEC.Curitiba/PR.
- UFPR- (2001). Projeto de Extensão Universitária Litoral Nota CEM, Relatório técnico, PROEC. Curitiba/PR.
- VAL, N.S. (2002) **Turismo, sustentabilidade e a paisagem**. Disponível em <www.senac.br/informativo/BTS/boltec301f.htm> acesso em 22/01/05.
- VASCONCELOS, F.P. (2002) Impactos do processo de industrialização sobre as atividades turísticas da zona litorânea do Pecém (CE). In: Adyr Balastrieri Rodrigues (org). **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. Hucitec - 3ª ed. São Paulo/SP. 149-160.
- VASCONSELOS, J.M.O. (1997) Educação Ambiental como Instrumento de Educação. In: **Educação Ambiental para Educadores do Litoral do Paraná**. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Paranaguá/PR.
- VIANA, M. (1976) **Paranaguá na história e na tradição**. Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura.
- VOREN, C. M., FERNANDES, A. C. (1989). **Guia de albatrozes e petréis do sul do Brasil**. Porto Alegre. Sagra. 99 p.
- WALL, G. (1997) Is ecotourism sustainable? **Environmental Management**, 21(4): 483–491.
- WEARING, S. e NEIL, J. (2001) **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Manole, Barueri/SP. 256p.
- WEAVER, D.B. (1999) Magnitud of ecotourism in Costa Rica and Kenya. **Annals of Tourism Research**, 26(4): 792-816.
- WESTERN, D. (1995) Definindo ecoturismo. In: Kreg Lindberg e Donald E. Hawkins (eds). **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. Senac, São Paulo. 292p
- WIGHT, P.A. (2002) Supporting the principles of sustainable development intourism and ecotourism: government's potential role. **Current Issues in Tourism**, 5 (3e4):222-244.
- WOOD, M.E. (2002) **Ecoturism: principles, practices & polices for sustentability**. United Nations Environment Programe. USA.64p
- WTTC – WORD AND TOURISM TRAVEL CONCIL (2006a) **Methodology for producing the 2006 WTTC/OEF Travel & Tourism simulated Satellite Accounts**. Em <www.wttc.org> Acesso em 21/06/ 2006.
- _____ (2006b) **The 2006 Travel & Tourism Economic Research**. Em <www.wttc.org> Acesso em 21/06/ 2006
- WWF (2003) **Sociedade e ecoturismo: Na trilha do desenvolvimento sustentável**. Peirópolis/SP. 144p.
- ZACCHI, G.P. (2004) Turismo ecológico e ecoturismo: diferenças e princípios éticos. Diálogos e Ciência Revista eletrônica da Faculdade de Tecnologia e Ciências de Feira de Santana, Bahia. Disponível em <www.ftc.br/revistafsa> acessado em junho de 2006.
- ZAMBONI, A.; RIGOTTI, C.A; CAMARA, L.A.A. (2002) **Educação ambiental e revitalização na casa do Ipiranga: uma das estações da estrada de ferro**. Monografia Especialização em Ecoturismo - IBPEX, Curitiba.



Universidade Federal do Paraná
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Pesquisa para o projeto:

ECOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ / 2006

Classe: _____
Nº do formulário _____
Data _____
Entrevistador _____

A sua empresa foi escolhida para a realização desta pesquisa porque, de alguma maneira, está realizando atividades ecoturísticas no ambiente do litoral paranaense. Assim, gostaríamos de contar com a sua colaboração em responder o questionário abaixo, o qual faz parte de um trabalho de tese de doutorado que tem como objetivo realizar um diagnóstico da situação do ecoturismo neste ambiente. Você tem a liberdade de deixar qualquer questão sem responder. Desde já agradeço a atenção.

Biólogo M.Sc. José Claro da Fonseca Neto
Aluno do curso de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

1. Nome do entrevistado: _____ cargo _____ tempo de casa _____
2. Nome fantasia da empresa: _____
3. Local da Sede: _____
4. Qual a condição da Sede: Própria Alugada emprestada outra _____
5. Em que ano começou o empreendimento? _____
6. O que motivou o início? _____
7. Em qual categoria sua empresa se enquadra: simples micro empresa informal
8. Quantos sócios constituem a empresa? _____ → tempo que o sócio dedica a empresa _____
9. Qual a idade do Proprietário _____ anos; sexo/M/F a) Onde mora? _____
b) desde quando _____ c) Qual o último ano escolar que estudou _____
d) Quais idiomas domina _____
e) Quais funções que desempenha na empresa _____
f) Realizou treinamento em turismo? não sim → qual? _____
g) Quem ofereceu? _____ h) Quanto tempo? _____
i) Tempo que destina a empresa: integral ½ período outro _____
10. Para a implementação da empresa, foi realizado pesquisa de mercado antes de iniciar as atividades? não sim como? _____
11. Qual o perfil do cliente alvo: _____
12. Como faz a divulgação do seu negocio? _____
13. Você sabe qual a procedência dos seus clientes? Locais _% Estaduais _% Nacionais _% Estrangeiros _%
14. Como é feita a venda das atividades? Direta para o cliente _%; Por meio de agência %; Indicação comissionada _%; outra _____
15. A empresa é vinculada a organizações do setor turístico: não sim qual(is)? _____
16. Quantas pessoas trabalham atualmente na empresa? _____

Origem	Função	Parentesco com o proprietário	Forma de Remuneração Salário / comissão / permuta / prolabore	Registrado

Origem: (1) nativos (aqueles que nasceram no lugar) (2) moradores (3) de fora (4) nativos que não moram mais

17. As pessoas que trabalham na sua empresa recebem capacitação? Não sim → De que tipo
a) Com que freqüência? b) quanto tempo/horas c) O que inclui
18. A sua empresa já teve benefício de algum programa governamental não Sim Qual(is) período _____ obs
19. Você conhece outras empresas de ecoturismo que operam na região do litoral paranaense? não sim
→ quantas: _____ ativa(s) _____ desativada(s)

20. A condução da empresa está baseada em alguma diretriz para o ecoturismo? não sim → Qual?
21. A empresa adota um código de ética nas suas operações? não sim → Quais os itens incluídos?
22. A empresa adota procedimentos em favor do meio ambiente? Não sim → quais?
23. A empresa conduz algum tipo de pesquisa na área de turismo ou ecoturismo? não sim → qual(is) e onde?
24. A empresa está associada a alguma entidade conservacionista? não sim → qual(ais)? _____
25. A empresa apóia projetos de conservação organizados por outras instituições na região do litoral? não sim
Qual(ais) e como?
26. É desenvolvido alguma atividade em prol da conservação? não sim qual(ais)? _____
27. A sua empresa possui um programa de educação ambiental? não sim → para quem e como é realizado?
28. A empresa apóia ou desenvolve algum projeto social no local onde ocorre as atividades? não sim → qual(ais)
29. A empresa participa de associações/conselhos comunitários nas localidades em que atua no litoral? não →
porque? sim → qual?
30. Qual a abrangência da atuação da empresa: local regional estadual nacional internacional
31. Desenvolve alguma parceria com outras empresas? não sim → de que tipo
32. Quais os critérios básicos adotados pela sua empresa para a escolha dos locais onde as atividades são realizadas?
33. Quais são as atividades desenvolvidas por sua empresa no litoral do Paraná?
34. Quais podem ser enquadradas como ecoturismo? Detalhar atividades → perguntas 43 a 64
35. Quais são os principais objetivos, por ordem de importância, que as atividades devem atingir?
36. É passada alguma recomendação sobre a conduta que os participantes devem ter durante a atividade? não
 sim → O que está incluído?
37. Existe alguma maneira de saber o nível de satisfação do participante ao final das atividades oferecidas pela sua empresa? não sim → como? _____
38. Quais os critérios utilizados para a escolha dos prestadores de serviços? _____
39. Orienta os prestadores de serviço com relação aos cuidados com o meio ambiente? não sim como?
40. Qual sua definição de ecoturismo?
41. Como você avalia o desenvolvimento atual do ecoturismo na região do litoral paranaense?
42. Que ações poderiam beneficiar o desenvolvimento do ecoturismo no litoral paranaense?

Detalhamento da pergunta 34

43. Porque considera essa atividade como ecoturismo?:
44. Aonde as atividades acontecem?:
45. Duração da atividade?:
46. Quais os fatores que levaram a escolha deste local para a realização das atividades?
47. Qual a média de gasto diário dos clientes?:
48. Qual o percentual que representa esta atividade no total de lucro da empresa?:
49. Você considera essa atividade rentável? Sim não → porque desenvolve?:
50. Existem procedimentos ou regras, previamente definidos pela coordenação, para que a atividade seja sempre desenvolvida da mesma maneira? não sim
51. Quem são as pessoas que integram a equipe (monitores/guias) que acompanham o grupo?

Monitor	Condição	Escolaridade	Idiomas	Função
---------	----------	--------------	---------	--------

Condição: proprietário/sócio (S); funcionário local (FL); funcionário de fora (FF); Terceirizado local (TL); terceirizado de fora (TF);
Idiomas: Inglês(I), Espanhol(E), alemão (A), francês (F), outro (O)

52. Quais são os atrativos identificados neste local?:
53. Qual a relação de guias/participantes adotada pela empresa?:
54. Nº mínimo/máximo de participantes por atividade que a empresa adota?:
De que maneira o participante é conduzido da sede até o local da atividade?
55. Oferece algum material informativo para os participantes? não sim qual?
56. Quais são as atividades previstas para os participantes?:
57. Oferece algum tipo de apoio aos participantes durante a atividade? não sim → qual(ais)?:
58. Você conhece o número máximo de pessoas que podem visitar o local simultaneamente? não sim → Como soube?:
59. Qual a média de participantes a longo do ano?:
60. Qual o período de operação?:
61. Qual a frequência mensal?:
62. Qual a faixa etária dos participantes na atividade?:
63. Existe comunidades na área onde ocorre a atividade? Não sim → Quantas: Você saberia dizer de que tipo são?:
- (1) A comunidade foi consultada a respeito do desenvolvimento dessa atividade? não sim → como?:
 - (2) Alguém da comunidade participou no planejamento da atividade? Não sim → como?:
 - (3) No roteiro está previsto no roteiro o consumo de serviços e produtos locais? não sim quais?:
 - (4) Quando chegam na comunidade, que atividades estão previstas para o grupo?:
 - (5) Está previsto alguma forma para que os participantes conheçam a cultura local? não sim como?
 - (6) Do valor que é cobrado dos clientes, qual o percentual que fica na comunidade?: %
 - (7) Os turistas realizam gastos extras além do que é cobrado? não sim → em que?:
 - (8) Você percebe(eu) alguma mudança nesta comunidade que pode ser associada ao início das suas atividades? não sim → de que maneira?:
64. Existem dificuldades para a realização desta atividade? Não sim → Qual(ais)?:

Lembramos que todas as suas declarações serão tratadas de maneira confidencial. Os resultados serão apresentados de maneira a não permitir a identificação de participantes individuais.